

PEDRO RIGOLO FILHO



A ROMANIZAÇÃO COMO CULTURA RELIGIOSA

As Práticas Sociais e Religiosas de D. João Batista Corrêa Nery,
Bispo de Campinas, 1908 – 1920.

Gravura da Capa:
Miniatura: **OS SETE SACRAMENTOS** (século XVI)
Escola Flamenca - Biblioteca Real de Copenhagen

PEDRO RIGOLO FILHO

A ROMANIZAÇÃO COMO CULTURA RELIGIOSA

As Práticas Sociais e Religiosas de D. João Batista Corrêa Nery,

Bispo de Campinas, 1908 – 1920.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Professora Doutora Eliane Moura da Silva.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de fevereiro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Eliane Moura da Silva (DH – UNICAMP – orientadora)

Prof^a Dr^a Águeda B. Bittencourt Uhle (FE - UNICAMP)

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (DH – UNICAMP)

Prof. Dr. Leandro Karnal (DH – UNICAMP – suplente)

FEVEREIRO de 2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

R449r

Rigolo Filho, Pedro.

A romanização como cultura religiosa : as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920 / Pedro Rigolo Filho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador: Eliane Moura da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Nery, João Batista Corrêa, Bispo de Campinas.
2. Igreja Católica - História. 3. Espiritualidade. 4. Identidade.
5. Religião e cultura. I. Silva, Eliane Moura da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The romanization as religious culture.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Catholic Church - History, Spirituality, Identity, Religion and culture.

Área de concentração: História Cultural.

Titulação: Mestre em História.

Banca examinadora: Eliane Moura da Silva, Agueda Bernadete Bittencourt Uhle, José Alves de Freitas Neto, Leandro Karnal.

Data da defesa: 23-02-2006.

RESUMO

Sob a perspectiva da História Cultural, esta dissertação analisa algumas práticas de leitura realizadas sobre o movimento da romanização brasileira, especialmente na diocese de Campinas, sob o governo pastoral de D. João Batista Correa Nery, entre os anos de 1908 a 1920. O objetivo deste estudo é compreender aquele contexto através das práticas sociais e religiosas daquele bispo.

Ela procura demonstrar que, na busca em se criar uma cultura católica capaz de tornar o país uma nação católica, as práticas sociais e discursivas do episcopado brasileiro foram motivadas por preceptivas religiosas, especialmente a doutrina sacramental que interpreta a Igreja como um sinal de Deus no mundo.

Desta forma, o episcopado e, em especial, D. Nery promoveu a visibilidade da Igreja através de diversos empreendimentos materiais, da renovação litúrgica e espiritual, estimulando assim, a sensibilidade religiosa e a materialidade da fé. De vital importância para a romanização foi a propagação da doutrina católica através de material impresso.

Conclui-se que esta cultura religiosa garantiu, simultaneamente, o sucesso das reformas internas que, progressivamente, aconteceram na Instituição e das articulações políticas realizadas junto a diversos segmentos da sociedade brasileira.

ABSTRACT

Under the perspective of the Cultural History, this dissertation analyzes some practices of reading made on the movement of the Brazilian *romanization*, especially, in the Campinas' diocese, under the D. João Batista Correa Nery' pastoral government, between 1908 and 1920. The aim of this study is to understand this historical context through the social and religious practices of this bishop.

This study demonstrates that, in the search of creating a Catholic culture capable of transforming Brazil into a Catholic nation, the social and discursive practices of the Brazilian episcopacy were motivated by religious precepts, particularly, the sacramental doctrine that interprets the Church as a sign of God in the world.

In doing so, the episcopacy and, especially, D. Nery, promoted the visibility of the Church through liturgical and spiritual renewal, introducing new elements in order to stimulate the religious sensibility and the materiality of faith. A crucial aspect for the *romanization* was the propagation of the Catholic doctrine through printed material.

In conclusion, this religious culture guaranteed the success of both the internal reforms, which happened, progressively, in the Catholic institution, and the political articulations made by Catholic Church with different segments of Brazilian society.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta pesquisa expresso minha gratidão àqueles que contribuíram nesta importante etapa de minha vida. Aos colegas e professores do programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Aos professores Leandro Karnal e José Alves Neto pelas sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação, as quais, na medida do possível, foram consideradas na presente redação.

Especialmente, à professora Eliane Moura da Silva, a orientadora desta pesquisa, agradeço sua disponibilidade, sua orientação e seu interesse em comigo partilhar sua experiência acadêmica. Creio que permanecerão os laços de amizade, de carinho e de afeto que o tempo ajudou-nos a construir.

À CAPES pelo financiamento parcial desta pesquisa.

À Professora Ana Maria Melo Negrão e aos padres Euclides Senna, Francisco Paiva pela partilha de materiais impressos e, especialmente ao Cônego Carlos Menegazzi que, gentilmente, cedeu-me fotocópias de grande parte de seu arquivo pessoal. Também, aos responsáveis pelo arquivo diocesano.

À Igreja Católica, que está Campinas, na qual alimento minha fé, por tudo que dela recebi desde o dia em que nela fui incorporado pelo sacramento do batismo. O testemunho cotidiano e, quase sempre, discreto da maioria de seus membros – o Povo de Deus – alimenta em mim a certeza de que ela é o movimento do Espírito Santo no mundo.

Aos meus pais que, não medindo esforços, sempre me apoiaram e despertaram em mim os mais nobres valores humanos. Ser-lhes-ei eternamente grato pelo que foram, e pelo que são em minha vida. À minha esposa Cida, a razão da minha vida, com quem muito tenho aprendido e partilhado, inclusive na elaboração deste texto, agradeço sua compreensão, sua amizade e seu amor. A eles, eu dedico este trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: A Visibilidade da Romanização	13
1. Breve Biografia de João Batista Correa Nery.....	13
2. A Cultura Ultramontana em Campinas.....	22
2.1. Dom Bosco: Uma moderna Inspiração.....	26
3. A Criação da Diocese de Campinas.....	29
4. D. Nery e as Conferências Episcopais Meridionais.....	33
5. A Prática Social de D. Nery como bispo de Campinas.....	39
5.1. A Visita Pastoral como Estratégia de Visibilidade da Igreja.....	40
5.2. O Congresso Diocesano: Divulgar a Ação Social da Igreja.....	47
5.3. O Seminário e os Colégios Católicos e a Formação de Consciências.....	54
5.3.1. O Seminário Santa Maria.....	55
5.3.2. As Escolas Católicas.....	57
5.3.3. A Escola Católica como Espaço para a Formação Militar.....	62
CAPÍTULO II: Licor Generoso - A Sensibilidade Religiosa	67
1. A Construção de um Modelo de Católico.....	68
2. As Novas Práticas Religiosas.....	77
3. O Magistério como Espiritualidade.....	87
4. A Liturgia como Espaço de Divulgação da Fé.....	93
4.1. O Espetáculo da Fé: As Exéquias de D. Nery.....	101

5. A Espiritualidade de D. Nery através de seu Brasão Episcopal.....	103
5.1 A Análise dos Símbolos.....	108
A) A Imagem de Nossa Senhora Auxiliadora.....	108
B) A Quina: A Representação de Jesus Cristo.....	112
C) O Lírio: A Representação de São José.....	113
D) A Fenix: A Representação da Cidade de Campinas.....	115
E) A Coroa: A Representação da Nobreza de D. Nery.....	116
F) A Divisa: <i>Spiritus Domini ductor</i> – Um Programa de Vida.....	117
CAPÍTULO III: Novos Leitores - Novos Textos.....	121
1. Leão XIII: A Preceptiva de D. Nery.....	123
2. A Prática Discursiva de D. Nery.....	130
2.1 A Doutrinação Contra o Socialismo.....	135
2.2. A Questão Operária e a Ação Salesiana	141
2.3 A Orientação Política de D. Nery, Uma Política de Deus.....	146
2.3.1. A Carta Pastoral de 1913 – <i>Ação do clero nos tempos atuais</i>	150
2.3.2. A Carta Circular de 1915 – <i>A Ação Eleitoral Católica</i>	153
2.4 A Oração Fúnebre ao Padre Feijó.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173



D. João Baptista Corrêa Nery

1.º BISPO DO ESPIRITO SANTO

1.º BISPO DE POUSO ALEGRE

1.º BISPO DE CAMPINAS

morto, ainda fala!

INTRODUÇÃO

O leitor é o produtor de jardins que miniaturizam e congregam um mundo¹.

Esta dissertação trata sobre o movimento da romanização na Igreja Católica Brasileira, entre os anos 1908-1920, especificamente na cidade de Campinas. O levantamento bibliográfico das pesquisas existentes sobre o tema constatou que a maioria delas, ao analisar as práticas sociais da Instituição, contemplou, quase que exclusivamente, os aspectos políticos.

Isto ocorreu em função do contexto social, econômico e político, o qual contribuiu para que uma determinada corrente historiográfica determinasse as interpretações nas décadas de setenta e oitenta do século passado. Interessadas em compreender as razões que motivaram o engajamento de setores da Igreja Católica Brasileira ligados a Teologia da Libertação nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Sindicatos e nos partidos políticos, tais pesquisas debruçaram-se sobre a chamada *opção preferencial pelos pobres*, proclamada pelo episcopado católico latino-americano na terceira Conferência Episcopal Latino Americana, realizada na cidade de Puebla, México, em 1978. A metodologia de análise da maioria delas foi a marxista, a qual identificou a opção pelos pobres como *Igreja dos pobres*, a qual se opunha a *Igreja da hierarquia*. Progressivamente, as pesquisas passaram a identificar que a chamada Igreja da Hierarquia, definida como um modelo centralizador, hierárquico e romano, foi implantada no Brasil depois da separação dos dois poderes em 1889. A partir de então, os bispos brasileiros teriam se empenhado na reconstrução das relações da Igreja junto ao Estado, a qual ficou conhecida como *Neo-cristandade*².

¹ CERTEAU, *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*, Petrópolis, Vozes, 1990, p. 269.

² ALVES, Marcio Moreira, *A Igreja Católica e a Política no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979; BRUNEAU, Thomas, *O catolicismo Brasileiro em época de Transição*, Ed. Loyola, São Paulo 1974;

Paralelamente aqueles pesquisadores Roberto Romano, analisando também aquele argumento, empenhou-se em demonstrar que as razões que motivaram a Instituição Católica nem sempre foram compreendidas por aqueles que não compartilhavam do seu universo cognitivo. Ele afirmou que, antes de ser um corpo político, a Igreja é um organismo religioso que justifica sua existência e sua prática social em função de uma lógica própria fundamentada em um discurso religioso, transcendente³.

Considerando que aqueles trabalhos promoveram grandes avanços na compreensão da ação política da Instituição Católica, esta dissertação privilegiará a análise da instituição como produtora de cultura religiosa. Na perspectiva proposta por Chartier, pretendo identificar as condições, a forma como foi produzida, como foi interpretada e como se efetivou o conjunto das práticas e representações sociais e religiosas, identificada como Romanização na Diocese de Campinas, e que nesta pesquisa é interpretada como cultura religiosa⁴.

Para tanto será indicado que as mudanças organizacionais, as reformas realizadas nas práticas litúrgicas e as diversas formas de espiritualidade promovidas pela Igreja na cidade de Campinas, há pelos menos meio século antes da separação dos dois poderes, produziram uma cultura religiosa que permitiu à Instituição reconstruir sua identidade como comunidade articuladora de um novo sentido religioso. Tal prática foi determinante para o sucesso de sua aliança com os poderes públicos, pois em sua antiga pretensão de ser

MAINWARING, Scott, *Igreja Católica e Política no Brasil*, Ed. Brasiliense, S. Paulo 1989; **LUSTOSA**, Oscar F., *A Igreja Católica no Brasil República*, Ed. Paulinas, São Paulo 1991; **LUSTOSA**, Oscar F., ed., *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*, Loyola, São Paulo 1990; **AZZI**, Riollando, *A Igreja no Regime Republicano, a Atuação de D. João Batista Neri*, (sic) *primeiro bispo do Espírito Santo*, em: Revista Religião e Sociedade 13/3, 1986, pp. 76-92; **HOORNAERT**, E. *O Cristianismo Moreno* Petrópolis, Vozes, 1991; **MICELI**, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1988; **PIERRUCCI**, Antonio Flavio de Oliveira, *Democracia, Igreja e Voto*, Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, USP, 1984; **PIERRUCCI**, Antonio Flavio, *A Velha Recém-Casada*, em Novos Estudos nº 26, São Paulo, CEBRAP, março de 1990, 211-219; **SANTANA**, Luis Carlos, *Da Gestação à Crise de uma caminhada – As Cebs na Igreja de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política (1968 a 1984)*, Dissertação de Mestrado, FE-Unicamp, 1988; **GROOT**, C.F.G. de, *Brazilian Catholicism and the Ultramontane Reform, 1850-1930*, Amsterdam, Cedla Publication, 1996; **OLIVEIRA**, Pedro de, *Catolicismo Popular e a Romanização do catolicismo Brasileiro*, Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, tomo 36, fasc. 141, 1976; **OLIVEIRA**, Pedro de, *Religião e dominação de Classe, gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

³ **ROMANO**, Roberto, Brasil, *Igreja Contra Estado*. São Paulo Ed. Kairós, 1979, pp. 81-243.

⁴ **CHARTIER**, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa/RJ, Difel/Editora Bertrand Brasil S.A, 1988, pp. 16-18.

a única e verdadeira religião, portanto, a comunidade nacional ideal, a Igreja oferecia ao Estado o modelo de unidade para construir a identidade da nação brasileira.

Ao estudar o movimento da romanização, a maioria dos autores indicados não distinguiu a romanização do ultramontanismo, o que parece ser uma imprecisão histórica. Especialmente Gueiros, em sua análise sobre a *Questão Religiosa*, 1872-1875, portanto, antes da Proclamação da República, jamais usou o termo romanização, o que por si só já indica uma distinção. Para ele, o ultramontanismo brasileiro foi a reprodução do movimento homônimo europeu realizado por eclesiásticos brasileiros que, tendo vivido na Europa; quase sempre por razões de estudo, ao retornarem ao país, ainda na primeira metade do século XIX, disseminaram a cultura religiosa ultramontana européia. Foi Wernet que afirmou que a romanização é: *a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional, quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma*⁵.

Ainda que seja possível utilizar os dois termos sem maiores dificuldades, sugiro que o termo romanização deva ser utilizado somente para os fatos que datam após a Proclamação da República, pois somente após o decreto provisório nº 119A, de 07 de janeiro de 1890, que declarava o caráter leigo do estado, que a Igreja pôde, de fato, integrar-se sistematicamente nas estruturas centralizadoras de Roma⁶.

O objeto desta pesquisa será focado na prática social de D. João Batista Corrêa Nery, o primeiro bispo da cidade de Campinas, entre os anos de 1908 a 1920. Embora toda a dissertação esteja ligada à pessoa deste bispo, a intenção primeira não é apresentar uma biografia dele, pois entendo que uma biografia deve contemplar a totalidade de uma vida, enquanto que esta dissertação busca compreender porque, como, e em quais condições D. Nery foi agente do ultramontanismo e, posteriormente, da romanização. Recorrei, portanto, a traços biográficos para compreender o contexto que o produziu. Esta dissertação aproxima-se daquilo que Giovanni Levi definiu como *Biografia e seu Contexto*, pois

⁵ VIEIRA, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, Brasília, UNB, 1989, pp. 27-59 e WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 –1861)*. São Paulo, Atica, 1987, p. 178, respectivamente.

⁶ Art. 2º *A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regem-se segundo a sua fé e não serão contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessam o exercício deste decreto.* - Art. 4º *Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas*, em LUSTOSA, Oscar F., *Separação da Igreja e do Estado no Brasil*, Revista Eclesiástica Brasileira 35, 1975, p. 631.

pretende apresentar D. Nery como filho de seu tempo, alguém *normal*, cuja vida não foi fruto de um destino incontornável e que suas opções foram assumidas na liberdade pessoal do seu cotidiano. Portanto, é possível pensar que em sua vida houve, ao lado de uma firmeza de propósitos, descontinuidades, crises e rupturas⁷.

Eleger o contexto do ministério episcopal de D. Nery para compreender a romanização se justifica pela projeção social e eclesial que ele adquiriu não só em Campinas, mas em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Ele foi um dos poucos e primeiros bispos a ultrapassar os limites de sua diocese para fazer-se porta voz da instituição. A forma como conduziu seu episcopado nas duas dioceses anteriores, em Espírito Santo e em Pouso Alegre, demonstrou aos seus pares e à nunciatura apostólica suas capacidades administrativas, pastorais e seus dotes de articulador político junto aos detentores do poder, fato que foi muito bem utilizado a favor da Instituição. Ele não se considerava apenas o bispo de Campinas, mas sim um bispo da Igreja do Brasil e como tal se apresentava. Ocupando tribunas eclesiásticas e civis, colocando-se ao lado de civis e militares, fundando diversas associações, participando de instituições de pesquisa, D. Nery fez propaganda da Igreja e, conseqüentemente, de si mesmo.

É possível verificar na prática social de D. Nery como primeiro bispo, em 1908, da recém-criada diocese de Campinas, dois focos de atenção: o primeiro, a preocupação em criar condições para que a diocese formasse católicos convictos da necessidade da presença efetiva da Instituição ao lado de outros segmentos da sociedade. Para isso foi de vital importância a criação de organismos diocesanos que propagassem a nova prática eclesial, a realização do Congresso Diocesano e o incentivo para que congregações religiosas instalassem seus colégios na diocese, espaços fundamentais para a efetivação da romanização. O segundo, o de aproveitar e explorar, ao máximo, as oportunidades que a função episcopal lhe concedeu durante o período que foi bispo em Campinas, especialmente por ocasião das manifestações públicas e das grandes celebrações litúrgicas, nas quais utilizando-se dos mais variados recursos imagéticos, ele apresentava a imagem de uma Igreja triunfante. Desta forma, como tantos outros bispos, D. Nery foi um importante ideólogo da instituição

⁷ LEVI, Giovanni *Uso da biografia* em FERREIRA M. Marieta de, AMADO, Janaina, *Uso e abuso da História Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2000, pp. 167-182.

na formação de consciências, o que muito colaborou na redefinição do papel político da Igreja junto à sociedade brasileira, da qual fazia parte.

Uma das principais preocupações de D. Nery foi tentar convencer a sociedade de que a Igreja tinha uma função social e que ela era, por excelência, a instituição formadora dos valores morais. Sua vida sacerdotal e seu ministério episcopal foram pautados pela compreensão de que a Igreja é uma instituição com responsabilidade religiosa de conduzir os fiéis à salvação e que seus ministros deveriam fazer de tudo para que esta missão fosse realizada. Apesar de algumas críticas aos liberais que tentavam cercear sua liberdade, a Igreja se preocupava, efetivamente, como o avanço dos socialistas em diversos países; no Brasil, a preocupação era com a presença dos operários estrangeiros. Aquela doutrina considerada ateísta representava uma ameaça à Igreja. De outro lado, por ocasião da separação dos dois poderes, como as ameaças dos liberais contra a Igreja não se concretizaram a Igreja mudou o alvo de seus discursos. O mal não era mais o liberalismo e sim o socialismo que passava a ocupar o centro sua propaganda ideológica. A Igreja, para afastar aquele perigo, se colocava como promotora da paz e da concórdia e oferecia sua doutrina para conscientizar os brasileiros. D. Nery, como a maioria dos bispos brasileiros, fez a noção de nação coincidir com a noção de Estado. Se a nação era católica, o Estado Brasileiro deveria, também, ser católico.

Tal análise reforça os que os pesquisadores, citados nessa introdução, já afirmaram. Porém, o que parece pouco aprofundado é a análise sobre as motivações que levaram D. Nery e, mesmo, outros bispos a se envolverem na promoção da Igreja junto ao poder público. Esta dissertação se propõe, então, a refletir sobre a motivação religiosa.

Segundo a perspectiva de Romano, entende-se que a Igreja é um organismo religioso que tem como função primeira a propagação e a manutenção daquilo que justifica a sua função social. A Igreja justifica sua existência no mundo a partir de uma visão teológica e se entende como portadora de uma mensagem de salvação para o mundo. Ela se considera uma sociedade harmônica e perfeita porque se entende querida por Deus. Ela é composta pela hierarquia eclesiástica e pelo conjunto dos fiéis, na qual este segundo grupo é conduzido pelo primeiro, o qual, através da posse do saber teológico, determina e impõe os sentidos de pertença ao grupo eclesial⁸.

⁸ Entende-se *sentido* tal como define **CHARTIER**, Roger, *A Ordem dos Livros*, Brasília, UNB, 1994, p. 7.

A Igreja, como um segmento da sociedade, atualiza-se por meio de comunidades concretas situadas no tempo e no espaço, as quais agem e reagem interagindo com outros grupos sociais. Isso permite à instituição, através de seu conjunto doutrinal com signos e tradição milenares, incorporar, em cada contexto, novos significados e novas percepções religiosas. É este processo que possibilita a sua permanência no mundo através dos tempos. Através do discurso religioso, sua intenção é sobrepor sua cultura a outros estratos sociais. A forma de operacionalizar essa sobreposição foi, e é, construída permanentemente.

Por se tratar de instituição de caráter universal, ela sempre cuidou para que em suas bases fossem mantidas condições que assegurassem a todos os católicos, enquanto pessoas com experiências eclesiais diferentes, a pertença a esta universalidade. Isso implica afirmar que os bispos entenderam que a Igreja somente se manteria através do tempo se incorporasse elementos culturais dos diversos contextos sociais. Foi, inclusive, neste processo de incorporação de novas compreensões no interior da Instituição que se deram as disputas de espaços eclesiais.

A religiosidade sempre foi passível de sofrer mudanças de interpretação pelos membros da Instituição. A milenar tradição da Igreja Católica exigiu cuidados com esses novos sentidos eclesiais que foram sugeridos pelas comunidades católicas, ao longo do tempo. Ela até admitiu novas interpretações sempre que estas produzissem benefícios para o alargamento do campo de influências, ou ainda, quando se viu em posição de desvantagem em relação aos novos detentores do poder, os quais lhes impunha uma nova forma de ser.

Para que a aceitação dos novos sentidos não comprometesse o discurso oficial, a instituição recorria a uma estratégia relativamente antiga, a distinção entre tese e hipótese. Esta distinção rompia a consequência lógica daquilo que sempre fora afirmado e defendido pela instituição como tese, a qual podia, ou não, ser colocada em prática, dependendo da correlação de força que a instituição estabelecia com os outros grupos sociais. Supostamente, aberta às novas interpretações – hipótese – a Igreja não comprometia a sua tradição doutrinária. Longe de ser uma contradição, esta estratégia foi usada para a manutenção e permanência da instituição nas diversas sociedades. Apropriando-se de valores e pensamentos, antes negados por ela, a Instituição lhe dava novos significados e os

relançava como se fossem seus. Desta forma ela se perpetuava como *ecclesia semper reformanda!*

*Imutável em seus dogmas, a Santa Igreja, verdadeira encarnação de Cristo, através dos tempos, tem tido remédios especiais para os males de todos os séculos, sendo por isso mesmo uma instituição sempre **antiga e sempre nova**, fonte de todos os benefícios que felicitam a humanidade⁹.*

Evidentemente que a aplicação desta distinção teve um preço, pois a nova prática social gerava uma tensão no corpo institucional e, às vezes, até o sacrifício de alguns de seus membros, inclusive clérigos. Em última análise, esta estratégia foi utilizada para a realização do cumprimento daquilo que a Instituição julgava ser sua missão: Salvar o mundo. Neste sentido, analisar a Igreja desvinculada de sua mensagem soteriológica incorre-se no erro de não perceber sua especificidade diante de outras instituições, com as quais ela não pode ser comparada, como afirmou Souza¹⁰.

O presente texto é dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, *A Visibilidade da Romanização*, tem como ponto de partida o estudo mais recente sobre a ação romanizadora de D. Nery: *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, de Marcos Levy Albino Bencostta. De forma exaustiva, este autor debruçou-se sobre gestão episcopal daquele bispo, demonstrando sua ação romanizadora na implantação da diocese de Campinas. Entretanto, duas questões metodológicas devem ser aprofundadas.

A primeira remete à discussão sobre a excessiva valorização da pessoa de D. Nery. Desconsiderando a existência de uma experiência eclesial na região de Campinas, aquele autor parece considerar D. Nery como único responsável pela implantação e manutenção da romanização, passando, inclusive, a idéia de que sem D. Nery ela não teria acontecido – para isso, basta verificar os títulos dos capítulos de sua tese¹¹. Sem dúvida que,

⁹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*, Typ. Casa Mascote, Campinas 1913, p. 9. (O grifo é meu). Para evitar possíveis dificuldades na compreensão do texto, todas as citações de textos originais foram atualizadas para português moderno.

¹⁰ SOUZA, Jessie Jane V. de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro Editora UFRJ, 2002, pp. 24-25.

¹¹ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, São Paulo, Tese de doutorado em História – F.F.L.C.H, U.S.P. 1999. A divisão de seu trabalho é: cap. I - João Batista Corrêa Nery: o Filho de Sapateiro que se tornou bispo; cap. II: Visita Pastoral: Um instrumento da Romanização; cap. III: Seminário Santa Maria: Ação Pastoral Pedagógica na formação de Sacerdotes; cap. IV: Doutrina da Autoridade Eclesiástica: Disciplina para

considerando a importância crescente dos bispos na reorganização da Igreja do Brasil, a ação de D. Nery foi importante, mas ela não pode ser considerada a única. Supervalorizar a ação daquele bispo é responsabilizá-lo pelos sucessos e fracassos da romanização em Campinas, é atribuir-lhe condições, quase que, sobrenaturais, as quais, certamente, ele não possuía. Esta dissertação insistirá que D. Nery foi um homem de seu tempo que sofreu influxo de seu contexto. Sua pessoa pode, e deve, ser vista como um exemplo de um processo muito maior do que ele.

Segundo, a supervalorização da dimensão política da ação do bispo em detrimento dos aspectos culturais e religiosos. Em seu último capítulo, ao discorrer sobre as relações de D. Nery com os representantes do Estado, Bencostta afirmou que, embora no início do século XX, a grande maioria dos bispos estivesse voltada para os problemas internos de suas dioceses, um pequeno grupo promovia ações de aproximação com entidades políticas com a intenção de mostrar que, apesar do caráter não confessional da Constituição, o Brasil era uma nação católica e por isso suas estruturas e leis deveriam ser regidas por tal religião. Desta forma ele destacou a importância política daqueles bispos, e conclui:

Desconsiderar o papel que esses líderes tiveram no final do século XIX e início do XX na condução dos rumos que a Igreja Católica determinou para a reconstrução de suas relações com os poderes civis, compromete a compreensão dos significados da restauração implementada pela liderança católica a partir dos anos de 1920¹².

Sem pretender contradizer Bencostta, este trabalho deseja debruçar-se, justamente, na análise daquilo que ele considerou menos importante na prática social dos bispos, o cuidado com os *problemas internos de suas dioceses*. Ainda que tenha contemplado importantes considerações sobre a cultura religiosa, as quais serão, inclusive, citadas ao longo deste trabalho, a distribuição e montagem dos capítulos de sua tese privilegiaram a interpretação política das ações de D. Nery, o que acabou condicionando uma leitura unívoca de sua ação eclesial.

Um bispo, é, antes de tudo, um agente religioso, promotor e facilitador de experiências religiosas do povo que lhe foi confiado pela Instituição, responsável pela administração da pastoral e dos negócios da Diocese. Esta percepção, deve contemplar a

o Clero Inconformado; cap. V: D. Nery, a Voz do Episcopado, e a Doutrina Social da Igreja, e cap. VI: Poder Civil e Poder Eclesiástico: O papel da Igreja e sua Relação com o Estado.

¹² Idem, p. 233 e 234.

possibilidade da existência de uma motivação religiosa que justifique a sua prática religiosa, social e política. Sem dúvida que, a dimensão política deve ser considerada pelos pesquisadores, – principalmente, naquele contexto da relação entre Igreja e Estado, na Primeira República –, mas esta percepção deve levar em conta a possibilidade de que a instituição e seus agentes tenham entendido a sua inserção no mundo com categorias e motivações próprias. A preocupação de D. Nery com a sua missão religiosa parece ter precedido e justificado a sua ação política.

O segundo capítulo, *Licor Generoso: A Sensibilidade da Religião*, procura destacar que a renovação eclesial da Igreja produzida pelo ultramontanismo e, posteriormente, pela romanização deve ser entendida como fenômeno religioso ligado ao campo das sensibilidades e da fé religiosa. Que especificamente D. Nery foi um líder religioso que compartilhava da certeza que a doutrina eclesial era um programa de vida e que ele a assumiu como sua, quando aceitou ser padre e, depois, bispo da Igreja Católica, comprometendo-se, inclusive, a reproduzi-la. O fato de ter alcançado reconhecimento público de seus diocesanos como alguém possuidor de uma vocação religiosa reforça esta afirmação.

A análise da romanização como fenômeno cultural revela que na experiência religiosa, a prática discursiva não foi, – e não é – a única força da missão evangelizadora da Igreja. Embora a própria Igreja Católica tenha buscado demonstrar que não há oposição entre fé e razão, a religião, devido seu caráter místico e irracional, é, na maioria das denominações religiosas, uma atividade sensorial que se manifesta através dos sentidos humanos.

Por privilegiar aspectos sociais, econômicos e político, os vários estudos citados sobre romanização no Brasil, coerentes com sua metodologia, não contemplaram uma realidade que muito colaborará para compreender a intensidade de um movimento religioso: a representação religiosa com sua iconografia e seus símbolos. Respaldaado pelas Conferências Episcopais Meridionais, D. Nery usou e abusou da liturgia e das novas formas de espiritualidade para formar uma nova opinião católica.

A principal referência deste capítulo foi a poliantéia denominada *Saudosa Homenagem a D. Nery*, escrita meses após a morte do bispo. Justamente pelo seu caráter apologético e sentimental ela foi de fundamental importância para perceber o alcance das

reformas realizadas pela romanização, as quais D. Nery ajudou a implantar, ainda, como padre e, posteriormente, como bispo, o que por si só, já indica o sucesso da romanização. Obra de várias mãos, porém selecionadas, a poliantéia apresenta um D. Nery religioso que em nada não depõe contra o D. Nery político, e que muito contribui para compreender o que estava por trás de seu envolvimento com a política.

O terceiro capítulo, *Novos Leitores - Novos Textos*, analisa as práticas discursivas de D. Nery. O título é parte integrante de uma frase de McKenzie a partir da qual Chartier refletiu sobre práticas de leituras que restituem a *significação movediça e plural dos textos*¹³. Diferentemente da maioria dos bispos de sua época, D. Nery deixou um legado documental que evidencia seu esforço em multiplicar sua pregação através de suas publicações. Seus textos inserem-se na dinâmica relação da recepção, apropriação e reprodução de outros textos, os quais nas mãos do bispo se tornavam novos textos e se prestavam a representar tanto a sua compreensão da realidade, como se fazer e permanecer presente em diversos espaços através dos tempos.

Para tanto, serão analisadas três cartas oficiais de D. Nery e dois outros textos de caráter mais livre, porque escritos para conferências. Nos quatro primeiros textos, partilhando da preceptiva sugerida pelo papa Leão XIII, D. Nery empenhou-se em divulgar a Ação Social da Igreja que, naquele momento, foi entendida como a formação de grupos de apoio ao operariado e a formação política dos católicos para que votassem bem, o que representava a defesa dos interesses da Igreja. Propagando o pensamento leonino, D. Nery insistia que a Igreja deveria cuidar dos operários para não perdê-los para os socialistas.

Os textos possuem uma forte conotação política, porém, eles foram construídos com referências bíblicas o que revela uma preocupação religiosa. Como filho de seu tempo, D. Nery parecia acreditar piamente que os socialistas eram a encarnação do mal e que o objetivo deles era por fim à Instituição Católica, percepção que confere a seus discursos um sentido de guerra santa. Em nome da Igreja, D. Nery apresentou uma imagem do socialismo como aquele que cegava o operariado católico.

No último texto analisado, através de artifícios literários e apropriando-se de um texto, pouco conhecido, do padre Diogo Antonio Feijó, D. Nery reconstruiu a vida do ex-regente tornando-o um piedoso padre dedicado à Igreja e à nação. O estudo do texto

¹³ CHARTIER, *A Ordem dos Livros*, Brasília, op.cit, p. 14.

permite constatar que D. Nery pouco se importou com o contexto em que Feijó escreveu aquele texto, que ele trazia à luz. Em suas mãos o texto era um pretexto para ele resgatar, não especificamente Feijó; mas, a figura do sacerdote, do ministro da Igreja. Desta forma constata-se que através daquele texto, e por extensão, de todos os outros textos, o bispo doutrinava as verdades fundamentais da Igreja, realizando assim aquilo que acreditava ser sua missão.

A análise dos escritos de D. Nery permite compreendê-lo como resultado de uma totalidade de percepções interligadas, sendo evidente a dimensão religiosa, tão definidora de papéis sociais naquele início de século, fato tantas vezes negligenciado pelos acadêmicos já indicados no início desta introdução. Eis porque considero que a romanização deve ser vista como cultura religiosa.

Esta dissertação se insere na perspectiva da história cultural e assume ser um procedimento de interpretação, de uma prática de leitura sobre aquilo que foi produzido sobre a romanização e, especificamente, sobre D. Nery. Parafraseando Certeau, ela viajará por terras distantes, *caçará, por conta própria*, em campos que não escreveu e, em se apropriando de outros textos – *bens do Egito* –, construirá uma representação da romanização e do bispo Nery. Inserida na comunidade de leitores, ela sente-se livre para *apropriar-se* do já produzido, livre para não aceitar a *coerção*, ou a *ordem instaurada* por algumas obras e livre para indicar outra possível leitura da romanização e da prática social de D. Nery¹⁴.

¹⁴ CERTEAU, *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*, op. cit., p. 269 e CHARTIER, Roger, *A Ordem dos Livros*, Brasília, op. cit., p. 11, respectivamente.

CAPÍTULO I

A VISIBILIDADE DA ROMANIZAÇÃO

Neste capítulo pretende-se apresentar a visibilidade da Romanização através da prática social de D. Nery. Para tanto serão apresentados os traços biográficos deste personagem, o contexto ultramontano de Campinas, cidade na qual ele viveu até o momento de ingressar no seminário, a criação da diocese de Campinas, sua participação nas Conferências Episcopais Meridionais e sua ação pastoral como bispo de Campinas. Em D. Nery, e através dele, é possível contemplar o empenho que a Igreja fez para continuar inserida na sociedade no exercício da função justificadora de sua existência: a salvação das pessoas. Para isso, foi de vital importância a formação de uma opinião católica produzida nos diversos organismos diocesanos, os quais efetivaram o enraizamento de uma cultura religiosa que sustentou e garantiu a implantação da romanização, ao longo das décadas sucessivas.

A preceptiva dominante entre o episcopado foi a doutrina sacramental, a Igreja como um sinal sacramental de Deus. Eis a razão para que ela fosse multiplicada e se fizesse presente em vários lugares e assumisse formas diferentes.

1. BREVE BIOGRAFIA DE JOÃO BATISTA CORRÊA NERY¹

João Batista Corrêa Nery nasceu na cidade de Campinas em 06 de outubro de 1863, filho de Benedito Corrêa de Moraes e Maria do Carmo Neves. Estudou no Colégio Culto à

¹ Resumo foi feito a partir de informações contidas nas seguintes obras: MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., pp. 104 a 108; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., pp. 22-44; OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery* – Oficinas Gráficas Cardoso e Filho, São Paulo, 1920 e NOGUEIRA, Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, (sic) Agir, São Paulo 1945.

Ciência, centro irradiador do racionalismo em Campinas e formador de futuros maçons. Em 1880, apoiado pelo cônego Vieira entrou no Seminário Episcopal de São Paulo, centro, por excelência, do ultramontanismo idealizado por D. Antônio Joaquim de Melo que se propunha expurgar a ascendência regalista na formação dos futuros padres. Depois de ver seu convite, para a direção de seu seminário, declinado pelos jesuítas da província do Rio Grande do Sul e, simultaneamente, pelos lazaristas que dirigiam o seminário de Mariana, D. Antônio recorreu diretamente ao papa Pio IX que encarregou os padres capuchinhos de Sabóia para aquela missão. Ainda que não formados, como os lazaristas, no famoso seminário francês de Saint Sulpice, *os padres italianos* – assim ficaram conhecidos aqueles capuchinhos – adaptaram o programa daquele seminário francês –considerado um modelo–, e o implantaram em São Paulo. Posteriormente, a medida em que padres brasileiros, formados na Europa, foram assumindo o trabalho naquele seminário paulista, toda a produção literária ultramontana chegava ao seminário de São Paulo por intermédio deles².

O jovem João Batista C. Nery, aos 23 anos, foi ordenado sacerdote, em 11 de abril de 1886, por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, na capela do Seminário onde estudara. Seu primeiro trabalho pastoral foi na paróquia de Santa Cruz, de Campinas, na qual, através de concurso, tornou-se vigário colado em 1888 e, posteriormente, foi transferido para a paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição, em 1894³. Em ambas as paróquias, o padre Nery procurou incrementar a vida eclesial através das funções litúrgicas, animou a prática de novas devoções religiosas fundando associações católicas e pias uniões, criou a Conferência Vicentina para o socorro aos pobres, fundou jornais

² O principal ponto da reforma foi a instalação de um seminário que seguisse as diretivas tridentinas. Apesar de haver, na diocese de São Paulo, padres cultos que pudessem ser professores no seminário, o novo bispo preferiu trazer professores da Europa, pois segundo a prática reformista da época, o clero paulista não era bem formado e além disso, tinha idéias regalistas e iluministas. Os sucessores de D. Antônio Joaquim de Melo mantiveram a mesma linha de reforma. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851–1861)*. op. cit., pp. 104-117.

³ A distinção entre vigário colado e encomendado esta á ligado a instituição do padroado régio. O vigário colado gozava do privilégio de ser um funcionário da Coroa, mediante concurso referendado pelo bispo, e, por isso, devia submissão ao imperador. Sobre aquele padre o bispo pouco poder exercia. Com a redução do número de vigários colados, pois o império não se preocupava em provê-los; surgiu, quase que espontaneamente, o vigário encomendado, padres sem nomeação imperial que se dispunham a realizar os ofícios religiosos mediante pagamento daqueles que lhes encomendavam as cerimônias religiosas. A forma mais comum de pagamento daqueles religiosos foi o ato de transferir-lhes parte das taxas cobradas pelos serviços religiosos, o deu origem a expressão pé de altar. TORRES-LODOÑO, Fernando, *Paróquia e Comunidade na representação do Sagrado na Colônia*, em TORRES-LODOÑO, Fernando, (org.) *Paróquia e Comunidade no Brasil, Perspectiva Histórica*, São Paulo, Paulus, 1997, pp. 51-90

católicos como a *Verdade* e o *Círculo de São José*. Especialmente na primeira paróquia fundou uma escola paroquial, na qual ele próprio ensinava a doutrina e cuidava de um grupo vocacional composto por adolescentes, do qual muitos seguiram a vida eclesiástica⁴.

A VERDADE

ORGAM RELIGIOSO E LITTERARIO DEDICADO AS FAMILIAS

Director—Conogo Corrêa Nery PUBLICAÇÃO QUINZENAL Editor—Ignacio de Campos

ANNO I. CAMPINAS—Domingo, 31 de Janeiro de 1892 N. 3

EXPEDIENTE

ADMS. NÓSSOS ASSIGNANTES

Como ainda não nos foi possível bem organizar o serviço da distribuição de nosso jornal na cidade e de remessa para fórs, pedimos desculpa aos nossos assignantes de qualquer irregularidade nesse serviço e bem assim o obsequio de fazerem qualquer reclamação que houver ao nosso editor Ignacio de Campos a rua da Iluminação Typographia Mineira.

O LIVRE PENSAMENTO

Um dos titulos mais sympathicos á impiedade contemporanea tem sido o de *livre pensamento*. No intuito de mostrarmos espiritos fortes, antitulando-se *livres pensadores*, começaram a negar toda a religião, alvorando o seu novo esdandarte e da mesma maneira que lomaram por actos da liberdade os abusos dessa sobre faculdade humana, serviram-se do livre pensamento como a faculdade de rejeitar toda a verdade religiosa. Examinemos um poucosetém razão.

A liberdade de pensar é a faculdade que tem o ser intelligente de dirigir elle mesmo sua vida intellectual. Mas o homem sendo responsável nos actos de sua vida intellectual, como o é nos de sua vida moral, a liberdade de pensar já não é uma simples faculdade, mas um verdadeiro direito.

Eis porque, tomada em sua accepção pratica e completa, a liberdade de pensar, como define o Padre Canet, é o direito que tem o ser intelligente de determinar-se por si mesmo nos phenomenos que constituem sua vida propria; isto é, em suas percepções e afirmações.

Exceptuadas as verdades primetivas, que se impõe necessariamente a todos, a causa determinante de todos os nossos pensamentos e juizos é o *exame do espirito*.

Assim, quando nós encontramos um homem que não pensa como nós, que nós não podemos convencer empenhamos todos os esforços para que elle de novo e mais a par e aamente estude a questão.

A liberdade de pensar é, pois, em ultima analyse, o *direito que tem todo o ser intelligente de nada afirmar sem um exame preliminar*.

Ora, a liberdade assim entendida, não se applica somente ás sciencias e as lettras, á politica e aos negocios, mas ainda ás questões religiosas, ás mais elevadas.

D'onde Paulo Janet insuspetivo como é, concluiu, com muita razão, que a liberdade de pensar em nada é incompativel com a fé.

E' verdade que não poderemos, por vezes penetrar no intimo das questões religiosas por serem superiores ao alcance da intelligencia humana, mas sobre todos os pontos de doutrina religiosa nós nos vedado fazer *exame de espirito* sobre os fundamentos dessas questões, antes da affirmação, e desta maneira teremos uma fé razoavel, como muito bem diz S. Paulo *rationalabile obsequium spiritum*, usando assim, mesmo na fé, da liberdade de pensar.

A impiedade, impiedade, deixada em seu coração pelas agoras da sua infancia, tornamos evidentes nos seguintes paravras: « Euses pobros traxen milhades de pedras para os Padres da Missão, estão entregues ás fadigas, expostos, nos aos ardores do sol, as intemperas do ar. Vendo do suor d'estes bons homems, devemos usar por elles... Ao irmos para o refectorio, compramos panes e gahamos bem o pão que ali, vamos comer » etc.

Ha um sanctuario celebre, no pais de Vicente de Paulo, que conserva a lembrança do santo joven. Era no tempo das guerras chamadas de *religiosas*, Vicente tinha sido, em um todo exemplo da integridade do seccario. Não longe de Fony, ergue-se uma igreja dedicada a Maria e amada por todas as populações d'aquella redondeza. Nossa Senhora de Buglone.

A conclusão a tirarmos des tudo isto é que, em ma hora se lembraram de intitular a impiedade *livre pensamento*. O livre pensamento é uma faculdade e não uma escola. Chamem a impiedade antes escola das negações e das negações gratuitas.

Digo das negações gratuitas porque os seus seccarios só admitem o methodo experimental para o conhecimento da verdade; por tanto será verdade ou mentira aquillo que fór submettido a este methodo. Acontece, porém que as verdades sobrenaturaes, dominio da fé, não podem ser submettidas a tal methodo e como as negam, entretanto? Negam a existencia de Deus, negam a existencia da alma, negam a vida futura e todas essas verdades não estão no dominio do methodo experimental!!!

Seriam mais logicos, portanto, se não se occupassem dessa questão, reconhecendo tambem não assistir-lhes o direito de zombarem dellas quando fossem para osreligiosos sinceros o fructo de algum exame e trabalho.

Esta é que é a verdade.

Conogo Barros

Com especial jubilo recebemos a visita do revm. conogo Barros, zeloso parcho de Santa Epigenia, em S. Paulo e redactor do *Litador*, orgão dedicado aos interesses do catholicismo.

S. Rvm. está nesta cidade em viagem recreativa.

Nossos respeitosos cumprimentos.

No dia 28 de Novembro de 1892, a protestante Joanna d'Albré publicou um decreto declarando, e que os oratorios campestres, que servissem para falsas superstições, seriam arreados e as pedras destinadas a necessidades uteis. « O procedimento da impiedade é sempre o mesmo » o principal fim de seus esforços é, em todos os tempos, destruir as igrejas, como se não fosse ao redor das igrejas, é o sumbro dos conventos, ao lado dos tumulos miraculosos dos nossos grandes santos que se tem desenvolvido, pouco a pouco, a maior parte das nossas cidades e das nossas aldeas. Attentam isto a geographia e a historia de França. Porisso quando uma cidade, esquecida de seus origens, ergue igreja e sanctos não sobre as pedras de seu velho sanctuario, commette um verdadeiro peccado.

TEMPESTADE

É nas horas de pençalla,
De tempestade no horro,
Que minh'alma ergue-se mais
Ao voo throno, senhor.

Fuzil, espada o rein
As catarras dos céos
É mais magistoso ainda
Nos montes onde, meu Deus!

Como a furia da tormenta:
Como o raio que rebenta,
Que fulgido se assena,
Nos azes do vendaval,
São as negras serenas
A erguerem nos' d'altos
Ao negro das ventanias
Ao esseo throno immortal.

As espheras flamejante,
Partindo-se em trebilhões,
Vos consagram seus, bizanias
No ribombos dos trovões.

A terra enfiará domina
O grandioso espectáculo:
Do vosso poder as nuvens
São o eterno tabernaculo.

Ela, etha, porque entoneças?
Pela e Christo desconhece,
Porque tanto empalidece,
Nela presella rebda,
Não temas, cre' que o Deus
Que desculpava aos judeus,
Bem conhece os aros teus,
Mas não se vinga perdo.

Dr. JOAO GABRIEL

Casa Branca

Com toda a pompa e enorme comecario de fca realizaram-se em Casa Branca as festividades de S. Sebastião no dia 30 deste mez.

Houve missa cantada a sgrade orchestra, com sermão ao evangelho pelo nosso director conogo Corrêa Nery e a tarde pucisado, pregando o redm. vigario dalli, conego Miguel Martins da Silva, que mais uma vez firmou a sua reputação, com um expellido discurso, profundo em doutrina e esmerado na forma.

Os assistentes de Joanna d'Albré não recusam perante este attendedo. Um anno depois do decreto, o assuicio de Buglone foi incendiado.

Os piedosos habitantes de Buglone continuaram, porém a ir orar sobre aquellas pedras calcinadas. Foi alli que o joven Vicente começou a invocar e a amar Maria. A perseguição tem esta vantagem: é um voo que em vez de extinguir avua chama dos entusiasmamos santos. O castro de Nicos, apredado pelo piedoso joven n'um templo proladado e mutilado, ficou sendo sempre para elle uma necessidade e uma força. Vicente conservou particularmente, como fructo das suas vias, a nossa Senhora de Buglone, grande affecto ás perseguições. A sua doce consolação durante a sua vida, foi celebrar missas nos sanctuarios celebres de Maria.

Confinado

FOLHETIM
VIDA POPULAR
DE
SÃO VICENTE DE PAULO
em
PADRE BERBIGNIER
CAPITULO I
A sua infancia em Fony 1878-1888

Jornal fundado pelo padre Nery

Quando ainda estava na primeira paróquia, em 1889, viu eclodir a febre amarela que reduziu a população da cidade, seja pelas mortes, seja pelo êxodo das pessoas de posse que não se arriscaram a continuar na cidade. Padre Nery pouco pôde fazer pelos moribundos, a não ser, socorrê-los espiritualmente e cuidar dos muitos órfãos que a febre produzia. Em 1892, ao lado de Maria Umbelina Couto idealizou e fundou a obra assistencial denominada

⁴ NOGUEIRA, *Elogio histórico a D. Nery*, op. cit., p. 26

Liceu de Artes e Ofícios para o cuidado de meninos órfãos, enquanto que as meninas foram acolhidas pelo *Asilo para as Meninas Órfãs*, fundado em 1878. Pelos serviços prestados à cidade, o, então padre, Nery recebeu do governo imperial o título de cônego do cabido de São Paulo.

Em julho de 1896, com apenas 33 anos de idade, foi nomeado bispo. Em 01 de novembro de 1896, recebeu a ordenação episcopal na capela do Colégio Pio Latino, em Roma. Foi o primeiro bispo da diocese do Espírito Santo, entre 23 de maio de 1897 até 17 de maio de 1901⁵. Por se tratar de uma diocese nova, em função da precariedade econômica da diocese, D. Nery, a princípio, se viu privado das muitas regalias que o episcopado lhe concedia e foi obrigado a conter seu ímpeto de jovem bispo, quando se viu obrigado, no ano de 1898, a fechar o colégio diocesano que fundara sem saber se teria condições para mantê-lo. Para angariar recursos para o sustento da diocese, recorreu a amigos de São Paulo e Rio de Janeiro, obtendo resultado positivo⁶.

Este quadro, sobre a situação da nascente diocese do Espírito Santo, revela as condições em que a Igreja se encontrava logo após a separação dos dois poderes. É verdade que a nova situação política deu liberdade para a instituição, o que lhe permitiu, rapidamente, multiplicar as novas dioceses. Porém, a maioria delas foi criada sem as mínimas condições econômicas, o que, conseqüentemente, exigia um espírito de abnegação do futuro bispo. A carta do bispo de São Paulo, que comunicava à D. Nery a sua futura nomeação como bispo, lhe indicava, apenas, que sua futura diocese era nova, que era marítima, que ela exigiria que ele andasse a cavalo pelo sertão, a viver pobremente e como um missionário, ao menos nos primeiros anos⁷.

No decorrer do tempo em que permaneceu naquela diocese realizou intensa atividade pastoral, fundou associações religiosas de caráter devocional, fundou o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, construiu o palácio episcopal e realizou a visita pastoral nas paróquias da diocese. Dentro do espírito de reforma da Igreja, convidou congregações

⁵ Com a criação de novas dioceses no Estado Espírito Santo a primeira diocese deixou de ser identificada com o nome do Estado e passou a ser nomeada pelo nome da capital, que por sua vez assumia o orago da Igreja mais antiga, a de Nossa Senhora da Vitória.

⁶ AZZI, R. *A Igreja no Regime Republicano – A Atuação de d. João Neri* (sic), *Primeiro bispo do Espírito Santo*, op. cit., p. 80.

⁷ OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 313.

religiosas masculinas, as quais lhes confiou o trabalho paroquial e, apenas, uma congregação feminina, as *Irmãs Filhas da Caridade*, a qual confiou a fundação de uma escola particular e, posteriormente, da Santa Casa⁸.

No último ano do século, em comunhão com o papa Leão XIII, D. Nery publicou a Carta Pastoral *Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e a seu Venerando Vigário*, na qual aderiu a sugestão da Comissão Internacional criada para aquele fim e publicou em apêndice orientações litúrgicas e devocionais em homenagem ao papa⁹. Em sua última carta pastoral dirigida aquela diocese, despedindo-se dela, por ter sido nomeado bispo de Pouso Alegre, D. Nery registrou seu perfil pastoral como bispo romanizado, preocupado com as questões administrativas, pastorais, especialmente as sacramentais e litúrgicas e, ao mesmo tempo, iniciou uma prática que reproduziu nas três dioceses que passou: a realização de um levantamento pormenorizado da geografia, riquezas naturais e da etnografia do Estado. Ainda que tal material tenha sido a simples reunião e sistematização do que já fora escrito por outros, D. Nery marcou um estilo de bispo interessado em outras coisas além das religiosas. Por causa do clima úmido daquela região pediu à Santa Sé para ser transferido para uma diocese com clima mais ameno, o que poderia indicar a presença de algum problema de saúde¹⁰.

Em 21 de julho de 1901, D. Nery foi transferido para a nova diocese de Pouso Alegre, em Minas Gerais. De forma semelhante ao que realizou na diocese de Espírito Santo, suas primeiras preocupações foram: organizar e montar a infra-estrutura da diocese como o seminário, o palácio episcopal e convidar congregações religiosas para o trabalho pastoral. Esteve ligado à fundação de sete colégios católicos e a fundação de dois hospitais, dirigidos por congregações religiosas femininas.

D. Nery soube tirar proveito de suas relações políticas em benefício das obras sociais da Igreja. Um exemplo disso, foi, em 1905, quando o governo de Minas Gerais entregou ao bispado de Pouso Alegre a direção da Colônia Agrícola Francisco Sales. Nela o

⁸ AZZI, R. *A Igreja no Regime Republicano – Atuação de d. João Neri, Primeiro bispo do Espírito Santo*, op. cit., pp. 85-86.

⁹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e a seu Venerando Vigário*, Rio de Janeiro, Typ. da Revista Católica, 1888.

¹⁰ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Despedindo-se da diocese do Espírito Santo*, Campinas, Typ. Livro Azul, 1901.

bispo colocou em prática a ação social tão apregoada pela Igreja, abriu uma escola agrícola destinada a fornecer ensino primário e agricultura prática para meninos pobres, a qual ele confiou à congregação dos salesianos, da mesma forma como fizera quando, ainda, era padre, em Campinas. A Colônia tanto progrediu que em 1908 foi elevada pelo governo à Fazenda Modelo, e recebeu novas concessões de terra para aumentar a produção de alimentos¹¹.

Nos sete anos que esteve à frente daquela diocese, publicou nove cartas pastorais, sendo a mais importante delas, a última, na qual ele se despedia das dioceses de Pouso Alegre e Campanha. Ela foi escrita nos mesmos moldes de sua última carta pastoral, na diocese do Espírito Santo. Ela contém um resumo das principais atividades do bispo e revela uma visão de conjunto de toda a diocese, suas paróquias, o número de religiosos e, por fim, apresenta um apêndice com minuciosas informações históricas, geográficas e etnográficas, obtidas em sua primeira visita que realizou nas paróquias, entre julho de 1901 a outubro de 1903¹². Ele ainda começou um segundo ciclo de visitas, em 1906, mas não pôde continuar por motivos de saúde, quando pediu um bispo auxiliar. Em 8 de setembro de 1907, foi criada a diocese de Campanha, da qual D. Nery foi nomeado administrador Apostólico, até a chegada do novo bispo¹³.

Em 1908, D. Nery foi transferido para a diocese de Campinas e nela exerceu o ministério episcopal até 1920, quando faleceu, com 56 anos¹⁴. Em Campinas, D. Nery continuou a exercer o ministério episcopal da mesma forma que o fizera nas duas dioceses anteriores. Montou a infra-estrutura material e organizou as atividades pastorais para as 34 paróquias da diocese. Criou novos empreendimentos como: seminário, colégios católicos para o ensino particular, um jornal diocesano denominado *O Mensageiro*, com o propósito

¹¹ NERY, J. B. C., *Despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha*, Rio de Janeiro, Typ.Leuzinger, 1908, pp. 111-116.

¹² Idem, pp. 80-85.

¹³ Ibidem, p. 104. Sobre sua doença o próprio D. Nery, numa outra passagem da mesma carta, indica seu estado de saúde *Pouco a pouco, porém nossas forças, já combatidas, foram diminuindo: O organismo [...] perdia sua atividade [...] Foi então que, forçado por insistente reclamação médica, cessamos de falar e pedimos ao Santo padre um bispo Auxiliar*. O próprio bispo parecia ter consciência de que estava doente quando justificou seu pedido de nomeação de um auxiliar por problemas de saúde.

¹⁴ OCTÁVIO, Benedito (ed), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 375. A causa da morte foi diagnosticada como complicações advindas de um tumor no fígado.

de *doutrinar, animar e defender a fé*¹⁵, publicou, ainda, inúmeras orientações catequéticas e litúrgicas, ao povo e ao clero. Convidou congregações religiosas masculinas e femininas para implantarem suas obras em Campinas, realizou visitas pastorais em todas as paróquias e promoveu um Congresso Diocesano. Parte de sua ação pastoral, como bispo de Campinas, será analisada detalhadamente, mais à frente.

A publicação de variados textos, cartas pastorais, regulamentos, sermões, discursos e outras publicações de variados assuntos revelam um eclesiástico com uma boa formação acadêmica. Comum a sua época, em seus textos sobejam expressões afrancesadas que indicam o grau de influência daquela cultura européia em sua formação. Duas das cartas pastorais lhe valeram, em 1908, o título de sócio do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Instituição fundada para fazer apologia do Estado¹⁶.

Com apenas quarenta e cinco anos de idade, sendo bispo há doze anos, D. Nery possuía uma posição eclesiástica invejável dentro dos quadros institucionais, a qual lhe permitia assumir uma diocese com o peso político de Campinas. Embora situada no interior do Estado, a diocese já nascia com grandeza política, razão que justificou o fato de D. Nery ter aceitado recomeçar seus trabalhos, pela terceira vez, como se fosse um bispo recém-ordenado.

Por ocasião da Conferência Meridional de 1915, quatro bispos, com menos tempo de ministério episcopal do que ele, possuíam o título de arcebispo, fato que poderia indicar que ele tivesse sido preterido na carreira eclesiástica. Dos novos arcebispos, com exceção do arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, todos os outros ocupavam sedes distantes, nas capitais estaduais. Em São Paulo, além de D. Duarte, havia outro arcebispo que embora tivesse o título não governava uma sede arquiépiscopal: D. José Marcondes Homem de Mello. Este, em 1906, foi nomeado arcebispo do Grão-Pará. Ao voltar de Roma, após a ordenação episcopal, por razões de saúde renunciou àquela sede, sem, no entanto, perder o título de arcebispo e as devidas insígnias. Posteriormente, foi nomeado

¹⁵ **BENEDETTI**, Luis, *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*, São Paulo, Paulinas, 1984, p. 159

¹⁶ *Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro D. João Batista Corrêa Nery, bispo de Pouso Alegre. Servem de título à sua admissão as Cartas Pastorais, Despedindo-se da diocese do Espírito Santo e Despedindo-se das dioceses de Pouso Alegre e Campanha. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 71, parte I- 1909, p. 587. Ataliba Nogueira, ainda, informa que D. Nery, também, era sócio da Société Académique d'Histoire Internationale. **NOGUEIRA**, Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Néri*, op. cit., p. 33.

como primeiro bispo da diocese de São Carlos, em 1908. Nela, pôde gozar das benesses eclesiásticas que o título lhe garantia sem, no entanto, estar a frente de uma arquidiocese. A complicada política eclesiástica demonstrava que, muitas vezes, a remoção nem sempre compensava a promoção. Era natural que o tempo de serviço ministerial garantisse à D. Nery a precedência para uma promoção dentro da estrutura hierárquica, porém, tendo aceitado ser bispo de Campinas, e continuado apenas como bispo, D. Nery granjeou muito mais prestígio e influência política do que os arcebispos nomeados para sedes distantes, os quais viviam, quase que, no ostracismo.

Por outro lado, há indicações de que sua nomeação tenha sido fruto de articulações eclesiásticas e civis, principalmente de campineiros que desejavam um bispo alinhado com os interesses políticos dos republicanos e positivistas e que defendesse o *status quo* da tradicional sociedade campineira. O próprio D. Nery, mesmo como bispo do Espírito Santo e depois de Pouso Alegre, mantinha contato com sua cidade natal. Vários documentos daquelas dioceses foram escritos em Campinas e impressos em gráficas campineiras, o que revela sua presença constante na cidade. Seu envolvimento na criação da diocese é atestado na publicação *Duas Palavras sobre o Bispado do Oeste de São Paulo e a sua Sede*¹⁷. Também, o testemunho de Dr. Bruno Chaves, ministro brasileiro junto à embaixada do Vaticano, indica relação de proximidade com o bispo e informa que D. Nery teria se empenhado na criação da Diocese¹⁸. Com isso, fica evidente que a escolha do bispo para Campinas se inseria no estabelecimento de uma base eclesial com um peso político significativo. Para a diocese que tinha sua sede em uma cidade com a importância política de Campinas não poderia ser nomeado um bispo recém ordenado e desconhecido, como era o costume. Era preciso um bispo que fosse habilidoso, experiente e, ao mesmo tempo, jovem. D. Nery preenchia estes requisitos e, além de tudo, era filho da cidade.

A Poliantéia publicada como homenagem póstuma a D. Nery reuniu testemunhos de admiradores e conhecidos influentes de D. Nery. Por meio dela e através de verificações feitas por outros pesquisadores, é possível constatar que nenhuma das obras idealizadas por D. Nery foi realizada sem o apoio de algum patrocinador econômico, o que indica um certo grau de apadrinhamento ou troca de interesses. Necessariamente, estes apoios não

¹⁷ NOGUEIRA Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Nery*, op.cit, p. 77.

¹⁸ OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 118-123

expressavam amizade ou simpatia pela pessoa, no caso por D. Nery – e que bem poderiam ter havido –, mas eles devem ser entendidos em duas vertentes que se completavam, uma política e outra religiosa. A política se justificaria pelo fato de que a ação social e caritativa da Igreja sempre interessou ao poder público, na medida em que ela realizava o que era função daquele, como construir e cuidar de hospitais, orfanatos, asilos, etc.. A segunda justificativa é a vertente religiosa que expressa a existência de trocas simbólicas entre o poder religioso e o poder civil e econômico. Tais trocas seriam frutos de uma concepção religiosa, na qual os detentores do poder econômico deviam colaborar com as obras da Igreja como forma de garantirem um crédito religioso, salvífico.

A título de recordação, lembro que a entrada de Nery e sua manutenção no colégio Culto a Ciência se concretizou graças a interferência de Campos Sales, sua vocação e posterior entrada no seminário só aconteceram pelo apoio direto do cônego Vieira, em suas reminiscências, Ataliba Nogueira narra que seu pai, o Barão de Ataliba Nogueira foi um dos financiadores dos estudos de Nery, a obra do Liceu foi uma feliz associação entre D. Nery e uma das famílias mais ricas da cidade – a família do Barão Geraldo de Rezende, a fundação de uma creche denominada creche Campinas foi amparada por Bento Quirino, o qual, em 1916, deixou mais de cinqüenta contos de réis àquela obra social, fato que lhe valeu ter seu nome imortalizado na nova sede da creche. Ainda constam como amigos de D. Nery, além do já citado Dr. Bruno Chaves, Antonio Carlos do Amaral Lapa, Roque de Marco, Antonio Rodrigues de Melo e a família Silva Telles.

É sabido que, especialmente Campos Sales, Barão Geraldo e Bento Quirino não eram somente ricos, bem como maçons¹⁹. A proximidade com a maçonaria não foi prática social exclusiva de D. Nery. Quando ele ainda estudava no seminário, a elite campineira financiou a construção e sustentou a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Órfãos, ambas fundadas pelo cônego Vieira²⁰. Identificar aquela prática social e religiosa como única razão para isentar a elite campineira de sua responsabilidade social é desconsiderar a

¹⁹ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., p. 188. **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãos (1870-1960)*, Campinas, Tese de Doutorado – Faculdade de Educação – UNICAMP, 2002, p. 143.

²⁰ Sobre o apoio de civis às obras da Santa Casa, conferir o elenco das pessoas que ajudaram economicamente e que se envolveram na construção daquela obra. Cf. **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãos (1870-1960)*, op. cit. 51-57.

religião como elemento fundamental na formação da cidade de Campinas. Não se pode esquecer que a religião católica permeava o universo cultural brasileiro. Desta forma, melhor seria supor que tanto a elite campineira sustentou as obras da Igreja para manter as *mãos limpas*, inclusive, servindo-se delas, quanto àquela prática social refletia o imaginário religioso católico, no qual foram formadas àquelas pessoas. Prova isso, a construção da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, naquela Santa Casa, a qual foi totalmente custeada pelo Barão de Monte-Mor. Em troca deste ato benemérito e altruísta o referido Barão foi representado através de seu retrato, o qual foi colocado no salão nobre daquela instituição. Duas faces de uma mesma interpretação religiosa: O católico enquanto *seguidor de Cristo*, através da prática da caridade e o desejo, não menos religioso, de ser *imortalizado* senão pela Igreja, pela sociedade civil²¹.

2. A CULTURA ULTRAMONTANA em CAMPINAS

O seminário, para o qual o jovem Nery foi enviado em 1880, desde o ano de 1856 formava padres ultramontanos. Joaquim José Vieira, um dos primeiros seminaristas a ser ordenado padre, foi nomeado pelo bispo de São Paulo, vigário encomendado da paróquia de Campinas, em agosto de 1860, o qual, por contar com apenas 24 anos de idade, foi chamado pelo povo de *vigarinho*. Posteriormente, ao lado de D. José Pereira da Silva Barros e D. Antonio Cândido de Alvarenga, ele tornou-se um dos primeiros alunos daquele seminário a ser nomeado bispo, em 1883²².

Três textos ilustram a rigidez e a fidelidade ao ultramontanismo até as últimas conseqüências, daquele eclesiástico no exercício de sua função religiosa na cidade de Campinas.

Ana Maria Melo Negrão indica que o sucessor de D. Antonio Joaquim de Melo, o bispo Sebastião Pinto do Rego, que viveu a maior parte de seu ministério como responsável da capela imperial, meses após sua posse como bispo de São Paulo, no ano de 1863,

²¹ idem, pp. 57-61.

²² WERNET, A, *A Igreja Paulista no Século XIX. A Reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*, op. cit, pp. 166-167.

colocou a paróquia de Campinas em concurso, fato que permite pensar que tenha havido dificuldades entre o governo imperial e o antigo bispo, D. Antonio, que preferiu nomear para a paróquia de Campinas um padre que fosse de sua confiança, evitando, portanto, um vigário colado, através de concurso. Não obstante diversas manifestações de protestos de vários segmentos da sociedade campineira favoráveis a sua permanência, o padre Vieira viu-se obrigado a participar do concurso imperial. Apesar de ter realizado um *exame brilhante*, o *vigarinho* foi preterido e outro eclesiástico tornou-se o vigário colado daquela paróquia. A autora indica que *interesses liberais opostos ao ideal ultramontano, [...] conseguiram a nomeação de um outro vigário que atendesse mais aos serviços do partido*. Sem alternativas, padre Vieira foi obrigado a afastar-se da paróquia, como compensação foi nomeado cônego da Catedral de São Paulo, obtendo licença para manter residência em Campinas, fato que lhe permitiu dedicar-se à fundação da Santa Casa de Misericórdia e de um asilo para órfãs, permanecendo em Campinas, por 20 anos, quando foi nomeado bispo do Ceará²³.

Ao analisar o alcance da reforma episcopal de D. Antonio Joaquim de Melo, Wernet indicou que D. Vieira foi essencialmente ultramontano, principalmente, em duas ocasiões: em 1888, quando convocou o primeiro sínodo diocesano do Ceará com a finalidade de *estabelecer uma legislação eclesiástica que servisse de norma para a conduta dos clérigos* e quando recorreu à *Sagrada Congregação da Inquisição para condenar os abusos decorrentes da fama de santidade atribuída ao Padre Cícero*²⁴.

De caráter apologético, mas não menos significativa, uma terceira obra sugere que a rígida formação recebida no Seminário Episcopal de São Paulo foi a responsável pela indicação episcopal do cônego Vieira para ser o bispo da diocese do Ceará. Segundo o autor, em uma das muitas visitas à Campinas, o imperador D. Pedro II visitou as futuras instalações do hospital *Santa Casa de Misericórdia*. Neste encontro, o imperador teria desejado cumprimentar o responsável daquela empreitada, o qual não se encontrava próximo. Ao ser reclamado o, então, cônego Vieira teria se apresentado e manifestado, ao

²³ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãs (1870-1960)* op. cit., pp. 49-51. Sobre a importância do vigário colado como figura política conferir: WERNET, A, *A Igreja Paulista no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 –1861)*, op. cit., pp. 64-75.

²⁴ WERNET, A, *A Igreja Paulista no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 –1861)*, op. cit., p. 167.

próprio imperador, a sua dificuldade em cumprimentar aquele que assinara o decreto de prisão contra os dois bispos, da conhecida *Questão Religiosa*, em 1874. Ao contrário do que se imaginava, o imperador não lhe censurou e nem lhe infligiu pena alguma, o que poderia fazê-lo já que exercia o padroado e, posteriormente em 1882, indicou seu nome como ser bispo do Ceará, o que foi aceito pela Santa Sé, em 1883²⁵.

Embora não haja convergência direta entre as fontes citadas, elas se confirmam na medida em que indicam a postura de um membro do clero ultramontano que, desde sua ordenação sacerdotal, se empenhava na reforma da Igreja. Especialmente, a associação entre a primeira e última informação fornece um exemplo de um clero contrário à interferência regalista de D. Pedro II nos negócios da Igreja. Por motivos políticos, o governo imperial afastou o padre Vieira da paróquia, mas não pôde impedi-lo de exercer seu ministério em outra atividade, até com maior alcance político que as funções religiosas que um vigário colado exercia, o que, provavelmente, pode ter contribuído para que muitos campineiros tomassem ciência da ausência de políticas públicas do governo imperial.

De outro lado, considerando que a primeira e única prisão de bispos no Brasil por motivos políticos representa o momento de ruptura de um determinado universo católico na cultura brasileira, se compreende que a rígida posição daquele padre era, cada vez mais, compartilhada por um número significativo de eclesiásticos, principalmente pelos padres que tinham sido formados nos seminários, fundados ou reformados, por D. Antonio Ferreira Viçoso, em Mariana; Minas Gerais, e por D. Antonio Joaquim de Melo, em São Paulo.

As práticas ultramontanas, registradas nos três textos acima, era reflexo da forma como aquele cônego fora formado e exercia o seu ministério. Elas possibilitam visualizar

²⁵ **NÓBREGA**, Apolônio, *Dioceses e bispos do Brasil*, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, V. 222, 1954, 1-328, p. 158. A datação desta visita é indicada por Jolumá Brito, que ao discorrer sobre a terceira visita do imperador à Campinas, em 1878, afirma que, também, aquele episódio foi descrito pelo eminente historiador Raimundo de Menezes. **BRITO**, Jolumá, *História da Cidade de Campinas*, Campinas, Saraiva S.A, 1964, volume 19, p. 39. Mello Pupo, ainda, indicou que a visita imperial à Santa Casa se deu a 14 de setembro de 1878. **MELLO PUPO**, Celso Maria de, *Campinas, Seu Berço e Juventude*, Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 20, 1969, p. 172. Por sua vez, Ana Maria Melo Negrão informou que a inauguração da Santa Casa de Misericórdia aconteceu em 15 de agosto de 1876 e a inauguração do Asilo de Órfãs, se deu exatamente dois anos mais tarde. Portanto, se estas informações procedem, a informação de Quinderé é equivocada. Sobre a Questão Religiosa conferir os capítulos: *Os Elementos em Conflito*, O Trono à Beira do Desastre e a Conclusão. **VIEIRA**, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, op. cit., pp. 26-59, 347-370 e 371-377, respectivamente.

a força cultural das práticas sociais e religiosas daquele padre junto aos leigos que freqüentavam aquela capela, na qual ele era o líder religioso e através das quais reproduzia o seu universo religioso e político. Naquele suposto encontro com o Imperador, carregado de simbolismo político, o referido cônego não somente agia coerentemente com sua pregação, mas ensinava seus fiéis formando-lhes a consciência de uma nova concepção eclesial distinta e acima do Estado. Ali, em uma circunstância diversa, ele atualizava o discurso dos bispos condenados pelo governo imperial, em 1874. Naquele o momento ele reafirmava a identidade ultramontana da Igreja. Tratava-se de evidente demonstração de força, a qual implicava disputas de espaços sociais para as novas práticas políticas e religiosas. Aquela posição do cônego Vieira e sua, posterior, nomeação ao episcopado indicavam o fortalecimento, a afirmação e a sobreposição do ultramontanismo sobre as outras concepções eclesiais existentes.

Os fatos são momentos de ápice das mudanças religiosas, sociais e políticas. Ao longo do tempo, estas mudanças são formadas e brotam no cotidiano das sociedades e atingem todos os aspectos da vida social. Elas são resultado das transformações sociais e culturais que se concretizam nos diversos segmentos sociais e repercutem na vida singular das pessoas e nas instituições. Neste dinâmico processo cultural as diferentes informações são assimiladas, re-elaboradas e re-criadas, constituindo uma nova mensagem a ser lançada. Desta forma, em uma relação dialética, os receptores, ou leitores, como afirmou Chartier, se tornam transmissores culturais estabelecendo uma rede de jogos de linguagem e significação, de fenômenos discursivos e simbólicos que regulam a instalação de uma nova prática e de uma nova ordem social.

A atitude do cônego Vieira foi a demonstração de que a reforma realizada, no Seminário Episcopal de São Paulo por D. Antônio Joaquim de Melo, começava a surtir efeito e que era um investimento que deveria continuar através dos tempos. O embate nas questões religiosas escondia o jogo de forças de grupos sociais que disputavam a influência sobre a consciência popular. O ultramontanismo se fortalecia pelas medidas reformatórias apoiadas nas sanções canônicas, mas também, pela natural substituição dos padres refratários às mudanças impostas pela crescente centralização da Igreja. Nesta perspectiva, o clero foi peça fundamental como produtor de novas práticas sociais que tentava a todo

custo moldar, regular e normatizar as condutas dos fiéis. Eles foram os responsáveis pela circulação das novas representações religiosas e culturais.

Os vários escritos biográficos sobre D. Nery indicam que ele teria sido um dos coroinhas daquele cônego e que por ele teria sido acompanhado em sua vocação religiosa até sua entrada no mesmo seminário em que aquele cônego fora aluno. É impossível pensar que o jovem Nery tenha sido a única pessoa que recebeu influxo daquela nova mentalidade religiosa. Junto dele, vinte e oito anos antes da criação da diocese de Campinas, diversos católicos já tinham incorporado e, voluntariamente, compartilhavam do ultramontanismo que passaria a ter um grande peso na construção da nova identidade católica.

2.1. DOM BOSCO: UMA MODERNA INSPIRAÇÃO²⁶

Com pouco mais de dois anos de sacerdócio, em 1889, o então padre Nery, viu Campinas ser dizimada por um surto de febre amarela, da qual, também, ele foi acometido. Para socorrer os órfãos daquela epidemia ele se associou à senhora Maria Umbelina Couto que idealizava construir um abrigo para os órfãos. Em 1892, as famílias *Geraldo de Rezende e Bueno de Miranda* doaram a área de 44.443 metros quadrados para a construção de uma obra pia para os meninos. Para as primeiras instalações, D. Nery articulou junto à sociedade campineira formas para angariar fundos. Sua principal atividade foi a organização de peças teatrais que lhe valeram mais de trezentos contos de réis, dinheiro suficiente para as primeiras obras, posteriormente outras doações foram recebidas²⁷.

Em 1893, o então padre, Nery iniciou a busca de contato com os Salesianos para assumirem aquela obra. Segundo Ana Maria Melo Negrão, o motivo que levou, o então, padre Nery a escolher a Congregação dos Salesianos foi que ela era a única capacitada para assumir tal obra educacional, pois as demais congregações existentes no Brasil dedicavam-

²⁶ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, op. cit., pp. 36-38.

²⁷ Idem, 198 e BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., p. 31ss. Ana Maria Melo Negrão, afirma que o grande benemérito da obra de Nery foi o Barão Geraldo de Resende, dono de grande propriedade em Campinas. Ele militou no Partido Conservador e exerceu a vereança de 1883 a 1886. Foi deputado geral participando do Parlamento Nacional que antecedeu a Proclamação da República. O próprio título de barão, foi concedido por D. Pedro II, como reconhecimento pelo espírito público que desempenhou suas funções políticas. NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, op. cit., pp. 31.

se ao ensino da elite brasileira²⁸. O fascínio que o carisma salesiano exerceu sobre D. Nery permite compreender seu universo religioso e o interesse pela prática social e política da Igreja.

D. Bosco foi um padre italiano que viveu entre os anos de 1815 a 1888. Em 1934, foi canonizado por Pio XI, sendo considerado apóstolo da juventude. Este santo, foi padre diocesano, mas desde o início de seu ministério, privilegiou o cuidado dos jovens pobres, alguns expulsos do campo, outros atraídos pela modernidade que se transferiam para as cidades com a finalidade de exercer profissões humildes nas nascentes indústrias. D. Bosco temia que os solitários jovens perdessem as poucas referências familiares e fossem seduzidos pelos costumes urbanos, segundo ele, contrários a religião católica. Em 1869, com membros dos oratórios, D. Bosco fundou a congregação religiosa masculina que recebeu o nome de Pia Sociedade de São Francisco de Sales²⁹.

A oportunidade para a congregação crescer surgiu, por volta de 1863, quando foram promulgadas as leis que proibiam o ensino religioso nas escolas públicas, o que levou diversos católicos a procurarem D. Bosco para pedir-lhe que fundasse colégios católicos. D. Bosco aceitou com a condição de que ao lado de cada colégio houvesse um oratório para as crianças pobres, *rapidamente multiplicaram-se os colégios, as escolas de aprendizes, as escolas agrícolas, contribuindo para alimentar as forças católicas, não só na Itália, mas em todo o mundo*³⁰.

Estava posta a função social da congregação. Além de formar intelectualmente os filhos dos católicos liberais para que continuassem a manter seus lugares na estrutura social, ela formava profissionalmente os filhos dos pobres para trabalharem nas indústrias. Transmitida, simultaneamente, nas escolas e nos oratórios, a catequese católica incutia nos jovens uma moral religiosa que justificava a tradicional divisão da sociedade, entre pobres e

²⁸ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora* em DEMARTINI, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., pp. 201-202.

²⁹ São Francisco de Sales, que viveu entre 1567 e 1623, foi contemporâneo das implantações do Concílio de Trento. Este por sua vez fundou conjuntamente com Santa Joana Francisca de Chantal, a Ordem da Visitação, na França, em 1607, uma ordem sem clausura que era aberta às mulheres idosas e debilitadas. De forma semelhante a Francisco de Sales, em 1872, com objetivo de formar as jovens desvalidas, D. Bosco associou-se à irmã Maria Domênica Mazzarello na fundação do Instituto Maria Auxiliadora.

³⁰ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, op. cit., pp. 37 e 38.

ricos. Em 1877, D. Bosco afirmou em uma carta ao presidente das Conferências de São Vicente na cidade de Bueno Aires:

*[...] a experiência nos persuadiu de que este é o único meio para sustentar a sociedade civil: tomar conta dos meninos pobres. Recolhendo meninos abandonados, aqueles que seriam para sempre um flagelo da sociedade civil tornam-se bons cristãos, honestos cidadãos, glória dos lugares onde moram, ganhando honestamente o pão da vida com o suor e com o trabalho*³¹.

Revela-se aqui, a percepção de que a religião não controlava mais a sociedade. Para manter os princípios católicos era preciso criar espaços, nos quais os valores católicos podiam ser defendidos ou incutidos. Como qualquer eclesiástico de seu tempo, D. Bosco não questionava as causas que geravam aqueles problemas sociais. Ainda que tenha tido uma preocupação evangélica de socorro aos pobres, ele colocava a sua preocupação na manutenção dos valores católicos e, portanto, da manutenção da instituição. Neste sentido os colégios católicos foram espaços por excelência. D. Bosco, assim como tantos outros fundadores de congregações religiosas masculinas e femininas, dedicando-se ao carisma da educação, na idealização da formação de bons católicos, acabou servindo ao Estado liberal. A característica conservadora da Igreja, latente nos colégios católicos, serviu para legitimar a ordem estabelecida, da qual a Igreja sempre foi aliada.

Em D. Nery pode ser vista uma adequação dos ideais de D. Bosco, ao quais foram associados a pregação da dimensão social da Igreja presente na encíclica *Rerum Novarum*. D. Nery resolvia o problema dos menores abandonados, tirando-os da marginalização, impedindo-os de se transformarem em elementos indesejados pela sociedade e ao inseri-los numa escola profissional, preparava-os para serem úteis à sociedade capitalista. Todos ganhavam, inclusive a Igreja, pois, através de um de seus ministros, era construída a imagem de uma Igreja mais servidora e dedicada aos pobres.

Assim, anunciava o lançamento da pedra fundamental em 1892:

*A pedra fundamental do Liceu de Artes e Ofícios é a pedra angular da instrução dos filhos do povo de Campinas. O que vai ser estabelecimento de educação eminentemente popular, pode-se desde já prever, sabendo-se que sua direção vai ser entregue aos padres salesianos, que no ensino manual não encontra termo de comparação com nenhum outro educador da mocidade, nas artes e nos ofícios, por meio dos quais, os meninos conquistam facilmente o meio seguro de ganhar o pão.*³²

³¹ Negrão afirma que D. Bosco ao escolher trabalhar com jovens pobres pensava em tirá-los da rua. Ele investia em escolas profissionalizantes como solução social à mão de obra especializada e à promoção do desempregado, inserindo-o no mercado de trabalho. NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora* em DEMARTINI, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., p. 200.

³² NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, op. cit., 22.

Tendo, em 1896, o então, padre Nery sido nomeado bispo da diocese do Espírito Santo, ele acelerou a obra e a inaugurou em 27 de julho de 1897. Não podendo mais dirigi-la, por meio de doação de propriedade, ele transferiu o Liceu de Artes e Ofício para a Congregação dos Padres Salesianos. No ano de 1898, foram instalados os primeiros cursos profissionalizantes: tipografia, alfaiataria, carpintaria e sapataria. Ainda no mesmo ano, os padres salesianos instituíram a formação para meninos filhos da aristocracia campineira³³.

3. A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE CAMPINAS

Depois de 1889, após a Proclamação da República, a Igreja procurou estabelecer novas bases com a finalidade de aumentar sua influência política e pastoral. Em um primeiro momento, criou novas dioceses nos Estados, nos quais, ainda, não havia um bispado. Na primeira década do século XX foram contempladas outras cinco capitais completando, assim, o que Sergio Miceli analisou e denominou como *estadualização* do poder eclesiástico³⁴. Paralelamente, neste mesmo período, deu-se início a uma nova fase, a criação de dioceses em cidades importantes nos diversos Estados. Sendo assim, quatro cidades de Minas Gerais, três no Rio Grande do Sul, duas em Mato Grosso e cinco no Estado de São Paulo tornaram-se novas dioceses. Em 1908, através da bula *Diocesum Nimiam Amplitudinem* o papa Pio X elevou a diocese de São Paulo a arcebispado, e criou cinco novas dioceses: Taubaté, Botucatu, Ribeirão Preto, Campinas e São Carlos que passaram a constituir a Província Eclesiástica de São Paulo³⁵.

A importância política da região e a força das oligarquias locais que articularam junto aos eclesiásticos e à nunciatura a escolha de suas cidades foram determinantes para que elas fossem elevadas à dignidade de sedes episcopais. As três últimas dioceses estavam

³³ Idem, 18 e 47.

³⁴ MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit, pp. 59-80.

³⁵ LEOPOLDO E SILVA, Duarte, *Decreto de Constituição da Nova Província Eclesiástica de São Paulo no Brasil e de ereção de cinco Novas Sedes Episcopais*, em *Anunciando a Constituição da Província Eclesiástica de São Paulo*, Cardozo, Filho & Cia, 1908, 24-25.

alinhadas pelas estradas de ferro da Mogiana e da Companhia Paulista, pela qual escoavam o café produzido nestas regiões.

Apesar dos efeitos devastadores da febre amarela, Campinas se esforçava para reconstruir-se e fez isso incentivando a produção de café e a nascente industrialização que contou com a mão-de-obra estrangeira que povoava a cidade. Desde o final do século XIX, a região concentrava uma importância política significativa. Desde a fundação do Partido Republicano Paulista, em Itu, em 1873, a elite mostrava seu interesse em participar dos rumos políticos do país.

Politicamente conservadora e positivista, a elite da região apoiou o projeto religioso do bispo de São Paulo, D. José de Camargo Barros, e articulou junto a outros eclesiásticos ultramontanos a criação da diocese de Campinas, dentre eles o próprio D. Nery e o padre Campos Barreto³⁶. D. Nery, em sua primeira carta indicou a existência de uma *comissão encarregada pela criação do bispado* que ele nomeou como a *alma* daquele empreendimento. A poliantéia do cinquentenário da diocese de Campinas indica que o senador Francisco Glicério, Orozimbo Maia e César Bierrembach, ao lado de outros homens importantes, fizeram parte daquela comissão³⁷. A criação da diocese de Campinas foi desejada, articulada e esperada por muitas pessoas, o que parece indicar que se tratava de um projeto partilhado por muitas pessoas que tinham assimilado a nova eclesiologia romanizada. Porém, especialmente um texto relata uma certa resistência eclesiástica à criação da diocese pelo fato da cidade de Campinas, ser muito próxima à cidade de São Paulo. Sendo assim fica claro que foi, somente, com a criação da nova Província Eclesiástica de São Paulo é que foi atendido o pedido dos campineiros, do qual D. Nery foi um grande defensor³⁸.

Também, convém considerar a existência de uma preocupação católica com o aumento dos não católicos na região de Campinas. Com a derrota dos Confederados na Guerra da Secessão dentre os sulistas que imigraram para o Brasil vários grupos se fixaram

³⁶ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Saudando os seus Diocesanos*, São Paulo Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1908, p. 29.

³⁷ *Poliantéia do cinquentenário da Diocese de Campinas 1908-1958*, São Paulo, Linografia Ed. Ltda, 1959, pp. 12 -15.

³⁸ Cf. o testemunho de Bruno Chaves, Ministro do Brasil junto ao Vaticano, em OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 118-123.

na região de Campinas com escolas e igrejas próprias, para preservar os traços culturais. A cidade de Campinas, em 1870 foi escolhida pela Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana, dos Estados Unidos, para receber a sua primeira base missionária. No mesmo ano, os missionários George Norton e Eduardo Lane fundaram a Igreja Presbiteriana e, em 1874, construíram o Colégio Internacional. Em 1888, o Senado Presbiteriano do Brasil idealizou e aprovou o projeto de fundar um Seminário Teológico. Após tentativas frustradas de construí-lo nas cidades de Nova Friburgo e São Paulo, em 1907, resolveu-se que ele seria instalado em Campinas no prédio do Colégio Internacional que fora desativado em 1892 em função dos efeitos da epidemia de febre amarela, da qual foi vítima Eduardo Lane³⁹. O Seminário Presbiteriano do Sul foi a primeira escola de nível superior implantada na cidade de Campinas.

Em 1866 chegaram os primeiros americanos na região que foi nomeada como Santa Bárbara D'oeste na qual começaram a cultivar algodão. Em 1875 foi instalada pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro a Estação de Santa Bárbara, em torno da qual se originou um novo povoado que passou a ser conhecido como Vila dos americanos. Logo foi inaugurada a fábrica de tecidos *Carioba*, a qual contribuiu para o crescimento da cidade que recebeu o nome que identificava aquela região. Em 1895 foi fundada a primeira Igreja Presbiteriana em Americana, enquanto que a primeira paróquia católica foi fundada somente em 1900.

Em 1881, a missionária Marta Hite Watts se instalou na cidade Piracicaba, para fundar a primeira escola metodista brasileira, o *Colégio Piracicabano*, com a missão de educar as moças brasileiras e instituir as bases para o fortalecimento da Igreja Metodista na América Latina. Também, na cidade de Nova Odessa, em 1906 imigrantes letões fundaram a primeira Igreja Batista Leta⁴⁰.

Evidentemente que a presença destes protestantes não passou despercebido da Igreja católica que buscou formas para garantir espaços católicos naquelas regiões. Nesta perspectiva a criação da diocese de Campinas se inseria dentro de um projeto de recuperar

³⁹ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Educação Escolar Norte –Americana no Brasil do século XIX. Trajetórias Históricas de um Colégio Protestante em São Paulo (1869-1892)*, em **DEMARTIANI**, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* CMU-Publicações/Unicamp, 1999. pp. 145-168.

⁴⁰ **BASSINI**, Marili, *Religião e Identidade Étnica: A Primeira Igreja Leta de Nova Odessa (1906-1922 e 1980-2002)* CAMPINAS, IFCH-UNICAMP, 2003.

e/ou criar espaços sociais ao lado de outras instituições religiosas ameaçavam a estabilidade da instituição.

Feitas estas considerações, é possível entender que a criação da diocese foi o momento alto das reformas religiosas iniciadas pelos antigos bispos de São Paulo, pela realização de duas visitas pastorais à cidade, ainda no século XIX e, pela presença de padres formados no seminário de São Paulo que, paulatinamente, vinham reformando as paróquias segundo aquela mentalidade. Neste processo o cônego Vieira, o próprio padre Nery que exercera o ministério por dez anos em Campinas; o padre Barreto que, em 1911, foi nomeado bispo, e tantos outros, exerceram uma prática social católica que sinalizaram a efetivação de uma tendência cada vez mais romanizadora na região da cidade de Campinas. Esses elementos associados às novas condições da Igreja na República, o desejo da Santa Sé de multiplicar sua base na América Latina, as articulações dos cafeicultores, propiciaram o fortalecimento da romanização em Campinas.

Diferentemente de muitas outras dioceses, Campinas tinha uma relativa tradição que favoreceu a rápida implantação de um bispado. A escolha de D. Nery, como bispo da cidade, indica que foi escolhido um bispo experiente e capaz de dar continuidade ao projeto iniciado, com a finalidade de aumentar a influência da Igreja junto aos outros segmentos da sociedade. Entende-se, portanto, que a montagem das estruturas humanas e físicas na diocese, além de ser uma necessidade econômica, organizacional e pastoral davam uma maior visibilidade à Igreja e ao seu projeto de mostrar à sociedade que a Igreja era um organismo vivo e ativo. Visto por este prisma, os bispos foram mais que empreendedores, ou bispos empresários, como os qualificou Miceli⁴¹.

Ao contrário de Bencostta, esta dissertação pretende demonstrar que a nomeação de D. Nery para Campinas não se deu em razão da necessidade de romanizá-la. Desde 1861, quando a região, ainda, era parte integrante da diocese de São Paulo, o processo do ultramontanismo ou romanização da Igreja se consolidava, pouco a pouco, através da interação de práticas sociais e religiosas uniformes, sugeridas pelo clero ultramontano e pelas práticas religiosas, quase sempre múltiplas, da comunidade católica. Através de um processo de seleção e assimilação das novas práticas é possível verificar a existência de uma simbiose entre os sentidos católicos existentes, na qual acabou predominando os

⁴¹ MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., p. 21.

valores da romanização. Ainda que possa ser identificada uma forte interferência institucional através das práticas sugeridas pelo clero, é necessário afirmar que o projeto romanizador, por si só, não conseguiria se impor se não tivesse havido uma demanda religiosa, na qual muitas pessoas passaram a compartilhar daquela nova eclesialidade.

4. D. NERY E AS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS MERIDIONAIS

Segundo a doutrina liberal, a adoção do regime democrático no Brasil implicou na separação da tradicional aliança entre trono e altar. A Igreja viu interrompida sua relação institucional com o poder civil. Sem ter desejado aquela separação e, inclusive, resistido a Igreja viu com bons olhos a possibilidade da liberdade de ação eclesial e de plena reaproximação com a Santa Sé.

Em março de 1890, os bispos brasileiros se reuniram e lançaram a primeira Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. Nela, colocavam-se contra a secularização instaurada pela nascente República que pretendia reduzir a ação da Igreja aos espaços privados, negando-lhe, portanto, sua independência, criticaram a equiparação da religião católica com as outras religiões e seguindo a orientação de Leão XIII, os bispos emanaram uma série de conselhos para que os católicos utilizassem as liberdades concedidas e que se unissem para a defesa da Igreja e para o cumprimento dos deveres cristãos⁴².

Não perdendo tempo, os bispos revelaram seu poder de negociação garantindo total apoio ao governo republicano brasileiro, desde que este ficasse *na sua esfera* e prometiam que a ação da Igreja seria a *mais salutar* para o Estado pois seus filhos eram *os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que derramarão [...] o seu sangue em prol da liberdade da pátria*. Os bispos terminavam o texto com um recado ao Congresso Constituinte: que ele

[...] não ofendesse a liberdade da consciência religiosa do país, que na quase totalidade era formado por Católicos, que não impedisse o desabrochar de novas vocações religiosas e sacerdotais, que não impusesse o serviço militar aos sacerdotes, que não os privasse da posse e da administração de suas propriedades e que não estabelecesse escolas sem Deus⁴³.

⁴² idem, 226-228.

⁴³ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, apud RODRIGUES, Ana Maria Moog, Seleção e Introdução, *A Igreja na República*, Brasília, UNB, 1981, p. 57 ss.

Era o eco que os bispos faziam às palavras da encíclica *Sapientiae christiane*, de Leão XIII.: *restabelecer na vida privada e em todas as partes do organismo social os princípios e as práticas do Cristianismo, é o único meio de livrar-nos dos males que nos acabrunham e de prevenir os perigos de que somos ameaçados*⁴⁴.

Em junho de 1890, quando surgiu o decreto para a futura Constituição Brasileira o episcopado enviou uma *Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo Sr. chefe do governo provisório*, na qual apelava aos sentimentos católicos do chefe do governo. Também em outubro, do mesmo ano, o episcopado enviou uma *Representação dirigida à Assembléia Constituinte* no qual lembrava a *responsabilidade e compromisso dos representantes do povo católico para com a Igreja, formadora da nação brasileira*⁴⁵. O objetivo era pressionar a Câmara para que a elaboração da Constituição não prejudicasse a liberdade da Igreja.

E de fato assim foi, não tanto pela pressão dos bispos, mas pela percepção de que a força da Igreja em formar consciências deveria ser muito bem aproveitada pelos detentores do poder. Wernet afirma que as modificações a favor da Igreja Católica foram introduzidas, na Constituição de 1891, graças à intervenção de uma minoria católica e de constituintes que perceberam a força da instituição *na conservação da ordem e dos poderes públicos e sendo o catolicismo a religião da maioria do povo brasileiro, a justificação religiosa colaboraria para que os cidadãos da República prestassem obediência às autoridades instituídas pelo estado republicano*⁴⁶. Rodrigues, também, afirmou que os positivistas, os idealizadores da Constituição, viram no tradicionalismo da Igreja uma segurança para o nascente Estado Republicano pois, *ambos pregavam o respeito à autoridade e à ordem estabelecida, e se preocupavam com o reerguimento moral da sociedade*⁴⁷. A ordem e a disciplina da Igreja contribuiriam para o bem da pátria.

⁴⁴ Idem, apud., p. 50.

⁴⁵ LUSTOSA O.F., ed., *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*, Loyola, São Paulo 1990, pp. 20-21 (grifo meu).

⁴⁶ WERNET, Augustin. *A Igreja e a República: Separação entre Igreja e Estado. Anais da XI Reunião da SBHP*, São Paulo, 1991, p. 33.

⁴⁷ RODRIGUES, Ana Maria Moog, Seleção e Introdução, *A Igreja na República*, op. cit, pp. 6 e 7.

Ao tomar conhecimento que a separação dos dois poderes fora relativamente tranqüila e que ela possibilitaria vantagens à Igreja brasileira, o Papa Leão XIII, em 1894, enviou uma carta ao episcopado solicitando empenho dos católicos nas eleições para a escolha de legisladores que defendessem a instituição, e concluiu: *é necessário que todos, observando as leis do Estado, se esforcem por eleger representantes políticos que zelem pelo bem da religião. Este resultado será obtido, se cada um for submisso à autoridade suprema do Estado*⁴⁸.

Os teólogos neo-tomistas reconhecendo que todo poder constituído vem de Deus, introduziam uma nova interpretação para aquilo que seus predecessores combateram: a democracia. Afirmavam que a soberania neste regime não pertencia ao governante ou aos que exerciam o poder legislativo, mas a quem lhes tinha atribuído tal poder, aos que elegeram. Cabia, pois, a estes exigir dos poderes constituídos que os princípios católicos continuassem guiando a sociedade. Não sendo possível evitar que o Estado legislasse sem fazer referência a Deus, entenda-se sem a Igreja Católica, os católicos deveriam exercer seus direitos políticos através do voto e concorrer à eleição de cargos políticos, defendendo os valores católicos. Era a proposta de constituir um Estado em bases católicas, segundo a preceptiva da cristandade.

Em 1899, em função de uma das decisões do Concílio Plenário Latino Americano, acontecido em Roma, o qual determinava que os bispos latino-americanos deveriam multiplicar as assembléias episcopais, o papa Leão XIII, enviou uma carta ao arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, na qual protelava a convocação do Concílio Brasileiro⁴⁹. Não restando outra opção, os bispos brasileiros deram , a partir de 1901, início

⁴⁸ **LÉON XIII**, Lettre de, Aux archevêques et évêques du Brésil de 02/07/1894, apud **BADARÓ**, F. *L'Eglise au Brésil pendant l'Empire et pendant la République* Stabilimento Bomtempelli, Roma 1895, pp. 136-137. aussi il est nécessaire que tous, observant les lois de l'Etat, s'efforcent de désigner par le suffrage commun des représentants unissant au souci des affaires publiques, un zèle éprouvé pour la religion. Ce résultat sera heureusement obtenu, si chacun est soumis à l'autorité suprême de l'Etat,....

Essa nova situação da Igreja, permitiu que o autor, um católico republicano que, em 1894, foi ministro plenipotenciário do Brasil junto ao Vaticano assim interpretasse a nova situação da Igreja no Brasil: *Hoje a Igreja goza no Brasil da liberdade mais ampla e mais completa. O santo padre fala aos católicos brasileiros, lhes ensina e conduz com a mesma liberdade de ação com que fala, ensina e conduz a família pontificia que habita entre os muros do Vaticano* **BADARÓ**, F. op. cit., pp. 101-103. Riolando Azzi ao traduzi-lo, lhe nomeou com o título: *Asilo Inviolável para a liberdade de consciência*, em **LUSTOSA O.F.**, ed., *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*, op. cit., pp. 95-96.

⁴⁹ [...] *para tal fim vos recomendamos vivamente de vos comunicardes vossos conselhos e de multiplicardes as assembléias episcopais, segundo vos permitirem as distâncias e os deveres sagrados do vosso cargo* em

a uma série de cinco conferências, que foram realizadas nas duas províncias eclesiásticas instituídas pelo papa Leão XIII, em 1882: a província do Norte, chamada Setentrional e a do Sul, Meridional.

Nas duas primeiras Conferências da Província Setentrional, os bispos se ocuparam de artigos sobre os sacramentos e sua administração e a reforma da paróquia, especialmente indicando o *Regulamento para a organização da Doutrina Cristã*. Na terceira e na quarta conferência, os bispos daquela província, assumiram como suas as deliberações da Província Meridional de 1910 e 1915. A quinta reunião aconteceu em 1919, e nela foi tratado sobre as adequações da pastoral ao Código de Direito Canônico que fora aprovado em 1917, relativas à administração dos sacramentos⁵⁰.

Já as Conferências Meridionais fortaleceram a unidade dos bispos e determinaram os rumos da organização interna da Igreja Brasileira, na primeira metade de século XX, quando foi criada, na década de cinqüenta, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Nem mesmo o tão sonhado Concílio Brasileiro, realizado em 1939, conseguiu superar o documento da última Conferência, de 1915, que foi revisado e atualizado a luz do referido Concílio, e reeditado em 1945.

Na Conferência de 1901, realizada na cidade de São Paulo, o episcopado propôs uma ação conjunta através da elaboração de um catecismo que pudesse ser utilizado pelo clero em todas as paróquias da província meridional. Forte ênfase foi dada no cuidado das normas litúrgicas. Quanto à ação pastoral nas paróquias, o documento indicava duas: a assistencial aos pobres através da fundação das Conferências de Vicentinos e promoção da catequese para os adolescentes nas escolas paroquiais. Os bispos, também, insistiram na

LÉON XIII, Lettre de, Aux archevêques et évêques du Brésil de 02/07/1894, apud **BADARÓ**, F. *L'Eglise au Brésil pendant l'Empire et pendant la République* Stabilimento Bomtempelli, Roma 1895, pp. 136-137.

Em carta enviada a D. Joaquim Arcoverde, o novo líder do episcopado brasileiro, o Internúncio D. José Marcchi comunicou oficialmente a resposta de Leão XIII sobre o pedido de autorização para realização do Concílio Brasileiro. *Sua Santidade julgou mais oportuno que o projetado concílio, fosse ainda por algum tempo adiado e que, no entanto, os Reverendíssimos metropolitanos procurassem no correr do ano próximo (1901) convocar os respectivos sufragâneos para Conferências Provinciais, com o fim de deliberarem sobre coisas mais urgentes e ao mesmo tempo, preparem a matéria que terá de ser tratada e discutida no referido Concílio.* em *Acta Resolutiones et Statuta. Primi Sacri Consessus Episcoporum Sancti Pauli*, Typ. Brazil de Carlo Gerke & Cia, S. Paulo, 1901, pp. 9 e 10.

⁵⁰ **BARBOSA**, Manoel, *A Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora e Obras Gráficas A Noite, 1945. 146-150.

necessidade dos seminários e congregações religiosas para que a romanização pudesse se implantada.

Na segunda Conferência de 1904, realizada na cidade de Aparecida do Norte, o episcopado referendou a Conferência de 1901 e acrescentou alguns novos cânones. Também naquela Conferência, por ocasião do cinquentenário da promulgação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, os bispos coroaram, solenemente, a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Na terceira conferência de 1907, realizada na cidade de Mariana, o episcopado destacou a importância de valorizar as duas cartas pastorais anteriores. O trabalho final resultou num texto com quatorze capítulos, com os seguintes temas: profissão de fé, pregação, doutrina cristã, auxiliares dos párocos no ensino da doutrina cristã, perigos contra a fé, conservação da fé, vida e honestidade dos sacerdotes, párocos, meios de conservar os bons costumes e corrigir os maus, batismo, matrimônio, seminários centrais, música sacra, regulamento e futura conferência⁵¹. Como apêndice, produziram um texto, dividido em vinte e sete capítulos para orientar os bispos e párocos em suas atividades na renovação da paróquia. Interessante notar que enquanto o texto da Pastoral Coletiva ocupa 61 páginas, os apêndices ocupam 152 páginas, revelando, portanto, que a maior preocupação dos bispos era com a reforma litúrgica, principalmente, sobre os sacramentos, em especial do matrimônio e a eucaristia e a sua preparação aos jovens.

Na Conferência de 1910, realizada na cidade de São Paulo, o episcopado destacou duas prioridades para o trabalho dos clérigos nas paróquias. 1) o trabalho na catequese que deveria ser desenvolvida em três áreas: *na família, na escola e na Igreja*. Para tanto, os principais desafios eram: *criar escolas católicas, fundar Associações de Doutrina Cristã e criar órgãos de imprensa católica, capazes de formar opinião católica*. 2) O apelo ao clero para que se dedicasse aos trabalhadores, exortando-o para ir além de suas funções paroquiais e estendê-las ao campo social, *mostrando aos pobres a dimensão social do catolicismo*. Evidente preocupação com a crescente presença dos socialistas na sociedade.

O texto conclusivo daquela conferência foi dividido em sessenta capítulos distribuídos em cinco títulos, a saber: Fé, Sacramentos, Culto, Disciplina do Clero,

⁵¹ *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana*, Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1907, pp. 5-25.

Costumes do Povo. Da mesma forma que a Conferência de 1907, ele apresentava um apêndice com cinquenta e sete capítulos com as mais diversas orientações litúrgicas, com vários decretos eclesiásticos e regulamentos pastorais.

Este documento muito mais detalhado que os anteriores, destacou no título IV, um capítulo denominado: O Episcopado. Além de endossarem a doutrina católica sobre o episcopado como sucessores dos apóstolos, em comunhão com o papa, pontífices em suas respectivas dioceses, os bispos brasileiros insistiram na necessidade de uma estreita união entre eles para garantir a implantação daquelas normas pastorais. Afirmaram, ainda, que os bispos tinham a missão de pregar a palavra de Deus, administrar os sacramentos, ditar leis para formar consciências católicas e para regular a disciplina⁵².

Na quinta Conferência de 1915, realizada na cidade do Rio de Janeiro, o episcopado finalizou a obra começada em 1901. De forma semelhante às Conferências anteriores, os bispos promulgaram um documento que contemplava os anteriores e, ao mesmo tempo, inseririam acréscimos, principalmente, no quinto capítulo, denominado *Costumes do Povo*. Por fim, reproduziram o apêndice da Pastoral anterior, acrescentando algumas modificações.

Todas estas Conferências elegeram a paróquia como centro de evangelização. Elas definiram que o principal agente da evangelização seria o padre e sua função deveria ser, estritamente, religiosa. Desde a segunda metade do século anterior, os bispos passaram a exigir dedicação exclusiva do clero no trabalho paroquial. As sucessivas Conferências confirmaram isso, e indicaram normas para que as paróquias ficassem cada vez mais dependentes dos párocos, os quais deveriam fundar associações para atrair os diversos segmentos da população de sua paróquia. As celebrações litúrgicas se tornaram o centro da vida paroquial, especialmente àquelas sacramentais.

D. Nery exerceu um papel preponderante nas Conferências Meridionais. Ele foi um dos cinco bispos que participou de todas as conferências episcopais. Nas duas últimas conferências, de 1910 e 1915, ele era o quinto bispo com mais tempo no exercício do ministério episcopal, mais antigos que ele eram: D. Carlos Aloísio D'Amour, ordenado em 1878, ainda no tempo do império; D. Arcoverde e D. Silvério, ambos ordenados em 1890 e

⁵² *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro, 1910*, Typographia Leuzinger, Rio de Janeiro, 1911, canones 802-829.

D. Eduardo Duarte Silva, ordenado em 1891. Em contrapartida, era o décimo primeiro bispo mais jovem com, aproximadamente, 51 anos.

Na pessoa de D. Nery esses dois fatores complementares permitiram-lhe uma participação efetiva naquelas conferências. Isso porque na estrutura eclesiástica a precedência, a qual hierarquiza os iguais, lhe garantia a liderança; ao mesmo tempo, sua idade o aproximava dos muitos jovens bispos o que, por sua vez, lhe assegurava condições para transmitir-lhes a sua experiência e seu entusiasmo com aquelas assembléias. A ata da primeira sessão da Conferência, de 1910, indica que na distribuição das equipes dos trabalhos, em um total de onze comissões, D. Nery participou de cinco, tendo sido presidente em duas delas. Em ambas, o tema dominante foi a Questão Social e foi justamente esta comissão que elaborou o texto do capítulo denominado *Associações Católicas e Ação Social*. Na Conferência de 1915, os trabalhos foram distribuídos em quatro comissões, das quais D. Nery foi o único bispo que participou em duas delas. A não inclusão do seu nome como presidente justifica-se pela ordem de precedência no episcopado que naquela assembléia foi ocupada pelos arcebispos⁵³.

A rápida implantação daquelas orientações na diocese de Campinas, algumas vezes, até, adiantando-se à elas, indicam que a anuência de D. Nery às decisões das referidas Conferências não foram práticas meramente formais, mas fruto da convicção de que a união do episcopado e as reformas sugeridas promoveriam a renovação necessária para relançar a Igreja Católica no período republicano.

5. A PRÁTICA SOCIAL DE D. NERY, COMO BISPO DE CAMPINAS

O exercício ministerial de D. Nery, entre 1908 e 1920, revela mais que o comum exemplo de um bispo romanizado. Suas práticas sociais, realizadas no exercício cotidiano ao longo de doze anos, revelam que D. Nery tinha clara percepção de que os primeiros

⁵³ idem, op.cit, p. XII. e *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre, Comunicando ao Clero e aos Fiéis*, Typ. Martins de Araújo & C., Rio de Janeiro, 1915, p. XXI.

passos da romanização já marcavam uma nova realidade religiosa em Campinas, o que, evidentemente, deveria ser mantida e incentivada por ele, mas sua missão era maior, importava, pois, promover uma maior visibilidade da Igreja junto a outros segmentos da sociedade.

As visitas pastorais, a realização do Congresso Diocesano e a criação de centros educacionais, ao lado das publicações de inúmeros textos que deram corpo a ação eclesial tornando visíveis os efeitos da romanização indicam que ele desejou suscitar nas várias pessoas que pôde atingir, uma percepção de que o catolicismo era um modo de vida e não simplesmente o cumprimento de rituais religiosos. Através daquelas práticas, ele divulgava a Instituição, e, conseqüentemente, a hierarquia, da qual ele membro.

Ao mesmo tempo em que exercia seu ministério episcopal, nas mais variadas funções diocesanas, apregoando o caráter social da Igreja Católica, D. Nery esforçava-se para introduzir um novo sentido para a religião católica: a de ser a construtora da unidade nacional. A intenção da Igreja, era o seu programa pastoral: formar bons católicos para serem bons cidadãos e bons patriotas. Com esta nova prática social, D. Nery indicava aos detentores do poder civil que a Igreja não lhe fazia oposição, mas colaborava com o governo.

5.1. A VISITA PASTORAL COMO ESTRATÉGIA DE VISIBILIDADE DA IGREJA

É comum vermos caracterizado, em muitos trabalhos acadêmicos, a interpretação que as visitas pastorais foram de fundamental importância para a implantação da romanização. Neste sentido, o destaque recai na análise da função pedagógica e correcional dos padres que não tinham, ainda, se adequado às novas normas institucionais. Bencostta, ao estudar as visitas pastorais de D. Nery, não foge à regra. Ele denomina o segundo capítulo de sua tese de: *Visita Pastoral: Um instrumento da Romanização*. Nele, o autor destaca que a visita fazia parte da pedagogia romanizadora de D. Nery, já exercida nas dioceses do Espírito Santo, entre 1896 até 1900, e em Pouso Alegre, entre 1901 até 1908, anteriormente. Destaca as preocupações do bispo: *supervisionar a guarda e administração das Igrejas, conhecer seus diocesanos nos aspectos dos costumes e da moral, verificar o*

*grau de compromisso com o clero e regularizar a administração dos sacramentos*⁵⁴. Apoiando seu trabalho em Wernet⁵⁵, o autor parece desconsiderar uma diferença fundamental entre a Visita Pastoral realizada em São Paulo, em meados do século XIX – tema central daquele autor –, e a Visita Pastoral realizada por D. Nery, em 1908, ou seja: o tempo. A simples existência de uma distância de cinco décadas exclui qualquer possibilidade de comparação. Se aquela seqüência de visitas pode ser identificada como Instrumento da Romanização, o que, também, é discutido neste trabalho, não deve ser ignorado que Campinas fez parte daquele primeiro roteiro de visitas, o que permite deduzir que, em 1908, a recém-criada diocese era mais romanizada do que em meados do século XIX. Esta percepção é fundamental para a perspectiva que esta pesquisa pretende analisar. Se considerarmos que a Visita Pastoral de Campinas – de 1909 à 1911 - foi um *Instrumento da Romanização*, ela deve ser vista como um momento de maior intensificação daquele movimento.

Mais do que representar a continuidade das práticas religiosas iniciadas pelo episcopado ultramontano, ainda no século XVIII, as Visitas Pastorais na diocese de Campinas devem ser entendidas dentro do conjunto das novas práticas que tinham, antes de tudo, a intenção de construir uma nova identidade católica, da qual os ministros ordenados, especialmente o bispo, eram o eixo principal. Daí a necessidade de fazê-lo conhecido no interior de sua diocese. Não deve ser esquecido que, no Brasil a presença da figura do bispo sempre foi muito escassa. Até a Proclamação da República existiam apenas doze bispos. Somente após a separação entre a Igreja e o Estado é que a Santa Sé criou novas dioceses fazendo o número de prelados aumentar para dezessete.

Em São Paulo, as primeiras visitas pastorais foram realizadas somente depois de 1798; primeiramente, por D. Mateus de Abreu Pereira e depois por seu sucessor, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade que, na verdade, enviou, apenas, visitantes às paróquias. Quando D. Antonio Joaquim de Melo idealizou sua Visita Pastoral, para o período de 1853 a 1858, ele prometeu *realizar em cinco anos aquilo que não foi feito em cinqüenta*, embora tenha afirmado que a intenção era extirpar abusos, restabelecer a disciplina e firmar os

⁵⁴ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)* op. cit., p. 56.

⁵⁵ **WERNET**, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851 – 1861)*, op. cit., pp. 118-143.

dogmas, aquelas visitas serviram tão somente para tomar conhecimento da extensão territorial e fazer-se conhecido, inclusive de muitos padres que tinham visto um bispo uma única vez, no dia de sua ordenação sacerdotal⁵⁶. O contexto eclesial não permitia ao bispo, por mais que ele quisesse, impor ou cobrar alguma coisa. Seu poder, na prática, era limitadíssimo, porque no cotidiano das paróquias, distantes da sede diocesana, e, portanto, longe do controle episcopal, o padre era a autoridade máxima da Igreja e não seria uma visita do bispo que mudaria a vida e os costumes naquela paróquia.

Os bispos ultramontanos tinham entendido, desde o início da segunda metade do século XIX, que para mudar a Igreja era preciso reformar o clero. Esta percepção acabou sendo incorporada pela primeira Conferência Meridional, de 1901, que confirmou os dois alvos da romanização, a reforma da paróquia e a reforma do clero, ambos centrados na figura do padre⁵⁷. Nesta perspectiva, a Visita Pastoral não foi apenas um instrumento controlador dos padres. Ela deve ser entendida como um reforço à autoridade sacerdotal, em torno da qual girava a vida eclesial das paróquias. Através de cada membro da hierarquia, que naquele projeto se tornava um importante signo, era visualizado, não o indivíduo em si, mas o que ele representava. Assim no padre era visto o bispo e neste, por ocasião das visitas pastorais, era visto o papa. Através dos clérigos era visualizada a Instituição.

No século XIX, a região de Campinas recebeu duas significativas visitas pastorais de bispos ultramontanos: em 1856, do reformador D. Antonio Joaquim de Melo e, em 1873, de D. Lino Deodato Rodrigues Carvalho⁵⁸. Ao considerar a distância de tempo entre elas, bem como a dimensão territorial da diocese – todo o Estado de São Paulo –, fica evidente que estes bispos pouco puderam fazer. Trinta e seis anos depois, D. Nery, bispo de Campinas, organizava sua primeira visita pastoral, a qual demorou quase dois anos para ser realizada.

⁵⁶ idem, p. 118.

⁵⁷ COSTA A. M., *Alguns Pontos de Reforma na Igreja do Brasil* em LUSTOSA, O.F., ed., *D. Antônio de Macedo Costa*, 52-69. e *Acta Resolutiones et Statuta - Primi Sacri Consessus Episcoporum*, op. cit., 9, 10-15 ss.

⁵⁸ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Primeira Visita Pastoral*, Typ. Mascote, Campinas 1911, p. 10.

Com apenas dois meses, como bispo de Campinas, em 06 de janeiro de 1909, D. Nery anunciou a visita diocesana através de uma carta pastoral⁵⁹. Nela, segundo a tradição eclesial, ele afirmava que o objetivo daquela visita era cumprir o seu dever de bispo, segundo as orientações do Concílio de Trento. No dia 06 de fevereiro, ele iniciou as visitas pastorais, finalizando-as, vinte meses depois, em 15 de setembro de 1910. Em 06 de janeiro de 1911, publicou o resultado em uma carta pastoral *Sobre a Primeira Visita Pastoral*.

O relato das visitas, feito pelo próprio bispo, indica o sucesso das medidas ultramontanas, anteriormente, aplicadas pelo clero da antiga diocese de São Paulo. Ao contrário das visitas pastorais realizadas em sua primeira diocese⁶⁰, em que tudo estava por fazer, o que lhe exigiu disciplinar o clero, dotar as paróquias com o mínimo necessário, as visitas pastorais realizadas por D. Nery, em Campinas, foram realizadas em melhores condições, seja pela facilidade de locomoção, como pelo bom andamento da pastoral. Embora, escrito de forma concisa, o relato das visitas, produzido, logo, após D. Nery ter visitado todas as paróquias, demonstra que sua maior preocupação foi apresentar-se como bispo, isto é, construir nas diversas paróquias uma representação de um bispo católico. Para tanto, grande atenção foi dada às manifestações do bispo em meio ao povo, em celebrações ou eventos culturais, o que confere às visitas o caráter de uma intensa propaganda religiosa.

Um fato que indica que as visitas pastorais não tiveram como objetivo primeiro a correção dos párocos é a existência de uma carta pastoral enviada, anteriormente, na qual o bispo comunicava sua intenção de visitar as paróquias e, ao mesmo tempo, transmitia as recomendações para a preparação dela⁶¹. De forma incisiva, o bispo indicava o que queria encontrar quando chegasse, o que revela que somente um padre muito displicente não prepararia tudo segundo a vontade do superior.

Todas as práticas sociais exercidas por D. Nery serviram para mostrar que a Igreja era uma realidade visível e concreta. Era, também, uma demonstração de força política, inclusive ao Estado. Ilustra isso, a exposição feita por Bencostta no subtítulo *As Elites, o Povo e a Visita Pastoral*, quando afirma:

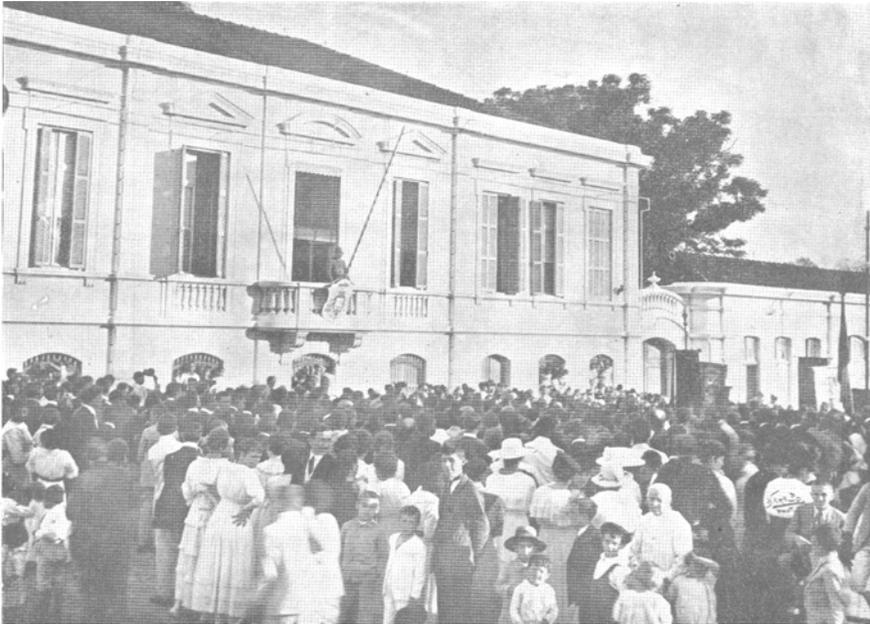
ao receber as homenagens solenes, D. Nery, enquanto bispo reformador, não desejava apenas que os fiéis assumissem uma atitude de dedicação e reverência à sua pessoa, mas, também, e

⁵⁹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Anunciando a Visita Pastoral Campinas*, Typ. Livro Azul, 1909.

⁶⁰ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral: Despedindo-se da Diocese do Espírito Santo*, op. cit., p. 4.

⁶¹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Anunciando a Visita Pastoral*, op. cit, p. 5.

*principalmente, como previa o catolicismo romanizado, uma postura de sujeição e obediência ao bispo enquanto autoridade máxima do universo eclesiástico imediato daqueles*⁶².



Manifestação pública de D. Nery em uma de suas visitas pastorais.

Outro fator que indica o sucesso da romanização, já antes da criação da diocese, é que o relatório das visitas não registra graves problemas nas paróquias visitadas, apenas reclamações, como ausência de silêncio e de asseio em algumas Igrejas⁶³. Isso se justifica pelo fato de que a maioria do clero de Campinas era constituída por padres formados no Seminário Episcopal de São Paulo e por padres europeus, todos afinados com a romanização.

Apenas um problema mais grave foi indicado na visita que fez à Indaiatuba, mas que não parece ter sido considerado de grande importância pelo bispo. Ele indicou, apenas, que permaneceu pouco mais de 40 horas, naquela cidade e que sua visita foi interrompida por *tristes acontecimentos que se desenrolaram em Indaiatuba*⁶⁴. Bencostta, baseado em um artigo publicado no Jornal *Cidade de Campinas*, reconstruiu o conflito denominando-o

⁶² **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., p. 80.

⁶³ **NERY**, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Primeira Visita Pastoral*, op. cit., p. 7.

⁶⁴ *idem*, p. 30.

*A Revolta de Indaiatuba*⁶⁵, o qual lhe dedicou três páginas de seu trabalho sem, no entanto, estabelecer possíveis ligações entre a visita, enquanto, *instrumento da romanização* e o fato acontecido. Narra Bencostta que, meses antes da visita, após receber do prefeito da cidade uma reclamação contra o padre, o bispo ordenou as devidas investigações, tendo visto que o conteúdo da denuncia era infundado e como conhecia as virtudes do padre, ignorou o fato. Por ocasião da visita pastoral, o prefeito o teria procurado para tirar satisfações, quando acabou se envolvendo em briga corporal com um parente próximo do padre. O conflito resultou em disputa armada, o qual provocou alvoroço na população e fez com que o bispo deixasse Indaiatuba, o mais rápido possível. A, posterior, manutenção do referido padre em sua função, após a Visita Pastoral, pode ser entendida como aprovação de sua conduta, o que indica que aquele fato não representou um problema para o bispo, ou pelo menos, não na dimensão construída por Bencostta.

Este autor, ainda, encontrou um caso isolado de um padre que, em 1913, foi excomungado por D. Nery, por ter fundado a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Para fundamentar sua hipótese, o autor viu naquela excomunhão a resposta da autoridade episcopal diante do *Clero Inconformado* que resistia às reformas romanizadoras⁶⁶. Porém, aquele fato parece ter sido isolado, e por isso não pode ser considerado como atitude do clero. A inexistência de casos mais concretos indica, não o mérito de D. Nery, mas a existência de um contexto fortemente ultramontano e romanizador que vigorava na diocese de São Paulo, a qual pertencia Campinas, antes de ser diocese, desde o episcopado de D. Antonio Joaquim de Melo, que há muitos anos formava padres fiéis, não a um bispo especificamente, mas à Igreja que ele representava.

Uma outra característica presente nos relatórios sobre as visitas pastorais de D. Nery é a quantidade de informações detalhadas sobre cada paróquia visitada. Do cruzamento das informações obtidas pessoalmente, pelas informações repassadas pelos próprios párocos e através de outras fontes, D. Nery construiu um texto que revela o esquadramento daquela realidade social e eclesial que, provavelmente, nem mesmo ele, em sua visita, pôde constatar. Pelos apologistas, isso foi interpretado como erudição do bispo, o que de certa

⁶⁵ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., pp. 81-85

⁶⁶ idem. pp. 129- 163.

forma não pode ser negado, porém, outra razão pode ser identificada. Sua presença se prolongava através do relatório enviado por ele, meses depois de sua curta permanência nas paróquias, por ocasião da Visita Pastoral. Através daquela representação, o bispo ausente, continuava presente para lembrar o padre e os fiéis daquela paróquia que a Igreja diocesana existia em função do bispo e que, sem ele, ela perderia a identidade. Esta interpretação se fortalece a medida em que se verifica que D. Nery nunca mais visitou suas paróquias, formalmente. As Visitas Pastorais de 1914, 1915, 1917 e 1918 foram realizadas por um visitador, nomeado pelo bispo. Apesar de terem sido redigidos sob o controle de D. Nery, os relatórios destas últimas visitas, embora contendo importantes informações quantificadoras das práticas sacramentais, perderam as características daquele primeiro relatório elaborado pelo próprio bispo.

Especialmente, as informações de caráter geográfico, etnográfico, as análises de elementos químicos das águas minerais, sobre a homeopatia, as orientações higiênicas, etc., tiveram a intenção de promover a imagem de um bispo culto e erudito junto à exigente sociedade campineira, o que significa o exercício de um poder político-cultural sobre as pessoas, principalmente, as mais simples⁶⁷. Porém, ao pensar que o simples agrupamento daquelas informações possam ter servido para promover melhores condições de vida da população é possível pensar que D. Nery tinha percepção que sua missão religiosa não se restringia somente ao cuidado da alma, mas também aos cuidados do corpo.

Uma última consideração, não de menor importância, para a realização das visitas pastorais foi a intenção de conscientizar os fiéis à ajudarem na manutenção da diocese, especialmente no custeio dos estudos dos seminaristas. Apesar das boas condições econômicas da diocese, o bispo aproveitava as visitas pastorais para construir uma imagem de uma Igreja pobre, a qual contava com a ajuda financeira de cada fiel para se manter. Em 25 de janeiro de 1909, o bispo lançou um breve texto instituindo o *Óbulo Diocesano*, no qual induzia o clero a motivar o povo para contribuir com as obras diocesanas e com a suposta situação precária da diocese, pois afirmou: *temos a profunda convicção de que nenhum filho da santa Igreja negará um auxílio em favor de sua mãe carinhosa*⁶⁸.

⁶⁷ OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 147

⁶⁸ NERY, J. B. C., *Mandamento: Criando na Diocese de Campinas a obra do Óbulo diocesano* (sic), Campinas Typ. Mascote, 1909. p. 7.

No mesmo texto, autorizava as paróquias a receberem emolumentos por ocasião das celebrações matrimoniais no valor de Rs. 15\$000, dos quais, um terço deveria ser enviado à Mitra Diocesana. Ora, é significativo que, dias antes de sair em Visita Pastoral, o bispo tenha dado este despacho administrativo. Uma outra informação indica que ele tinha autorizado, também, a cobrança de emolumentos por ocasião da administração da Crisma, no valor de Rs. 2\$000⁶⁹. A partir dos dados indicados nos relatórios da visitas pastorais, Bencostta elaborou um quadro que indica que nas visitas entre 1909 e 1910, foram crismadas 64.129 pessoas e foram realizados 305 casamentos, além de 25.557 primeiras-comunhões⁷⁰. Levando-se em conta a arrecadação das taxas das crismas e dos casamentos, a quantia recebida pela Mitra alcançou a quantia de Rs. 129\$000, o que correspondia, aproximadamente, à contribuição semestral que a Mitra diocesana recebia de uma paróquia como a da cidade de Rio Claro ou mesmo como a Catedral⁷¹.

Sem dúvida, todas estas práticas sociais realizadas nas, e a partir das, visitas pastorais contribuíram para que fosse construída uma imagem multifuncional da sua função e de sua atuação como bispo, para além dos muros da Igreja, da qual ele foi o principal articulador. Tivesse ele ficado restrito a sua diocese, desempenhando seus ofícios religiosos, provavelmente, seu nome sequer teria sido conhecido. D. Nery foi um homem que procurou relançar a Igreja, por isso ocupou todos os espaços, estabeleceu contato com pobres e ricos, com religiosos e maçons, com políticos e militares, mas sempre fez isso em função da forma como compreendia a sua missão religiosa.

5.2. O CONGRESSO DIOCESANO: DIVULGAR A AÇÃO SOCIAL DA IGREJA

Oscar Lustosa identificou que entre 1900 a 1920 ocorreu uma multiplicação de Congressos Diocesanos com a função de fazer ressoar os problemas mais graves que

⁶⁹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Primeira Visita Pastoral*, op. cit., pp. VI e VII.

⁷⁰ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., p. 303.

⁷¹ NERY, J. B. C., *Mandamento: Criando na Diocese de Campinas a obra do O Óbulo diocesano* (sic) op. cit., p. 15. Conferir, também, MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., pp. 137 e 139.

afetavam a Igreja Católica no Brasil⁷². Bencostta acrescentou, acertadamente, que também era um meio para divulgar o recente ensinamento social da Igreja presente na encíclica *Rerum Novarum*. A idéia foi tão bem aceita no meio episcopal que acabou sendo incorporada pela Pastoral Coletiva dos bispos da Província Meridional de 1910⁷³ que, por sua vez, deliberou a promoção dos Congressos nas diversas dioceses.

Com apenas dois anos em Campinas, D. Nery promoveu o Primeiro Congresso Diocesano. Ele foi realizado entre 27 e 30 de abril de 1911, no Externato São João. Em linhas gerais aquele encontro teve dois grandes objetivos: O primeiro, o de regular a pastoral na diocese recém-criada e o segundo, o de promover a Ação Social da Igreja.

Segundo orientações da Igreja, a normatização da pastoral se daria através da implantação das Associações Católicas, nas diversas paróquias da diocese. Desde a primeira carta pastoral, o bispo incentivava as associações existentes e insistia com o clero para que formasse associações católicas, onde ainda não houvesse uma⁷⁴. Em 08 de janeiro de 1911, ele instituiu a Confederação Diocesana das Associações Católicas para gerenciar o trabalho pastoral e traçou o seu objetivo. Em 11 de abril de 1911, dias antes do Congresso, ele determinou que em todas as paróquias fossem instituídas as referidas associações. Com isso, ele estabelecia as bases mínimas daquilo que o Congresso Diocesano proporia às mais diversas paróquias⁷⁵.

⁷² LUSTOSA, O.F. *Congressos Católicos no Brasil (190-1920)*. Boletim do CEPEHIB, São Paulo 27 (1) jan-mar. 1986, p. 2. apud BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., p. 167.

⁷³ *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro, 1910*, op. cit., cân. 1238.

⁷⁴ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Primeira Visita Pastoral*, op. cit., p. 27.

⁷⁵ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral por ocasião do 25º aniversário de sua ordenação*, Campinas, Typ. Mascote, 1911, p. 21. Os objetivos da Confederação Diocesana das Associações Católicas eram:

a) *manter, como principal elemento de coesão, a máxima cordialidade entre as diferentes associações e seus membros, tendo autorização para intervir com suas admoestações e conselhos sempre que for necessário.*

b) *Contribuir para a formação religiosa, cívica e espiritual de seus membros, por meio de conferências, leitura e demais atos apropriados a este fim.*

c) *Desenvolver, favorecendo e auxiliando todas as boas tentativas que aparecerem neste sentido, sempre de acordo como pensamento do prelado diocesano.*

d) *Patrocinar com toda a solícitude e prudência os interesses católicos e manter o bom nome dos fiéis e dos ministros da religião, servindo-se para isso, dos recursos facultados pelas leis do país.*

e) *manter e desenvolver na diocese a vida do hebdomadário, que é seu órgão, facilitar as boas leituras e premunir os incautos contra os perigos da má imprensa e das leituras perniciosas à fé e aos costumes.* Jornal O Mensageiro, de 08 de janeiro de 1911, apud BENCOSTTA, Marcus Levy

A ênfase dada pelo bispo e pela equipe que, supostamente, o ajudou a preparar o Congresso Diocesano demonstra que a finalidade daquele encontro era fazer a jovem diocese entrar na dinâmica pastoral, definida pelas Conferências Meridionais. D. Nery pretendeu fazer os congressistas assumirem A Ação Social da Igreja, a mais recente proposta da Igreja que fora definida pelo papa Leão XIII. Era uma oportunidade ímpar para ‘conscientizar’ os membros do Congresso e a sociedade campineira de que a Igreja tinha respostas para os problemas sociais. Isso fica patente nas notas preliminares das atas do referido Congresso, as quais afirmam que D. Nery convocou uma assembléia de católicos para debater e encaminhar propostas sobre as obras sociais. O presidente do Congresso Antonio Álvares Lobo assim o definia:

*estudar os grandes problemas que dizem respeito a santificação dos seres, a doutrinação do povo, e ao beneficiamento da pobreza, da orfandade e do operariado, [...] não há que tergiversar; é preciso pôr-se em contato com os meios humildes e socorrer a criança, do nascimento às creches; é essencial correr atrás do pobre e levá-lo pelo auxílio do trabalho, à cultura da terra, das oficinas e dos centros industriais até que pelo desvendamento da inteligência ele veja, desiludido do erro e convencido da refulgência das obras cristãs, que só o Catolicismo edifica a prosperidade para os infortunados de todas as classes*⁷⁶.

O órgão de Imprensa da diocese entendeu que objetivo principal do Congresso era *estabelecer relações entre os católicos da diocese na discussão dos meios para a realização do modo prático das chamadas obras sociais da Igreja*⁷⁷.

Desta forma, é possível perceber que o Congresso tinha a finalidade de propagar, tornar assimilável um novo sentido da organização da Igreja, bem como promover uma demonstração de força aos outros segmentos da sociedade civil. Assim, se visibilizava uma representação eclesial.

Isso foi demonstrado na preparação da infra-estrutura do Congresso. Pensada nos mínimos detalhes tais como divulgação do evento, preparação dos diversos locais, nas apresentações culturais, tais como bandas, teatro, recitais, preparação de diversos textos e recepção dos convidados. Não se tratava apenas de fazer o Congresso acontecer, era preciso que a sociedade campineira se envolvesse nele, e percebesse que a Igreja era uma realidade visível. A evidente preocupação com a visibilidade da Igreja foi registrada na ata do

Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., p. 168.

⁷⁶ *Atas do 1º Congresso Católico Diocesano*, Typ. Livro Azul, Campinas 1912, p. 26.

⁷⁷ *Jornal O Mensageiro*, 12 de fevereiro de 1911.

Congresso que assim descreve a recepção preparada para a chegada da comitiva do arcebispo de São Paulo que vinha de trem:

Na gare da Paulista aguardavam os ilustres prelados; os monsenhores; os cônegos; os padres; autoridades e católicos ilustres; inúmeras senhoras; representantes da imprensa local e de São Paulo e outras pessoas gradas.

[...] tocava a banda de musica União Operária. [...] os ilustres prelados apearam do veículo [...] dirigiram-se [...] para a porta da estação. No saguão estendiam-se em duas filas, os alunos do Externato São João[...].

No largo da estação organizou-se o cortejo que, em carros, desfilou pelas ruas Costa Aguiar, Francisco Glicério, Aquidaban, até o Paço Episcopal, onde S. Excias, Revmas, foram hospedados.

Á chegada do trem, foram queimadas baterias e quando cortejo saiu da estação repicaram os sinos da catedral[...].⁷⁸



Aspectos do Congresso Catholico de Campinas, 27-30 de Abril de 1911.

A' esquerda: a chegada dos Srs. Bispos. A' direita:romeiros do interior da Diocese saudam os Srs. Bispos.
No centro: Os Exmos. Srs. Arcebispo Metropolitano e Bispos presentes ao Congresso.

As sessões do Congresso foram compostas por longos discursos, exposições, hinos, poesias, apresentações culturais e leituras de telegramas. Não bastando tais atividades, várias festas foram realizadas nas imediações do Palácio Episcopal, na praça denominada Largo da Pará, previamente, preparada com licença da prefeitura, o que atraiu grande parte dos católicos. Todos esses acontecimentos não passaram despercebidos dos que não eram católicos ou ainda daqueles que não nutriam simpatia pela Igreja.

⁷⁸ *Atas do 1º Congresso Católico Diocesano*, op. cit., pp. 22-24.

As atas do Congresso, possibilitam-nos visualizar as novas orientações do bispo para a sua diocese. Seu esforço em envolver as pessoas - o que para o contexto da diocese deve ter sido uma novidade - deve ser visto com um profundo significado e deve ter sido importante para criar um novo sentido de Igreja na tradicional cidade de Campinas⁷⁹.

A escolha dos congressistas deve ter sido realizada com muito cuidado e pauta de discussão deve ter sido bastante reduzida, mas isso não impediu que alguns católicos, informados da prática social da Igreja européia, cobrassem maior coerência da instituição campineira. O Congresso foi organizado de tal modo que os trabalhos foram divididos em nove sessões, divididas em três grandes blocos: Obras de Piedade e Religião, Obras de Ensino e Propaganda e Obras Sociais. No início de cada sessão, um responsável previamente estabelecido apresentava uma tese que era debatida por outras pessoas, e ao que tudo indica, houve *debates regulares, e após conclusões decorrentes de seus longos estudos, foram aprovadas, e sujeitas à redação final da mesa*. O texto final foi entregue ao bispo para que ele selecionasse o que deveria ser apresentado como resultado. Com isto era preservado à autoridade episcopal o controle das publicações, as quais por ventura pudessem desviar o Congresso daquilo que foi idealizado por ele.

No texto final, publicado e apresentado no mês de julho do mesmo ano, de um conjunto de vinte nove propostas, o bispo as reduziu para oito. Dentre estas, somente duas propostas sobre as candentes questões sociais foram contempladas por ele, quando o Congresso indicou nove propostas de ações concretas. Sendo que estas duas propostas eram de caráter assistencialista e mesmo assim, *a serem implantadas*. O próprio tempo verbal indicava a fluidez da proposta. Ainda mais, os congressistas ao refletirem sobre a formação de comitês de assistência aos trabalhadores indicavam sugestões práticas para a obtenção de recursos. A mais significativa delas foi: *a fundação de uma mutualidade, nos moldes das caixas Raiffeisen, cujo produto seja destinado quer às obras religiosas, quer às instituições de caridade e de caráter social*. Do bispo, esta proposta não mereceu sequer uma palavra.

⁷⁹ Compartilhando das decisões da conferência de 1907, na qual os bispos da Província Meridional insistiam que em todas as paróquias fossem fundadas Associações da Doutrina Cristã. Provavelmente, esta foi a primeira vez, no Brasil, que em um documento do episcopado se indicava a presença do leigo na Igreja, evidentemente que, ainda que em função coadjuvante, *na ausência de sacerdotes os párocos lancem mão de seculares, homens ou mulheres. Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Rio de Janeiro, cânon 4º*.

Provavelmente seu silêncio, apesar de eloqüente, foi percebido por poucos católicos, pois a maioria estava inebriada pelas festividades e celebrações daquele congresso.

Embora o documento conclusivo afirme que o Congresso pretendeu ser uma obra coletiva, na qual todos os participantes teriam contribuído, é possível verificar que as propostas feitas por D. Nery foram todas contempladas, o que demonstra o controle episcopal. Uma colocação de D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, parece ter traído a suposta abertura apresentada por D. Nery: *É certo que não viestes aqui para legislar, senão dar corpo ao pensamento do vosso bispo [...] vossa missão não é discutir, senão afirmar*⁸⁰. Neste contexto, os leigos eram vistos como extensão do clero.

Na Carta de abertura do Congresso, D. Nery indicou duas grandes preocupações: a mocidade e o povo. Com relação ao que chamou de mocidade, D. Nery apontava que o problema de fundo era a política liberal que laicizara o ensino⁸¹. Isto significava para a Igreja perda de espaço na formação do universo cultural da juventude e, conseqüentemente, uma ameaça ao futuro da Instituição. Em consonância com as orientações da última Conferência da Província Meridional, ele destacou a importância das escolas paroquiais e dos colégios católicos e sugeriu a criação de associações de pais para fiscalizar os professores, pouco confiáveis, nas escolas públicas e particulares. A terceira tese do Congresso, apresentada por Benedito Octavio, propôs a criação de um Colégio Católico para os ensinos, primário e secundário, e a formação de uma Escola Normal Diocesana que funcionasse em período noturno com o mesmo programa de ensino das escolas oficiais e que fossem acrescentadas as matérias religiosas. Esta escola teria a finalidade de formar professores aptos para o ensino do catecismo nas paróquias. Nas conclusões do Congresso aparecem indicadas que as duas propostas foram aceitas pelos congressistas e que D. Nery deliberou que as paróquias coletassem dinheiro para a construção do prédio do Colégio Católico. Por conta própria, o bispo acrescentou: *que, também, será o futuro Seminário da Diocese e a escola Normal*⁸².

⁸⁰ *Atas do 1º Congresso Católico Diocesano*, op. cit., p. 35 (o grifo é meu).

⁸¹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral para a Abertura do Primeiro Congresso Católico Diocesano*, op. cit., pp. 8-9.

⁸² *Atas do 1º Congresso Católico Diocesano*, op. cit., pp. 77,161, e 164 ss.

Com relação aos trabalhadores, os quais foram denominados pelo bispo como *povo*, ele ao insistir que os padres tinham *a obrigação de pensar na sorte do povo* e que deviam *se aproximar dele e serem seus amigos*, indicou que estava de acordo com a visão política da Igreja – que uma nova prática social deveria ser instaurada com a finalidade de evitar que os operários fossem atraídos pelas propostas socialistas. O texto indica que ele tinha percepção dos problemas sociais daquele tempo. Especialmente, ao citar o êxodo rural que provocava o esvaziamento do campo, o inchaço e desemprego nas cidades: *é notável que, ao passo que a lavoura tem falta de braços, as companhias ferroviárias e as oficinas se vejam assediadas por grande número de pessoas que vão pedir-lhes emprego*⁸³.

Como um eclesiástico fiel à Igreja, D. Nery não ousou ir além do discurso oficial do magistério eclesial. Em um discurso genérico insistia: *A Igreja de Campinas pouco tem feito para os operários*, segundo a prática da instituição, indicava medidas paliativas como: *obras pias para o socorro dos operários*, ou a *instalação de uma fazenda pia para os desempregados e crianças abandonadas*, e a *construção de um dispensário para os pobres*. A referência de D. Nery era a Colônia Agrícola que ele tinha fundado em Pouso Alegre em 1906⁸⁴.

Especialmente, na quarta sessão foi realizada uma conferência denominada *Auxílio pelo Trabalho*. Nela, o autor, Acrísio da Gama e Silva sustentou que as obras sociais da Igreja deveriam ser realizadas com o objetivo de causarem maior impacto nos trabalhadores do que as idéias veiculadas pelos socialistas⁸⁵. O expositor demonstrou que o inevitável contato entre trabalhadores católicos com outros grupos de operários, principalmente, com os socialistas que tinham prática social oposta àquela propagada pela Igreja, poderia produzir no primeiro grupo uma percepção diferente da realidade, do mundo do trabalho e principalmente da dimensão religiosa e, especialmente isso representava uma ameaça a Instituição. Daí a necessidade do envolvimento dos padres com os trabalhadores.

O que deve ser destacado é que a principal razão dos Congressos e, também, daquele campineiro, não foi encontrar saídas para os problemas da sociedade, senão

⁸³ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral para a Abertura do Primeiro Congresso Católico Diocesano*, op. cit., pp. 10-11.

⁸⁴ conferir páginas 17-18.

⁸⁵ *Atas do 1º Congresso Católico Diocesano*, op. cit., pp. 108-113.

promover e divulgar a Ação Social da Igreja, especialmente a encíclica *Rerum Novarum*, que apesar de ter sido escrita em 1892, ainda era desconhecida pela maioria dos católicos. A preocupação da Igreja era com a sua manutenção na sociedade, pois se via ameaçada pelo liberalismo e pelo socialismo. D. Nery, e nenhum dos católicos ali presentes, podiam e nem queriam ter prática social católica diferente daquela ensinada pela Igreja, mesmo porque, se assim fosse não estariam ali. Na verdade aquele grupo, ainda que não conhecesse bem aquela nova doutrina, sabia pela tradição da Igreja que, qualquer que fosse a proposta daquele Congresso, ele não representava uma ameaça à Igreja. Naquele momento, o que a Igreja menos queria era fazer oposição a organização liberal da sociedade e aos grupos estabelecidos; tratava-se, apenas, de uma estratégia propagandista para fazer conhecida aquela doutrina social, inclusive aos católicos. Julgando-se acima dos outros segmentos sociais, a Instituição se colocava a disposição para contribuir no processo da construção da sociedade brasileira.

Por fim cabe destacar ainda que, no interior da Igreja aquelas propostas bem poderiam ter significado, uma mudança na compreensão do sentido católico, o que teria gerado tensões e incompreensões. A idéia de um Congresso não era original de D. Nery, tratava-se de uma estratégia de convencimento dirigida, primeiramente, aos católicos. Aquele encontro católico significava novos ares para a Igreja em Campinas. Suas propostas pastorais, ainda que de forma muito tímida, contribuía para que significativos passos pudessem ser dados, no futuro, pela instituição. Ainda que conservador, é bastante provável que aquele Congresso possa ter sido interpretado como revolucionário por alguns católicos, principalmente, pelos mais conservadores, que julgavam quem nada deveria ser mudado. O bispo fez daquele acontecimento um espaço para tratar de um tema daquela atualidade, a questão social, e isso deve ser considerado como um avanço. Mais do que isso, ele indicava aos católicos que a flexibilidade política não era um retrocesso, mas uma estratégia política para garantir a permanência da Igreja no mundo.

5.3. O SEMINÁRIO E OS COLÉGIOS CATÓLICOS E A FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIAS

No projeto da romanização, um dos espaços fundamentais para se formar consciências foram as escolas. Vimos acima que, no Congresso Diocesano este assunto foi

amplamente debatido, no qual, inclusive, foi sugerida a construção de uma escola diocesana e do seminário.

Dentro do projeto eclesial previsto para a nova diocese era consequência lógica que, independente do bispo que fosse nomeado, a construção do seminário seria condição *sine qua non*. D. Nery dificilmente poderia ter agido diferente, mesmo porque, ele havia estudado no Seminário Episcopal de São Paulo. De outro lado, D. Nery sabia, também, que sendo uma escola específica para a formação de uma das etapas da preparação de futuros padres, ainda que o seminário acolhesse inúmeros jovens, que necessariamente não seguissem a vida sacerdotal, ela não atingiria outros segmentos sociais. Por isso, ao contrário de Bencostta que dedicou um capítulo inteiro àquela instituição, entendo que embora o seminário tenha sido instalado em Campinas, ele não foi a primeira preocupação de D. Nery. Embasado neste autor serão apresentadas apenas algumas informações relativas à instalação do seminário e, imediatamente abordarei o tema que parece ter merecido maior atenção de D. Nery, o de possibilitar a montagem de estruturas educacionais católicas para que em um razoável espaço de tempo, a cidade que até, então, contava com apenas duas escolas católicas, pudesse ampliar o espaço de atuação da religião católica⁸⁶.

5.3.1. O SEMINÁRIO SANTA MARIA

O Seminário Episcopal de São Paulo recebia alunos de todo o Estado de São Paulo, pois, se tratava de uma única diocese até 1908. Devido a criação de novas dioceses, e o consequente crescimento do número de vocações, os bispos da nova província eclesiástica de São Paulo passaram a priorizar as vagas naquele seminário, somente, aos seminaristas maiores e cada qual se incumbiu de formar seus seminaristas menores. Desta forma, os seminaristas maiores da diocese de Campinas continuaram a estudar em São Paulo e os menores passaram a estudar em três instituições: no seminário de Pirapora, no seminário de Pouso Alegre e na Escola Liceu de Artes e Ofícios, em Campinas⁸⁷.

⁸⁶ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., 94-128.

⁸⁷ **WERNET**, a. A Igreja Paulista no século XIX, op. cit., nota 34, p. 105. **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., 99.

Segundo as orientações da Igreja Universal, reafirmadas em todos textos das Conferências Episcopais, D. Nery, em 1910, deu o primeiro passo para fundar o seminário na diocese Campinas, quando escolheu e enviou cinco jovens para estudar no Colégio Pio Latino Americano, em Roma. Seu objetivo era prepará-los para serem os futuros professores do seminário. Três anos mais tarde, foi lançada a pedra fundamental para a construção do seminário e, ao mesmo tempo, foi fundada a Liga de São José para promover as vocações sacerdotais e para financiar os estudos de seminaristas pobres. O projeto de construção acabou sofrendo mudanças porque o cônego José de Almeida e Silva doou ao bispado as instalações do Instituto Santa Maria, antiga instituição de ensino feminino que atravessava diversas dificuldades. Feitas as necessárias reformas, em 1915, foi inaugurado o Seminário de Santa Maria, e no início do ano seguinte foi acolhida a primeira turma de seminaristas.

A instalação do seminário de Santa Maria seguia o modelo dos seminários existentes e, principalmente, daquele no qual D. Nery estudara. Estruturados em moldes europeus, o Seminário Episcopal de São Paulo e o Seminário de Minas Gerais, formavam os neo-sacerdotes há mais de cinquenta anos. Aquela estrutura formativa era o único modelo que D. Nery conhecia, e por isso, ele o considerava eficiente. Ele mesmo, como bispo, era fruto daquele seminário, e prova de que aquela instituição era peça importante para as reformas da Igreja. Por ter sido formado naqueles moldes, o bispo assimilou que *o total isolamento do mundo* era a melhor forma para preparar um futuro padre⁸⁸. Embora este ‘total isolamento’ tenha colaborado para evitar, o que Bencostta identificou como: *desregramento moral do futuro padre*, parece que o isolamento se tratava de uma pedagogia rígida capaz de preparar os futuros padres para fazerem oposição sistemática ao mundo moderno, e para afirmarem *que as portas do inferno não prevaleceriam sobre a Igreja*⁸⁹. O estudo e a doutrinação, sustentados pela disciplina, formaram eficientes defensores e propagadores da instituição e, era disso que ela precisava. Nesta perspectiva, a

⁸⁸ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., p. 106.

⁸⁹ **PIO X**, *Il fermo proposto*, Carta Encíclica de 11 de junho de 1905, 4, apud **CHENU**, Marie-Dominique, *La dottrina Sociale della Chiesa, Origine e Sviluppo*, Brescia, Queriniana, 1977. Esta frase tornou-se o título da tese: **CAES**, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*, Dissertação de Doutorado, Campinas, IFCH – UNICAMP, 2002, pp. 61-93.

moralização do clero não deve ser vista isoladamente, mas como consequência da disciplina autoritária.

5.3.2. AS ESCOLAS CATÓLICAS

A constatação de que D. Nery, quando adolescente, estudou, dentre outras, em uma escola mantida pela Loja Maçônica Fidelidade e, posteriormente, no Colégio Culto à Ciência, poderia levar o leitor a deduzir que Nery, ou alguém de sua família, tivesse ligações com a maçonaria. Cabe lembrar que, a política regalista do Imperador não permitia que congregações religiosas se instalassem no Brasil e que, por consequência, montassem suas escolas. Desta forma, ainda que a família do bispo tivesse tido alguma ligação com a maçonaria, o jovem Nery sentou-se naqueles bancos, simplesmente, pelo fato de que não existiam escolas católicas em Campinas, até 1897.

Considerando que o período que o jovem Nery estudou naquela escola maçônica, provavelmente durante os anos de 1871 a 1879, coincida com o conflito entre Igreja e Estado, conhecido como *Questão Religiosa*, parece que este fato não desencadeou nos católicos campineiros a oposição aos maçons. Um fato revela que no mínimo havia um bom entendimento entre eles na cidade de Campinas. Em 1886, na tradicional escola maçônica *Culto à Ciência* foi introduzido o ensino de religião na grade curricular, a ser ministrado pelo cônego Cipião Ferreira Goulart Junqueira⁹⁰. Isto permite pensar na existência de uma série de ajustes sociais que proporcionaram a convivência harmônica entre as duas instituições, apesar de insistentes condenações da Santa Sé à maçonaria. Por consequência, estas novas práticas sociais permitiram que ambas reconstruíssem a imagem de si mesmas e da outra instituição e passassem a se relacionar de outra forma. A distinção entre tese e hipótese, indicada na introdução desta dissertação, ajuda a compreender que o ajuste social havido nas duas instituições campineiras, e provavelmente, como também, em outras partes do Brasil, revela que católicos e maçons souberam distinguir a diferença entre os diversos discursos institucionais (consideradas como tese) e práticas sociais do cotidiano na cidade de Campinas (consideradas como hipótese).

⁹⁰ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, Cerqueira César-SP, Dórea Books and Art- 2000. p. 20.

Em Campinas, como em muitas outras cidades, desde 1847, a Irmandade do Santíssimo Sacramento considerada, a mais importante organização religiosa composta por leigos da cidade, incluía entre seus membros os importantes fazendeiros de café, dos quais muitos eram maçons⁹¹. Naquele contexto sócio-cultural, as duas instituições não se opunham, até, se completavam. Também, é necessário considerar que o jogo de interesses influía na prática social de ambas instituições, e isso parece ter sido determinante para uma convivência pacífica entre elas. De fato, as críticas à maçonaria, comuns em eclesiásticos romanizados, inexistem em discursos de D. Nery, o que permite deduzir sua percepção de que a presença dos maçons na Igreja independia da vontade da instituição, até porque muitos deles se consideravam católicos, e eram considerados, também assim, por alguns católicos. O bispo parece ter percebido que naquele momento tão importante – de construir alianças –, atitudes intolerantes e intransigentes só comprometiam a imagem de uma Igreja mais aberta que eclesiásticos mais perspicazes tentavam construir. De uma forma ou de outra, o que importa destacar é a existência de uma relativa abertura e tolerância ao diferente, e isso deve ser considerado.

Devido ao crescimento econômico alcançado pela produção do café e pelas primeiras indústrias, já se registrava, em meados da segunda metade do século XIX, o interesse das classes dominantes para que Campinas tivesse bons colégios. Em 1870, havia nove escolas particulares, nas quais estudavam 400 alunos e 370 alunas. Com exceção da Escola Americana, de confissão protestante, todas as outras eram aconfessionais. Na época, existiam duas escolas públicas, nas quais estudavam 170 alunos e 200 alunas. Nos anos sucessivos, as escolas particulares aumentaram, enquanto que as escolas públicas permaneceram com o mesmo número de alunos, somente em 1910, foi inaugurada uma terceira escola pública⁹². Este quadro revela o quanto a educação pública em Campinas, foi

⁹¹ **BENEDETTI**, L.R. *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*, op. cit., pp. 134-136. Por meio da análise de publicações no jornal Diário de Campinas de tendências liberais e maçônicas, constata a tranqüila convivência entre a maçonaria e a Igreja, em Campinas. Ele afirma que o referido jornal, ao mesmo tempo em que publicava artigos contra o Vaticano e o papa; principalmente por ocasião da Questão Religiosa, publicava outros, promovendo a Igreja de Campinas. Conferir, também, os trabalhos **MARTINS**, Karla Denise. *O Sol e a Lua em tempo de eclipse: a Reforma Católica e as Questões Políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878)* Dissertação de mestrado, Campinas IFCH –UNICAMP, 2001, pp. 141-209 e **VIEIRA**, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, op. cit.

⁹² **DEMARTINI**, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., pp. 29-56, 39-45.

discriminada pelo poder público, tanto monárquico e, posteriormente, pelo poder republicano, e conseqüentemente reservada aos que podiam pagar, portanto, uma educação profundamente, elitista.

Na região de Campinas, registra-se a presença das seguintes escolas, no início do século XX: o Colégio Progresso Campineiro, fundado em 1900 e mantido por entidade civil; o Colégio São Benedito, fundado em 1902, para crianças negras que era mantido pela sociedade civil *Homens de cor*; o Externato Tiradentes, fundado em 1904, mantido por entidade civil e outras escolas civis⁹³. Apenas, existiam duas escolas católicas: O Liceu, fundado em 1897 pelo, então, padre Nery e, posteriormente, entregue as salesianos; e um colégio para moças na Colônia de Helvétia, das Irmãs de Santa Catarina, fundado em 1905⁹⁴.

Somente, com a chegada de D. Nery, como bispo, que outras escolas confessionais foram abertas, em sua maioria, femininas. Ele convidou ou se envolveu diretamente na vinda de várias congregações religiosas com carisma educacional, para a Diocese de Campinas. As Irmãs Nossa Senhora do Calvário fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Campinas, em 1909. As irmãs da Congregação Coração de Maria abriram um colégio, na cidade de Rio Claro, em 1912, três anos depois, as Irmãs Filhas de Jesus abriram um colégio na cidade de Mogi-Mirim. No ano de 1915, oito congregações religiosas femininas mantinham escolas, hospitais e asilos. Também em Campinas, uma nova escola foi fundada pela Congregação dos padres salesianos, o Externato São João, fundado em 1909⁹⁵.

Bencostta parece considerar o Seminário Diocesano Santa Maria fundado em 1915 e o Colégio de Nossa Senhora Aparecida, fundado em 1914 como uma instituição única. Tratava-se de instituições distintas. O autor considera que o seminário, também, recebia alunos que, embora não pretendessem seguir a carreira eclesiástica, eram matriculados por seus pais devido ao excelente nível educacional. Porém, a existência de uma escola

⁹³ CAMPOS JR, T. S. *Monografia Histórica de Campinas*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952, pp. 143, 419-432.

⁹⁴ NERY, J. B. C., *Apêndice da Carta Circular Sobre o silêncio nas Igrejas e em suas Dependências*, Campinas, Typ. Livro Azul, 1914, pp. 1-10.

⁹⁵ *idem*, p. 10.

diocesana, fundada um ano antes do seminário, indica que D. Nery desejava oferecer alternativas às famílias católicas que não queriam matricular seus filhos no seminário.

O Colégio Nossa Senhora Aparecida era destinado à formação de alunos do ensino primário até o secundário e os preparava para o exame dos cursos superiores. Ele funcionava em regime de internato, semi-internato e externato. Um prospecto da escola indica que os futuros alunos deveriam ser submetidos a uma prova de admissão, o que revela que a procura pela referida escola era grande. Os alunos deveriam ser submetidos a uma disciplina bastante rígida semelhante à do Seminário Diocesano, o que atraía mais estudantes. A disciplina, tão valorizada pela instituição, colaborava para formar a sociedade tradicional de Campinas⁹⁶. Enquanto o seminário preparava os futuros padres, a escola diocesana formava os bons filhos e bons cidadãos.

Se D. Nery confiou no auxílio de congregações masculinas e femininas, com carisma para as obras de caridade e ensino, convidando-as para que se instalassem na

diocese de Campinas, cabe lembrar que ele não promoveu a vinda de congregações para o trabalho em missões populares como redentoristas, passionistas, etc., o que, por sua vez, foi muito incentivado pelas Conferências Meridionais. Desta forma, as congregações religiosas que se instalaram na diocese contribuíram para que imagens bem definidas da Igreja fossem construídas. Especialmente, aquelas com carismas educacionais além, de indiretamente servirem ao Estado, naquilo que era função dele, contribuíam para a construção de uma diocese elitista. D. Nery parecia se antecipar ao que D. Leme da Silveira Cintra, arcebispo de Olinda que –



⁹⁶ NERY, J. B. C., *Prospecto do Colégio de N. Senhora Aparecida*, Campinas, Typ. Casa Genoud, 1914.

também, estudara no seminário Episcopal de São Paulo –, anunciaria na famosa Carta Pastoral de 1916, documento que o projetou nacionalmente e garantiu sua transferência para o Rio de Janeiro com a conseqüente promoção ao cardinalato. Segundo ele, embora o Brasil fosse uma imensa nação católica, seu catolicismo era inerte e incapaz de mudar os rumos políticos do país. Para D. Leme, e ao que tudo indica também para D. Nery, a principal causa daquele imobilismo era a ignorância religiosa que somente seria sanada através de uma formação sólida em escolas católicas⁹⁷.

Em menos de sete anos, D. Nery incentivou a instalação de escolas que mudariam o perfil da elite da diocese e da própria cidade de Campinas, na medida em que novas escolas católicas foram introduzidas na cidade, depois da sua morte. Paralelamente, isso possibilitou o enriquecimento destas congregações; salvo raras exceções, a maioria delas aumentou seus patrimônios, tal como nos grandes centros, o que por sua vez comprometia a imagem da Igreja como servidora dos pobres. A instituição, através das congregações religiosas, tornava-se a maior e a mais importante empresária da rede de ensino privado, no final dos anos 20⁹⁸. Pelos apologistas eclesiásticos, este fato foi visto como um grande fruto da romanização.

*Campinas deve seus foros de cultura em boa parte às escolas católicas da sede do episcopado. Pelos seus bancos escolares passaram homens que hoje estão honrando sua formação humana em todos os setores de atividades; advogados, políticos, médicos, professores e engenheiros.*⁹⁹

Não é possível afirmar que D. Nery tenha planejado os novos rumos que imprimia na diocese, mas sua escolha influenciou as posteriores opções pastorais e políticas da instituição o que, por sua vez, restringiu o alcance da Igreja. Nesta perspectiva, o episcopado de D. Nery não foi popular, nem inovador como as propostas do padre Júlio Maria, contemporâneo de D. Nery, o qual propôs a união da Igreja com o povo, uma concepção eclesial diferente da maioria do clero; muito embora, ainda desejosa do triunfo da Igreja. Ana Maria Moog Rodrigues destacou que a relevância da obra de Julio Maria foi a reivindicação de se realizar uma sociedade mais justa, através dos mecanismos do sistema

⁹⁷ LEME, D. Sebastião, *Carta Pastoral Saudando seus diocesanos de Olinda*. Petrópolis, Vozes, s/d. apud, MATOS, Henrique Cristiano, *Nossa História, 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*, 3, São Paulo, Paulinas, 2002, 48-49.

⁹⁸ BEOZZO, J. O. (coord.) *História da Igreja no Brasil*, Tomo II/2 Petrópolis, Vozes, 1980, p. 290.

⁹⁹ *Poliantéia do Cinqüentenário da Diocese de Campinas*, 1908-1958, op. cit.

democrático¹⁰⁰. Fica claro, então, que as ações de D. Nery propiciaram condições para a restauração católica realizada, na sociedade brasileira, entre 1920 a 1950. Especialmente, em Campinas, através das escolas trazidas por ele, formava-se um novo sentido religioso, no qual os católicos deveriam se preparar para assumir a liderança do país. Com isso, creio ter justificado a minha percepção que o seminário não foi uma das preocupações primeiras de D. Nery, se assim tivesse sido ele não teria demorado sete anos para inaugurá-lo; se não o fez, foi porque sua preocupação maior era criar condições para que uma cultura católica se estabelecesse em Campinas, através dos colégios católicos.

5.3.3. A ESCOLA CATÓLICA COMO ESPAÇO PARA A FORMAÇÃO MILITAR

Provavelmente, D. Nery foi um das primeiras pessoas a se preocupar com a inclusão da formação militar no currículo dos colégios católicos. Por mais paradoxal que seja, desde 1916, um oficial do exército brasileiro ocupava-se desta tarefa na Escola Salesiana de Campinas. Fernando de Azevedo registra que esta prática existente no Ginásio do Estado de Belo Horizonte, desde 1914 a qual era, também, ministrada por um militar, tinha como a finalidade treinar os alunos para as apresentações em dias de festas e solenidades civis. Por entender que aquela prática não colaborava na formação humana dos adolescentes, além do perigo que comportava, Azevedo, posicionando-se contrário, se empenhou para que aquela instrução paramilitar fosse substituída por aulas de educação física. A História da Educação o considera como um dos pioneiros desta proposta pedagógica no Brasil¹⁰¹.

No ano de 1917, D. Nery conseguiu autorização do Presidente Wenceslau Braz para que mil e duzentos alunos, de três colégios salesianos: São Paulo, Campinas e Lorena, participassem do desfile militar, na capital do país, por ocasião da comemoração cívica de

¹⁰⁰ **RODRIGUES**, Ana Maria Moog, *Prefácio* em **MARIA**, Júlio, *A Igreja e a República*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 7. Originalmente o nome da obra dessa obra foi *Memória sobre a Religião, Ordens religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil*, publicado em 1900, como segundo capítulo do *Livro do Centenário*. Em 1950 foi reeditado, duas vezes, pela Editora Agir com o nome *O Catolicismo no Brasil*.

¹⁰¹ **AZEVEDO**, Fernando de, *História de Minha Vida*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. 38-39.

sete de setembro. Ele, ainda, intercedeu junto ao Ministro de Guerra, Marechal João Caetano de Faria, para que fosse concedida para aqueles alunos a *Carteira de Reservista*¹⁰².

A brigada branca – nome atribuído aos adolescentes militares católicos, por causa da cor dos seus uniformes –, era mais uma representação da união da Igreja com o Estado. O *Jornal do Brasil* veiculou texto que descrevia a apresentação da ginástica sueca, na qual os alunos, formando pirâmides humanas, mostravam faixas com dizeres políticos e religiosos: *Salve o Rio de Janeiro; Salve Bandeira Gloriosa; Unidos pela grandeza da Pátria; Viva São Paulo; Viva o Brasil; Ao pontífice da Paz Bento XV; Por Deus e pela Pátria!*. Todas estas frases apresentadas pelos pequenos soldados mostravam que a religião católica alinhava-se à tradição, à ordem e à disciplina, valores fundamentais compartilhados pelos detentores do poder no Brasil. Na verdade, D. Nery desejava mostrar ao governo que não havia incompatibilidade entre as práticas sociais da Igreja e do Estado¹⁰³.

Interessante notar que, sendo um eclesiástico, e em função dos princípios e convicções religiosas, também, D. Nery deveria ser contra atividades militares, tal como defendeu Azevedo. Porém, mais interessante ainda, é que nenhuma das obras que o homenagearam ousaram criticar aquela sua posição, o que implica afirmar que seus autores, também, compartilhavam do ideal de se incutir nos jovens os sentimentos de devoção a pátria, tal qual uma religião.

Pesquisadores da instituição salesiana, Negrão e Meschiatti afirmaram que a instrução militar jamais poderia ter sido parte do programa dos colégios salesianos, dado que a característica pedagógica daquela instituição era seguir fielmente a orientação pedagógica determinada pelo fundador, denominada de *sistema preventivo* a qual, naturalmente, se opunha ao repressivo, exercido pelo Exército Brasileiro. Além do mais, a orientação de D. Bosco, presente nas Constituições daquela congregação religiosa, insistia que dentro dos colégios e oratórios as relações pessoais *deveriam ser as mais familiares*

¹⁰² O Jornal O Mensageiro de 19 de setembro de 1917 publicou *Pomposas festas em comemoração ao aniversário da Independência Nacional – Parte brilhante tomada pelo batalhão escolar do Liceu de N. S. Auxiliadora*.

¹⁰³ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora* em DEMARTINI, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., p. 234.

*possíveis*¹⁰⁴. Desta forma, os pesquisadores buscaram compreender as razões que levaram os salesianos a transformarem os colégios paulistas em casernas, instaurando neles aquela nova prática social.

Negrão aponta para um fato que justificaria o interesse da escola e de D. Nery na militarização da escola católica. Ela lembra que a reforma educacional, promovida pelo ministro Carlos Maximiliano, em 1915, determinou que, apenas, as escolas laicas poderiam ser equiparadas ao Colégio D. Pedro II, considerada como escola padrão. A autora afirma que a militarização foi uma estratégia propagandista para que a escola alcançasse o almejado reconhecimento do governo. Ela, ainda, indica que a escola saiu vitoriosa daquela manifestação pública e logo alcançou credibilidade pública pela excelente formação católica e militar inculcada nos jovens, que os transformava, ao mesmo tempo, em soldados de Cristo e da República. Quanto ao fato de os salesianos desrespeitarem as orientações do fundador, ela afirma que na dinamicidade da história, naquele contexto ser *honesto cidadão e bom cristão se concretizava nas estruturas sócio-políticas que deveriam vincular a Igreja ao Estado*¹⁰⁵.

Uma outra justificativa pode ser encontrada na preceptiva religiosa. Especialmente, o quarto mandamento bíblico, o qual determina honrar pai e mãe, tem diretas relações com o patriotismo. Em 1917, por ocasião da primeira guerra mundial, através de carta pastoral D. Nery solicitou aos párocos que apoiassem os militares e incentivassem os jovens a se engajarem nas forças militares, despertando neles o patriotismo¹⁰⁶. Nesta perspectiva, o aprendizado militar se justificava na defesa da honra da mãe pátria, tal qual a defesa dos genitores.

Mais uma vez, D. Nery encarregou-se de dar novos significados, em redimensionar práticas e a partir delas lançar novas práticas que beneficiassem a relação entre Igreja e o

¹⁰⁴ **MESCHIATTI**, José Eduardo Sonho de Moral – Presença Salesiana em Campinas, Campinas, FE – UNICAMP – 2000, dissertação de mestrado, p. 72 e **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora* em **DEMARTINI**, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., p. 235.

¹⁰⁵ **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora* em **DEMARTINI**, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., pp. 231-236

¹⁰⁶ **NERY**, J. B. C., *Carta Pastoral por ocasião da entrada do Brasil na Grande Guerra*, Campinas, Typ. Casa Genoud, 1917.

Estado. Na demonstração militar dos pequenos soldados todos ganharam, o colégio tornou-se conhecido, o que fez aumentar o número de alunos e D. Nery alcançou reconhecimento do Estado e da sociedade civil.

Ao abordar a prática social de D. Nery na diocese de Campinas, desejei mostrar que ele um excelente propagandista da Igreja. Cuidando de seus afazeres eclesiais, ele foi um eficiente articulador das novas relações entre a Igreja e os detentores do poder do Estado que foram implantadas depois de sua morte.

CAPÍTULO II

LICOR GENEROSO - A SENSIBILIDADE RELIGIOSA

[...] a religião perdia em sua boca a rugosidade e o enfadado que lhe imprimem os espíritos pedestres e tomava o aspecto de um licor generoso para o qual não se podiam volver os olhos, sem para logo apeteçê-lo. Tinha-se pena de, quando se conversava com ele, não partilhar daquela fé tão firme e viva, e dizia-se a si mesmo, em voz surda, que se todos os sacerdotes fossem como ele, nem a Igreja teria sofrido os golpes que desde o princípio de sua existência vem padecendo, nem os homens poriam nas lutas religiosas o ardor e a crueldade que desgraçadamente lhe costumam pôr.

Através de algumas publicações da época de D. Nery, neste segundo capítulo, analiso o alcance obtido pela romanização através daquilo que específico da religião: o campo das sensibilidades, do místico; enquanto experiência irracional, não dotada de lógica. Considero que o ultramontanismo e a romanização brasileira não criaram nada novo, senão adaptaram e implantaram o reavivamento religioso que renovava a Igreja européia no século XIX. Em função das tensões provocadas pela ruptura das relações entre os dois poderes, a Igreja, através de seus quadros, buscou sua autonomia, não só nas questões financeiras, mas sobretudo, passou a dedicar-se naquilo que era sua especificidade, o campo religioso. Paradoxalmente, ao ter sua identidade questionada pelos liberais, a Igreja parece ter saído de sua letargia.

O século XIX foi o século do reavivamento das novas formas de espiritualidade na Europa, da centralidade dos sacramentos e da liturgia, no surgimento de inúmeras congregações religiosas. Não foi sem razão, que Delumeau e Melchior-Bonnet

classificaram aquele século como *uma nova inspiração* ao cristianismo¹. A entrada do catolicismo europeu no Brasil se deu através de duas vias: pela ação dos jovens padres que, após retornarem de seus estudos, especialmente da França e da Itália, trouxeram as mais recentes experiências religiosas praticadas naqueles países, no início do século XIX, e pela ação dos religiosos e religiosas que, em função das obras sociais, se dispuseram implantar no Brasil, foram autorizados pelo governo imperial a entrar no país.

Na medida em que os seminários foram efetivados como espaço fundamental para a formação de sacerdotes, eles se tornaram propagadores daquelas novas formas de espiritualidade, as quais, por sua vez, eram reproduzidas pelos jovens padres nas paróquias, para as quais eram nomeados. D. Nery foi uma destas pessoas que acolheu aquela renovação e se empenhou para a sua efetivação.

1. A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE CATÓLICO

A epígrafe acima, da qual foi extraído o título deste capítulo, é parte integrante de um artigo publicado em 1963, no jornal *O Estado de São Paulo*², por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de D. João Batista Correa Nery que morrera, em 01 de fevereiro de 1920. Simultaneamente, outros artigos foram publicados em outros jornais, os quais revelam que D. Nery e, por sua vez, a Igreja Católica gozavam de grande prestígio no meio jornalístico. Comum aos necrológios, o articulista do famoso jornal paulista, através de uma breve apresentação biográfica, recordou a existência do bispo, exaltou os seus feitos religiosos, os quais, segundo ele, representaram importantes contribuições à sociedade brasileira. Diferentemente de outras publicações, aquele articulista, enfatizou as virtudes religiosas do bispo, tais como: o zelo pelas coisas da Igreja, a sua espiritualidade, a sua bondade e a sua simplicidade. Característica comum daqueles

¹ DELUMEAU, Jean, MELCHIOR-BONNET, Sabine *De Religiões e de Homens*, São Paulo, Loyola, 2000, pp. 265-272. Classificaram como uma nova inspiração ao **cristianismo** porque identificaram o reavivamento da religião não só na Igreja Católica, mas, também, em meio aos protestantes e evangélicos no Reino Unido, EUA e Alemanha.

² Jornal *O Estado de São Paulo*, 06 de outubro de 1963.

que se dedicam aquele ofício, o jornalista descreveu aquelas virtudes como se tivesse sido próximo do bispo que falecera quarenta e três anos antes.

Provavelmente, ainda que aquele jornalista tenha conhecido D. Nery, os valores que ele recordava não eram frutos de lembranças pessoais, mas de impressões indiretamente transmitidas por outras pessoas, talvez até, por seus familiares que, provavelmente, conheceram aquele bispo, ou ainda, por representações construídas e perpetuadas através de testemunhos escritos. Dentre os mais divulgados e conhecidos, especialmente dois podem ser destacados: a poliantéia: *Saudosa Homenagem a D. Nery*, publicada em abril de 1920, que se trata de uma coletânea de testemunhos, de cunho encomiástico, a qual foi encomendada pelo bispo auxiliar de Campinas, como homenagem póstuma ao bispo que falecera dois meses antes e, provavelmente, a primeira tentativa de uma biografia do bispo, denominada *Elogio Histórico de D. João Neri* (sic) que foi publicada em 1945. Nela o autor, o professor Ataliba Nogueira, da Faculdade de Direito de São Paulo e membro do Instituto Histórico de São Paulo, através de um esforço em contemplar uma metodologia histórica de cunho documental, em oito breves capítulos, organizou e distribuiu as informações narradas na poliantéia de 1920 e as cotejou com escritos do próprio bispo e outras informações. Através de uma publicação referendada pelos dois organismos a que pertencia, é bastante provável que a intenção de Nogueira tenha sido a de tornar algumas daquelas informações dignas de credibilidade e de autoridade. Também, em várias passagens de sua obra, aquele autor registrou fatos ligados a sua família e a si próprio. Contribuindo para a imortalidade do bispo, ele perenizava a si próprio, a sua família e o seu tempo³.

³ **NOGUEIRA** Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri* op. cit.

Por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do bispo, Nogueira proferiu um discurso a modo de elogio fúnebre no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual retomava sinteticamente os capítulos de seu livro *Elogio a D. Neri*. Em **NOGUEIRA**, Ataliba, J.C., *No Centenário de D. João Neri* (sic). *Historiador e bispo de Campinas*, em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 261, outubro-dezembro 1963, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, pp. 136-153. Tendo pertencido a uma família católica, Nogueira se recorda do bispo das lembranças de seus pais e das lembranças de adolescência e juventude.

Duas informações permitem deduzir que ele foi seminarista da diocese, durante o episcopado de D. Nery: [...] *a mim me disse que os sapatos, por ele calçados, lhes dava meu pai e que as suas roupas e livros dele, também haviam sido. Em tempo bem distante, veio o bispo pagar, na pessoa do filho, a dívida contraída com o pai*, e ao narrar nomes dos vários seminaristas, escreveu : [...] *e isso sem lembrar os Magalhães, os Donizetis e outros, aos quais não conhecemos pessoalmente, mas deixaram fama no seminário.* **NOGUEIRA**, Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri* op. cit., pp. 20-21 e 62, respectivamente.

O jornalista de 1963 não deixou claro qual foi a sua intenção em reproduzir, especificamente, aquela imagem de D. Nery. Quando se considera que ele possa ter tido acesso aos mais variados testemunhos da poliantéia e que a sua escolha recaiu sobre aquele texto, é possível pensar que ele desejou endereçá-lo a alguém ou a algum grupo eclesial. A escolha por um texto que realçava a dimensão religiosa do sacerdócio, apresentando D. Nery como modelo, poderia ter tido a intenção de justificar aspectos de sua vida e a sua escolha eclesiológica, o que, implicitamente, representava uma crítica a outras formas de viver e a outros projetos eclesiais. Não é intenção desta pesquisa compreender a intenção do jornalista, porém o que se deseja mostrar é que todas as representações construídas são condicionadas pela leitura da realidade social e religiosa, pela cultura daquele que as interpreta, como é o caso, inclusive, desse que redige esta dissertação⁴.

Para dar autoridade à sua narrativa, o jornalista recorria a um testemunho que ele afirmou ter sido publicado naquele mesmo jornal, por um certo Plínio Barreto, dias após a morte de D. Nery⁵. Diante de uma sociedade fortemente permeada pelos valores católicos, o articulista, contemporâneo do bispo, ousara citar a impressão que a prática discursiva daquele eclesiástico lhe causava ao ouvi-lo. Recorrendo a uma metáfora, ele comparava a pregação religiosa daquele bispo a um *licor generoso* que contribuía para mudar o aspecto da religião, que ele classificou como *rugoso e enfiado*, em algo agradável capaz de tocar até aqueles que desprezavam a prática religiosa católica e sua promotora, a Igreja Católica.

Ao indicar um sentido pessoal à prática discursiva do bispo, Plínio Barreto revelava que, em sua compreensão, D. Nery era bispo carismático e que ao falar encantava e seduzia as pessoas, fazendo-as próximas da essência da religião, da intimidade com o sagrado. Desta forma, o autor insistia que seu homenageado além de ser um homem do discurso, era um religioso coerente com o que pregava e um eclesiástico modelar, pois, nele transbordavam as virtudes que se esperava de um sacerdote e bispo.

O tom predominante naquele texto, bem como nos outros testemunhos da poliantéia, é o de um elogio fúnebre que, encobrindo os defeitos e enaltecendo as virtudes do falecido,

⁴ Conferir nota 4 da Introdução.

⁵ Embora o jornalista afirme que o texto de Barreto foi publicado no mesmo jornal, ele foi, também, publicado na Poliantéia. **OCTÁVIO**, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 151-152.

o colocava como parâmetro de santidade, o que Miceli denominou de *canonização antecipada*.

Foi, inclusive, este autor que reconheceu a importância histórica das poliantéias. Porém, a fez de forma restritiva, pois, como seu objetivo era construir um *tropo* político-eclesiástico sobre os bispos católicos da Primeira República, que foi claramente indicado no título de sua obra: *A Elite Eclesiástica*, o fez trazendo à luz passagens que confirmassem a sua hipótese. Sendo assim, ele classificou aquelas coletâneas testemunhais como *apologia organizacional* que transmitiam *um testemunho conspícuo do estilo de mando do episcopado romanizado da Primeira República*⁶. Sem negar o que Miceli defendeu, é possível afirmar que as poliantéias representam mais do que foi demonstrado por ele.

O simples fato de ser uma série de testemunhos, ainda que escolhidos e ordenados pelos organizadores da coletânea com a finalidade de enaltecer a figura do homenageado, ela indica a existência de um sentido religioso que foi compartilhado por todos aqueles que se dispuseram a registrar sua impressão sobre o morto⁷. Os títulos de alguns testemunhos e o conteúdo da maioria deles são significativos, não porque revelam a objetividade da vida de D. Nery, mas justamente por que seus autores, desprovidos desta preocupação, deixaram fluir o sentimento religioso e construíram uma interpretação da vida de D. Nery que associava fatos da vida do bispo com a idealização de um modelo de santidade construída pela Igreja Católica. Eis os títulos mais significativos: *Querido por Deus e pelos Homens; Anjo Tutelar; Homenagem Filial a D. Nery; D. Nery, preto de Saudade; Como uma Labareda; Um Benemérito e um Eleito, D. Nery; o Bom Pastor; D. Nery e Maria Auxiliadora; D. Nery Bondoso; Um Apóstolo do Bem; Coração de Pai; D. Nery e os Pobres e D. Nery, o Benfeitor*.

⁶ MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., pp. 52-53.

⁷ O idealizador daquela homenagem, o bispo auxiliar D. Mamede, solicitou às autoridades eclesásticas e civis, a amigos, conhecidos e diocesanos, o envio de impressões sobre a pessoa do falecido. [...] *por carta de 2 de fevereiro corrente pede V. Ex. Revma que eu contribua com o meu insignificante contingente, escrevendo algumas linhas para a poliantéia a ser publicada em memória do grande Bispo que a nossa Igreja do Brasil acaba de perder* [...] trecho enviado D. Mamede em 18/02/20. OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit. Miceli, chega ao extremo de presumir que o idealizador da poliantéia assumiu tal empreitada com a intenção de ser nomeado bispo de Campinas. Ainda, que ele tenha pretendido isso, não é possível conceber tal afirmação sem um documento que a comprove. MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., pp. 52-53.

Se há uma unidade redacional naqueles testemunhos, esta deve ser buscada na leitura religiosa da vida do bispo falecido, fruto de uma espiritualidade centrada na emoção que brota das relações cotidianas, especificamente, mediada pela espiritualidade vigente naquele início de século. Nela o ministro religioso, através de sua prática social e discursiva se tornava a referência obrigatória para que alguém se sentisse católico. O eclesiástico assumia, portanto, uma função intermediária, entre Deus e o povo.

Nesta lógica, os testemunhos ou representações da vida de D. Nery presentes na poliantéia ou, mesmo, no texto de Nogueira, não podem ser vistos como verdadeiros ou falsos. Neles, o conceito de verdadeiro não pode ser buscado e compreendido segundo os critérios estabelecidos por historiadores, mas segundo a fé, ou a história religiosa⁸. Se o conteúdo de cada singular testemunho da poliantéia, enquanto experiência sentimental e religiosa, deva ser visto com reservas, a existência de um conjunto deles é um sinal de que uma nova forma de espiritualidade católica buscava construir seu espaço através de conceitos bem precisos e definidos pela romanização. Nesta perspectiva, o interesse desta pesquisa reside na cultura religiosa que produziu aquela série de novos valores católicos que foram registrados naquela publicação, e que ela, por sua vez, ajudou a divulgar como se fosse prática comum do catolicismo.

Daquela coletânea, D. Nery foi, então, objeto e, ao mesmo tempo, também, foi sujeito, ainda que indireto. A forma como viveu seu episcopado, nos doze anos em que esteve à frente da diocese de Campinas, contribuiu para que aquele conjunto de significados religiosos fosse construído. Estes se constituíram no universo religioso da romanização, no qual o ministro eclesiástico foi enaltecido e visto como um católico superior aos demais, controlador e mediador da experiência religiosa dos outros católicos. Buscar compreender as razões e motivações que produziram esta espiritualidade é entender o contexto que os produziu⁹.

⁸ GINZBURG, C. *Representação, A Palavra, a Idéia, a Coisa em Olhos de Madeira – nove Reflexões sobre a Distância*, São Paulo, Cia das Letras, 2001, pp. 113.

⁹ JULIA, Dominique, *A religião: História Religiosa*, em LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, *História, Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 108-109. SILVA, Eliane Moura da, *O Espiritualismo no Século XIX: Reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*, Col. Textos Didáticos n. 27, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1999.

A forma como a segunda parte da poliantéia foi escrita aponta pistas para compreendermos os edulcorados testemunhos¹⁰. Bem mais breve que a primeira parte, aquela poliantéia contemplou uma biografia do bispo falecido. Provavelmente, foi Benedito Octávio, a mesma pessoa que organizou a parte dos testemunhos, quem a redigiu. Escrita segundo a perceptiva das narrações de vidas de santos, ele não economizou recursos literários para indicar a predestinação do bispo a santidade. Recorrendo a modelos cristãos, assim registra a sua origem: ... *em uma casa pobre [...] nascia uma criança a quem, como o grande predestinado, devia ser posto o nome de João. [...] a providência que pré-traça os destinos (sic), o havia criado para o sacerdócio [...]*. Depois de padre, a indicação de que sua missão era cuidar dos pobres, como se fosse a sua família: [...] *a prolação (sic) do amparo e proteção que dispensou aos seus, levado até a vasta família dos órfãos, das viúvas e dos pobres*¹¹. Interessante notar, que este tipo de *tropo* religioso parece ter servido para Miceli mostrar, justamente, o oposto; quando interpretou literalmente estas palavras com a finalidade de construir a imagem de um D. Nery de origem humilde, o que justificaria sua presença no episcopado brasileiro como um bispo oblato, o que ele chamou de filho da Igreja¹². Aqui vale a pena recordar a interessante reflexão de Certeau sobre a relação entre a intenção do autor do texto, o que, no caso analisado, são variados e a interpretação posterior do leitor que reconstrói o texto, o que leva a concluir *que toda leitura modifica o seu objeto*¹³.

A preceptiva utilizada na poliantéia foi a do gênero literário hagiográfico que tem sua origem no *exemplum*, originário na época medieval, o que em última análise, recorria a preceptiva bíblica. A intenção desse tipo de produção literária, que retratava a vida dos santos, não se regia pela preocupação da verdade histórica, mas seu objetivo principal era realçar algum aspecto importante em sua vida que pudesse se visto como exemplo, ou um

¹⁰ Aqui faço referência a uma expressão utilizada por Plínio Barreto, quando ao comparar as pregações de outros eclesiásticos a pregação de D. Nery, as classificou aquelas com edulcoradas, em **OCTÁVIO**, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 150

¹¹ idem, pp. 179, 283 294 ss.

¹² **MICELI**, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., pp. 104-108.

¹³ **CERTEAU**, Michel de, *A Invenção do Cotidiano, 1. Artes de fazer*, op. cit. p. 264. Chartier, discute a mesmo assunto, quando reflete sobre a relação de autores e leitores europeus do século XIV e XVIII. **CHARTIER**, Roger, *A Ordem dos Livros*, Brasília, op. cit., pp. 11-31.

modelo a ser seguido¹⁴. A obra hagiográfica tem, então, uma função pedagógica-religiosa de formar uma opinião católica: que a santidade deve ser buscada por todos os cristãos. Para tanto, os exemplos, ou, modelos são primordiais. É bastante provável que tenha sido esta a intenção daqueles que se puseram a escrever sobre D. Nery.

D. Nery não foi canonizado. Não foi esta a primeira intenção daqueles que idealizaram aquela homenagem, muito embora em duas passagens narradas na poliantéia, seus autores parecem ter considerado aquela possibilidade. A primeira, quando ao narrar os últimos momentos religiosos da vida do bispo, a administração do sacramento da absolvição, a extrema unção, a benção papal e o ofício da agonia, informou que as pessoas presentes naquele momento atestaram por meio de documento, que a medida em que o fim da vida de D. Nery se aproximava, a chama da vela que ele segurava em sua mão direita, diminuía de intensidade e que, no mesmo instante, a retomou, para depois se apagar definitivamente; ainda, afirmaram que, imediatamente, após sua morte a lâmpada do quarto apagou-se e acendeu-se, repentinamente. O segundo se deu, quando, sem indicar maiores detalhes e aproveitando-se daquela narração tão carregada de mistérios, os que advogavam aquela causa informaram que era sabido que o coração de D. Nery tinha tamanho menor que o comum¹⁵.

Ainda que não tivessem tido a intenção de aspirar às honras dos altares para D. Nery, aqueles relatos contribuíram para realçar as virtudes católicas, principalmente, os predicados de santidade dos eclesiásticos. A partir de 1850, foram os eclesiásticos os grandes propulsores da reforma da Igreja Brasileira, daí a necessidade de enaltecê-los pelos serviços prestados à instituição. Sendo assim, pensada nos mínimos detalhes, a poliantéia imprimia uma unidade eclesiológica centrada na hierarquia eclesiástica. Ela teve uma função catequética, seu objetivo foi realçar e fortalecer a percepção da comunidade católica de que ser santo era estar ligado a Deus através de práticas religiosas eclesiais, como a

¹⁴ As vidas de santos são uma biografia espiritual, com a finalidade de conduzir o leitor à conclusão que os atributos destacados não são fruto de méritos pessoais, mas pertencem a uma esfera religiosa, isto é, que aquelas pessoas teriam sido escolhidas para aquela determinada missão religiosa. DELUMEAU, Jean, MELCHIOR-BONNET, Sabine *De Religiões e de Homens*, op.cit, pp. 289-304. Especialmente sobre o *exemplum*, cf. FRANCO JUNIOR, Hilário, *Apresentação*, VARAZZE, Jacopo de, *Vida de Santos*, Cia de Letras, São Paulo, 2002.11-25. Cf. ainda BORGES, Vavy Pacheco, *Grandezas e misérias da biografia*, em PINSK, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*, São Paulo, Ed. Contexto, 2005, 203-233.

¹⁵ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 371-373.

eucaristia, a confissão, o aconselhamento, atividades conduzidas e centralizadas pelos eclesiásticos.

*Quando o pecador contrito, o necessitado choroso, a criança confiante, o órfão desamparado, a viúva desolada, amorosos rodeiam o sacerdote, tem este a melhor prova do amor de seu Divino Mestre.*¹⁶

Ao fazer referência a D. Nery, aquela série de testemunhos se referia aos bispos e, principalmente, à Igreja. Naquele contexto, era preciso construir a imagem de que a instituição era a único espaço para a experiência de Deus. Basta verificar que a maioria dos santos evocados naquele período era composta por eclesiásticos ou religiosos que tinham contribuído para renovação da Igreja, ou que indicavam aquele tipo de espiritualidade eclesial. Os grandes modelos de santidade eram: Dom Bosco, o Cura D’Ars, São Felipe Neri, Santo Afonso Maria de Ligório, Santa Terezinha do Menino Jesus, Santa Tereza D’Ávila, Santa Margarida Maria Alacoque, além da nova devoção cristológica do Sagrado Coração de Jesus e das diversas devoções marianas. Todas elas indicavam a necessidade do católico estar ligado à Igreja, participar dos sacramentos e cultivar as orações indicadas pela instituição¹⁷. Isso permite concluir que os modelos de santidade estão intimamente ligados às épocas e aos destaques que a Igreja desejava manifestar. Isso, por sua vez, justifica e ajuda a compreender a existência de uma multidão de santos que correspondem aos diversos modelos de santidade dentro da Igreja Católica, segundo o passar dos tempos¹⁸.

A poliantéia é a mais pura evidência disto. Embora o número de textos escritos por eclesiásticos seja grande, os textos produzidos por leigos merecem destaque. A atenção não deve recair sobre o conteúdo singular de cada um deles, mas no universo religioso que reproduziu. Ao enaltecer a figura do padre, e depois, do bispo, os vários testemunhos afirmam o que já fazia parte do senso comum dos leigos da década de 20, que os

¹⁶ idem, pp. 239.

¹⁷ CAES, André Luiz, *O Dispositivo Católico e a Formação Discursiva Católica: a Luta entre Deus e o Mundo*, em *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)* op. cit., pp. 103-193.

¹⁸ DELUMEAU, Jean, MELCHIOR-BONNET, Sabine, *De Religiões e de Homens*, op. cit., p. 291. Especificamente, no catolicismo, às honras do altar tornaram os santos atemporais e universais, servem para todos e para tudo, porque servem antes de tudo para dar unidade aos diferentes tipos de católicos. A Igreja caminha em uma espécie de distensão entre aquilo que construiu e aquilo que os fiéis interpretam, porém, a razão para a construção de cada santo se deu dentro de um contexto muito bem definido. Afora as virtudes evangélicas que devem ser comuns a todos, os santos; canonicamente reconhecidos, são signos que comunicam as opções religiosas, e conseqüentemente políticas, da Instituição que os elevou a santidade.

eclesiásticos eram referência mediadora da experiência religiosa católica. A poliantéia, sendo uma homenagem ao bispo, deve ser vista, então, como sinal de que as reformas implantadas pelo ultramontanismo, ainda na primeira metade do século XIX se concretizaram e começavam a frutificar, pois, eram reproduzidas, inclusive, por leigos que assumiam para si aquela espiritualidade, como foi o caso de Plínio Barreto.

Barreto utilizou-se da metáfora *licor generoso* para expressar a sensação de deslumbre que teve ao ouvir o bispo falar. Naquele contexto ela foi carregada de forte significado religioso. Aquela metáfora remete a experiência religiosa daquele que se extasia diante de uma experiência mística. O licor, pela sua natureza alcoólica e pelo seu aroma, comumente exerce forte atração nas pessoas. É bastante provável que Barreto tivesse conhecimento da preceptiva bíblica sobre a associação que a cultura judaica faz entre o uso de bebidas alcoólicas, como o vinho, e a alegria. Especialmente, a perícopes bíblica das bodas de Caná, a qual faz referência ao primeiro milagre de Jesus, indica isso. A ação de Jesus que teria transformado água em vinho, é interpretada como a alegria que ele concedeu aos convivas. A propósito de interpretações, João Ferreira ao traduzir o Salmo 19 utilizou, no versículo 11, a palavra *licor* como pleonasma de mel, corroborando a idéia que licor pode ter uma conotação religiosa¹⁹. Nesta perspectiva, a metáfora está mais próxima da experiência mística dos santos que se dizem seduzidos por Deus, do que da afirmação marxista que afirma que *a religião é o ópio do povo*. O fato de em 1920 alguém se referir à pregação de D. Nery naqueles termos indica a existência de uma cultura religiosa bastante sedimentada e capaz de se reproduzida por um leigo.

Ainda uma palavra sobre uma outra construção imagética de D. Nery, como acolhedor dos pobres e das crianças. Embora esta representação tem ligações com sua ação caritativa aos órfãos da epidemia de febre amarela, através da criação do Liceu de Artes e Ofício, ela foi construída e divulgada somente após a morte do bispo, quando, no dia de seu falecimento, aqueles que desejaram perenizar sua imagem sugeriram a criação de um monumento feito em bronze, que só foi inaugurado em 1934²⁰. Naquela representação, ao

¹⁹ A perícopes das Bodas de Caná está no texto de Jo 2,1-5. Bíblia de Jerusalém, S.P., Ed. Paulinas, 1987. Já a tradução Sl 19, 11b, de João Ferreira é: *Mais desejáveis são do que o ouro, sim, do que muito ouro fino; e mais doces do que o mel e o licor dos favos. Bíblia Sagrada*, Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1989, tradução de João Ferreira.

²⁰ Ricci, Maria Catarina, [...] *Dos Monumentos, bustos e placas que o povo vê e não conhece*. Campinas, *Jornal Diário do Povo*, 21/01/73 e OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 423.

lado de símbolos da cidade, o bispo aparece altivo e em pé e tem abaixo de seus pés, em um plano inferior, algumas crianças brincando. A interpretação dada aquela representação como um bispo acolhedor das crianças foi construída pela imaginário popular que, por sua vez, segue a preceptiva religiosa bíblica.

Não conhece Dom Neves (sic)? ele foi o pai da pobreza, lá em Campinas. Tem a estátua dele no largo da matriz, rodeado de criancinhas pobrezinhas. Era um bispo bom, simples, sem luxo. [...] Dom Neves era simples²¹.

O texto *rodeado de criancinhas pobrezinhas* parece estar vinculado a perícopes bíblicas Lc., 18, 15- 17 que narra que Jesus, ao acolher os pequeninos, afirmou que o reino de Deus pertence aqueles que vivem como crianças. Creio que esta memória explicita a força da romanização. Não importa tanto saber quem foi D. Nery, tampouco o que ele fez e por que fez, importa muito mais a imagem que dele construíram. De agente de uma instituição que disputava espaço com outros segmentos sociais, ele, tornou-se pai da pobreza, acolhedor de crianças, bom, simples e sem luxo, quase um santo. De forma redutiva, foi essa a imagem que foi perpetuada ao longo do século XX, inclusive, pela própria instituição.

2. AS NOVAS PRÁTICAS RELIGIOSAS

As novas práticas religiosas que progressivamente foram implantadas pelo clero, foram determinantes para que as diversas expressões religiosas católicas que se formaram ao longo dos quase quatro séculos sofressem mudanças, até se adequarem, ao menos na aparência, àquilo definido pelos novos parâmetros da romanização. Enfatiza-se o plural por sabermos que, inclusive, em função da situação que vivia a Igreja sob o padroado régio, embora a tradição católica ibérica fosse a mais antiga, ela convivia com outras expressões religiosas de tradição indígena e africana. O catolicismo resultante alimentava as práticas devocionais e pietistas, quase sempre desvinculadas da dimensão eclesial; não obstante, as orientações tridentinas que eram transmitidas pelos poucos clérigos presentes nas esparsas e distantes paróquias. A partir da primeira metade do século XIX, clérigos ultramontanos começaram a sugerir ao povo comportamentos católicos mais ortodoxos. Para alcançarem

²¹ BOSI, E., *Lembrança de Velhos*, São Paulo, Edusp, 1987, p. 302.

sucesso, eles iniciaram uma progressiva substituição de práticas religiosas consideradas católicas por práticas ligadas às novas espiritualidades praticadas na Europa, especialmente na França e Itália²².

Nos primeiros quinze anos do século XX, o episcopado brasileiro se pôs a efetivar aquilo que arcebispo da Bahia, D. Antonio de Macedo Costa, preconizara, no texto que entregara aos bispos encarregados de preparar o primeiro Concílio Brasileiro, a união dos bispos para a renovação da Igreja Brasileira²³. Embora a realização do Concílio tenha sido protelada, aquele ideal foi perseguido nas cinco Conferências do Episcopado da Província Meridional. A série dos cinco documentos produzidos naqueles encontros episcopais revelam que a unidade do episcopado foi mantida e foi ela a garantia do sucesso na efetiva implantação daquelas diretrizes nas diversas dioceses brasileiras. Nem mesmo entrada de novos bispos desestabilizou a unidade do grupo, o que, por sua vez, confere ao grupo dos oito bispos fundadores da primeira conferência uma liderança sem igual, o que foi claramente expressa por D. Arcoverde, no primeiro documento, e mantida nos sucessivos:

*Pois bem, seja essa, de hoje em diante, a norma de nossas relações; unidos, pela amizade, pela caridade, pelo zelo da salvação das almas, pelo amor ardente a Nosso Senhor Jesus Cristo. Só assim seremos fortes e respeitados, só assim nos tornaremos formidáveis aos olhos de nossos inimigos!*²⁴.

A novidade não está na preceptiva bélica, tão comum em textos eclesiásticos desde a Idade Média quando a guerra santa justificava o uso da força, mas na formação de um espírito de corporação, de uma unidade de princípios e de ação do episcopado brasileiro.

²² **BEOZZO**, Oscar, *A Igreja frente aos Estados Liberais: 1880-1930*, em **DUSSEL**, E. (org.) *História Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina*, São Paulo, Edições Paulinas-Cehila, 1992, pp. 177-222, e **MARTINS**, Karla Denise, *O Sol e a Lua em tempos de eclipse: A Reforma Católica e as Questões Políticas na Província do Grão Pará (1863-1878)*, op. cit., pp. 12-69.

²³ **MACEDO** Costa, Antonio, *Alguns Pontos da Reforma na Igreja do Brasil*, em **LUSTOSA**, O.F.(org.), *D. Antonio de Macedo Costa*, Loyola, S. Paulo 1982, 51-69. Basicamente o texto pode ser dividido em duas partes: sobre a necessidade da união dos bispos para pressionar o governo na elaboração da Constituição Brasileira e a reforma da Igreja que, por sua vez, deveria contemplar seis itens: a) a reforma da paróquia, cuja vida deveria girar em torno do padre, o responsável pela catequese, do atendimento aos doentes, pela fundação de Conferências de São Vicente de Paulo; b) a instituição de seminários para substituir progressivamente o clero não romanizado; c) a evangelização maciça através das missões populares promovidas pelos religiosos; d) o cuidado pastoral aos imigrantes, e) o controle das confrarias e irmandades, f) a articulação dos bispos para pedirem à Santa Sé a criação de novas dioceses.

²⁴ *Acta Resolutiones et Statuta Primi Sacri Consensus Episcoporum Sancti Pauli*, Typ. Brazil de Carlos Gerke & Cia, S. Paulo 1901. pp. 9 - 10 - 15. *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre, Comunicando ao Clero e aos Fiéis*, Rio de Janeiro, Typ. Martins de Araújo & C., 1915, pp. XXVIII –XXIX. (o grifo é meu).

Todos os documentos produzidos pelas cinco conferências foram produzidos de acordo com as novas diretrizes vaticanas e tiveram a intenção de garantir aos possíveis padres reticentes que as modificações introduzidas eram realizadas em comunhão com a Santa Sé. Nos referidos documentos o tempo verbal mais utilizado foi o imperativo, o que demonstra uma estrutura organizacional que determinava a execução correta de todas as funções eclesiais, nas diversas paróquias. Evidentemente, isso contribuiu para que, ao longo do tempo, se criasse um senso de unidade pastoral que tornava cada uma das singulares paróquias, uma fiel célula eclesial, onde qualquer pessoa pudesse ver a Igreja Católica Apostólica Romana.

Os críticos da romanização afirmam que tais orientações centralizaram a ação pastoral na pessoa do padre e no espaço circunscrito, denominado paróquia, o que teria contribuído para a efetivação do modelo hierárquico e piramidal. O que não deve ser esquecido é que a efetivação da ação pastoral centralizada no clero vinha de longa data, e que o Concílio de Trento já indicava a necessidade de uma evangelização mais popular. Também, não foi a romanização que incentivou o culto aos santos, às relíquias e às devoções populares, foi aquele concílio²⁵. Desta forma, a criação de novas dioceses e a, conseqüentemente, criação de novas paróquias brasileiras, realizadas no período da romanização, somente intensificaram uma prática já existente no país, desde os primeiros tempos da colonização.

Presente nos documentos episcopais, a preocupação com os mínimos detalhes parece revelar que para os bispos tudo estava por fazer, como se o Brasil fosse terra de missão. Claro, eles eram os sujeitos daquele contexto histórico! Mas não deve ser esquecido a Igreja brasileira já contava com quatro séculos e que nas principais sedes diocesanas o catolicismo tridentino era praticado, o problema estava no interior das dioceses, nas quais havia precário atendimento religioso. Nesta perspectiva, na regiões nas quais havia atendimento religioso a romanização pode ser entendida como um projeto substituidor, mas se pensarmos na escassa presença eclesial – basta lembrar que por ocasião da Proclamação da República existiam apenas oito dioceses no território brasileiro

²⁵ Sobre Trento cf. **VERNARD**, Marc, O concílio Lateranense V e o Tridentino, em **ALBERIGO**, A. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, op. cit., pp. 317-363. e **SANZ DEL CASTILLO**, José Manuel, *O movimento de reforma e a paroquialização do espaço eclesial do século XIX ao XX*, em **TORRES-LODOÑO**, Fernando, (org.) *Paróquia e Comunidade no Brasil, perspectiva histórica*, Paulus, São Paulo 1997, 91-130.

– é possível pensar que em muitas regiões, principalmente as mais distantes, a Igreja foi de fato implantada e não reformada.

Ao fazer uma análise sociológica da romanização na região de Campinas, Benedetti afirmou haver focos de resistência a aquele movimento, principalmente, em regiões com escasso atendimento religioso, nas quais vivam diversos sitiantes. Ele afirma que, em razão da ausência do padre, estes teriam buscado alternativas independentes para alimentar e manter a religiosidade católica. Segundo o autor, esta adequação teria alimentado a resistência daqueles sitiantes às implantações propostas pelo clero romanizado. Nesta perspectiva, ele concluiu que as práticas religiosas desenvolvidas por aqueles católicos, privados do atendimento religioso, não se caracterizavam como uma *religião sem padre*; mas uma *religião de recusa do padre*²⁶. Tal afirmação colabora para compreender a razão pela qual a Igreja empreendeu, quase que, uma cruzada para recuperar aqueles espaços. A constituição de uma cultura católica sem o ministro eclesiástico é impensável para a Igreja Católica. Segundo a doutrina católica, embasada, inclusive na preceptiva bíblica, o princípio da hierarquia eclesiástica e da unidade eclesial é constitutivo da essência da Igreja. Nesta lógica, negar o clero era negar o catolicismo, daí a necessidade de um movimento forte para recuperar espaços eclesiais. Isso permite deduzir que o catolicismo de muitas regiões bem poderia ter chegado se configurar em outra religião, seja pela vontade do povo, seja pelo caráter centralizador e autoritário da romanização. Embora aqui não se deseje entrar no mérito desta questão, o julgamento feito pelos padres ultramontanos, de que aquela forma de catolicismo não era o verdadeiro, não pode ser visto, apenas, como defesa da sua posição hierárquica e clerical, é preciso que consideremos a possibilidade de uma real preocupação com a ortodoxia que, segundo o universo romanizado, era a garantia da salvação das pessoas. A história da Igreja registrou que, desde os primórdios do cristianismo, sempre houve choques entre grupos cristãos que tiveram dificuldades em compreender a expressão religiosa do outro. As diferentes interpretações alimentaram a rivalidade e a disputa de poder dentro da Instituição, neste contexto a doutrina católica se enrijeceu em uma única forma de ser católico. Isso não significa afirmar que as divergências foram superadas. Constata-se, então, a presença de vários catolicismos sob um catolicismo que se pretende universal.

²⁶ **BENEDETTI**, Luis, *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*, op. cit, p. 32.

Que as novas práticas religiosas prevaleceram sobre as antigas, não resta dúvida, mas não deve ser esquecido que se a romanização alcançou um sucesso, isso aconteceu mediante uma relativa negociação entre a romanização e as formas de catolicismo existentes. Disso decorre que a romanização não foi retilínea e, muito menos, homogênea. As “novas” expressões religiosas, embora, fortemente, marcadas pela centralidade romana, devem ser vista como expressões religiosas genuinamente brasileiras, porque construída por católicos brasileiros, ainda que tenha havido forte acento clerical. Atribuir a implantação da romanização apenas ao clero, é negar a força social dos católicos que parece terem sabido negociar; muitas vezes, até de forma estratégica a manutenção de suas formas religiosas. Nesta perspectiva, nem sempre o consentimento representou aprovação. Recorrendo, ainda, a Chartier, lembro que aquilo que foi proposto, no caso pelos padres romanizados, dependeu da recepção daqueles que *leram*, no caso os católicos brasileiros. E tal proposição de forma alguma garantiu a plena efetivação da proposta, ainda que seus proponentes tenham, assim, desejado, porque ela foi reconstruída segundo as necessidades daqueles que a leram. Sendo assim, estas considerações permitem pensar na existência de um relativo poder nas mãos dos católicos, o que faz pensar que a romanização não foi simplesmente imposta, como afirmaram alguns autores citados na introdução deste trabalho. O resultado religioso obtido colabora para compreender que não existe uma cultura dominante e uma cultura popular, mas uma *amálgama* de ambas, pois uma está na outra, e vice-versa. E D. Nery, assim, também, pode ser visto, pois ele, não nasceu clérigo. Como qualquer pessoa católica, ele tomou contato com uma cultura católica ainda em sua família, somente depois, freqüentou a paróquia e, posteriormente, o seminário. Ainda que tentado se esforçar, não conseguiu apagar toda a formação que recebera quando criança. Neste ponto as palavras de Chartier, são esclarecedoras:

*Entre a instituição e a comunidade, entre o modelo normativo e a experiência coletiva, o jogo era sempre de mão dupla. A chamada religião popular era, ao mesmo tempo, aculturada e aculturadora: nem totalmente controlada, nem absolutamente livre, afirmava os modos específicos de crença no cerne da aceitação de novos modelos de espiritualidade*²⁷.

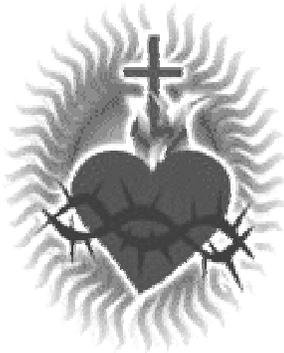
A experiência eclesial que chegou ao Brasil a partir de meados de 1830 foi de uma profunda renovação espiritual. As dificuldades que a Igreja passou diante dos vários

²⁷ CHARTIER, Roger, *Textos, Impressos, Leituras*, em *História Cultural entre Práticas e Representações*, op. cit., pp. 234.

governos liberais permitiram-lhe construir uma imagem de si como Igreja perseguida, impedida de levar a mensagem religiosa, da qual se dizia portadora. A percepção de que Deus caminhava com ela, desencadeou um reavivamento espiritual católico de fundamental importância na história da Instituição, o que permitiu ao famoso bispo de Orleans, Dupanloup, afirmar em um discurso do Congresso de Malines, em 1845:

*Ces libertés si chères à ceux qui nos accusent de ne les aimer, nous le proclamons, nous les invoquons, pour nous comme pour les autres. Vous avez fait la révolution de 1789 sans nous et malgré nous, mais pour nous, Dieu le voulant ainsi malgré vous*²⁸.

Ao enfatizar a centralidade do discurso religioso, a Igreja retomava a sua especificidade, a de ser propiciadora da experiência religiosa. Duas correntes teológicas formaram os sacerdotes e religiosos durante o antigo Regime. A teologia jansenista que tinha reduzido a Igreja a um grupo restrito de escolhidos, da qual as maiorias das pessoas eram exclusas. Segundo esta visão, Deus não existia para ser amado, mas temido. A eucaristia era um prêmio reservado aos poucos que imaginavam conseguir viver sem pecar. Em resposta, cresceu o movimento religioso que a salvação oferecida por Deus era para todos e, principalmente, aos mais necessitados da graça divina. Este movimento desencadeou uma série de reformas na vida da Igreja: a reforma litúrgica, a reforma catequética, a reforma espiritual/devocional e a reforma da prática social da Igreja, todas marcadas pela centralidade da mensagem do cristianismo, *o Cristo como a encarnação do amor de Deus que convidava cada pessoa a respondê-lo com o mesmo amor*²⁹. A, principal, representação icnográfica desta reforma foi a imagem do Sagrado Coração de Jesus que revelava que a verdade era atingida pelo coração e não pela razão, como afirmavam os iluministas.



a reforma litúrgica, a reforma catequética, a reforma espiritual/devocional e a reforma da prática social da Igreja, todas marcadas pela centralidade da mensagem do cristianismo, *o Cristo como a encarnação do amor de Deus que convidava cada pessoa a respondê-lo com o mesmo amor*²⁹. A, principal, representação icnográfica desta reforma foi a imagem do Sagrado Coração de Jesus que revelava que a verdade era atingida pelo coração e não pela razão, como afirmavam os iluministas.

Associada a humanidade de Jesus, a Igreja, também, passou a incentivar a espiritualidade mariana que crescia na França, desde 1830, quando Catarina Labouré

²⁸ *As liberdades tão defendidas que vocês nos acusam de não amá-las, nós as proclamamos, nós os invocamos para nós e para outros. Vocês fizeram a revolução de 1789 sem nós e apesar de nós, mas para nós, Deus quis assim, apesar de vocês.* MARTINA, Giacomo, *L'Età del Liberalismo v. III Storia della Chiesa*, Brescia, Morcelliana, 1988, p. 190.

²⁹ AUBERT, Roger, *La vitalité chrétienne* (org.) AUBERT, R, KNOWLES, M.D., ROGIER, L.R. *Nouvelle Histoire de L'Église*, 5, Paris, Éditions du Seuil, 1975, (121-140) pp. 130-131.

afirmou ter visto Nossa Senhora. Posteriormente, em 1854, em resposta aos apelos católicos que pediam uma aprovação oficial aquele culto, o papa Pio IX proclamou o dogma da Imaculada Conceição. Quatro anos mais tarde, a Virgem Maria, também, teria aparecido a jovem Bernadete Soubirous, na cidade de Lourdes, no sul da França, tornando popular o dogma promulgado. De forma semelhante, outras mulheres, às vezes, crianças e jovens, em várias partes do mundo afirmaram ter visto Nossa Senhora.

Estas duas formas de espiritualidade contribuíram para a renovação da Igreja que, por sua vez, passou a promovê-las de diversas formas. A partir de Pio IX todos os papas se confessaram marianos e propagadores do rosário. Ao Sagrado Coração de Jesus, por ocasião da passagem do século, em 1899, Leão XIII consagrou-lhe o mundo, e o associou aos Congressos Eucarísticos, que por sua vez, divulgariam a espiritualidade eucarística. Este movimento permitiu que Pio X passasse a incentivar a eucaristia freqüente, e como bem lembrou Martin-Fugier, concedeu universalmente às crianças o direito à comunhão, pretendendo, desta forma, eliminar os últimos resquícios da teologia jansenista³⁰. Por sua vez, o incentivo à comunhão diária tornou a eucaristia objeto de devoção pessoal, desvinculando-a de sua dimensão eclesial e de qualquer referência bíblica.

Esta renovação da espiritualidade contribuiu para um fervilhar de novas congregações que surgiram, especificamente, para propagá-las, especialmente em países considerados campos missionários. A Igreja acabou servindo como elemento unificador e pacificador no processo neo-colonialista, especialmente na África.

Diante do capitalismo emergente, dos graves problemas sociais nascidos a partir do confronto entre patrões e empregados, a nova espiritualidade provocou em católicos politicamente conservadores a reflexão sobre a fé e as obras, o que deu origem ao catolicismo social. Na França, Frederico Ozanan fundou a Sociedade São Vicente de Paula para o cuidado e assistência aos pobres e muitos bispos fundaram sociedades de mútuo apoio para os trabalhadores. Estas reformas e atividades contribuíram para criar uma nova imagem da Igreja e de seus ministros que, por sua vez, veicularam aquela nova experiência

³⁰ A primeira comunhão pertence ao plano das sensibilidades— o dia mais feliz —, como um espetáculo que é orquestrado de forma a suscitar a emoção simultânea dos atores, os comungantes e dos espectadores dos adolescentes, pais e padrinhos que, distantes daquele universo, sentem-se despertados pela recordação daquilo que um dia, também viveram em sua adolescência. **MARTIN-FUGIER**, Anne, *Os Ritos da Vida Burguesa em Perrot*, M., (org.) *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*, História da Vida Privada, V. 4, São Paulo, Cia de Letras 1991, pp. 193-261.

religiosa que lhes proporcionava um novo modo de ver e de se relacionar com o outro, com o mundo³¹.

Marcadamente individualista esta nova forma de piedade foi considerada por Roger Aubert *insossa e infantil, sem expressão* [...] cuja literatura devocional, apesar da boa intenção, era *mediocre e de mau gosto*, inspirada em *fontes pouco confiáveis que se assemelham às lendas hagiográficas*, [...] que enfatiza uma moral individualista e legalista, [...] de pessoas *com compreensão bíblica e litúrgica estreita*³². Aubert, ao falar de fontes pouco confiáveis, deixou claro, a sua posição historiográfica positivista, quando lhes negou qualquer valor, como se houvesse fontes mais verdadeiras que outras. Além disso, quase incorreu no mesmo erro dos católicos iluministas que queriam reduzir a Igreja para poucos; pois, parece ter esquecido que religião gira em torno de sensibilidades, de afeto, valores inatingíveis aqueles que desejam interpretá-la objetivamente. Pertencendo as *verdades religiosas* ao campo das sensibilidades, nenhuma delas pode ser provada, pois tais verdades existem, apenas, em função do conjunto de princípios de uma determinada experiência religiosa. Especialmente, implantado no século XIX, ao valorizar e promover a sensibilidade católica, através de uma piedade popular, o ultramontanismo conseguiu uma grande penetração em meio a massa dos católicos, o que lhe permitiu, de fato, aumentar a base católica, muito embora é preciso concordar que crítica de Aubert não é sem sentido. O catolicismo romano praticado pelo povo, muitas vezes, pareceu contradizer a perspectiva coletiva presente na doutrina católica que o gerou, especialmente quando enfatizou uma religião intimista e moralista.

Os fenômenos religiosos católicos não podem ser classificados, apenas, como produtos sociais como afirmam os teóricos da história social, porque eles são, também, produtores de uma cultura religiosa, e é por meio dela é que os católicos lêem e constroem a realidade social³³. Eles fazem uma leitura religiosa da história, afirmando que é o olhar da fé que lhes permite ver a ação de Deus nos acontecimentos. Fazendo as devidas

³¹ DUPRONT, Alphone, *A Religião: Antropologia Religiosa*, em LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, *História, Novas Abordagens*, op. cit., pp. 83-105.

³² ROGER, Aubert, Roger, *La vitalité chrétienne* (org.) Aubert, R, KNOWLES, M.D., ROGIER, L.R., *Nouvelle Histoire de L'Église*, 5, Paris, Éditions du Seuil, 1975, pp. 130-131.

³³ SILVA, Eliane Moura da, *O Espiritualismo no Século XIX: Reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*, op. cit., pp. 9-10.

transposições da religião para a Igreja, foi, justamente isso, o que Poulat denominou de compreensão eclesiástica da história. O que é denominado como leitura ou interpretação confessional deve ser inserido no contexto da história cultural. Caes destacou esta dimensão, quando afirmou: *Desconsiderar a preocupação da Igreja com o transcendente é fechar os olhos para um dos fatores que explicam os vinte anos de sua existência da Instituição*³⁴. Nesta perspectiva, há lógica quando a Instituição considera a história da Igreja uma disciplina teológica, isto porque ela considera a história dotada de uma teleologia, como o tempo da realização do plano de Deus³⁵.

Da mesma forma, a grande parte das obras produzidas pelos autores ligados ao Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), parte de uma teologia situada, no caso a Teologia da Libertação. A afirmação que Deus estaria ao lado dos pobres permitiu aos membros daquele Centro de Estudos construir uma história a partir dos pobres e marginalizados³⁶. Mudou-se o enfoque, mas o esquema interpretativo é o mesmo, a leitura religiosa. Sendo assim, interessa a história cultural compreender o contexto em que surgem os diferentes fenômenos religiosos no tempo e espaço, em suma, na sua historicidade³⁷.

A renovação romanizadora na Igreja Brasil obedeceu ao segundo item das reformas indicadas por D. Macedo: a reforma do clero. Como já foi indicado o seminário, especialmente de Minas Gerais e São Paulo, foi espaço de formação para o estudo e a espiritualidade. A romanização produziu um clero secular e regular mais culto, mais piedoso, mas ao mesmo tempo, desinteressado da vida pública, principalmente, no

³⁴ CAES, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)* op. cit., pp., 25. Este autor, por sua vez, também, se baseia em ROMANO, Roberto, *Igreja contra Estado*, op. cit. e LENHARO, Alcir, *Sacralização da Política*, Campinas, Papirus, 1986. Ambos insistem no caráter soteriológico da Igreja, pelo qual ela justifica todas as suas ações, principalmente, as políticas.

³⁵ POULAT, Emile, *Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História*, em Revista Concilium, 67, 1971/1, pp. 811-824, apud CAES, André Luiz, *As Portas do Inferno não Prevalecerão: A Espiritualidade Católica como Estratégia Política (1872-1916)* op. cit., p. 21. Este autor dedicou o primeiro capítulo de sua tese a esta problemática e o nomeou com o mesmo título do artigo de Poulat. Sobre a afirmação de que a História da Igreja é considerada pela Instituição uma disciplina teológica, conferir o livro: CHAPPIN, Marcel, *Introdução à História da Igreja*, São Paulo, Loyola, 1999, pp. 27-66.

³⁶ DUSSEL, Enrique, *Hipóteses Fundamentais para uma História Geral da Igreja na América Latina*, em CEHILA, para uma *História da Igreja na América Latina: o Debate Metodológico*, Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 49-74.

³⁷ SILVA, Eliane Moura da, *Religião, Diversidade e Valores Culturais: Conceitos Teóricos e a Educação para a Cidadania*, Revista de Estudos da Religião, 2, São Paulo, PUC, 2004, pp. 1-14, p. 11.

exercício da vida política. Progressivamente, crescia o interesse pelas atividades especificamente religiosas na Igreja³⁸.

Ainda no final do século XIX, várias paróquias brasileiras reproduziram uma série de reformas catequética, litúrgica, espiritual e social que fermentavam a Europa. O, então, padre Nery se encaixava neste perfil de padre romanizador. Conforme já afirmei, desde sua juventude, João Batista C. Nery teve contato com o padre Vieira. Este ao fundar o hospital da Santa Casa, para o serviço aos pobres, vendo neles o Cristo, manifestou que assimilara o que lhe fora transmitido através das *novas* práticas espirituais ultramontanas. Para construir o hospital, Vieira recorreu aos ricos da cidade, independentes se maçons, e convidou as religiosas da Congregação Irmãs de São José de Chambery, de origem francesa, que estavam instaladas na cidade de Itu, para condução do hospital. Por este ato, o padre Vieira abria as portas à espiritualidade jesuítica, a qual sustentava a maioria das congregações femininas. Diante da prestação de serviços daquela congregação feminina a elite campineira não viu razões para barrar a presença das irmãs, embora barrasses as congregações masculinas. Note-se, que até 1897, não havia religiosos em Campinas³⁹. Desta forma ainda que se considere o seminário como peça fundamental para a romanização, eles não eram ilhas isoladas. Antes mesmo de irem para o seminário, os jovens candidatos assimilavam os conteúdos ultramontanos em suas paróquias junto aos padres que propagam aqueles novos movimentos, através de suas práticas sociais.

D. Nery não se tornou ultramontano depois de bispo, ele foi bispo, justamente, porque nos dez anos em que exerceu o sacerdócio em Campinas o fez segundo as novas práticas religiosas daquele movimento. Seu episcopado deve ser compreendido sob a forma como ele viveu o período seminarístico e, principalmente, como padre. Suas ação restauradora do culto, a criação de novos grupos de devoção, a fundação das obras sociais: a Conferência de São Vicente de Paula, a Sociedade Protetora dos Pobres e o Liceu de Artes e Ofício, a fundação de jornais católicos, a escola catequética, ainda em sua primeira

³⁸ Conferir o texto: *Alcance e Significado da Reforma do Clero Paulista*, em **WERNET**, Augustin, *A Igreja Paulista no Século XIX*, op. cit., pp. 163-189.

³⁹ Indiretamente as congregações religiosas que tiveram permissão do governo imperial para entrarem no Brasil, em função de suas obras sociais que eram vistas como úteis ao Estado, contribuíram para a efetivação dos novos valores da romanização, principalmente, aquelas que trabalhavam com doentes e crianças. **JOSÉ MATOS**, Henrique Cristiano, *Nossa História, 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*, 2, São Paulo, Paulinas, 2002, pp. 195-212.

paróquia de Santa Cruz, eram a reprodução fiel daquilo que aprendera no seminário e por isso foram atribuídas, pelo organizador da poliantéia, ao fato dele ter pertencido a *nova formação de levitas*⁴⁰.

Através das práticas sociais e religiosas de cunho mais caritativo realizadas nas três dioceses, D. Nery deixou claro que acreditava que a Igreja era formadora de uma opinião católica, o que nem sempre foi compreendido por aqueles que não compartilhavam daquele universo religioso católico. Apesar de evangélicas, a opção por práticas caritativas foi interpretada pelos críticos da instituição, como uma política eclesiástica de não enfrentamento ao Estado, principalmente, em função da separação do Estado. Ainda que em função daquele contexto, seja possível considerar esta hipótese, ela não pode ser vista como única. É necessário considerar a possibilidade de que o sentimento religioso tenha tido um peso muito significativo nas práticas sociais dos católicos. Ver a renovação religiosa da Igreja no Brasil apenas como uma estratégia de sustentação política para a Instituição continuar a dialogar com a sociedade brasileira é fechar os olhos a compreensão de como a Igreja entendia a sua missão – ela se julga (va) ser um sinal de Deus⁴¹.

3. O MAGISTÉRIO COMO ESPIRITUALIDADE

Ao estudar a vida de um eclesiástico, como a de D. Nery, é necessário considerar como a experiência religiosa adquirida, ao longo do exercício do ministério sacerdotal e episcopal, permite compreender a teleologia que os eclesiásticos têm de sua missão na instituição religiosa e no mundo.

A doutrina católica justifica a existência da instituição religiosa e a existência de cada um dos seus membros através da experiência do sobrenatural, sobre a qual lança a razão dos seus atos, ainda que, aparentemente, contraditórios. É este o sentido que sustenta

⁴⁰ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 295-296. **Levita**: membro da tribo hebraica sacerdotal de Levi, dedicado ao serviço do templo, com atribuições acessórias ao culto, menos importantes do que as que cabiam aos sacerdotes levíticos da família de Aarão (os únicos a ter acesso ao altar). Segundo o dicionário Houaiss este termo deve ser compreendido por extensão de sentido, o que permite compreender que **Levita** é o religioso que ministra os sacramentos; sacerdote, padre.

⁴¹ CAES, André Luiz, *As Portas do Inferno não Prevalecerão: A Espiritualidade Católica como Estratégia Política (1872-1916)* op. cit., pp. 12 e 46.

e legitima a prática social e política da instituição. Seu campo de domínio é o discurso religioso que pretende dar sentido ao mundo⁴².

O estado clerical ou religioso exige, previamente, daqueles que a ele se candidate, uma adesão religiosa e pessoal, de foro íntimo. Esta experiência pessoal advém e ao mesmo tempo fornece uma visão e um modo de compreender o mundo e as pessoas que dificilmente é compreendido pelas demais. É como se esta experiência estabelecesse um outro nível de compreensão do real e este possibilitasse a construção de um novo sentido da vida. Os eclesiásticos atribuem as escolhas de vida, a forma como vivem, as opções sociais e políticas que fazem a uma esfera religiosa, como se o sujeito de sua ação fosse outra pessoa, no caso, o próprio Deus. Afirmam que fazem o fazem, vivem como vivem porque Deus assim o quis, e que a eles confiou tal missão.

De outro lado, atribuir unicamente à Igreja a influência na leitura religiosa que as pessoas fazem de si, do mundo e da própria instituição poderia levar, equivocadamente, a um determinismo religioso. Seguindo este raciocínio, a prática discursiva dos agentes forneceria elementos para os devidos ajustes ao corpo social religioso, e teria como função principal levar os católicos a acreditarem e agirem conforme os ensinamentos da instituição religiosa, de uma forma mecânica. Não deve ser esquecido que os membros da comunidade eclesial não estão fora do mundo, antes; fazem parte dele e, nele, interagem com pessoas de outros grupos sociais, com as quais estabelecem relações diversas, como uma rede que têm seus fios entrelaçados. São estas diversas relações que contribuem para a elaboração pessoal dos diversos sentidos, inclusive o religioso. Desta forma, é possível perceber que não existe uma linearidade na opção de vida uma pessoa. Ela comporta contradições e apropriações, às vezes até, indevidas ou inadequadas, as quais estão ligadas em função da realização de um projeto pessoal. Segundo a sociologia, o discurso religioso bem poderia servir para ocultar uma justificativa de ordem política, isto é, de que o lugar social adquirido pelos clérigos dentro da estrutura, exigiria uma leitura religiosa na medida em que ela sustenta e mantém a estrutura religiosa, da qual eles fazem parte e são os líderes.

⁴² **ROMANO**, Roberto, *Brasil: Igreja Contra Estado*, op. cit., p. 42. É comum nos textos acadêmicos desconsiderar este pressuposto. Quase sempre se analisa a Igreja esquecendo-se do seu caráter teleológico. Segundo a tradição católica contida em sua profissão de fé, denominada Credo, a instituição acredita ser portadora da palavra de seu fundador, isto é, de que fala em nome Dele.

Assim, ainda que os eclesiásticos justifiquem sua vocação ou inserção no mundo em razão da fé, eles fazem parte da estrutura hierárquica institucional e isto os torna homens com um duplo poder. Como líderes religiosos, enquanto se afirmam chamados por Deus, são dotados de uma autoridade indireta denominada de carisma, isto é, possuem dons especiais para agirem em nome daquele que representam. Como líderes de uma instituição que historicamente incorporou elementos de outros segmentos da sociedade civil, eles se inserem em um sistema organizativo, em uma hierarquia, em uma doutrina e com regras bem definidas, a qual lhes assegura um poder efetivo sobre os que estão sob sua jurisdição religiosa. A doutrina católica não vê oposição entre eles e os considera, inclusive, complementares, apesar de nem sempre os eclesiásticos conseguirem manter o equilíbrio entre eles.

As instituições religiosas, e, especialmente a Igreja Católica, são zelosas na manutenção de sua tradição e do conteúdo do corpo doutrinário. Segundo a tradição eclesial coube aos seus ministros, localizados no tempo e no espaço, encontrar os meios adequados e necessários, segundo os imperativos de cada época, para transmitir o conjunto doutrinal que justificasse a existência e a permanência da instituição no mundo.

Na Igreja Católica esta missão é confiada ao clero, particularmente aos bispos que, desde as suas origens, tiveram uma tríplice definição de suas funções: *imperium*, *ministerium* e *magisterium*. Segundo a doutrina católica, os bispos existem para governar e administrar, santificar e ensinar os membros da Igreja, sendo este último indispensável para o exercício das funções anteriores.

O magistério deu origem ao conjunto doutrinal, o qual, por sua vez, se processou de forma lenta no chamado *depositum fidei*. Diante de contradições, e muitas vezes com fortes choques entre as diferentes percepções religiosas que foram surgindo nas comunidades eclesiais, não tardou muito para que o *magisterium* fosse exercido através do uso da *potestas*. Os primeiros Concílios demonstraram que naturais divergências, nascidas quase sempre de dificuldades interpretativas que bem poderiam ter sido resolvidas pelo consenso da comunidade, foram resolvidas com o apoio do Estado, através da imposição de

definições dogmáticas que custaram aos vencidos o exílio ou até a perda do exercício de suas funções no corpo eclesial⁴³.

Por outro lado, ao longo dos séculos durante a formação da cristandade, ocorreu um processo de acomodação entre a doutrina oficial e a religião vivida e praticada pelas pessoas nos diversos países e regiões, o que exigiu posteriores redefinições doutrinárias que foram estabelecidas através dos vários concílios que se sucederam na história. Progressivamente, em nome da unidade e graças ao apoio do Estado, a hierarquia foi concentrando o poder religioso com a finalidade de barrar o fortalecimento dos grupos dissidentes que, em última análise, ameaçariam a missão da Igreja. O enrijecimento das posições eclesiásticas, exigiu uma justificativa teológica que associasse a experiência religiosa ligada, necessariamente, aos ministros da Igreja. Uma das principais referências deste modelo foi Cipriano de Cartago (249-258) que afirmou que *O bispo está na Igreja e a Igreja está no Bispo*, o que decorre que quem é contra o bispo é contra a Igreja, e somente nela há salvação. D. Nery reproduziu este pensamento quando apresentou a identidade do católico como aquele que participa dos sacramentos e, necessariamente, obedece aos legítimos pastores. D. Nery afirmava *quem não obedece ao papa, ao bispo e ao sacerdote poderá ser tudo, menos cristão ou católico*. Nessa afirmação, ele expressava a clássica divisão entre Igreja docente e discente. Ao segundo grupo cabia obediência irrestrita ao primeiro grupo⁴⁴. Nesta perspectiva, ao falar em nome de Deus, os bispos impunham a exigência que suas palavras fossem ouvidas como palavra Daquele que lhes inspiravam. Esta característica presente no discurso oficial acabava por conferir-lhe um tom dogmático e, por isso mesmo, inquestionável, proporcional à oposição e aos questionamentos de outros segmentos da sociedade moderna. Os sucessivos papas do século XIX assumiram posições consideradas como reacionárias, cujo ápice se deu no *Syllabus* e na doutrina da infalibilidade pontificia definida pelo Concílio Vaticano I, em 1870.

⁴³ A elevação do cristianismo como religião oficial, permitiu que querelas religiosas fossem tratadas como política de Estado, de tal forma que para o imperador Constantino, um dos objetivos do Concílio de Nicéia, em 325, era por fim a cisão imperial causado pelos partidários de Atanásio e Ario. **PERRONE**, L. *De Nicéia (325) a Calcedônia (451)* em **ALBERIGO**, A. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo, Paulus, 1995. pág. 27.

⁴⁴ epist., 66,8,3, apud **TILLARD**, Jean-Marie Roger, *As diversas faces do episcopado*, em **ANJOS**, Marcio Fabri dos (org.) *Bispos para a Esperança do mundo*, São Paulo, Paulinas, 2000, pp. 75-97. p. 79. **NERY**, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a obediência devida aos legítimos pastores*, p. 13, sucessivamente.

Neste imbricado processo social, afirmar que a crescente intransigência da Instituição tenha sido, apenas, fruto do abuso do poder eclesiástico é atribuir uma ampla percepção da realidade a seus representantes, o que eles nunca tiveram. Não deve ser esquecido que eles eram humanos, e portanto, limitados. Se tivessem possuído plena percepção da realidade, talvez o *Syllabus* nem teria acontecido, pois é sabido o isolamento que a instituição teve de suportar pela sua própria intransigência. É necessário considerar que a prática social e religiosa do papado e dos bispos condicionada pelas circunstâncias históricas, tenha tido como principal razão à preservação de condições mínimas para o exercício da missão da Igreja, o cuidado com a salvação das pessoas, o que justifica a sua defesa até a exaustão. Da mesma forma, D. Nery não só pregava que fora da Igreja não havia salvação, muito provavelmente, ele acreditava nisso. Daí seu empenho naquele projeto romanizador. Neste sentido, afirmo que a romanização se caracterizou como cultura religiosa.

Especificamente, D. Nery pode ser visto como produto e produtor desta cultura romanizadora. É verdade que ele nasceu em uma família católica, freqüentou sua paróquia; provavelmente, durante o tempo em que foi coroinha viu despertada sua vocação quis ser padre e estudou no seminário ultramontano. Apesar do rígido controle exercido pela Igreja durante o ultramontanismo, ele tomou conhecimento de outras expressões culturais, mas mesmo assim, voluntariamente, fez-se padre romanizado. A forma como exerceu o ministério como padre em Campinas foi primordial para que fosse nomeado bispo. Ainda nos dias de hoje, uma das condições para um padre se tornar bispo é a extrema fidelidade às orientações romanas. D. Nery, então, tornou-se bispo porque quis sê-lo, enquanto qualquer pessoa atraída pelo poder, mas também devemos considerar que ele acreditava ser aquela, a melhor forma de servir a Deus.

Parafraçando Plínio Barreto, o autor da epígrafe deste capítulo, poder-se-ia afirmar que os bispos, – e D. Nery como exemplo –, através do exercício do magistério se especializaram na função de mudar o aspecto, de apresentar aos católicos, através de uma roupagem mais atraente, e supostamente moderna, aquilo que continuava sendo a essência da instituição. Neste sentido, não era o conteúdo das verdades que mudava, mas sim a forma de apresentá-las, de traduzi-las à sociedade. Tratava-se, portanto, da explicitação de uma das características mais importantes da Igreja, a de ser a instituição que se perpetua no

tempo e no espaço, através das reformas realizadas pelos seus agentes. Neles, e por meio deles, a Igreja se refazia e continuava a existir. D. Nery, incansavelmente, reproduziu em cartas pastorais, pregações o magistério da Igreja, para que ele fosse conhecido pelos seus diocesanos.

O texto de Barreto revela além de um encantamento pela oratória do bispo, prática comum do clero romanizado, uma percepção muito positiva do eclesiástico romanizado. Ao contrário da maioria dos outros textos que enfatizaram o bispo articulador político, o bispo da ação social, etc., ele enfatizou o líder espiritual capaz de que propiciar experiências religiosas através de sua pregação. Desta forma, o texto de Barreto corrobora a afirmação que a romanização não se deu um dia para o outro, mas foi implantada, progressivamente, pela ação de clérigos e leigos que reproduziam os novos valores católicos. Por sua vez, a romanização recuperava a orientação do Concílio de Trento sobre a missão do eclesiástico, a de formar opinião religiosa.

Neste processo, tal como em um espelho, o bispo refletia o conjunto doutrinal católico que foi assimilado no período de sua formação, do qual após sua ordenação sacerdotal se tornou agente propagador. Sua eleição ao episcopado indica o grau de comprometimento e fidelidade à instituição e garantiu que ele seria um fiel transmissor e defensor dela. Da mesma forma que a Instituição, o bispo, e no nosso caso D. Nery, se definia como portador e anunciador de um projeto que não era seu, mas do próprio Deus. Os testemunhos sobre D. Nery não o identificam com nenhuma específica corrente espiritual, senão como propagador da doutrina eclesiástica. Sendo assim, D. Nery pregou a devoção mariana quando fundou associações que divulgaram esta espiritualidade e quando fundou obras com títulos marianos; pregou a importância dos sacramentos, especialmente da eucaristia, da crisma, do matrimônio e da confissão, quando incentivou a criação de grupos catequéticos nas diversas paróquias para doutrinar os jovens, quando exigiu, durante as visitas pastorais que todas as paróquias tivessem objetos litúrgicos dignos daquelas celebrações, quando sugeriu que houvesse dias de retiros para as diversas associações; pregou a devoção ao papa quando escreveu cartas pastorais lembrando a necessidade da fidelidade dos católicos ao pastor da Igreja; pregou o amor à Igreja, quando solicitou aos padres que ensinassem os fiéis o amor e o respeito a instituição. Mesmo quando proferiu

exortações em espaços não eclesiais, a preceptiva de D. Nery sempre foi a doutrina religiosa.

Disso decorre que, enquanto representantes da Igreja, os bispos são, etimologicamente, conservadores da tradição, da ortodoxia. Porém, ao fazer isso, eles incorporam leituras e interpretações de seus contextos sociais e religiosos que contribuem e possibilitam mudanças e/ou adequações no modo e na forma de apresentarem o conjunto da tradição doutrinal. São estas mudanças, adequações que dão aos católicos um sentimento de renovação ou de abertura da instituição à modernidade. É sob esta perspectiva que devemos entender a figura de D. Nery e a própria história da romanização no Brasil no período republicano.

4. A LITURGIA COMO ESPAÇO para a DIVULGAÇÃO DA FÉ

Através da criação de novas dioceses, mais que instituir bases políticas, a Igreja se tornou mais visível na medida em que multiplicou, não só, os ministros, mas também os diversos símbolos do sagrado. Na realização da missão religiosa o clero utilizou um conjunto de práticas variadas que o ajudou na transmissão das verdades doutrinárias pré-estabelecidas. Ao lado da catequese, da prática da caridade, um espaço fundamental para a formação da opinião católica foi a liturgia.

Segundo sua tradição judaico-cristã, a instituição entende liturgia como o conjunto das diversas celebrações realizadas segundo um esquema fixo de ações e orações, denominado ritual. Nestas celebrações, segundo a sua fé, ela afirma fazer memória da ação salvífica de Deus, cujo centro estão os principais mistérios da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Dentre as ações litúrgicas, a teologia católica definiu que as mais importantes são as celebrações dos sacramentos, os quais foram definidos, como sete, no Concílio de Trento. Distribuídos ao longo da vida eles simbolizam os diversos momentos de passagem da experiência humana, nas quais o elemento religioso, enquanto irracional, põe em cheque as certezas estabelecidas pela razão e traz a tona a experiência da fragilidade humana, principalmente, naqueles sacramentos que são administrados em situações limites da vida. A celebração deles, com seus singulares símbolos, marca a vida pessoal e comunitária

como um momento irrepetível da experiência do sagrado, a qual, mesmo as pessoas que se assumem distantes da Igreja fazem questão de recebê-los. Através deles, a Igreja, não somente faz memória, enquanto recordação, mas atualiza aquilo que celebra. Nestas celebrações o tempo é sempre presente, jamais passado, entendido como lembrança. Cristo, se faz presente e age por meio daquele que preside celebração, o clérigo. Desta forma, Jesus Cristo não fez, faz!, Jesus não curou, cura!, Jesus não deu de comer, dá!⁴⁵. Ao lado das celebrações dos sacramentos, há uma gama imensa de outras celebrações que, embora não sejam sacramentos, são mistagógicas, enquanto transmissoras de um sentido religioso que nutre espiritualmente quem as procura. Por isso, elas são chamadas de sacramentais, pois evocam uma memória religiosa⁴⁶.

No culto religioso, a Igreja Católica celebra e doutrina a sua fé. Mas ela não faz isso, somente, através da pregação explícita do ministro. Ela realiza a formação de uma opinião católica através dos ritos religiosos que são celebrados frequentemente, nos quais ela utiliza um universo simbólico e representativo que se torna mais eloqüente que as práticas discursivas, porque são apreendidos, não pelo intelecto, mas pelos sentidos.

A Igreja herdou e se apropriou de variados símbolos judaicos e lhes deu interpretação católica mostrando que um significante permite variados significados e leituras. Nem mesmo a maioria dos membros da Igreja compreende os diversos símbolos presentes na ação litúrgica da Igreja definida como *mistério*, enquanto, ação salvífica de Deus no tempo presente. Desta forma a ação de Deus está envolta e escondida do olhar humano, a qual exige a fé católica, expressa pela afirmação bíblica *agora vemos em espelho e de maneira confusa, mas depois veremos face a face*⁴⁷. A utilização de símbolos torna a celebração mais emblemática, enfatizando que o que acontece, é de cunho religioso e, portanto, misterioso.

De outro lado, os diversos recursos imagéticos, as cenografias, os cerimoniais, a oratória dos ministros, que acentuam ou diminuem os fatos de acordo o objetivo a ser alcançado, acabam produzindo uma estética litúrgica que fazem com que a liturgia seja,

⁴⁵ GANOCZY, Alexandre, verbete *Sacramento*, em EICHER, Peter (org.), *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*, São Paulo, Paulus, 1993, pp. 800-805.

⁴⁶ DONGHI, A, verbete *Sacramentais*, em SARTORE, D., e TRIACCA, A.M. (org.) *Dicionário de Liturgia*, São Paulo, Edições Paulinas, 1992, pp. 1045-1058.

⁴⁷ Mt, 13, 12a, *Bíblia de Jerusalém*, op.cit

também, compreendida como teatralidade. Nesta perspectiva os símbolos litúrgicos, as vestes, a arrumação e os enfeites podem possibilitar, em uma mesma cerimônia religiosa, diferentes interpretações. Para aquele que a conduz e para alguns membros, que compartilham daquele universo religioso, tudo isso existe em função do rito religioso que se celebra, para os que não a compreendem; ela pode ser uma encenação teatral bonita, mas sem percepção do mistério religioso. Nogueira e alguns textos da poliantéia confirmam que D. Nery, primava pelos detalhes, como a decoração, as flores, a música, os gestos, os símbolos e a oratória num conjunto harmonioso que encantava os fiéis. Nogueira, destacou que graças à combinação de espaço, silêncio, música e oratória, D. Nery levava seus ouvintes ao entusiasmo⁴⁸.

Por sua vez, por meio destas celebrações, a Igreja pretendia, também, renovar a vida da comunidade, a medida em que recordava aos presentes, às vezes, distantes da Igreja que, dela, eles eram filhos. Era, pois, uma esperança que aquelas pessoas voltassem à Igreja⁴⁹. É possível pensar que todos os adereços cênicos utilizados nas liturgias, não sejam usados com a intenção de representar, mas justamente, de melhor celebrar o culto divino e por sua vez formar a opinião católica. Aqui então, se identifica que a compreensão de um fenômeno religioso pode comportar interpretações diferentes, mas não contraditórias.

Uma das principais fontes de renovação da Igreja brasileira se deu através das orientações para a vida litúrgica que os bispos da Província Meridional introduziram a partir da Conferência de 1907. As indicações das Conferências Meridionais, a partir de 1907, foram cada vez mais detalhadas dando-nos a impressão que a preocupação do episcopado não era reformar, mas implantar a vida litúrgica nas paróquias. Tais normas, indicam que os padres deveriam tornar as celebrações litúrgicas o ponto alto da vida eclesial das diversas paróquias, pois seriam por meio delas que novas pessoas seriam agregadas à Igreja.

Além das deliberações das Conferências, foram anexados apêndices com traduções dos principais documentos do magistério referentes a liturgia e cerimoniais para as diversas celebrações que indicam que, provavelmente, eles não eram nem sequer conhecidos da

⁴⁸ **NOGUEIRA**, Ataliba, *Elogio Histórico a D. Neri*, op. cit., pp. 39-41.

⁴⁹ **MARTIN-FUGIER**, Anne, *Os Ritos da Vida Privada Burguesa*, em **PERROT**, M.(org.), *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial- História da Vida Privada*, V. 4, São Paulo, Cia de Letras, 1991, p. 254

maioria dos padres. O motivo não pode ser buscado, apenas na falta de interesse dos clérigos, o que deve, até, ter existido em um ou outro sacerdote relapso, mas no fato de que aqueles documentos escritos em latim, nem sempre eram compreendidos pela maioria dos padres com pouca intimidade com aquela língua. Ainda que algumas paróquias tivessem os rituais, os quais eram importados, – e aqui, devemos pensar nas precárias condições econômicas de muitas paróquias, principalmente, nas mais distantes das sedes diocesanas que não podiam comprá-los– e que houvesse muitos padres formados nos seminários romanizados, haviam outros tantos padres no interior do país que tinham poucos conhecimentos daquela língua, isto é, sabiam realizar os ritos, mas nem sempre entendiam as rubricas que explicavam a correta forma de celebrá-lo. Ao publicar um texto que traduzia, quase que explicando, passo a passo, as normas das celebrações, o episcopado as divulgava amplamente e garantia o sucesso de sua implantação. Desta forma, não só exigia o cumprimento das novas formas, mas criava condições para que todos os padres pudessem implantá-las segundo as orientações da Igreja.

Tais orientações parecem ter visto problemas, onde ninguém os via. Imaginemos um padre recém ordenado, pouco habituado às normas litúrgicas, ficar em dúvida se durante um batismo, a unção crismal que fizera na cabeça de uma criança foi válida ou não, porque no momento em que realizou aquele gesto a criança se mexeu e ao invés de *ungir em forma de cruz o vértice da cabeça, e não a testa, nem a nuca, nem entre a testa e vértice, ungiu-lhe a testa*⁵⁰. Ainda que o aspecto legalista pareça dominar o texto, não é possível afirmar que a única preocupação do episcopado tenha sido esta. É preciso considerar que a Instituição tinha séria intenção religiosa de despertar nos padres o zelo com a correta forma de celebrar os sacramentos. Nesta perspectiva, a garantia da unidade na forma de celebrar os sacramentos deve ser vista como a certeza, para a Igreja e para o padre que administrava o sacramento, que ele foi realizado de forma válida. Havia ali uma preocupação teológica, a de garantir a salvação daquele que era batizado.

D. Nery foi cioso na exigência do cumprimento das normas litúrgicas. Considerado pelos seus contemporâneos como um bispo simples e austero, fazia questão que durante os officios religiosos houvesse o pleno cumprimento das normas litúrgicas, principalmente

⁵⁰ Cerimonial para a administração do Batismo solene, rubrica 37 *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos de Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro e de Mariana*, Tipographia Leuzinger, Rio de Janeiro 1907, p. 189.

quando visitava as paróquias. Em 1901, D. Nery ao publicar a sua carta de despedida da Diocese do Espírito Santo 1897, publicou em anexo a carta que enviara comunicando a visita pastoral e o relatório pormenorizado sobre a visita pastoral que realizou nos anos precedentes. O primeiro texto parece retratar uma falta de conhecimento da realidade social, ou ainda uma contradição. O bispo enviou às paróquias, que seriam por ele visitadas, um cerimonial de 20 páginas, no qual indicou uma série de objetos e vestes litúrgicas necessárias à visita; instruiu, ainda, como deveriam ser preparadas as missas, as procissões, etc.. Paralelamente, em outro texto, reconhecia a falta de estradas adequadas, insuficiência de capelas, a existência de esparsos agrupamentos de pessoas, poucos sacerdotes, como conseqüência falta de doutrina religiosa⁵¹. Como imaginar que num lugar paupérrimo, com um povo sem cultura adequada para compreender os efeitos daqueles símbolos, um bispo exigisse todo aquele aparato litúrgico? Anos depois, como bispo de Campinas, D. Nery por ocasião das visitas pastorais, voltou a requisitar os mesmos símbolos, porém, desta vez, acrescentou uma recomendação que colabora para entender aquilo que parece contradição. Ao comunicar a visita, ele solicitou para si modéstia e austeridade: *não queremos que os Revdos. vigários nomeiem comissões de recepção, hospedagem, etc* ou ainda, *Queremos que haja a máxima modéstia em tudo*, mas ao mesmo tempo, através de um apêndice denominado *Cerimonial da Visita Pastoral*, composto por ele próprio, exigiu aos vigários e as pessoas as seguintes providências:

*no presbitério arma-se o sôlio ou trono episcopal, com docel, espaldar e cadeira de braços forrada e levantada sobre três degraus ou pelos menos sobre um estrado, que deve ser coberto por um tapete ou pano verde ou ainda ...Vem o palio para junto da porta receber o bispo e desfila a procissão, com irmandades, virgens, clero, etc*⁵².

Nas duas visitas, as aparentes contradições, revelam-se como parte constitutiva da mesma estratégia de construção da imagem do bispo e da Igreja. A pessoa João Batista Corrêa Nery até poderia ter vivido de forma austera, o que até indicava uma nova forma mais despojada de se viver o episcopado, mas o bispo era o sucessor dos apóstolos e, como tal, deveria portar-se, principalmente, nos espaços de representação - as cerimônias

⁵¹ NERY, J. B. C., *Anunciando ao Clero e fiéis Sua Primeira Visita Diocesana*, Vitória, Papelaria e Typ. A. Moreira Dantas, 1897, apêndice II, pp. 17-37. Sobre a precária realidade da diocese, Cf. primeiro apêndice da NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Despedindo-se da Diocese do Espírito Santo*, op. cit., pp. 9-11. Também conferir o texto de AZZI, R. *A Igreja no Regime Republicano – Atuação de d. João Neri (sic), primeiro bispo do Espírito Santo*, op. cit., pp. 78-81.

⁵² NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Anunciando a Visita Pastoral Campinas*, op. cit., pp. 8-10.

litúrgicas - nos quais os eclesiásticos ao celebrarem os mistérios constitutivos da fé católica representavam tanto Cristo como a própria Igreja⁵³. D. Nery assumia durante a liturgia sua função de um príncipe da Igreja e por meio dele a Igreja era venerada e respeitada. Especialmente, após a separação entre a Igreja e o Estado a liturgia, com seus símbolos, foi um espaço primordial para se demonstrar o caráter religioso da instituição e, por isso, superior a qualquer outra⁵⁴. Aqueles símbolos não eram apenas ostentação de poder, mas um mecanismo catequético para mostrar a superioridade da mensagem que ela veiculava. Ao usar os mesmos símbolos que utilizava nas solenidades, o bispo igualava aquelas cerimônias durante a visita pastoral com a mesma pompa que oficiava em sua catedral. Ao se apresentar como uma representação religiosa, ele evocava o sobrenatural, e com sua presença, ele sacralizava aquele espaço.

Ao mesmo tempo em que os símbolos religiosos utilizados pelos clérigos remetiam a uma realidade religiosa, eles distanciavam os eclesiásticos do povo, criando uma barreira que os separava do comum dos fiéis. Para compreender melhor este mecanismo eclesiástico recorrerei a análise de Norbert Elias ao analisar o comportamento luxuoso e a fidelidade às etiquetas da sociedade de corte francesa, especialmente no reinado de Luís XIV, concordou com a afirmação de Max Weber, de que tais comportamentos eram *meios de auto-afirmação social* daquela sociedade, mas afirmou que eles tratavam, apenas, de um lado da questão⁵⁵. Respeitando as devidas proporções, principalmente as temporais, mas ao mesmo tempo, considerando que a teologia regeu a instituição da monarquia e rege a Igreja, e o fato de que seus membros, como os antigos reis, afirmam terem sido escolhidos por Deus, é possível utilizar a reflexão de Elias e afirmar que os rituais da Igreja não podem ser analisados apenas como a afirmação de poder eclesiástico. Ele próprio, em uma nota de seu texto, lembrou a pertinência em se estabelecer relações entre os rituais de corte com os rituais da Igreja Católica. Ao analisar uma das memórias do rei Luís XIV, Elias constatou

⁵³ GINZBURG, C. *Representação, A Palavra, a Idéia, a Coisa em Olhos de Madeira – Nove Reflexões sobre a Distância*, São Paulo, op. cit., pp. 85-103.

⁵⁴ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Anunciando a Visita Pastoral*, op. cit. AZZI, Riollando, *A Igreja no Regime Republicano, a atuação de D. João Batista Neri, primeiro bispo do Espírito Santo*, op. cit., pp. 76-92. KARNAL, Leandro, *O Teatro da Fé: Representação Religiosa no Brasil e no México do Século XVI*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1998. Esta obra, embora analise as representações religiosas da América Colonial, especialmente do recurso teatral utilizado pelos religiosos na doutrinação da catequese católica do século XVI, ela colabora para estabelecer comparações com as práticas litúrgicas da Igreja romanizada.

⁵⁵ ELIAS, Norbert, *A sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 63.

que utilização da etiqueta não era apenas *um instrumento de distanciamento* utilizado pelo rei, mas era também, *um instrumento de dominação* sobre o povo, o qual deveria reconhecer aquele como pertencente a uma esfera superior. Para aquele autor, tal mecanismo, ainda que distanciasse o rei do povo, servia para a explicitação de seu poder ao povo, o que lhe permitiu, concluiu *quanto mais um soberano se mantém distante, maior é o respeito que o povo lhe confere*⁵⁶.



D. Nery no dia de sua ordenação episcopal

Segundo a reflexão deste autor, o ritual atua como importante mecanismo de conservação da instituição, pois estabelece a ordem e a precedência das coisas e das pessoas numa sociedade altamente organizada, na qual tudo deve ser previsto. Os signos eclesiásticos, ainda que utilizados pelo mais simples dos sacerdotes, não faziam referência à pessoa em si, que o utilizava, mas se referia a superioridade da função religiosa, o que por sua vez, simbolizava a superioridade da Instituição. Santo Cura D’Ars, um humilde padre do interior da França na passagem do século XVIII para o XIX, usava paramentos luxuosos para

evocar a grandeza daquele que representava, Jesus Cristo. Neste sentido, é possível afirmar que D. Nery compartilhava desta preceptiva e por isso utilizava aqueles símbolos. A mensagem religiosa que pregava era maior que ele, daí usar símbolos que a evocasse.

⁵⁶ Vale a pena reproduzir um trecho das Memórias, do rei Luís XIV: *Como é importante para o público ser governado apenas por um único, também é importante para ele que este que exerce essa função seja elevado de tal maneira acima dos outros que não haja ninguém que possa confundir ou comparar-se com ele, e podemos, sem sermos injustos para com o corpo do Estado, retirar-lhe as menores marcas de superioridade que o distingue dos membros.* (Memória II,15), em ELIAS, Norbert, *A sociedade de Corte*, op. cit, pp. 133.

Comum a prática dos bispos da época, nas três dioceses em que exerceu o ministério episcopal, D. Nery construiu palácios episcopais - um importante símbolo do poder eclesiástico. Especialmente em Campinas, ele mantinha na residência episcopal um conjunto de cinco empregados que o serviam e, ainda, tinha a seu dispor um séquito composto por dois mestres de cerimônias, um secretário particular, um camareiro e um caudatário⁵⁷. Com esta prática, além de demonstrar que julgava ter direito a tais serviços, àquelas pessoas se tornavam para D. Nery uma espécie de cordão de isolamento que impedia as pessoas de se aproximarem dele. Com esta estratégia, mesmo que se protegesse das investidas populares, o bispo se mostrava ao povo – parecia-lhe próximo.

Uma outra justificava para o uso de símbolos e ornamentos luxuosos, se insere na espiritualidade decorrente da preceptiva bíblica sobre a humildade, entendida, muitas vezes, como humilhação, vista como uma característica cristã e positiva, digna de merecer retribuição [...] *quem se humilha será exaltado*. Desta espiritualidade decorreu a auto-denominação com a qual o papado se apresentava nos documentos pontifícios: *o servo dos servos de Deus*. Por este comportamento espiritual o papa, e por extensão todos os eclesiásticos, independente da forma como vivem, dos objetos que usam, por mais luxuosos que possam ser, seriam sempre servidores dos outros⁵⁸.

Uma das condições para alguém assumir a função de clérigo é a identificação com a Instituição até dela se tornar um símbolo. Mas, a Igreja justifica sua existência no mundo em função da ordem espiritual, e o bispo sendo um eclesiástico é, também, sinal da realidade espiritual, enquanto carisma. Ao estudar a relação entre autoridade e carisma, Max Weber identificou oposição entre elas, o que permite concluir que o eclesiástico ou é membro da Instituição ou é um sinal religioso, as duas coisas não pode ser. Porém, Peter Berger mostrou que, dialeticamente, a autoridade institucional colabora para que o carisma continue existindo, porque é ela que o propaga; apesar de muitas vezes parecer contradizê-lo, através de práticas pouco evangélicas⁵⁹. Desta forma, quando age, principalmente

⁵⁷ **OCTÁVIO**, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 295-296.

⁵⁸ Lc 14,11, *Bíblia de Jerusalém*, op. cit. O eclesiástico, durante a celebração litúrgica, na qual recebe a ordenação sacerdotal, promete, através de gestos e orações, assumir a condição de Jesus Cristo, – aquele que mais teria se humilhado –, e tal qual como Cristo, afirma seu desejo de servir.

⁵⁹ **BENEDETTI**, Luiz Roberto, *O Bispo como Símbolo*, em **FABRI DOS ANJOS**, Márcio (org.) *Bispos para a Esperança do Mundo*, Paulinas, 2000, pp. 273-283. A citação, especialmente à página 283.

através da liturgia, o ministro religioso, no caso o bispo, re-atualiza o carisma eclesial, e se torna ele, próprio, um símbolo. Por meio do que se vê, o ministro, se estabelece um vínculo com o que não se vê, o divino.

4.1. O ESPETÁCULO DA FÉ: AS EXÉQUIAS DE D. NERY

De todas as celebrações ocorridas na diocese, a poliantéia fez questão de registrar, os funerais de D. Nery, como um grande espetáculo. Enquanto que a cerimônia de posse de D. Nery, como bispo de Campinas, mereceu apenas algumas linhas, enfatizando o tom solene de sua entrada na catedral de Campinas⁶⁰ o desenlace dos últimos momentos de D. Nery, a sua morte, as exéquias e as homenagens póstumas foram destacados em quarenta e cinco páginas da poliantéia, com detalhes pormenorizados. Tal descrição demonstra a força de uma Instituição que através do ritualismo e, conseqüentemente, do uso dos símbolos sempre soube transformar todos os momentos, inclusive, os de perda e tristeza numa representação religiosa que expressava o poder e grandeza da sua mensagem.

Organizada nos mínimos detalhes, a celebração de exéquias contou, inclusive, com um fotógrafo para registrar a imagem do caixão com o corpo do bispo falecido.



O texto relata que D. Nery faleceu no palácio episcopal e que após ter sido colocado em caixão de primeira classe o seu corpo foi levado em procissão para a catedral. O percurso, que poderia ter sido feito em linha reta, dado que o bispo residia na mesma rua da Catedral, porém distante apenas algumas quadras; foi alongado e desviado para atravessar a

⁶⁰ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 138

principal avenida da cidade para que o cortejo fúnebre atingisse a rua Conceição, a qual dá acesso frontal a Igreja. No dia seguinte, ainda de madrugada, deu-se início a seqüência de sete missas que se estenderam até o amanhecer, quando foi celebrada a missa de corpo presente, presidida pelo Arcebispo, a qual contou com a presença de muitos outros bispos e pessoas gradas, tendo sido concluída com um longo elogio fúnebre. Por fim, o arcebispo concluiu os ritos e o corpo de D. Nery foi colocado na cripta ao som da marcha fúnebre de Chopin.

Ainda foi relato que, passados sete dias, houve missa de Réquiem na catedral e, também, em todas as paróquias da diocese. Passado um mês, o arcebispo de São Paulo voltou a Campinas para presidir outra missa de Réquiem. Desta vez, a Catedral estava decorada com motivos fúnebres, símbolos do morto e um catafalco que representava seu corpo. Com a mesma pompa, nesta cerimônia religiosa, foram repetidos todos os ofícios realizados no dia do sepultamento, tendo sido dada, inclusive, a benção ao catafalco e encerrada a celebração com a marcha fúnebre de Pagella. Ainda, informa que, celebrações semelhantes aconteceram em São Paulo, Vitória, Pouso Alegre e Campanha, tendo inclusive, em duas delas, contado, também, com a benção do catafalco⁶¹.

Tais informações nesta dissertação, não teriam sentido se não tivesse a intenção de ilustrar o que tenho demonstrado desde o início, que a Igreja tem uma justificativa religiosa para a sua prática social. Em função da amplitude das práticas eclesiais, uma vasta gama de interpretações pode ser contemplada, e não seria possível atingi-las em poucas páginas e nem é esta a intenção. Mostrarei, em breves linhas, uma possível interpretação religiosa para aquelas práticas em trono da morte do bispo e do seu sepultamento.

Através de todos aqueles símbolos: procissões, missas, benção, orações fúnebres, músicas sacras, catafalco a Igreja pregava a sua fé que gira em torno do único dado objetivo, simbolizado naqueles dias: a morte. Por isso, o corpo do bispo foi transportado pelas ruas da cidade, velado, pranteado, sepultado e depois recordado através do catafalco, a representação do corpo do bispo. Durante todo aquele tempo, desde a morte de D. Nery, ainda no palácio episcopal, até a última benção dada ao catafalco, um mês depois, na mais distante igreja, através de seus ministros, mas principalmente, através do próprio morto, a

⁶¹ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 374 - 419

Igreja pregava o centro da doutrina que justificava a sua existência neste mundo: a pregação do mistério da Vida, Morte e Ressurreição.

A tradição milenar da Igreja Católica sempre valorizou o dia da morte, considerado o verdadeiro nascimento para Cristo. A maioria dos santos católicos é lembrada pela Igreja, não pela data do nascimento daquele que se tornou santo, mas a data de sua morte. Esta preceptiva vem dos tempos dos primeiros mártires da Igreja que testemunhavam sua fé em Jesus Cristo com a entrega total da vida, através do martírio. A morte vista como novo nascimento; o nascimento para a vida eterna. Assim foram com os santos, assim a Igreja segue fazendo com os católicos. Durante um mês a Igreja catequetizou sobre o conteúdo da morte, da ressurreição, a centralidade da sua mensagem. Diferentemente de outras Instituições que homenagearam D. Nery, naquelas celebrações, a Igreja refletia e criava um senso católico sobre a morte enquanto experiência religiosa. A menção ao morrer cristão, com direito a confissão, a benção, com símbolos cristãos: cruz, vela, terço, orações, missa de sétimo dia, e a posterior benção exequial, realçava a dimensão antropológica, a valorização do ser humano, mas além disso, indicando a passagem desta vida para outra vida, tocava no mais profundo da experiência humana: a percepção religiosa da fragilidade humana. E isso significava muito para qualquer pessoa, mesmo àquelas que iam a Igreja.

Através daquelas cerimônias, ainda que possam ser vistas como espetáculos da fé, a Igreja cumpria a sua função religiosa no mundo, a afirmação de que a dimensão religiosa é constitutiva do ser humano.

5. A ESPIRITUALIDADE DE D. NERY ATRAVÉS DE SEU BRASÃO EPISCOPAL

Desde o século XII, o uso de brasão como um dos símbolos do episcopado é uma prática comum na Igreja. A origem deles está ligada aos brasões de militares e, posteriormente de nobres da Alta Idade Média que adotavam o uso de brasões para indicar a ordem ou família a que pertenciam, bem como para distinguir o estrato social a qual pertenciam, o que em última análise pode ser entendido como símbolo de ostentação social. Por apropriação, também os eclesiásticos, os superiores de ordens religiosas masculinas e

femininas e associações ou congregações religiosas adota(ra)m brasões como símbolo daquilo que representavam⁶².

Por se tratar de recurso imagético, é, bastante, apropriado uma análise dos símbolos que compõem o brasão de D. Nery. Ainda que meus conhecimentos de Heráldica sejam limitados, obtive resultados satisfatórios que permitiram levantar hipóteses que ajudam a conhecer um pouco mais o universo social e religioso de D. Nery e a forma como ele construía as representações que justificavam o seu modo de ser e suas opções sociais e religiosas. É interessante perceber como D. Nery, e por extensão, a Instituição se apropriou de símbolos, quase sempre, considerados por ela, como pagãos e lhes atribuiu significados cristãos.



Todo brasão religioso segue as regras da heráldica eclesiástica, e é composto por duas partes distintas, uma externa e outra interna. A parte externa contém símbolos que identificam a função eclesiástica, os graus da ordem sacra, da jurisdição e da dignidade daquele que o possui, por isso possui símbolos fixos cuja disposição, cores e número de elementos são determinados pela Instituição. A parte interna, que nesta pesquisa, denominarei escudo, é confeccionada de forma livre porque

apresenta elementos pessoais que identificam aquele que é simbolizado, muito embora, também, deva respeitar algumas regras da heráldica.

Como o interesse da pesquisa recai sobre o brasão de D. Nery, serão indicados os símbolos obrigatórios em um brasão episcopal e a interpretação ou interpretações que a Instituição lhe(s) confere. Posteriormente serão analisados os elementos pessoais do escudo.

⁶²ALDRIGHETTI, Giorgio, *Araldica Ecclesiastica*, Istituto Araldico Genealógico Italiano, <http://www.iagi.info/ARALDICA/ecclesiastica/index.html>. Atribui-se nessa dissertação a nomenclatura brasão ao conjunto completo do símbolo religioso e escudo aquilo que está contido no centro do brasão. Todas as referências indicadas nessa dissertação sobre Heráldica Eclesiástica foram extraídas desse texto eletrônico, o que se faz desnecessário citá-lo inúmeras vezes.

Os símbolos exteriores de um brasão episcopal são: o chapéu episcopal preto, um cordão verde que envolve o chapéu e pende para os lados, com doze flocos, dispostos seis de cada lado. São as cores do chapéu, do cordão e o número dos flocos que distinguem as diversas funções dos prelados. Ainda, na parte interna, portanto, junto e acima do escudo, deve haver no lado esquerdo uma mitra e no lado direito um báculo e, por trás do escudo, uma cruz.

A mitra em sua forma atual é uma espécie de chapéu alto e largo que se afina no alto, é formado por duas metades iguais paralelas e separadas por um espaço, com duas fitas que devem cair sobre as espáduas. Ela é confeccionada com tecido e sua cor varia de acordo com as diferentes cerimônias religiosas. Símbolo de origem persa, posteriormente egípcia e assíria, a mitra foi incorporada pela Igreja Católica por volta do século XI para representar a dignidade eclesiástica e a plenitude do sacerdócio, exercido pelo bispo. As duas pontas simbolizam o conhecimento do Antigo e do Novo Testamento e as duas fitas significam o Espírito e a Letra, ambos constituintes da Sagrada Escritura.

Já o báculo tem o formato de um cajado, cuja extremidade superior termina em forma de curva. Sua origem está ligada à atividade pastoril e, apropriado pela Igreja, passou a simbolizar o pastoreio espiritual, sua haste simboliza a função daquele que guia e orienta. A interpretação mais comum afirma que o lado do cajado que possui a curva, serve para que o bispo, que é o pastor, traga para perto de si as ovelhas dispersas, a outra ponta serve para afastar os lobos que ameaçam as ovelhas, os inimigos da Igreja. A Igreja, oficialmente, interpreta que ele é símbolo de uma autoridade, cuja origem é divina, ainda, o considera como símbolo da fé, da qual o bispo é o fiel interprete e, por ter a plenitude do sacerdócio, pode submeter os fiéis da diocese a qual lhe foi confiada ao seu ministério. Segundo a tradição eclesiástica cada diocese é considerada uma Igreja particular, portanto, nela, há um único báculo, símbolo de um único pastor que, por sua vez, não pode ser usado por um pastor que não seja o pontífice daquela diocese.

A cruz é o símbolo cristão por excelência, o qual não poderia faltar em um brasão episcopal. Ela deve ser simples e com uma única haste transversal e seu simbolismo está associado ao mistério da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, do qual o bispo deve dar testemunho pela fé, e ensinar o seu significado.

Na parte interna do brasão episcopal há o escudo pessoal do bispo e na parte inferior dele, há uma divisa, ou nastro, com uma frase breve ou palavra, escrita em latim que expressa o programa episcopal ou ainda a espiritualidade do bispo. Embora, ambos devam seguir algumas regras da heráldica, tais elementos são escolhidos segundo a vontade daquele que o utiliza, conferindo ao brasão episcopal uma singularidade pessoal.

Como a maioria dos bispos descendia de famílias tradicionais, seus brasões continham quase sempre o escudo da família, os quais eram, quase sempre, isentos de simbologia religiosa. Talvez isso, justifique a inclusão dos elementos externos, fixos e religiosos, garantindo a interpretação eclesiástica, apesar dos símbolos familiares. Também, nos brasões dos bispos brasileiros isso é confirmado. O brasão de D. Mateus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo, tinha, no seu lado direito, as armas da família Pereira e no seu lado esquerdo, as armas da família Abreu. Símbolos religiosos eram, também, utilizados por membros de ordens ou congregações religiosas que, colocavam ao lado das armas da família as armas ou símbolos da família religiosa a que pertenciam, mostrando a sua dupla ascendência. Como é o caso do brasão de D. Manuel da Cruz Freire, bispo do Maranhão, entre 1739 e 1747, que tinha na parte superior o símbolo da Ordem Cisterciense e na parte inferior, as armas da família Freire. Especialmente, a partir do século XIX, bispos diocesanos passaram a incorporar ao lado dos símbolos da família os símbolos religiosos, como foi o caso de D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo e D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque; o primeiro, ao lado dos símbolos das famílias Leopoldo e Silva traz um monograma mariano, e o segundo traz, ao lado das armas das famílias Arcoverde e Albuquerque, um símbolo eucarístico⁶³.

Com o passar dos tempos os brasões passaram a incorporar elementos religiosos que podem significar tanto a ausência de uma linhagem ascendente tradicional como a crescente força da Instituição, e que, especialmente no Brasil, fazia o bispo assumir os seus símbolos, como expressão de fidelidade e de sua íntima união eclesial. Bem como, pode representar o conjunto das renovações: litúrgica, espiritual e pastoral ocorridas no século

⁶³ RUPERT, Arlindo, *Expansão Territorial e absolutismo Estatal (1700-1822) – A Igreja no Brasil*, Volume III, Santa Maria, Editora Pallotti, 1988, p. 149, 74 e MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., p. 79, respectivamente. Conferir outros brasões indicados no mesmo volume de Rupert, pp. 20, 28, 36, 38, 42,45, 48, 50, 54, 56, 61, 63, 66, 68, 72, 80, 143, 155,158 e 159. Também no volume II, do mesmo autor, pp. 79, 34, 53, 55, 71, 160, 161, 170 e 171.

XIX e que os bispos faziam questão de demonstrar sua adesão através dos símbolos daquele movimento, especialmente os símbolos ligados a eucaristia e a Virgem Maria.

Para a análise dos símbolos do escudo de D. Nery será assumida, integralmente, a interpretação dada pela poliantéia, e ampliada segundo o objetivo desta pesquisa.

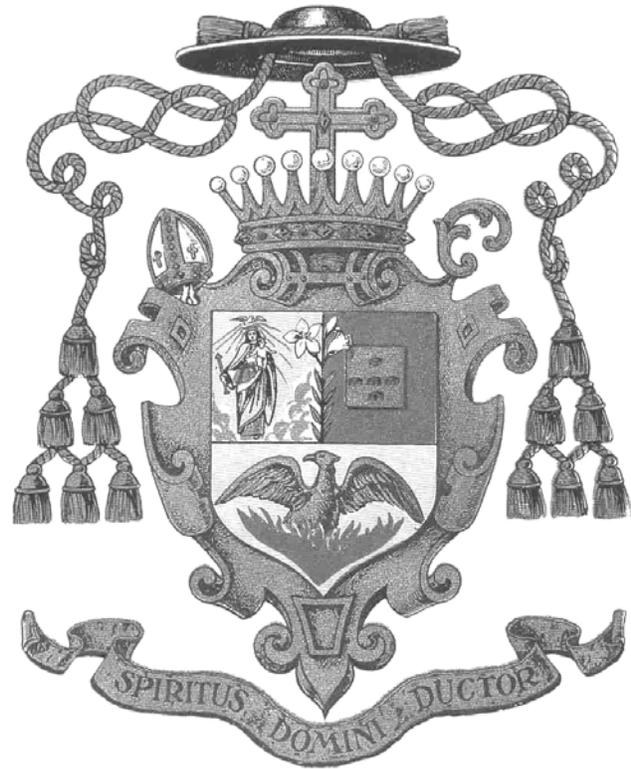
Interpretação do brasão de D. Nery, segundo a poliantéia:

Sob os atributos episcopais (chapéu e flocos), o escudo tripartido, contendo:

Parte superior, primeiro quartel esquerdo: Nossa Senhora Auxiliadora, de azul e branco sobre o fundo de nuvens. Eram as armas que usou no Espírito Santo. – 2º quartel a direita – Chagas, quinas de vermelho (goles) em campo amarelo (ouro) sobre fundo vermelho. Referem-se ao Bispado de Pouso Alegre, cujo padroeiro é o Senhor Bom Jesus dos Mártires (sic).

Entre os dois quartéis, um lírio, símbolo de S. José. Parte inferior (ponta) Fenix de outro em campo azul - Brasão da cidade Campinas, sede do bispado. Por timbre, sobre uma coroa de conde, a cruz episcopal ladeada pelo báculo e pela mitra.

Divisa: Spiritus Domini ductor⁶⁴



Quando D. Nery assumiu a diocese de Campinas, ele alterou seu brasão episcopal de duas formas. Ele modificou a estética do escudo e incluiu novos símbolos. O escudo original era muito simples e continha apenas um elemento decorativo, a imagem da Virgem Maria.

Na nova reformulação, ele adotou um escudo mais sofisticado, totalmente dourado e incluiu dois novos elementos ao lado da Virgem Maria, o símbolo da diocese de Pouso Alegre e o símbolo da cidade de Campinas, tornando-o tripartido. Acima do escudo, incluiu uma coroa. As razões para tais modificações serão abordadas, oportunamente. A princípio,

⁶⁴ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. p. 9

tais modificações permitiriam pensar que D. Nery acolheu as várias mudanças ocorridas em sua vida, as quais teriam sido simbolizadas em seu brasão, mas ao mesmo tempo, poderiam indicar o desejo de marcar aquele novo tempo, no qual se tornara o bispo de Campinas.

É bastante provável que a família de D. Nery não tivesse brasões. Miceli em sua análise, já indicada anteriormente, identificou D. Nery como um bispo de origem pobre e dedicado à Igreja, o que permitiu denominá-lo de *servo da Igreja*, razão pela qual aquele autor justificou a dedicação do bispo à instituição⁶⁵. Para aquele autor, tudo se explicaria pelos jogos de interesses da instituição e das pessoas envolvidas. Ainda que consideremos a hipótese de Miceli, é possível pensar que a dedicação de D. Nery à Igreja possa ser buscada, não como forma de retribuição por ter sido feito bispo, mas justamente pela possibilidade de que sua vocação possa ter sido motivada por um desejo religioso e, por isso, sincero, e não fruto de arranjos sócio-políticos de ricos fazendeiros que determinavam qual de seus filhos deveria seguir a vocação sacerdotal para, posteriormente, fazer articulações políticas para alcançar o episcopado. Nesta perspectiva, assumir-se como filho da Igreja não poderia indicar uma mudança na espiritualidade, na qual uma pessoa abandona a sua vida para dedicar-se, exclusivamente, à Igreja, como fez D. Nery? Esta parece ter sido a preceptiva que iluminou a interpretação do autor do texto da poliantéia, o que, por sua vez, permite refletir sobre a existência de um contexto religioso que, provavelmente, gerou tanto o idealizador quanto o interprete do brasão.

5.1 - A ANÁLISE DOS SÍMBOLOS:

A) A IMAGEM DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA

No primeiro quartel a esquerda, D. Nery inseriu em seu brasão a Imagem de Nossa Senhora Auxiliadora. Como já foi dito, o fato desta mesma imagem figurar já no seu primeiro brasão episcopal de D. Nery, indica a possibilidade de que aquele bispo alimentasse uma espiritualidade mariana. Desde a Baixa Idade Média, se registra a existência da espiritualidade mariana na Igreja⁶⁶. Porém, foi no século XIX que a Igreja intensificou o culto à Virgem Maria. O dogma da Assunção da Virgem Maria promulgado

⁶⁵ MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, op. cit., p. 107

⁶⁶ KARNAL, Leandro, *O Teatro da Fé: Representação Religiosa no Brasil e no México do Século XVI*, op. cit., p. 179.

pelo papa Pio IX, em 1854, representa tanto a acolhida oficial por parte da Igreja que reconhecia a força da devoção mariana que surgia em lugares específicos, como, também, representa o impulso para que ela fosse difundida no mundo católico. As afirmações que a Virgem teria aparecido em diversos países, antes e depois do dogma, contribuíram para a sua promulgação e a posterior divulgação daquela espiritualidade. A Igreja, através do papado, passou a incentivar uma espiritualidade mariana e a devoção ao rosário. A partir de Pio IX, nenhum papa deixou de se referir a Maria, consagraram-lhe documentos, exortações e estimularam a fundação de infinitas congregações que abraçaram e propagaram aquele carisma mariano.

No Brasil a devoção a Maria tem sua origem ligada às tradições ibéricas que, por sua vez, se liga ao pietismo renascentista representado pelas madonas que choram o sofrimento de seu filho Jesus e nas irmandades e ordens terceiras do período colonial e imperial. Especificamente no Brasil, como em tantos outros países latinos americanos, em 1717, foi encontrada uma imagem, supostamente negra, que passou a ser venerada como a Imaculada Conceição de Maria. Em 08 de setembro de 1904, esta imagem foi coroada como rainha do Brasil pelo episcopado da província meridional em sua segunda Conferência. Posteriormente, em 1930, graças às articulações entre Igreja e governo federal, Nossa Senhora Aparecida foi proclamada pelo Papa Pio XI, padroeira do Brasil. Recentemente, o presidente Fernando Collor de Mello decretou o dia 12 de outubro como feriado nacional, em homenagem a padroeira do Brasil. Murilo de Carvalho analisando o uso das representações femininas para a República indicou a força do simbolismo da religião católica no Brasil, especialmente, o que ele chamou de “mariolatria”⁶⁷.

A partir de segunda metade do século XIX, com a entrada de congregações religiosas que vieram para o Brasil implantar suas obras missionárias, foram introduzidas as devoções marianas européias que, em função da romanização, progressivamente, substituíram as devoções ibéricas.

D. Nery, como campineiro que era, bem poderia ter escolhido representar em seu escudo a imagem da padroeira da cidade de Campinas, a *Imaculada Conceição*. Porém escolheu uma representação da Virgem Maria bastante moderna: a imagem de Nossa

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo, *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Cia de Letras, 1998, p. 93-94.

Senhora Auxiliadora que além de figurar no seu brasão episcopal, foi, também, impressa em seu anel episcopal.

A razão desta escolha deve ser buscada no ressurgimento do movimento marino, ainda, no início do século XIX, o qual se insere no quadro da resistência da Igreja européia ao liberalismo. A recente tradição sobre Nossa Senhora Auxiliadora afirma que a devoção surgiu com o papa Pio VII. Conta-se que em 1809, depois de ver o Estado Pontifício passar para o domínio de Napoleão Bonaparte, o papa Pio VII teria sido prisioneiro na cidade de Savona, inclusive, por ter excomungado o imperador. Naquela prisão, ele teria recorrido à intercessão da Virgem Maria e feito o voto de coroar a sua imagem, naquela cidade, caso obtivesse a liberdade. Transferido à Fontainebleau, graças as pressões dos católicos franceses junto a Napoleão, cinco anos depois, o papa teria sido libertado e retornado à Roma, entrando, triunfalmente, naquela cidade, em 24 de maio de 1814. Para marcar aquela data, o pontífice teria instituído, naquele dia, uma festa em honra à Nossa Senhora Auxílio dos Cristãos, a qual, posteriormente, passou a ser chamada de Auxiliadora⁶⁸.

O maior propagador desta devoção mariana foi São João Bosco, fundador da Pia Sociedade de São Francisco de Sales, em 1869. Esta foi uma das novas congregações religiosas imbuídas do ardor missionário nascido da renovação espiritual pela qual passava a Igreja, na segunda metade do século XIX. A hagiografia reconstruiu a vida de São João Bosco como devoto e divulgador daquela devoção, através de um sonho que o santo tivera quando ainda era criança, com a idade de nove anos. Naquele sonho Jesus teria aparecido a João Bosco para encomendar-lhe a fundação de uma obra para o cuidado de menores, e teria prometido que sua mãe, a Virgem Maria, o acompanharia e o ajudaria a concretizar aquele propósito. Por ser aquela que o auxiliaria em sua missão, o jovem João Bosco a identificou como N. Sra Auxiliadora⁶⁹.

Conforme já foi dito anteriormente, a proposta de fundar Institutos para o cuidado de crianças pobres estava, intimamente, ligada a busca de soluções aos problemas sociais causados pelos liberais e representava uma alternativa às soluções indicadas pelo

⁶⁸ **MEGALE**, Nilza Botelho, *107 invocações da Virgem Maria no Brasil: história, folclore e iconografia*, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 4 9-50. Conferir, também, os trabalhos: **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de história*, op. cit. **NOGUEIRA**, Ataliba, *Elogio Histórico a D. Neri*, op. cit.; **MESCHIATTI**, José Eduardo *Sonho de Moral – Presença Salesiana em Campinas*, op. cit.

⁶⁹ Sobre a motivação da fundação de uma Congregação religiosa naqueles moldes, Cf. **MESCHIATTI**, José Eduardo, *Sonho de Moral – Presença Salesiana em Campinas*, op. cit, p 41.

socialismo. Esta busca de respostas impulsionou a redescoberta dos valores essenciais do cristianismo: a prática da caridade, do serviço à Jesus Cristo, através do serviço aos pobres. A prática discursiva destes fundadores se embasava na mansidão, na simplicidade, na humildade da Virgem Maria e era um objetivo a ser atingido pelos católicos. Desta forma, os fundadores das novas congregações nunca se manifestaram contrários às injustiças sociais dos liberais. O máximo que fizeram foi apelar à consciência dos católicos e, enquanto aquela continuava adormecida, lhes pediam ajuda econômica para a construção e socorro às necessidades da Igreja.

Esta Congregação e junto dela, a devoção a Nossa Senhora Auxiliadora entraram no Brasil, quando chegaram os primeiros salesianos em terras brasileiras, em 1883. Seria correto pensar que esta devoção chegou em Campinas junto com a aquela congregação, em 1897, a qual D. Nery confiou a obra denominada Liceu de Artes e Ofício. Mas foi o próprio D. Nery que começou a divulgar aquela devoção, ainda em 1889, durante a epidemia de febre amarela. Um testemunho da poliantéia afirma que *por ocasião da peste (sic) D. Nery espalhou entre seus paroquianos a medalha benta de Nossa Senhora Auxiliadora e os males começaram a decrescer*⁷⁰. Mas esta não era a única devoção mariana de origem européia existente em Campinas. Uma outra informação indica a existência da devoção à Nossa Senhora de Lourdes, através de uma gruta, semelhante à gruta existente na cidade Lourdes, na França, que foi idealizada e construída pelo cônego Vieira, no jardim diante da Santa Casa, portanto, anterior a 1883, data de sua nomeação como bispo de Fortaleza, e quando o jovem Nery, ainda freqüentava o seminário⁷¹. Não se trata de mera coincidência que estas duas devoções marianas européias tenham sido difundidas, na cidade de Campinas, por eclesiásticos que tinham estudado no Seminário Episcopal de São Paulo.

Outra prática católica que indica o esforço para introjetar a espiritualidade mariana foi aproveitar as datas religiosas que faziam menção a Virgem Maria para marcar o tempo religioso. Cônego Vieira fez coincidir os dias da inauguração da Santa Casa e, posteriormente, do Asilo de Órfãos, com o dia 16 de agosto, dia da Assunção de Nossa

⁷⁰ OCTÁVIO, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 236-237

⁷¹ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãos (1870-1960)*, op. cit., p. 173.

Senhora. D. Nery, por sua vez, fez coincidir sua chegada na diocese do Espírito Santo às vésperas das festas de Nossa Senhora Auxiliadora, dia 23 de maio de 1897.

Outra forma de propagar a devoção mariana foi nomear obras religiosas com títulos de Nossa Senhora Auxiliadora. Em 1898, D. Nery após retomar o Convento do Carmo, que estivera nas mãos do governo imperial, para o bispado do Espírito Santo, mandou reformá-lo e substituiu o orago de Nossa Senhora do Carmo que datava da época da capitania, nomeando-o *Episcopal Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora*⁷². Também, nas três dioceses, D. Nery fundou colégios e outras obras, aos quais consagrou com aquele título mariano.

A razão pela específica e suposta devoção de D. Nery à Nossa Senhora Auxiliadora ainda é uma dúvida. Alguns elementos indicados parecem apontar para uma espiritualidade da moda com força social e religiosa, porém, Nogueira indicou que nos últimos momentos de sua vida, D. Nery tinha em mãos uma medalha de Nossa Senhora Auxiliadora⁷³. Esta última informação, nos possibilita pensar na probabilidade de que, de fato, D. Nery tenha sido devoto de Nossa Senhora Auxiliadora e que a inserção daquela específica imagem da Virgem Maria, em seu escudo e em seu anel, representasse mais que um modismo eclesial, eles bem poderiam simbolizar a sua adoção filial e espiritual a Virgem Maria, e por conseqüência à Igreja.

B) A QUINA: A REPRESENTAÇÃO DE JESUS CRISTO

O símbolo do segundo quartel presente no brasão de D. Nery parece um tanto enigmático. Em relação aos outros símbolos ele é bastante simples, não obstante o fato da quina, a qual representa as cinco chagas de Jesus, ter sido colocado em campo dourado, num fundo vermelho, o que lhe dava um destaque bastante grande. A poliantéia interpretou que se tratava do símbolo da diocese de Pouso Alegre, o que pareceria normal se o bispo tivesse introduzido o símbolo da diocese do Espírito Santo, no primeiro quartel, o que não o fez. Tampouco o fez, quando assumiu a sua terceira diocese. A ausência de outros símbolos

⁷² AZZI, R. *A Igreja no Regime Republicano – Atuação de D. João Neri* (sic), *Primeiro Bispo do Espírito Santo*, op. cit., pp. 87.

⁷³ NOGUEIRA Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, op. cit., pp. 77 e 76, respectivamente.

diocesanos parece revelar uma falta de simetria simbólica. Por que então, teria inserido os símbolos de Pouso Alegre?

Uma hipótese a ser considerada é que, nas duas dioceses em que fora o primeiro bispo, ainda não existiam símbolos diocesanos, por ocasião da sua tomada de posse. Em razão disso, se compreenderia que, especialmente na diocese de Pouso Alegre, passados sete anos da criação daquela diocese, tivesse havido tempo para escolha de um símbolo diocesano e D. Nery teria podido inseri-lo em seu novo brasão. Esta hipótese toma corpo na medida em que se pensa em duas outras possibilidades convergentes: primeiro que existe uma grande possibilidade de que D. Nery tenha contribuído na idealização daquele símbolo, segundo, aquele era um símbolo que expressava a centralidade do mistério de Cristo, um dos principais frutos da renovação do século XIX, e que no Brasil, a romanização propagava, principalmente, através da centralidade dos sacramentos, especialmente a eucaristia. Também, a inserção de um terceiro símbolo do brasão corrobora esta interpretação.

C) O LÍRIO: A REPRESENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ

Entre os dois quartéis do brasão, foi colocado um pequeno lírio que a poliantéia afirmou ser o símbolo de São José. Mais uma vez não é possível afirmar que esta interpretação correspondeu a intenção de D. Nery, mas houve fortes motivos para que o intérprete julgasse que aquele lírio era uma referência a São José. Referências iconográficas deste santo existem na Igreja desde o século IX, porém, a representação de São José que apresenta o santo com o menino Jesus no braço esquerdo, tendo na mão direita o lírio florido era muito recente na Igreja Católica, datava do final do século XIX. Esta específica interpretação de São José, recebeu dos papas, Pio IX e Leão XIII uma grande promoção. Em 1870, Pio IX elevava São José a Patrono da Igreja Universal. Posteriormente, diante do movimento dos operários, alimentados pelos socialistas, o papa Leão XIII, através da encíclica *Quamquam plures*, em 1889, apresentou-lhes São José como modelo de pai, de esposo e de trabalhador. O papado, então, tentando catolicizar o mundo operário criava um novo *tropo* que fosse capaz de modificar a opinião dos trabalhadores católicos. Nada melhor do que afirmar que o pai de Jesus fora um trabalhador e que este, por sua vez, teria

ensinado seu filho a trabalhar, e com seu trabalho, teria sustentado sua esposa Maria e seu filho Jesus, daí ser ele, o padroeiro dos trabalhadores e também, o protetor da família.

Beozzo, acertadamente, afirmou ter havido uma sobreposição da iconografia romanizada e européia a iconografia luso-brasileira, transformando a imagem de São José, do período colonial, representado com botas e capa, o que teria derivado o título de São José de Botas, provável referência aos viris colonizadores, desbravadores de terras e tropeiros que desejavam sacralizar suas posições sociais, em um domesticado *São José caseiro, modelo de esposo e pai*. Afirmou, ainda, que esta espiritualidade devocional e intimista colocou a castidade e a pureza como virtudes centrais daquele período histórico, no qual uma moral individual passou a ser mais importante que a moral social pregada pelos defensores do movimento operário, dentre eles, os anarquistas e socialistas. Com esta estratégia, a Igreja tentava despertar no povo o receio dos socialistas como responsáveis pela dissolução familiar, valor tão defendido pela Igreja⁷⁴.

Com esta informação, é possível através da associação dos três símbolos apresentados, afirmar que D. Nery representava em seu brasão a Sagrada Família. No lado esquerdo estaria a Virgem Maria, a Mãe, no lado direito estaria Cristo, o filho, e ao centro, São José, o pai. Leão XIII através da encíclica, citada acima, recuperava a família como símbolo da Igreja, e vice-versa. Do sponsal entre Cristo a Igreja, cada católico era filho, nascido, espiritualmente, através do sacramento do batismo; por meio da mãe Igreja era alimentado e a ela devia ser fiel. Servindo-a servia a Deus. Já aludi, anteriormente, que D. Nery tinha usado a imagem da mãe, quando pediu que seus diocesanos socorressem monetariamente a Mãe⁷⁵. Desta espiritualidade decorre que o bispo, ao ser nomeado para

⁷⁴ O autor reproduziu da Pastoral de 1915, cânon 637, o seguinte trecho da encíclica: *Em São José, têm os pais de família um perfeito exemplar da solicitude e vigilância paternas; os casados um verdadeiro espelho de amor, concórdia, fidelidade conjugais, as virgens um modelo e defensor da integridade virginal. Os nobres, fixando seus olhos na imagem de São José, aprenderão a conservar sua dignidade, ainda que a fortuna lhes seja adversa; compreenderão os ricos quais são os bens que é mister desejar antes de todos os que são deserdados dos bens das fortuna, devem recorrer a São José, como por direito próprio, e dele apreender o que hão de imitar. Com efeito, sendo ele descendente de família real, estando unido em reputado pai do Filho de Deus passou sem embargo a vida ocupado em misteres materiais e buscou no trabalho e na arte, o sustento necessário para os seus. Não é, pois, objeto a condição das classes operarias, porque, se bem examinarmos, o trabalho manual não só não desonra, senão também pode enobrecer altamente quando é acompanhado da virtude – São José contente, com seus poucos haveres, suportou com animo varonil e elevado as penúrias inseparáveis daquela mísera condição de vida, e seguiu o exemplo de seu Filho adotivo que, sendo Senhor do Universo, tomou as aparências de servo, e se submeteu livremente à extrema pobreza e indigência.* **BEOZZO, J. O., *História Liberationis***, São Paulo, Paulinas/Cehila, 1992, pp. 216 –217.

⁷⁵ conferir nota 68 do capítulo I, p. 46.

uma diocese, se torna como seu esposo e passa a exercer a paternidade espiritual cuidando dos filhos dela. Em uma estrutura hierárquica e machista, o bispo, tal como um pai de família, sabia o que era melhor para os católicos e para a Igreja, por isso D. Nery diante de resistências de católicos ao dever da confissão, afirmava: *Meus filhos, quem não se confessar, não me tenha por Pai*⁷⁶. Ele entendia que como um pai devia guiar e conduzir a Igreja e os católicos.

Ao mesmo tempo, sem contradizer o que foi afirmado acima, é possível considerar, também, a possibilidade de que D. Nery ao representar, em seu brasão, a Sagrada Família tenha querido afirmar que ele, também, sentia-se filho espiritual daquela família, o que por sua vez, remetia a imagem da Igreja como uma família. Talvez, por isso, ele adotava em seu brasão os símbolos da Instituição.

D) A FENIX: A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS

A inclusão da Fenix como o quarto símbolo, que ocupou toda a parte inferior do escudo de D. Nery, foi interpretada pela poliantéia como sendo o símbolo da cidade de Campinas. Segundo Mello Pupo aquele símbolo, – da ave que renasce das cinzas, e por isso é símbolo da imortalidade – foi inserido no brasão da cidade, por Ricardo Gumbleton Daunt, para representar a reconstrução da cidade depois dos efeitos devastadores da epidemia da febre amarela⁷⁷. Sendo um símbolo, havia, também, uma interpretação cristã, de origem medieval, da fenix como símbolo da ressurreição dos mortos, como àqueles que aguardam o momento final de renascem em Cristo⁷⁸.

O fato do autor da poliantéia não contemplar a interpretação cristã daquele símbolo e, mesmo assim, a interpretação pagã ter sido aceita pelos idealizadores daquela homenagem póstuma, pode ser interpretado que aquela leitura da fenix era compartilhada por D. Nery e/ou pela comunidade católica daquela primeira década do século passado. Nesta perspectiva, da mesma forma que os símbolos dos quartéis superiores podem ser

⁷⁶ **OCTÁVIO**, Benedito, *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., p. 60.

⁷⁷ [...] a desgraça da febre se lhe tolheu os movimentos ascensionais de progresso, não lhe extinguiria as forças que sempre a fizeram grande entre as maiores. Reagiu e venceu a desdita; teve que renascer, recuperar sua economia desmantelada [...] **MELLO PUPO**, Celso Maria de, *Campinas, Seu Berço e Juventude*, Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 20, 1969, p. 218-219.

⁷⁸ **CHAMPDOR**, Albert, verbete *Fenix*, em **CHEVALIER**, J. **GHERBRANT**, A. (org.) *Dicionário de Símbolos*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1983, 421-422.

identificados como símbolos de sua adoção filial espiritual à Igreja, portanto, religiosa, o símbolo da fênix pode ser interpretado como símbolo de sua adoção filial à cidade de Campinas, na qual D. Nery nasceu, cresceu, foi padre e foi o seu primeiro bispo.

De outro lado, graças à polissemia do símbolo, a leitura cristã, também, poderia ser contemplada. E parece ter sido essa, uma das estratégias da romanização. Sendo um símbolo passível de interpretações, ninguém poderia acusar um bispo de usar um símbolo pagão. Por outro lado, ao possibilitar aos campineiros a leitura de que a cidade tenha sido homenageada por um de seus filhos que se tornara o primeiro bispo da cidade, D. Nery e, por conseqüência, a Igreja, seriam identificados como ligados à história e aos destinos sócio-religioso e político da cidade. E parece que D. Nery sabia muito bem fazer as duas coisas. Ele era profundamente convicto de sua missão religiosa, mas não deixou de se envolver com os destinos políticos da cidade e do país. Nesta perspectiva, as possíveis interpretações de seu brasão revelam a complexidade da vida de D. Nery, elas não permitem que o interpretemos somente como religioso ou político, nem como religioso e político, mas talvez, político, justamente, porque religioso⁷⁹.

E) A COROA: A REPRESENTAÇÃO DA NOBREZA DE D. NERY

O quinto símbolo inserido no novo brasão de D. Nery foi a coroa. Ela está localizada logo acima do seu escudo. A poliantéia interpretou aquele símbolo como sendo uma coroa de conde. Nogueira informou que D. Nery foi agraciado com o título *nobiliárquico de conde romano* e com os títulos de *prelado doméstico de sua Santidade e Assistente ao sólio pontifício*, em 1907, e que por isso teria incluso aquele símbolo em seu brasão⁸⁰. Aldrighetti, já citado, afirma que a origem do uso de coroas em brasões está ligada aos antigos títulos concedidos aos nobres que se incorporavam às antigas ordens militares medievais, para a defesa da fé cristã e a defesa do patrimônio eclesiástico, bem como aos bispos feudatários. Com o advento da burguesia, os diversos títulos de nobreza, não só

⁷⁹ NOLA, Alfonso di, *Verbete Sagrado/Profano*, em *Enclopédia Einaudi*, 12, Lisboa, Imp. Nacional, 1982, pp. 105-160. O autor partindo da reflexão que em todas as culturas e sociedades há distinção entre sagrado e profano, reflete que tal relação só pode ser compreendida dentro de seu contexto específico. Disso decorre a dificuldade de estabelecer linhas divisórias entre o que é sagrado e o que é profano, o que leva a dicotomia entre realidades que seriam sagradas e outras que seriam profanas, quando, na verdade, elas existem simultaneamente. No sagrado tem profano e neste tem aquele.

⁸⁰ NOGUEIRA Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, op. cit., p. 78.

eclesiásticos, passaram a ser concedidos àquelas pessoas que detinham posses sem possuir linhagem nobre, através da troca de favores ou serviços prestados. Especialmente, a Igreja Católica passou a conceder aqueles títulos honoríficos a católicos beneméritos, segundo a indicação de eclesiásticos. O próprio D. Nery solicitou, a Santa Sé, a concessão daquele título para três pessoas que se distinguiram na comissão de fundação do bispado de Campinas, as quais, posteriormente, não aceitaram aquela distinção⁸¹. Posteriormente, um decreto da Sagrada Congregação Concistorial, de 1915, proibiu as coroas nobiliárquicas das famílias nos brasões episcopais e, em 1951, foram proibidos todas e quaisquer coroas em brasões eclesiásticos. Os motivos que justificaram a outorga daquele título de conde ao bispo não foram mencionados, o fato é que apesar de ser um título honorífico, ele fez questão de incluir aquele símbolo em seu brasão.

Especialmente, no caso de D. Nery, o símbolo da coroa no brasão poderia ser considerado desnecessário, já que a mitra indicava a sua pertença ao colégio dos apóstolos, a qual segundo tradição eclesial, o considerava como um príncipe da Igreja. Ao associar todos os dados indicados e ao lembrar a origem pobre do bispo é possível considerar a hipótese de que para D. Nery, que já era bispo desde 1896, o título de conde, justamente, por ser concedido aos leigos, era um título que lhe dava, ainda, mais prestígio. Diante de uma sociedade que valorizava títulos, D. Nery afirmava que, também, ele os possuía; ele como religioso, era um príncipe da Igreja e como membro da sociedade era, também, um conde. Estes dois títulos o colocavam acima dos leigos e, inclusive, de muitos bispos que não possuíam aquele título. Apesar de ser um homem de Igreja que procurava ser simples, parece que D. Nery se encantava e valorizava aquilo que o permitia ser superior ou mesmo diferente dos outros.

F) A Divisa: *Spiritus Domini ductor* – UM PROGRAMA DE VIDA

Conforme já foi indicado, frequentemente, se encontra nos brasões episcopais um nastro, ou divisa, na qual aparece uma palavra, ou ainda uma breve frase, escrita em língua latina que tem a intenção de expressar o eixo programático que o eclesiástico deseja dar a seu ministério. Via de regra, a frase escolhida é um versículo bíblico. D. Nery não fugiu a

⁸¹ NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãos (1870-1960)*, op.cit, p. 3. A autora faz referência ao artigo de Melo Pupo, publicado no Jornal de Campinas: *Os que não quiseram ser Condes*.

regra. Ele escolheu o versículo *Spiritus Domini ductor*, o qual foi traduzido como *Conduzido pelo Espírito do Senhor*. Este breve trecho foi tirado do livro de Isaías 63,14.

Sem dúvidas, a função de bispo confere, a um eclesiástico, uma série de privilégios e distinção, principalmente, em uma sociedade estratificada. Mas ao mesmo tempo, esta função expõe aquela pessoa que se torna governante e líder espiritual de uma diocese como uma pessoa pública. Ora, no contexto da crise de relações entre Igreja e o Estado, os eclesiásticos vendo os sentimentos anti-clericais aumentarem, tiveram que exercer grande habilidade política para levarem à frente o projeto religioso, do qual se atribuíam os responsáveis. Como já foi acenado anteriormente, a nova situação da Igreja, após a separação do Estado, impôs um novo perfil de bispo: mais despojado, mais aberto ao diálogo, mais interessado nas coisas da Igreja, mais interessado na missão religiosa⁸². Sem dúvida que, o eclesiástico passava a ter mais poder e prestígio, mas este poder era relativo, pois ele tinha um certo preço e era cada vez mais circunscrito à sua diocese.

Na perspectiva adotada nesta dissertação, considerando que o abraçar o episcopado era decorrência de um ato de fé, D. Nery foi explícito quando afirmou através de seu brasão que se deixava conduzir por aquele que em ele afirmava acreditar. Interpretado desta forma, ele era bispo pela vontade de Deus. Há uma lógica política, e isso foi bem mostrado por Caes, também, já indicado anteriormente, principalmente quando nomeou um dos capítulos de sua tese com o título *Política dos Homens X Política de Deus*⁸³. Mas esta lógica tem por trás uma motivação religiosa, daquele que se diz crente na ação do Espírito Santo, como aquele que conduz à Igreja, da qual o bispo é apenas o timoneiro. Em uma das representações mais antigas, a Igreja é representada como uma barca, da qual o apóstolo Pedro está no timão. Esta representação, por sua vez, evoca a períclope bíblica do texto de Marcos 4, 35-41 que narra o episódio no qual o grupo dos discípulos teria enfrentado uma tempestade no ‘mar’; ao perceberem que o barco começava afundar, eles teriam clamado a Jesus, que estaria dormindo, e que este teria feito o mar se acalmar. A partir desta preceptiva, a Igreja interpreta que, embora, ela e seus bispos, estejam à frente, no leme do

⁸² AZZI, Riollando, *A Igreja no Regime Republicano, a atuação de D. João Batista Neri*,(sic) primeiro bispo do Espírito Santo, op. cit., pp. 61-101.

⁸³ CAES, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*, op. cit.

‘barco’, quem o conduz, de fato, é Jesus. A certeza que vem da fé a impulsiona e lhe garante que nada poderá vencê-la⁸⁴.

D. Nery afirmou categoricamente através de sua divisa que era um homem de fé e que tudo o que fazia era pela fé.

Com isso retomo o fio condutor deste capítulo, as ações de D. Nery, inclusive, as exercidas no campo político devem ser entendidas em função da leitura religiosa que ele tinha do mundo e da compreensão de sua missão religiosa como bispo. Buscar nas várias representações elementos definidores e estancos da intenção de seu idealizador é empobrecê-la. As várias interpretações não se contradizem, antes, elas se completam. A plausibilidade delas colabora para compreender a complexidade da sociedade campineira no início do século XX, da qual o dado religioso, tão valorizado por D. Nery – nem podia ser diferente – era, apenas, uma de suas múltiplas faces.

Para D. Nery seu brasão não era só a ostentação de sua posição social, ao lado de outros símbolos, ele era mais um instrumento de pregação da sua fé.

⁸⁴ Conferir nota 89 do I capítulo, p. 56.

CAPÍTULO III

NOVOS LEITORES - NOVOS TEXTOS

*Nenhuma questão apaixona
tanto os ânimos na hora presente,
como a chamada **questão social**¹.*

Conforme já foi indicado na introdução, este capítulo é inspirado, sobretudo, na análise de Chartier sobre as práticas de leituras de D. Nery e suas conseqüentes interpretações².

Um das estratégias da romanização foi a ampla divulgação da doutrina eclesial, das normas eclesiásticas, dos estatutos das diversas congregações e associações implantadas, através de material impresso. Cabe lembrar, o vasto número de estampas de santos, impressos em cores vivas que eram distribuídos fartamente nas Igrejas. Constituindo-se em um importante campo de pesquisa, ainda, a ser explorado, esse material tinha uma importante função pedagógica. Sua função era propagar, irradiar, tornar acessíveis os *novos-velhos* conteúdos catequéticos que implantariam a cultura religiosa do ultramontanismo e, posteriormente, da romanização. Tais textos quase sempre eram adaptação ou tradução de manuais religiosos. D. Nery fez isso de forma exemplar. A Poliantéia registra em dez páginas, a lista das publicações do bispo, dentre as quais, vinte e seis cartas pastorais, vinte e nove cartas circulares, diversos regulamentos e estatutos, orações fúnebres, discursos diversos, peças de teatro e esquemas de retiro³. Esta operação literária de apropriação, tradução, adaptação foi a forma encontrada para que, em um breve espaço de tempo, se possibilitasse a um maior número de pessoas o acesso aos conteúdos

¹ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*, op.cit..

² Conferir Introdução desta dissertação, p. 10

³ OCTÁVIO, Benedito (org.), *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, op. cit., pp. 427-436.

doutrinários da romanização. Os textos de Nery, quase sempre dirigidos aos padres, tinham a finalidade de incutir neles, a percepção de que, também, eles deveriam tornar-se repetidores daqueles textos em suas paróquias após as missas ou, ainda, junto diversas às associações. Os textos de D. Nery, como todos os textos do episcopado, ainda que comentários de outros textos, tornavam-se únicos, porque eram produzidos para a realidade da sua diocese e ainda que tenham sido adaptações de outros textos, ali naquele local, se tornavam novos textos. Chartier afirma que, longe de ser uma subordinação do discurso, o processo de tradução, de imitação e de apropriação é complexo e dinâmico porque aponta para usos diferenciados de um mesmo texto, o qual cria novos significados que acabam respondendo aos problemas de uma determinada realidade⁴.

Chartier ao refletir sobre interpretações, buscou compreender o como se lê! o que leva a constatar diferentes leituras feitas de um mesmo objeto, pois quase sempre, *os leitores não compartilham das mesmas ferramentas, e não mantêm a mesma relação com o escrito*. As leituras são condicionadas e condicionam. Os leitores, porque criadores de significados, escolhem, recortam, escondem, lançam luzes, enaltecem, modificam, constroem novos sentidos. Esse processo acaba por revelar a cultura do ambiente que os produziu. Desta forma, os textos, as obras, *se tornam um recurso precioso para pensar o essencial; a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado, pois novos leitores, criam textos novos, cujas significações dependem diretamente de suas novas formas*⁵.

O objeto desta dissertação foi indicar que características religiosas presentes na Instituição e nos católicos, dentre eles, os eclesiásticos, muitas vezes, desconhecidas pelos interpretes os levou a uma interpretação senão equivocada, no mínimo parcial. Seus textos, especialmente os de D. Nery, indicam que suas atitudes tiveram motivações religiosas, as quais parecem não terem sido compreendidas pelos autores citados na introdução desta dissertação, os quais reduziram a romanização, à mera articulação política dos bispos. Partindo de alguns textos cunho político, atribuídos a D. Nery, identificarei os textos que o inspiraram e a interpretação religiosa deles.

⁴ CHARTIER, Roger, *Textos, Impressos, Leituras*, em *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa/RJ, Difel /Editora Bertrand Brasil S.A, 1988, p. 138.

⁵ CHARTIER, R. *A Ordem dos Livros*, Brasília, op. cit., p. 13, 9 e 14, respectivamente.

1. LEÃO XIII: A PRECEPTIVA DE D. NERY

Quando Vincenzo Gioacchino Pecci tornou-se o papa Leão XIII, o, então, jovem João Batista C. Nery contava com 15 anos e preparava-se, com o auxílio de seu protetor religioso, o padre Vieira, para ingressar, dois anos mais tarde, no Seminário Episcopal de São Paulo. O período em que lá permaneceu, sua ordenação, os anos de sacerdócio exercido em Campinas, sua sagração episcopal, sua gestão como primeiro bispo de Espírito Santo e os três primeiros anos com o bispo de Pouso Alegre foram vividos sob o segundo pontificado mais longo do século XIX. Embora, D. Nery tenha, ainda, vivido sob os pontificados de Pio X e Bento XV, pode-se afirmar que sua maneira de pensar e de agir foram pautadas pela compreensão do mundo e da Igreja do papa Leão XIII. Isso fez com que D. Nery incorporasse grande parte da doutrina daquele papa, conhecido como papa diplomata e grande promotor da Ação Social da Igreja, o que muito contribuiu para dar a aparência de modernidade à Instituição.

O fato de em 1878 ter sido elevado ao pontificado um cardeal com o perfil do cardeal Pecci foi um indício de que a Instituição pretendia dar novos rumos à sua política eclesial. A política intransigente exercida por Pio IX comprometera a imagem da Igreja e, por isso, ela deveria ser mudada, não em sua essência, mas em sua aparência. O novo papa precisava recuperar espaços na sociedade através do diálogo e de mudanças que não afetassem a manutenção do *status quo* da Instituição. A Igreja assumia que precisava adaptar-se aos novos tempos. Esta perspectiva foi compartilhada pelo conclave que elegeu Leão XIII como o novo papa. Caberia, pois, ao clero de cada país propagar o desejo de uma Igreja mais aberta ao mundo⁶.

O papado assistiu o liberalismo contagiar setores do clero que viram naquela ideologia a possibilidade da defesa de posições liberais dentro da própria Igreja, quando em 1848, tomou conhecimento da publicação do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, e em 1864, da formação da *Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores*, em Londres. Estes novos acontecimentos que não eram isolados, representavam a aspiração dos trabalhadores que desejavam, efetivamente, participar dos rumos políticos da sociedade

⁶ AUBERT, Roger, *Trois Pontificats: Pie IX, Léon XIII, Pio X*, (org.) Aubert, R, Knowles, M.D., Rogier, L.R. Nouvelle Histoire de L'Église, 5, Paris, Éditions du Seuil, 1975, pp. 9-30.

civil. Considerados, até então, como impotentes, eles começaram a promover greves, organizar sindicatos e manifestações públicas o que, posteriormente, deu origem aos partidos políticos de esquerda. Mais do que o liberalismo, esta ideologia sustentada pelas contradições do nascente capitalismo, preocupava e ameaçava a instituição católica. Por combater a liberdade individual, a instituição, que até então, era identificada pela burguesia liberal como inimiga da modernidade e do progresso, passava a ser considerada como inimiga dos trabalhadores, pelos socialistas. Estes interpretavam que a pregação da Igreja, da resignação pessoal a seus fiéis, na paciente espera do futuro celeste como recompensa para as injustiças sofridas no mundo servia ao Estado, na medida em que neutralizava qualquer possibilidade de resistência à ordem estabelecida e, em última análise, servia para a manutenção da própria instituição. Desta forma, os socialistas viam com desprezo os programas e as obras sociais do catolicismo, quase sempre mantidas pela burguesia, porque através delas a Igreja atenuava os problemas sociais e impedia que os trabalhadores se organizassem em defesa dos seus direitos. Utilizando os preceitos iluministas, os socialistas viam a religião como fruto do obscurantismo e anunciavam que o seu fim estava condicionado ao desaparecimento das estruturas injustas do capitalismo.

Mais do que o enfrentamento político, a Igreja percebia que o socialismo introduzia novas formas de interpretar o mundo e a sociedade, através de elementos culturais que milenarmente a Igreja considerava como propriedade sua, o discurso da igualdade, da fraternidade e o cuidado das pessoas mais fragilizadas. Tratava-se, então, de impedir aqueles que queriam ocupar seus espaços e usar de seus signos e sentidos e dar-lhe novos significados. Mas a semelhança dos discursos exigia da Igreja uma tomada de posição cuidadosa, porque ser, simplesmente, contra aqueles princípios era ser contra a essência de sua própria pregação. Era preciso então, atribuir aos socialistas uma responsabilidade que pudesse ser compartilhada por diversos católicos. Em um lento processo, o clero iniciou uma prática discursiva que pretendia sugerir aos fiéis que os socialistas eram contrários à liberdade pessoal na escolha da religião, e por conseqüência contrários à religião católica e se contrários a religião, eram contrários a Deus⁷.

⁷ CAES, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*, op.cit, p. 61.

Porém, este discurso não era tão simples de ser veiculado. Desde os tempos de Gregório XVI, a Igreja condenara tanto o liberalismo quanto o socialismo como erros da sociedade moderna. A intransigente posição de Pio IX incluiu esses erros em um elenco denominado como *Syllabus que* foi promulgado, em 1864, junto com a encíclica *Quanta Cura*. A promulgação deste documento fundamentava-se na autocompreensão que a instituição tinha da sua missão, especialmente em relação a estas duas novas doutrinas. Nesta visão, a Igreja desqualificava toda e qualquer expressão de pensamento e cultura modernos, e se colocava como único parâmetro da verdade, o que, conseqüentemente, provocava reação de diversos segmentos da sociedade.

Quanto ao liberalismo, segundo a leitura religiosa que fazia do mundo, o papado interpretava que havia uma incompatibilidade entre este sistema político-econômico e o catolicismo. No plano pessoal, a liberdade era incompatível com a obediência e no social, em sua vertente política, era incompatível com a concepção do poder temporal do papado, pois representava um ataque e um perigo ao estado teocrático da Igreja, isso até o momento da perda dos Estados pontifícios. Daí a entender porque a Instituição sempre teve dificuldades em aceitar quem reclamasse a liberdade, ainda que fosse para o próprio benefício eclesial, como foi o caso da pregação dos católicos liberais. Já o conjunto das doutrinas socialistas era visto pelo papado, como ameaça à Igreja, pois a pregação deísta, presente no socialismo, combatia, não só a instituição religiosa e seus ministros, mas inclusive Deus. A pregação socialista exigia o sacrifício do direito individual em detrimento do direito coletivo e incitava a luta de classes que era rejeitada pela Igreja que, por sua vez, considerava todos os homens como irmãos. A hierarquia católica viu-se diante destas duas práticas sociais, e as considerou errôneas, provavelmente por que elas desconsideravam a sua opinião.

O liberalismo até tinha sido incorporado por segmentos da Igreja - os chamados católicos liberais - que viam que, com a queda da monarquia e logo em seguida com a perda dos Estados pontifícios, o papado precisava encontrar um novo sentido para a manutenção de sua identidade diante das sociedades. Muitos eclesiásticos tinham mostrado até pelo argumento da distinção entre tese e hipótese que era possível à instituição aceitar o liberalismo, desde que certos cuidados fossem tomados. Embora, a Igreja o rejeitasse tanto quanto o socialismo, este último parecia-lhe pior. Ele representava uma ameaça ao ideário

católico. No *Syllabus* tanto o comunismo como o socialismo, foram considerados como *pestilências modernas*⁸, a encarnação do mal.

A situação de impotência da Igreja frente aos regimes políticos liberais que cerceavam sua liberdade forçou a instituição buscar alternativas para sua atuação junto a outros segmentos da sociedade. A saída apontada pelos católicos liberais foi admitir circunstancialmente, o liberalismo – em hipótese –, e mostrar à sociedade que o inimigo da modernidade não era a religião, ou a Igreja, mas o socialismo que confundia o povo e pregava a revolução social. Através de novas práticas sociais, a Igreja polarizou a sociedade em dois segmentos antagônicos, um do bem e outro do mal.



Deu-se início, então, a um belicismo espiritual, no qual as forças do bem deveriam buscar apoio de outras forças indistintas para a superação do mal. Como já vimos, o grande símbolo desse momento foi a representação imagética do Sagrado Coração de Jesus ao qual o mundo foi consagrado em 1900, por Leão XIII. Através deste símbolo, a Igreja reconstituía a tradicional imagem da sociedade sacralizada que, até a Revolução Francesa, fora guiada pela doutrina da Igreja Católica – a sociedade perfeita –, o que lhe conferia uma superioridade sobre a sociedade civil, a qual deveria ser exercida em nome de sua experiência milenar⁹. O papa articulava a concepção religiosa à política. A vitória do Sagrado Coração de Jesus, era a vitória da Igreja.

O próprio D. Nery reproduziu este pensamento por ocasião da passagem do século, quando ainda era bispo do Espírito Santo, anunciava o belicismo espiritual em oposição à descristianização movida pelos liberais:

as gerações passadas contavam com homens formados segundo o espírito cristão, a geração moderna teve a infernal habilidade de bani-los de seu seio [...] Não desanimemos, [...] seja Jesus

⁸ SYLLABBUS em *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1787)* São Paulo, Paulus, 1999, 18b, p. 264.

⁹ SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit. p. 51, especialmente a nota 3. Sobre o argumento da tradição da Igreja, conferir: HOBBSAWN, E., *A Invenção das Tradições*, em HOBBSAWN, E. - RANGER, T. *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp. 9-24.

*Cristo [...] a desvendar as ruínas acumuladas neste século de descrença e a dissipar, [...], as incertezas do futuro pela renovação cristã do século XX*¹⁰.

Arguto o suficiente para compreender a irreversibilidade da secularização, ao contrário da política condenatória da sociedade promovida por seu antecessor, Leão XIII procurou formas de fazer a palavra da Igreja conhecida, – aparentemente com maior abertura ao diálogo –, mesmo que para isso devesse fazer algumas concessões sem, porém, nada mudar no conjunto da tradição eclesiástica. Ele procurou, ainda, mostrar uma Igreja aberta às aspirações culturais, sociais e políticas, mas ao mesmo tempo, não deixou de alimentar a esperança de ver o papado tornar-se uma potência internacional contemporânea, senão como senhor do vasto território pontifício, pelo menos como árbitro das controvérsias entre as classes sociais e dos conflitos entre os Estados.

Em sua concepção política da Igreja, Leão XIII concordava integralmente com o *Syllabus de Erros* que defendia a soberania da Igreja. O *Syllabus* tinha condenado o liberalismo na sua octogésima proposição: *O Pontífice Romano pode e deve reconciliar-se e tornar-se amigo do progresso, do Liberalismo e da Civilização moderna*¹¹. Porém, adotando o princípio de distinção entre tese e hipótese o papado, apoiando-se no neotomismo, construiu novas relações da Igreja com os Estados modernos. Leão XIII, ao reconhecer que o ser humano tinha liberdade para agir, conforme a sua razão, traçava uma espécie de limite entre os direitos da Igreja e direitos do Estado. O papa reconhecia, portanto, ao Estado um campo de ação independente de toda influência religiosa e mostrou-se disposto a *dar a César o que era de César*¹².

Surgia então, a uma nova concepção de Igreja que não reclamava apenas ser reconhecida como responsável de uma função religiosa. A Igreja reclamava o direito de interferir nos diversos grupos e, especialmente nas estruturas políticas do Estado porque entendia que seus membros faziam parte da sociedade e que, portanto, ela deveria ser ouvida. Diante de grupos que disputavam espaço na condução da sociedade deveria haver

¹⁰ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Solene Homenagem a Jesus Christo Redemptor e ao seu Venerando Vigário*, op. cit., 6-7.

¹¹ SYLLABUS, Proposição 80^a, op. cit., p. 275.

¹² SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit., p. 61. A referência a César está no texto Mt. 22,17-22.

um grupo católico que defendesse os princípios cristãos¹³. Esta interferência na ordem social se justificava a partir da autocompreensão da sua missão que, por sua vez, foi chamada de catolicismo social.

Ao reconstruir seu papel, o papa via uma nova maneira de exercer poder sobre o temporal, não mais jurídica, mas através da influência exercida sobre os fiéis, formando-lhes a consciência com o objetivo de construir um consenso da supremacia e de autoridade universal da Igreja. Desta forma, com a finalidade de restaurar a sociedade segundo os valores católicos, o papa Leão XIII adaptava a Igreja para reconstruir a cristandade.

ao ser afastada da direção política a Igreja passa a se expressar como essência do mundo, buscando construir seu poder fora do temporal, fazendo-se consciência do homem e tornando-se o lugar da manifestação do eterno, impossível de ser alcançado por qualquer ordem humana positiva. O único poder absoluto reconhecido é a palavra divina, e esta se encarna na Igreja, que a interpreta segundo os sinais dos tempos¹⁴.

A prerrogativa da interpretação da palavra divina incorporada, ao longo dos séculos, à função do magistério conferia autoridade à instituição para atribuir-lhe novos sentidos. Aquilo que o magistério combateu no *Syllabus de erros* passava a ser interpretado de outra forma, eram *os sinais dos tempos*.

Através da carta encíclica *Rerum Novarum* cujo título – *Coisas Novas* – expressa, por si só, o reconhecimento público de que o mundo mudara, Leão XIII propunha uma alternativa entre liberalismo e socialismo. Este documento tornar-se-ia a Carta Magna da Ação Social da Igreja. Ainda que atrasada, ela foi uma tentativa de resposta católica ao Manifesto Comunista. O documento foi fruto de construções de sentido elaboradas por diversos grupos no interior da Igreja. Basicamente, ele representava as novas interpretações que muitos católicos davam aos discursos socialistas e a preocupação dos conservadores que temiam ver os católicos participando dos movimentos socialistas. A Igreja não poderia deixar de se manifestar diante da dura realidade, mas ao mesmo tempo não poderia defender nenhuma daquelas ideologias, consideradas, por ela, antagônicas¹⁵.

¹³ CHENU, Marie-dominique, *La dottrina Sociale della Chiesa, Origine e Sviluppo*, op. cit., p. 16.

¹⁴ SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit. idem. 72

¹⁵ AUBERT, Roger, *Les débuts du catholicisme social*, (org.) AUBERT, R, KNOWLES, M. D., ROGIER, L.R. *Nouvelle Histoire de L'Église*, 5, Paris, Éditions du Seuil, 1975, 156- 177

Dentre os católicos, havia os mais diversos comportamentos, da indiferença até a tomada de posição, como as que foram veiculadas pelos jornais *L’Avenir* e *L’Ere Nouvelle* os quais pregavam a defesa de reformas sociais tais como: participação dos operários na direção e nos lucros das empresas, a organização de arbitragem em caso de conflitos; assistência aos grevistas, legislação que defendesse a infância, a velhice e socorro aos doentes. Todas estas intervenções propiciaram novos sentidos católicos que disputavam espaço no interior da Igreja e exigiam uma tomada de posição oficial da instituição. O documento, como prática eclesial, tentou contemplar propostas opostas, o que conferiu algumas ambigüidades na redação final daquele documento. Se de um lado, contemplou reflexões significativas sobre o mundo do trabalho em uma linha mais humanitária, de outro, em função da amplitude delas, permitiu diversas interpretações. Algumas posições como a necessidade de um salário justo, a cooperação entre patrões e empregados, reconheciam a existência de um conflito social, do qual a Igreja colocava sua pregação como referência moral. Ela apelava à consciência cristã dos proprietários dos meios de produção, na esperança que os liberais a escutassem. Para a compreensão católica, a única solução para os problemas do mundo estava no Evangelho, uma nova vertente da conservadora afirmação que fora da Igreja não havia salvação. A defesa incondicional da propriedade privada, como um direito inerente à natureza humana foi claramente entendido, pelos opositores da Igreja, como contrário ao socialismo¹⁶.

O papa introduzia uma nova interpretação, especialmente ao conceito de classe. Partindo da teologia bíblica, a qual considerava a existência de uma igualdade entre os homens perante Deus, à medida que todos participavam da criação, através do seu trabalho, ainda que em funções diferentes. O catolicismo social, ao rejeitar a luta de classes, tentou dar um novo significado ao conceito de classe, conferindo-lhe o sentido de classe trabalhadora que se constituía a partir do ato de produzir, do trabalho realizado, independente se pelo patrão ou pelo empregado, ambos eram trabalhadores. Nesta tradição, o ato de trabalhar pode ser visto com um duplo sentido por ser *o que redime e o que pune*¹⁷.

¹⁶ *ibid*, p. 65. MARTINA, Giacomo, *Storia Della Chiesa, Da Lutero ai Nostri Giorni*, Brescia, Itália, V. 3, 1988, pp. 43-46, e BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., p. 165.

¹⁷ SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit. p. 37.

Diante desta visão, a instituição não aceitava os sindicatos classistas e propunha a formação de associações mistas compostas por patrões e empregados, nas quais, por terem melhores condições econômicas, os primeiros deviam socorrer os segundos. Tal visão paternalista, acalmava o coração e a consciência dos católicos liberais que eram motivados para contribuir com generosas ofertas para as obras de socorro às vítimas dos problemas sociais, quase sempre operários, mal remunerados. Esta era a mais conservadora interpretação da chamada Ação Social do Catolicismo.

Mais do que se sentir *incomodada com o descaso dos Estados liberais europeus que procuraram colocar a Igreja Católica á margem das questões sociais, e com a divisão entre os chamados católicos liberais e católicos sociais* como afirmou Bencostta¹⁸, a Igreja procurava adequar-se ao mundo, pois acreditava ser necessário ocupar todos espaços possíveis, para neles continuar a sua missão religiosa dada pelo seu fundador. Ela procurava dar respostas a diferentes grupos católicos que exigiam uma tomada de posição da instituição e procurava dialogar com um mundo que não a entendia, ou que não desejava entender, a razão religiosa de suas propostas.

2. A PRÁTICA DISCURSIVA DE D. NERY

No processo cultural católico carregado de significados políticos, D. Nery se fez padre, assistiu a queda da monarquia e a separação da Igreja do Estado e foi nomeado o quinto bispo do período republicano. Foi, portanto, considerado um dos bispos aptos para aquele novo momento da Igreja brasileira¹⁹.

Para a Igreja garantir sua permanência na sociedade moderna como agente social e político, ela deveria assegurar que o poder ficaria em mãos confiáveis, nem que para isso tivesse que fazer alianças com os novos mandatários do país. Caberiam aos bispos, os

¹⁸ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., p. 164.

¹⁹ No Estado do Amazonas, D. José Lourenço da Costa Aguiar, em 1894; No Estado da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, em 1894; na cidade de Niterói, D. Francisco do Rêgo Maia, em 1895; em Curitiba, D. José de Camargo Barros, em 1894; em Espírito Santo, D. João Batista C. Nery, em 1896.

ideólogos da instituição, estabelecer práticas sociais e religiosas que garantissem o sucesso daquele projeto.

D. Nery fez isso muito bem, pois mostrou à sociedade brasileira a importância da instituição como formadora de uma identidade nacional, o que foi identificado por Benedict Anderson, Stuart Hall e Jessie Jane de Souza como *comunidade imaginada [...] locus da construção da unidade nacional*²⁰. Através de seu esforço de unificação pastoral nas normas emanadas pelas recentes Conferências Pastorais Meridionais, a romanização se efetivava em todas as paróquias do Brasil. As práticas católicas serviriam, então, de modelo cultural para a construção da unidade nacional. Ao mesmo tempo a aproximação do Estado e no, aparentemente, serviço a ele, a instituição servia-se dele para assegurar a propagação de sua doutrina religiosa. Em nome de um projeto maior a Igreja brasileira se pôs a construir uma prática social que mostrasse aos detentores do poder, aos liberais conservadores que sua missão não era colocar-se contra o Estado e que sua prática ajudaria a construção de uma consciência nacional. Para tanto, foi preciso construir uma imagem do socialismo como inimigo.

No início do século XX, apesar da base agrícola dos latifúndios cafeeiros, dos produtores de algodão e de cana-de-açúcar, em função de sua localização geográfica e servida por importantes vias férreas, Campinas estava se firmando como espaço urbano e industrial. A presença de políticos de projeção nacional conferia à região uma força política e econômica, o que interessava à Igreja, representada na pessoa de D. Nery, o qual sempre procurou manter boas relações com o poder estabelecido. Ao mesmo tempo soube angariar patrocínios para suas diversas obras religiosas, bem como para a condução da diocese, como foi o caso do congresso Diocesano, do qual muitos membros da sociedade coordenaram diversos trabalhos e financiaram a sua realização.

A grande preocupação de D. Nery era com a situação da Igreja diante da República Brasileira, o que confere aos seus discursos uma forte conotação política. A visão eclesiológica neo-tomista de Leão XIII possibilitou uma geração de eclesiásticos que

²⁰ ANDERSON, Benedict, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989, pp. 17-57. Cf. também HALL, Stuart, *A Questão da Identidade Cultural*, Textos didáticos 18, Campinas, IFCH, UNICAMP, 2003, pp. 37-44. SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit. 116. Para essa autora, que segue a interpretação de Roberto Romano, a Igreja, como corpo social independente do Estado, com lógica e política próprias, não pode ser considerada um aparelho subordinado ao Estado porque não vive em função dele e sim em função do seu objetivo religioso.

procurava aceitar o regime republicano e que, ao mesmo tempo, buscava formas de continuar defendendo a superioridade da sociedade eclesial sobre a civil. Para ele, em um trabalho conjunto, as duas instituições poderiam e deveriam resolver os problemas que afligiam a sociedade brasileira, desde que o Estado aceitasse os princípios defendidos pela instituição católica. Era a cristandade regida pela união do Estado com a Igreja, o Estado continuaria apoiando as obras sociais da instituição e ela o apoiaria com sua ideologia. Em seu discurso de posse, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, D. Nery já acenava para sua compreensão de República Católica: *A idéia de Pátria há de sempre corresponder entre nós à de Religião, porque, elementos inseparáveis, são duas páginas do mesmo texto*²¹.

Com sua prática social, ao assumir importantes posições dentro do cenário nacional na República Velha, D. Nery não só colaborou para estreitar as relações entre as instituições²², mas foi um dos responsáveis pela criação de uma nova forma de comportamento que passou a ser adotada pelos novos bispos, a de garantir espaço social para a Instituição através da aproximação da Igreja com Estado. Mais do que garantir suporte econômico para as obras sociais e religiosas, o que sem dúvidas acontecia, importava afirmar aos detentores do Estado que a Igreja não lhes era um obstáculo, mas uma colaboradora. Ele fez isso através de sua prática discursiva veiculada através de cartas pastorais, nas quais pregava o que entendia como Ação Social da Igreja.

Tendo consciência que não podia fazer-se presente em todos lugares, D. Nery escrevia cartas pastorais, com as quais comunicava-se, especialmente com o clero.

A carta pastoral é uma espécie de pregação, escrita geralmente pelo bispo e dirigida ao clero e aos fiéis. Por possuir um estilo, composição e objetivos próprios, as cartas pastorais bem podem ser consideradas um gênero literário. Geralmente, elas têm como objetivo responder ou indicar soluções para problemas enfrentados pela Igreja. Elas, muitas vezes, cumprem a função social pedagógica de comentarem, adaptarem e mesmo de

²¹ **NERY**, J. B. C., Discurso de posse como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1912, Tomo 74, parte II, 648-667, p. 667.

²² **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, op. cit., p. 13.

traduzirem os textos oficiais da Igreja, tornando-as mais acessíveis ao público. Escrita para propagar, tal qual em uma rede, às mais distantes paróquias, a doutrina e os valores pregados no mundo católico, ela tem a intenção de formar consciências e imprimir novos sentidos católicos.

Via de regra é composta por uma saudação, seguida de uma proposição ilustrada com passagens bíblicas ou referências à cultura católica, algumas considerações catequéticas do magistério, a orientação; quase sempre em forma de mandamento e por fim um mandato episcopal que garante que o conteúdo dela chegue aos fiéis, geralmente através de comunicações, realizadas em missas.

Além do seu objetivo, a estrutura de uma carta pastoral permite conhecer algumas características de seu autor: suas idéias, sua prática de leitura, seu desejo de imprimir sua marca pessoal. Por fim a carta pastoral deixa claro que seu autor tem autoridade sobre aqueles que estão sob sua jurisdição religiosa. Ao apropriar-se de outros textos e dar-lhes sua interpretação, o autor deseja criar e afirmar uma identidade, pois se assim não fosse não haveria razão para ter sido escrita.

As cartas inserem-se dentro do múnus da docência, uma prerrogativa da hierarquia católica que vê no magistério episcopal a função de interpretar e de transmitir as verdades da fé ao povo católico. Foi a Contra Reforma, ou Reforma Católica que reafirmou através do Concílio de Trento, a autoridade do magistério episcopal para a orientação aos fiéis negando-lhes, portanto, a liberdade religiosa individual e impondo-lhes a necessidade jurídica de se pertencer à instituição católica, com a finalidade de garantir a exterioridade e visibilidade da Igreja como meio necessário para a salvação.

A doutrina Católica entende que o magistério episcopal faz parte da Revelação Divina, pois o episcopado, através de seus representantes, atualiza e fala em nome do próprio Deus. Esta interpretação é dada pelo magistério eclesial que afirma que Jesus Cristo, o Deus encarnado, teria conferido esta prerrogativa aos bispos, os sucessores dos apóstolos. Esta apropriação do sagrado, considerada pelos católicos como natural e conseqüente, caracteriza-se como um dos muitos recursos utilizado pela hierarquia eclesiástica para exercer seu controle sobre os fiéis. Desta forma o poder do bispo, do papa, confere autenticidade ao seu texto e impede que ele seja questionado pelos leigos graças ao seu teor, quase, sagrado.

A utilização de cartas pastorais endereçadas aos padres e vigários, prática existente no Brasil, desde o século XVIII, pôde ser intensificada pelos bispos brasileiros após a Proclamação da República, em 1889. Elas tiveram a finalidade de multiplicar a nascente experiência unificadora do episcopado e aumentar a visibilidade e a ação da Igreja junto à sociedade brasileira. Ao lado de jornais e catecismos, ela foi uma das principais estratégias de propaganda religiosa do modelo centralizador a ser implantado.

D. Nery utilizou as cartas pastorais, especialmente para divulgar a doutrina social da Igreja. Ele se empenhou na divulgação e elegeu a Ação Social como programa fundamental em seu governo pastoral, em Campinas, quando o apresentou em sua primeira carta pastoral: *Essa obra, que não é nova na Igreja, e que se constitui num dos mais belos frutos do fervor espiritual, é a aplicação dos princípios cristãos às várias exigências da sociedade contemporânea*²³.

A metodologia e montagem do corpo da carta, D. Nery acolhia de outras cartas pastorais e textos de bispos estrangeiros, cuidando de adaptá-los ou, simplesmente, traduzi-los. Através de um exercício hermenêutico é possível localizar os principais textos modelares das cartas e precisar as condições em que o bispo os utilizou e, quando se apropriando deles, deu-lhes precisos e novos significados.

Talvez ligado à sua preocupação histórica, ao escrever suas cartas pastorais, D. Nery tinha o costume de citar os textos modelares. Em algumas, ele afirmou emprestar as principais linhas de outro bispo. As muitas desnecessárias citações demonstram a preocupação com o impacto que o texto deveria causar em seus leitores e, para isso nada melhor do que indicar autoridades inquestionáveis sobre o assunto, quase sempre européias. Nas três cartas escolhidas para esta secção do trabalho, além de inspirar-se em documentos pontifícios, o que não é pouco – principalmente, depois da valorização do papado no concílio Vaticano I – ele fez referências a várias pastorais de bispos e autores estrangeiros. De forma impressionante, ele transformava em cartas e orientações pastorais tudo o que lhe vinha às mãos.

A percepção de D. Nery era clara. Naquele momento a Igreja deveria ocupar todos os espaços com a finalidade de propagar a cultura cristã como responsável pela construção da sociedade brasileira. Considerando a superioridade dos valores cristãos, o bispo definia

²³ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Saudando aos seus diocesanos*, op. cit., pp. 8, 22 e 23.

como deveriam ser os valores nacionais e todo aquele que se opusesse ao novo sentido seria visto como contrário a Igreja e contrário ao Estado.

O bispo, procurava então mostrar à sociedade que a única instituição capaz de formar a sociedade brasileira era a Igreja. Ao citar suas fontes, D. Nery revelava o alcance de sua prática de leitura e seu esforço em, apropriando-se daqueles textos, dar-lhes uma nova forma. Embora, ele sempre tenha feito referências, ou mesmo, citado vários trechos de outros textos, é possível identificar na maioria da produção literária de D. Nery a incorporação das idéias e de alguns textos, simplesmente, traduzidos. Em sua função propagadora, seus textos e comentários de outros textos eram instrumentos utilizados com a finalidade de infundir uma nova percepção católica, o que lhe importava era multiplicar textos e pregações que veiculassem aquelas idéias que lhe pareciam tão apropriadas naquele momento.

De todos os textos, os que mais parece ter influenciado D. Nery foram a carta pastoral de Joseph Delamaire, bispo da diocese de Périgueux, na França, em 1904, *Les Catholiques et les elections de 1906*, a carta Pastoral: *Instruccion sobre la Accion Social del Clero* de Victoriano Guisasola y Menéndez, arcebispo de Valência, na Espanha, em 1910 e um manual para as associações católicas da diocese de Vannes, publicada em 1913 pelo bispo Alcime Gourard: *Pour l'Action Catholique*. Todos estes textos serão, oportunamente, citados e analisados.

A romanização possibilitou aos bispos brasileiros o contato com as práticas discursivas produzidas na Europa, especialmente na França. Como os bispos franceses, os bispos brasileiros estavam assustadíssimos com o crescimento dos socialistas. Na bem sucedida tentativa de persuadir a sociedade brasileira, desde que chegou na diocese de Campinas, D. Nery se empenhou, para construir uma imagem do socialismo como inimigo do povo e da Nação.

2.1 A DOCTRINAÇÃO CONTRA O SOCIALISMO

Em sua primeira carta pastoral: *Saudando Seus Diocesanos*, D. Nery indicou que a Ação Social da Igreja seria o programa do seu governo. Antes mesmo, de ter contato com os fiéis, de lhes fazer suas propostas pastorais, ele dedicou um quarto do conteúdo inicial do texto para enfatizar a existência de uma secular cultura católica que não poderia ser

negligenciada pela sociedade e pelo governo republicano. A frase: *a atmosfera em que vivemos é toda impregnada da fé e da ação cristã*, demonstra este pensamento²⁴. Estava posta a premissa que conduziria a lógica final da carta, a cultura cristã católica que deveria continuar determinando os rumos da sociedade.

O texto de D. Nery acolheu como o modelo do texto do bispo francês Delamaire: *Les Catholiques et les elections de 1906*²⁵. Da mesma forma que aquele bispo europeu, D. Nery identificava os socialistas como inimigos da nação, os quais deviam ser combatidos.

Em um discurso retórico, o bispo responsabilizava a própria Igreja pelo avanço da descristianização da sociedade e lembrava que a prática social da instituição tinha sua origem no mandamento evangélico, e não no mero altruísmo como pregavam outras instituições, referência implícita aos sindicatos classistas. Para tanto, D. Nery fez uma apologia da caridade como guia da sociedade cristã e indicava que a sociedade somente seria *curada pelo regresso à vida e às instituições do cristianismo*²⁶. De novo aqui, aparece a idéia de que somente a Igreja tinha respostas verdadeiras para a sociedade. Sendo assim ela não reconhecia, e na verdade, não admitia que outros segmentos pudessem se interessar pela promoção humana. De acordo com o magistério da Igreja, ele via os sérios problemas sociais como naturais e da mesma forma como existiam desigualdades naturais, existiam

²⁴ NERY, J. B. C., Carta Pastoral *Saudando aos seus diocesanos*, op. cit., p. 16.

²⁵ Este texto foi escrito em 1904, sem ser endereçado a um público específico. Mas, na verdade era dirigido ao clero e, continha; também, uma mensagem aos *liberais moderados*. Nele, o bispo Delamaire lembrava que em 1906, haveria eleições gerais, a qual seria uma disputa entre a *França Cristã* e os *judeus maçons* (sic). Segundo ele os católicos não tinham consciência de que eram cidadãos e, por isso, não participavam da vida política do país. Diante da necessidade de mudar os rumos da França, era preciso que eles assumissem a vida política, porém, de uma forma cristã. A liderança deste movimento caberia ao padre, o verdadeiro amigo do povo e patriota modelo. As possíveis críticas à presença do padre no campo político, ele justificava como o fato de que o padre era um cidadão e como tal deveria defender seus interesses, que no caso de um padre, coincidia com os da Igreja; lembrava, ainda, que o liberalismo filosófico garantia a qualquer um participar da vida política. Reconhecia que o padre pudesse se candidatar, o que ele desaconselhava!, - era melhor que este assumisse uma ação privada, no cotidiano, pois, *ele* (o padre) *prepararia o cristão lá onde ele não pode entrar, lá eles seriam o sal da terra*, cumprindo aquilo que é específico dos leigos, a Ação Católica. A missão do padre seria introduzir e orientar o leigo na política, estes por si só tirariam suas conclusões. Num segundo momento, Delamaire indicou que era preciso que os leigos assumissem a participação política como um dever de consciência cristã. Era preciso que na política houvesse homens honestos e não “militantes do ateísmo”. Os *liberais moderados* tinham receio da aliança com a Igreja, pois tinham medo de serem controlados por ela. Estes deviam se convencer que sem o apoio ela, eles não venceriam as eleições. Nada, na França, poderia ser feito sem os católicos. Somente a Igreja, com sua doutrina de resignação e obediência, seria capaz de conter a nuvem negra que rondava o país, o socialismo que estava conquistando o povo. Assim se os liberais se unissem à Igreja, a vitória seria certa! DELAMAIRE, J.F., *Les Catholiques et les elections de 1906*, Périgueux, Imprimerie Cassard Jeune, 1904.

²⁶ NERY, J. B. C., Carta Pastoral *Saudando aos os seus diocesanos*, op. cit., p. 10.

também as desigualdades sociais. Caberia à sociedade católica minimizar estes problemas *com uma melhor organização social utilizando remédios morais para atenuar o mal*²⁷.

Segundo ele, a base desse remédio era o amor que Jesus ensinara aos apóstolos, aos quais teria transmitido o mandamento de propagá-lo. Para justificar seu pensamento, ele recorreu a vários textos bíblicos referentes ao amor, fato aparentemente normal na prática discursiva de um líder religioso católico²⁸. Mas, através da preceptiva bíblica a intenção do texto era alertar aos padres e aos fiéis que a pregação do socialismo era falsa. Segundo ele, socialismo ao pregar a luta pelos direitos e pela igualdade entre os trabalhadores, a promessa de uma sociedade justa presentes enganava os trabalhadores, pois, *atrás dele vai o povo, fanatizado e cego, buscar a mais amarga das desilusões*²⁹. D. Nery deixava claro que, embora os discursos dos socialistas fossem semelhantes aos da Igreja, tratava-se de projetos antagônicos. Desta forma ele iniciava a construção de um novo responsável pela *descristianização da sociedade*.

Ele transferia a acusação que até então era dirigida aos liberais, pelos tantos problemas que tinham causado à Igreja no século XIX, aos socialistas. Isso não significava dizer que a Igreja isentava os liberais, tratava-se, apenas, de uma atitude política. Considerando que estes já tinham ocupado o poder, restava à Igreja buscar formas de convivência que garantissem sua presença na sociedade com a finalidade de ganhar tempo para reordenar suas estratégias políticas e recuperar o poder de influência sobre a sociedade, principalmente, a de cristianizá-la, o que acabou acontecendo no chamado período de restauração católica³⁰. Para garantir sua permanência, sua função naquele momento, era ajudar os liberais a se manterem no poder. D. Nery sabia que em outros países, a atração exercida pelos socialistas nos católicos aumentava progressivamente o que, como consequência, provocava uma crise dos valores que sustentavam ideologicamente a ordem daquela sociedade pretensamente católica.

²⁷ idem, 12.

²⁸ *Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como vos ameis* (Jo 15,12), *tive fome e me deste de comer...* (Mt 25, 35), *vós deveis lavar os pés uns dos outros* (Jo 13,14), *nisto reconhecerão, todos, que sois meus discípulos* (Jo 13,35). *Bíblia de Jerusalém*, op. cit.

²⁹ NERY, J. B. C., Carta Pastoral *Saudando aos seus diocesanos*, op. cit. p. 27.

³⁰ AZZI, Riollando *O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940)* Revista Síntese (17): 65-85, 1979, p. 70, apud BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op.cit., p. 233.

D. Nery identificava que a descristianização produzia frutos como o individualismo e a indiferença entre os católicos, os quais atingiam, inclusive, o clero. Por isso, por ocasião da instalação da diocese, D. Nery pedia maior empenho dos padres na aproximação com o povo, especialmente junto às *classes inferiores* que viviam *numa imerecida situação de infortúnio e de miséria*. Recorrendo a uma frase de Delamaire ele insiste *que por toda parte os operários encontrem nos católicos, e especialmente os padres na vanguarda de seus amigos*³¹. A intenção de D. Nery era a mesma do bispo francês. Se os liberais católicos se aproximassem dos trabalhadores e assumissem práticas sociais católicas o socialismo poderia ser derrotado. Para diminuir os efeitos da secularização, D. Nery pediu a fundação de associações religiosas para a formação de uma opinião católica capaz de resistir a influência das práticas sociais socialistas.

Provavelmente, D. Nery fazia referência à experiência dos círculos operários criados na Europa, antes mesmo da *Rerum Novarum*, como tentativa de respostas cristãs ao mundo operário. Delumeau e Melchior-Bonnet afirmaram que tal experiência não foi bem acolhida pela sociedade católica pois esta não compreendeu o alcance da proposta desta *ala avançada do catolicismo*³².

Naquele momento sérias tensões sociais agitavam o país o Brasil. Em abril de 1906 foi realizado o primeiro Congresso Operário Brasileiro com forte predomínio de anarquistas estrangeiros; em maio do mesmo ano, uma greve geral de ferroviários paulistas foi sufocada pela polícia. Em 7 de janeiro de 1907, em resposta a organização crescente dos trabalhadores, o Congresso Nacional aprovou a lei, de autoria de Adolfo Gordo, a qual determinava a expulsão dos trabalhadores estrangeiros do país, com a intenção de enfraquecer o movimento operário. Apesar disso, no ano seguinte, os trabalhadores organizaram a Confederação Operária Brasileira com a finalidade de reunir e fortalecer a sua luta.

Orientados pelo clero, parte dos católicos preferiram participar de organizações católicas. Já em 1900, Carlos Alberto de Menezes tinha organizado o *Sindicato Profissional Corporação Operária de Camaragibe* e a *Federação Operária Cristã*; no norte do país surgiram as *Uniões Operárias* e *Círculos Católicos de Operários de Trabalhadores de São*

³¹ NERY, J. B. C., Carta Pastoral *Saudando aos seus diocesanos*, op. cit., p. 25.

³² DELUMEAU, Jean, MELCHIOR-BONNET, Sabine, *De Religiões e de Homens*, op. cit, pp. 272

José. Em Belo Horizonte havia a *Confederação Católica de Trabalho* e em São Paulo os *Centros Operários*, dos quais se originou o *Centro Operário Católico Metropolitano*³³. A denominação *Círculos Operários* surgiu somente em 1932, quando o jesuíta Leopoldo Brentano, fundou aquelas agremiações na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, reunindo as experiências precedentes. Rapidamente, aquela modalidade alcançou relativo sucesso e foi espalhada por várias regiões do Brasil, vigorando até a década de sessenta³⁴. O atraso de mais trinta anos na implantação dos círculos pode, em parte, ser compreendido pela forte religiosidade católica sustentada pela devoção ao Sagrado Coração de Jesus que responderia as necessidades pastorais nas três primeiras décadas do século XX³⁵.

Todos estes movimentos católicos brasileiros sofreram influxo das organizações trabalhistas católicas belgas e do envolvimento dos padres belgas. O grande líder dos trabalhadores belgas foi o leigo, Leo Harmel, o qual foi um dos inspiradores e organizadores dos primeiros Congressos de Trabalhadores, ainda no século XIX³⁶. Georges Rutten, foi um dos padres que mais se envolveu na formação de sindicatos cristãos e livres. Em 1904, ele fundou o Secretariado Geral das Uniões Profissionais Cristãs da Bélgica, o que permitiu que, em 1914, houvesse 80.000 sindicatos cristãos, apesar de serem, ainda, em menor número que os sindicatos socialistas³⁷. Do envolvimento dos padres belgas com a luta operária, surgiu a expressão *padres operários*, que pareceu a muitos católicos um novo e significativo momento para Igreja.

Na cidade de Campinas, desde 1907, havia o *Centro Operário São José* que tinha como principal objetivo o socorro aos trabalhadores. D. Nery, ao assumir a diocese em 1908, manteve a forma original daquele organismo pastoral até a realização do Congresso Diocesano, em 1910, quando através dele, sugeriu a fundação da *Sociedade Cooperativa*

³³ **MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO**, Rio de Janeiro, Confederação Nacional de Operários Católicos, 1949, pp. 21 e 22.

³⁴ **SOUZA**, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op. cit, p. 186.

³⁵ **ALMEIDA**, Jaime de, *Há Cem Anos, O Quarto Centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992, p. 26.

³⁶ **LABOA**, Juan Maria, *História de la Iglesia Católica - Edad Contemporánea*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1999, pp 324-325

³⁷ **BECKER**, Winfried, *Il cattolicesimo Sociale in Europa*, em **GUERIERRO**, E, e **ZAMBARBIERI**, A., *Storia della Chiesa*, XXII/1, Milano, Edizione Paoline, 1988, p. 252.

Construtora da Vila Operária que se ocupou da construção de casas populares para operários³⁸.

D. Nery deixou claro que entendia que a função das associações católicas era combater e disputar espaços com outras associações não católicas. A linguagem do texto, hiperbólica, apelava para expressões bélicas: *o dever dos católicos que se prezam e opor associação a associação, a força que edifica a força que destrói, o exército que defende as muralhas da cidade às hostes que tentam arruinar seus fundamentos*. Era um esforço para continuar a obter o reconhecimento dos católicos e produzir as normas que regulavam a sociedade. Para referendar seu texto, D. Nery o associava a uma das mais recentes publicações do papado sobre as associações, o documento *E supremi apostolatus*. Neste texto, o papa definia que as associações deveriam existir estritamente para alimentar *a vida cristã* e deveriam seguir as orientações do clero³⁹. Com esta atitude, o bispo insistia que os operários católicos não deveriam participar das associações classistas.

O papa Leão XIII, através do neo-tomismo dera uma nova interpretação da sociedade com a finalidade de justificar a dimensão pública da Igreja. Ele tinha apelado para a noção de que, se a sociedade civil era composta por católicos, era natural reconhecer que o catolicismo e, conseqüentemente, que a Igreja tinha um caráter público e social, pois ela se fazia presente onde quer que existisse um católico. Esta interpretação fortaleceu o catolicismo social na afirmação do caráter público da instituição que se negava a ficar reduzida aos ambientes religiosos. Na verdade esta expressão, sem negar o seu aspecto espiritual, re-elaborava a vertente política da instituição, passando a idéia que ela não se envolvia apenas com a prática assistencialista, mas inclusive se comprometia com a mudança da sociedade. Já Pio X, menos inclinado ao explícito envolvimento político dos católicos, indicava que a Igreja deveria ocupar, efetivamente, mais espaços nas famílias, nas escolas e instituições comprometidas com a missão da Igreja.

³⁸ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., 214-218.

³⁹ idem, p. 27. E D. Nery continua: [...] *tais associações, para que produzam os efeitos desejados, nunca deverão perder de vista estas as palavras do Santo Padre. Queremos que as associações tendam sobretudo e principalmente a obter que a vida cristã se mantenha naqueles que a ela se associam.*

2.2. A QUESTÃO OPERÁRIA E A AÇÃO SALESIANA

Em oito de março de 1919, D. Nery proferiu uma conferência na Assembléia Geral dos Cooperadores Salesianos de São Paulo com o título *A Questão Operária e a Ação Salesiana*. Uma breve análise deste texto colaborará para reforçar o que já foi explicitado na carta de 1908: a Igreja como única portadora da verdade.

Tendo presente as informações de Ataliba Nogueira sobre as pregações de D. Nery, sua empolgação ao falar, ao gesticular, a alternância modular da voz, próprias de quem sempre teve apreço à dramaturgia, tendo presente a disposição ortográfica do texto que indica a necessidade de pausas, de interrogações, de elevação da voz nas afirmações retóricas, os fortes e hiperbólicos exemplos utilizados, ao ler o texto, é possível, imaginar o impacto que aquela pregação causou naqueles cooperadores salesianos.

Já no início de sua conferência, D. Nery, utilizando a preceptiva católica, apresentou o socialismo como oposição ao cristianismo, uma imagem recém-construída pela Igreja. Afirmou que esta oposição residia na rejeição da doutrina católica sobre o pecado que tornara o homem um ser decaído e que devia viver neste mundo, auxiliado pela religião, lutando contra as más tendências e aspirando à perfeição. Segundo o autor, ao combater a religião, o socialismo pregava a busca da satisfação pessoal e a revolução na sociedade através da disseminação do ódio contra as instituições, o que provocava a inversão dos valores defendidos pela religião⁴⁰. Para D. Nery a falta de uma perspectiva, de um ideal maior, era a responsável pelos males da sociedade moderna. Segundo ele, a religião católica tinha a função social de evitar, através do controle das consciências, as convulsões sociais. *O operário que não tem nenhum dique para refrear-lhe as paixões e impedi-lo de experimentar as excitações de seus mentores, carece do ideal sublime do Cristianismo para não desesperar*⁴¹.

Como recurso persuasivo, D. Nery utilizou uma metáfora bíblica para afirmar que o socialismo cegava e despertava o ódio nos trabalhadores. Em breves palavras, omitindo a maior parte do texto, destacando algumas passagens, e enriquecendo-as com detalhes dramáticos, ele re-contou a história de Sansão, narrada no livro dos Juízes. Segundo, por vencer seus opositores Sansão foi por eles atraído através de Dalila, os quais lhe-cegaram e

⁴⁰ NERY, J. B. C., *A Questão Operária e a Ação Salesiana*, Gráfica Salesiana, S. Paulo 1919, pp. 6-10.

⁴¹ Idem, p. 10.

o fizeram escravo. Aprisionado, e com ódio de seus algozes, Sansão reuniu forças e destruiu o local onde estava, *matando a si e a seus exploradores*. Ao encerrar aquela narração, D. Nery completou *evitemos semelhante desastre, restituindo ao povo, este infeliz cego, a este novo Sansão, fascinado e aprisionado, a luz da fé e o conforto de nossa assistência*⁴². Cabe lembrar que a palavra exploradores está mais próxima da preceptiva socialista do século XIX do que da preceptiva bíblica.

Esta representação hiperbólica do socialismo, como símbolo do mal, dominava as mentes católicas, a qual, por sua vez, era propagada nas casas, nos ambientes de trabalho e nas escolas.

D. Nery, como homem do seu tempo, fiel defensor da doutrina social da Igreja apregoava que algumas coisas precisavam ser feitas. A solução para o problema social era a melhoria das condições de vida e de trabalho que custaria *o sacrifício de algum bem particular pelo bem coletivo*⁴³. Com a finalidade de mostrar à sociedade que a Igreja oferecia uma alternativa para aquele conflito social, o bispo recorria aos trechos da encíclica *Rerum Novarum* que responsabilizava a busca de lucros desenfreados dos liberais à custa dos baixos salários, pela existência dos movimentos operários que exigiam o que era de direito do trabalhador. D. Nery reproduzia as palavras daquela encíclica: *o homem não deve ter coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que facilmente dê parte delas aos outros em suas necessidades [...] dar ao próximo não é dever de justiça, mas de caridade cristã*.

Porém, com receio que aquelas palavras pudessem causar mal estar entre os católicos, D. Nery recordava, também, o caráter conservador do documento papal sobre a defesa da propriedade privada, o que comprometia todo o discurso social. Assim D. Nery recordava: *é indubitável que aquilo que o homem acresce ao trabalho comum da natureza lhe pertence com próprio, pois é uma extensão de seu ser*⁴⁴. D. Nery reproduzia o discurso contraditório da instituição que abusava das conjunções na elaboração de seus textos, o que

⁴² Ibidem, p. 11. A cena bíblica recontada por D. Nery encontra-se em Juízes 16, 4 -30, *Bíblia de Jerusalém*, op. cit. (Os grifos são meus).

⁴³ NERY, J. B. C., *A Questão Operaria e a Ação Salesiana*, op. cit., p. 13.

⁴⁴ *Rerum Novarum*, apud NERY, J. B. C., *A Questão Operaria e a Ação Salesiana*, op. cit., pp. 14 e 15.

permitia aos seus leitores escolher os trechos avançados ou conservadores, segundo suas conveniências. Desta forma, a instituição construía a sua unidade.

Nas duas primeiras décadas do século XX, Campinas foi uma das cidades que apresentou maior índice de crescimento populacional. Explica isso se explica pelo fato de que, embora concentrasse a atividade agrícola na produção de café, algodão e açúcar, ela se transformou em um dos grandes centros ferroviários e industriários do Estado de São Paulo, o que possibilitou que a cidade adquirisse contornos cada vez mais urbanos, o que teve como consequência o surgimento de uma classe operária que alcançava 2865 trabalhadores, em 1920⁴⁵. Muitos desses operários participaram ativamente da Greve Geral de 1917, que fora convocada em resposta ao assassinato do jovem sapateiro José Martinez que morreu ao participar de uma manifestação grevista em São Paulo. A polícia campineira reprimiu duramente os manifestantes, o que foi reprovado por D. Nery. Em uma entrevista dada ao jornal carioca *A Noite*, D. Nery vangloriava-se do fato que os operários campineiros, associados ao *Centro Operário São José*, não participaram da greve devido à instrução religiosa recebida⁴⁶. Seu pensamento expressava a doutrina da Igreja que propunha uma ética do trabalho baseada no dever moral, a qual incutia no trabalhador um papel disciplinador e normatizador.

D. Nery refletia os interesses do lugar social que ocupava. Embora ao longo de sua vida, em contato com outros segmentos sociais, mesmo no interior da instituição, ele tenha tido possibilidade perceber as distintas propostas políticas e religiosas, ele assumiu como sua a preceptiva dominante na Igreja. Para que ele continuasse utilizando-se das prerrogativas e do status que a função lhe concedia, ele fez sistemática oposição ao socialismo. Como sua principal arma era a prática discursiva religiosa, sempre que podia, ele recorria ao dualismo maniqueísta opondo o mal ao bem. Se o bem estava do lado da Igreja, consequentemente, o mal estava nas instituições que lhe contestavam. Ao afirmar que o socialismo *impelia os operários contra as autoridades, contra a propriedade privada, contra o Estado e contra a Igreja*, D. Nery defendia a posição da Igreja e defendia, também, a manutenção daquela sociedade civil na qual ele estava inserido. Como membro

⁴⁵ **BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*. op. cit., 201-206, cf. notas 75 a 77.

⁴⁶ *idem*, pp. 206-210.

da Conferência de 1910, D. Nery foi signatário do documento que emanou: *os padres lembrem às classes inferiores, que se abstenham desses conluios para em hora determinada cessarem todos de trabalhar, [...], dando enormes prejuízos aos patrões, [...], e ameaçando a tranqüilidade pública*⁴⁷. D. Nery, até por conveniência política, defendia que se fossem cumpridas as sugestões da encíclica *Rerum Novarum* haveria concórdia entre patrões e empregados. Nesta proposta católica para o mundo do trabalho, a Igreja ao exercer o papel de guardiã dos princípios dos enquadramentos disciplinares necessários à sociedade, defendia a possibilidade de continuar participando dela⁴⁸.

Seguindo o pensamento de Leão XIII, D. Nery responsabilizava os liberais pelo crescimento das idéias socialistas que se disseminavam entre os trabalhadores, causadas pela total ausência de políticas sociais que garantissem condições mínimas aos trabalhadores. Para ele, somente através de uma pequena participação nos lucros é que aquele problema social poderia ser resolvido. Caso contrário, o ódio semeado pelos socialistas contra os patrões levaria todos à ruína.

*Senhores, em nome de Cristo é urgente um remédio para este estado aflitivo de coisas e ele não poderá vir senão de uma forma de pequena participação nos lucros verificados de seus patrões [...] essa medida liberal vai sendo tomada por alguns deles, e no dia em que for generalizada em todos os centros de trabalho, raiará a aurora da justiça para a pacificação do gênero humano*⁴⁹.

D. Nery parece ter elaborado este trecho do seu texto a partir de um texto que D. Bosco escreveu em 1883, quando pronunciou:

*a salvação da sociedade está, oh senhores, nos vossos bolsos. Estes meninos mantidos pelas Obras das escolas Profissionais, esperam os vossos auxílios. Se agora vos retirais, se deixais que esses meninos tornem-se vítimas das teorias comunistas, os benefícios que hoje lhes recusais, eles virão a pedir-vos um dia, não mais com o chapéu nas mãos, mas colocando a faca no vosso pescoço, e talvez juntamente com vossos bens haverão de querer também a vossa vida*⁵⁰.

Tanto D. Bosco, quanto D. Nery foram herdeiros de uma cultura católica a qual, para convencer os membros da Igreja, carregou nas cores na apresentação de uma imagem

⁴⁷ *Pastoral Coletiva de 1910*, op. cit., cânon 1215 e 1226.

⁴⁸ **SOUZA**, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, op.cit, p. 51.

⁴⁹ **NERY**, J. B. C., *A Questão Operaria e a Ação Salesiana*, Gráfica Salesiana, op. cit., p. 17.

⁵⁰ **NEGRÃO**, Ana Maria Melo, *Educar para a Cidadania através de valores católicos: Liceu Nossa Senhora Auxiliadora*, em **DEMARTIANI**, Zélia de Brito F., (org.) *Memórias da Educação Campinas (1850-1960)* op. cit., p. 200.

do socialismo e do comunismo como frutos do mal. Esta falsa imagem construída pela Igreja e veiculada pela sociedade liberal ainda exerce forte impacto na sociedade brasileira.

No final do texto, D. Nery completava como entendia a função social da Igreja. Ao conscientizar seus fiéis dos seus deveres fazia do *homem trabalhador, um respeitador da propriedade privada, preparava para o Estado um cidadão honesto, obediente e devotado*⁵¹.

D. Nery, assim como o papa Leão XIII, colocava a Igreja como pacificadora das classes, como aquela que tinha as respostas para todos os males morais da sociedade. Para uma boa convivência com os detentores do poder, seu discurso tinha que ter um tom evasivo, desterritorializado e atemporal que falasse para todos e, ao mesmo tempo, a ninguém diretamente, além disso, o discurso feito daquela forma não comprometeria o conferencista. Naquele auditório, provavelmente a maioria dos católicos só conhecia o socialismo através das imagens transmitidas pela Igreja. Sendo assim, ao atribuir a responsabilidade dos problemas da sociedade ao socialismo, o bispo isentava os liberais das responsabilidades sociais.

De acordo com o papado, D. Nery indicava que cabia à Igreja arrecadar *as sobras dos opulentos* para construir hospitais, asilos, orfanatos e abrigos de assistência e instrução⁵². Ao pedir a ajuda dos liberais para suas obras caritativas, a Igreja legitimava a exploração social produzida pelo capitalismo. Ainda que o papado tenha sugerido, timidamente, um envolvimento dos católicos junto aos operários, D. Nery, ao traduzi-lo, o fez da forma mais conservadora possível, reduzindo aquelas propostas à caridade, às esmolas dos ricos. Era preciso relacionar-se bem com os detentores do poder econômico e político, pois, o bom relacionamento, com aquele segmento social, garantiria a subvenção às suas obras caritativas, além de um profícuo apoio político quando lhe fosse necessário. Desta forma a Igreja deixava claro que a luta contra o socialismo era uma luta contra o mal. E nesta luta o bem venceria, desde que os liberais católicos se perfilassem ao lado dela.

⁵¹ NERY, J. B. C., *A Questão Operaria e a Ação Salesiana*, Gráfica Salesiana, op. cit., 19.

⁵² idem, p. 19.

2.3 A ORIENTAÇÃO POLÍTICA DE D. NERY, UMA POLÍTICA DE DEUS⁵³

Desde a criação das Conferências Meridionais, em 1901, os bispos orientados por Leão XIII começaram a procurar formas de interferir na política brasileira com a finalidade de tornar o Brasil um país católico. Lembavam que aquele papa defendeu a candidatura de católicos ao Congresso Legislativo, inclusive de sacerdotes⁵⁴. O que os bispos e o papa Leão XIII parecem ter esquecido é que o Brasil teve uma forte tradição de padres envolvidos na política. Na organização da Câmara dos Deputados e na Assembléia Constituinte de 1823, vários deles tomaram parte. Foi na Câmara dos Deputados que se discutiu uma das questões mais candentes para a Igreja Brasileira, a questão do celibato clerical que se polarizou em torno de dois deputados clérigos: o arcebispo da Bahia D. Romualdo Antonio Seixas e padre Antonio Diogo Feijó⁵⁵. Fora o ultramontanismo o responsável pelo afastamento dos clérigos da vida política e naquele momento a romanização desejava reordenar a ação política do clero, especialmente para a defesa dos direitos da Igreja.

Em 1903, o sucessor de Leão XIII, o papa Pio X preferiu um programa reformista no interior da Igreja às questões de embate político com os Estados, o que aconteceu somente em casos de extrema necessidade⁵⁶. Os documentos emanados nas duas reuniões do episcopado da Província Meridional, de 1904 e 1907, revelavam a preceptiva política do novo papa. Ambos se ocuparam dos aspectos doutrinários da Igreja, porém, ao contrário do encontro de 1901, nada disseram sobre o envolvimento dos católicos na política, o que, evidentemente, colaborou para reforçar um sentido católico mais desvinculado da sociedade que interpretava a Igreja como acima da sociedade civil.

⁵³Tomo emprestado parte do título de um capítulo de CAES, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*, op.cit, p. 61.

⁵⁴ *Inspirados nos ensinamentos das Encíclicas do S. Padre Leão XIII, os bispos aceitam o governo de fato e fazem votos para que a Constituição de 24 de fevereiro se expunja essa nota de radicalismo ateu, que a torna odiosa, em todo o mundo civilizado. Ainda que não se envolvam os bispos nas lutas políticas, todavia convém que mantenham relações cordiais com os Supremos Magistrados da República e chefes políticos honestos, de maneira a poderem impedir os males e perseguições que se possam mover contra a Igreja e, sendo possível, favorecer a candidatura de sacerdotes e distintos seculares ao congresso legislativo Acta Resolutiones Et Statuta Primi Sacri Consessus Episcoporum Sancti Pauli*, Typ. Brazil de Carlos Gerke & Cia, S. Paulo 1901, cân. 18 e 19.

⁵⁵ VIEIRA, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, Brasília, UNB, 1980, pp. 33.

⁵⁶ GUASCO, Maurílio, verbete *Pio X* em LEVILLAIN, Philippe, ed., *Dizionario del Papato*, Milano, Bompiani, 1996, pp. 1163 – 1165.

Na Conferência de 1910, os bispos reassumiram as questões políticas, porém, com uma prática discursiva bastante diferente. A partir de então, os bispos desestimulavam os padres a participarem efetivamente da vida política, reservando para estes a condução espiritual da sociedade. Na abertura, o Cardeal Arcoverde fazia um balanço positivo da atual situação da Igreja brasileira graças a liberdade que ela obteve após a separação do Estado, a qual permitia a presença da instituição junto aos diversos segmentos sociais e o aumento de dioceses, passando de doze para trinta e oito, nos últimos vinte anos⁵⁷. Reconhecia que o trabalho realizado pela Igreja junto às famílias, escolas, paróquias e a publicação de jornais católicos contribuíam para formar uma sociedade católica, mas afirmava que um aspecto muito importante precisava ser reforçado pela instituição: era preciso cuidar dos trabalhadores com a finalidade de *minorar suas privações, levá-los a amar o clero, a Igreja e a Jesus, de quem os demagogos ímpios procuram por todos os meios divorciá-los*⁵⁸. Como sempre a Igreja exagerava nas expressões e se via como vítima de uma conspiração.

Cuidar dos interesses das classes trabalhadoras significava isolá-las do contato com outros grupos sociais para que outras práticas sociais não as confundissem. Em sua primeira carta pastoral D. Nery sugeria que as paróquias deveriam formar associações para todos os segmentos sociais, especialmente para os trabalhadores. A Pastoral de 1910 reforçava essa idéia e atribuía às associações a Ação Social do Catolicismo. Elas seriam o espaço - por excelência - para formar católicos capazes de enfrentar o mundo ateu, indicar soluções práticas para a questão social – eufemismo para designar pobreza, exclusão, exploração – segundo os princípios cristãos⁵⁹.

Um dos documentos que mais acelerou os novos rumos da Igreja brasileira nas questões políticas foi a encíclica *Il fermo propósito*, de 1905. Nela, sutilmente, o papado sugeria ao clero que não se envolvesse na política partidária e que deixasse aquele campo aos leigos, os quais deveriam ser controlados pela hierarquia através das diversas Associações Cristãs.

⁵⁷ Isto quer dizer que a Igreja, para se expandir não precisa de outra condição, senão de Liberdade! em *Pastoral Coletiva 1910*, op.,cit., pp. XII, XV, XVI, XVII.

⁵⁸ idem, pp. L - LIX.

⁵⁹ ibidem, cânon 1242.

O peso para uma oposição radical dos bispos Brasileiros a formação de um Partido Católico veio com a orientação papal por ocasião de uma greve geral promovida pelos socialistas na Itália, em 1904. O papa Pio X, com a encíclica *Il fermo proposito*, ainda que mantendo o *non expedit*⁶⁰, tinha introduzido uma novidade definida como moderada. Ele transferia aos bispos a autonomia de liberar, de acordo com as necessidades, a participação dos católicos nas eleições, especialmente no legislativo⁶¹. Isso era um incentivo para que os católicos votassem em candidatos liberais considerados pela Igreja como moderados com a finalidade de barrarem os candidatos contrários à Igreja. Tal escolha tornava impraticável a tentativa de constituir um partido político católico na Itália. Para evitar qualquer confusão, o papa afirmou o dever dos fiéis leigos de se adequarem às intervenções da autoridade religiosa⁶². Longe de ser uma promoção ao laicato, o que paradoxalmente também ocorreu, isso era uma forma de barrar a participação do padre na política, vista como inconciliável ao ministério sacerdotal.

A Conferência Meridional de 1910 marcava um novo modo da Igreja Brasileira entender a sua participação na política. Até então, os bispos sempre foram muito cautelosos em aceitar a idéia de um Partido Católico. Embora não condenassem, também, não apoiavam; esta era a prática comum dos bispos, primeiro, eles observavam para ver como a sociedade reagiria àquela idéia, somente, depois, manifestavam a sua opinião. De outro lado, os poucos bispos intransigentes, mas politicamente influentes, em uma posição extremamente fechada, bastante próxima à posição do papa Pio IX, julgavam incompatível a participação de católicos em agremiações políticas. Outros afirmavam que como promotora da unidade, a Igreja não poderia aceitar os católicos divididos em partidos.

Logo após a proclamação da República, os defensores do Partido Católico viram a possibilidade de concretizá-lo por ocasião da eleição de deputados para a elaboração da Constituição Republicana. Já em 1890, foi organizado um Diretório Central no Rio de Janeiro, e em cada Estado haveria os Diretórios Regionais que lançariam os candidatos. Embora, possuísse uma base bem intencionada o Partido Católico fracassou. Isso ocorreu

⁶⁰ Proibição aos católicos de participarem da vida política, imposta pelo papa Pio IX, por ocasião da Questão Romana.

⁶¹ AUBERT, Roger, Chiesa e Stati Europei, em FLICHE–MARTIN, ed., *Storia della Chiesa*, Edizione Paoline, Milano 1996, XXII/1, pp. 338-424. p. 318.

⁶² idem, p. 356.

devido à inabilidade política de seus membros em oposição ao profissionalismo dos políticos que defendiam os interesses da burguesia agrária e cafeeira. Posteriormente, ainda houve outras tentativas de articulação do Partido Católico no final da primeira década do século XX, mas também estas, não deram frutos porque os bispos, reunidos nas Conferências de 1910 e 1915, preferiam apoiar outra experiência mais aberta como os centros, os círculos eleitorais e as confederações. Ao perceberem a impossibilidade de articular os cristãos em torno de um partido político, e, caso isso acontecesse, sabiam que ele não teria muita força diante da sociedade liberal, os bispos começaram a orientar os católicos de forma mais ampla, a fim de evitar divisões internas na Igreja e, ao mesmo tempo, não desgastar sua imagem. Ainda, em 1925, Carlos de Laet resolveu relançar o Partido Católico, mas acabou sendo barrado pelos bispos⁶³.

A preceptiva para a nova orientação dos bispos brasileiros era de orientação francesa. A situação daquela Igreja que viveu um dos mais fortes separatismos de todos os países, fruto da legislação anticlerical, fez os católicos se unirem para defenderem os interesses da Igreja. A palavra de ordem era a união de forças, independentemente da opção partidária. Segundo a orientação de Pio X, os clérigos franceses pregavam que para a Igreja importava a defesa dos princípios católicos: [...] *se vocês são católicos, uni-vos para a defesa da Igreja*⁶⁴. Um artigo publicado em *Les Questions actuelles*, em 1908, reproduzia o mesmo estilo de pregação:

*os católicos, repartidos em diversas ligas eleitorais, [...] não deixem de exercer uma ação comum convergente. Os regimentos militares não se batem entre si, [...] uma armada pode se compor de corpos rivais, mas não de corpos antagônicos. Concorrência e Competição não são sinônimos*⁶⁵.

De novo a preceptiva bélica dominava o discurso, todos os católicos como soldados de um mesmo corpo militar, sob uma única voz de comando, a do papa. Um discurso

⁶³ Pe. Lustosa diz que tal comportamento *deslocava o problema da articulação e participação política dos católicos do pólo partidário para o tipo de organização mais ampla que tivesse condições de superar os limites estreitos e os riscos do partidarismo*. LUSTOSA, O.F.(org.), *Igreja e Política no Brasil, Do Partido Católico a L.E.C. (1874-1945)*, São Paulo, Edições Loyola/CEPEHIB, 1983, pp. 12-15.

⁶⁴ DANSETTE, A. *Histoire Religieuse de la France Contemporaine*, France, Ed. Flammarion, 1951, p. 381.

⁶⁵ *On se dirá que les catholiques, répartis en diverses ligues électorales [...] ne laissent pas d'exercer une action commune, ou tout au moins convergente – les régiments ne se battent pas entre eux, [...] une armée peut se composer de corps rivaux, mais non pas de corps antagonistes. Emulation et compétition ne sont pas synonymes*. DE LA TAILLE M., *L'Action des Catholiques dans la vie publique*, em: *Questions Actuelles*, Tome, 97, Bayard Press, Paris 1908, p. 284.

pronunciado por um dirigente católico na Sociedade Geral de Educação e do Ensino Francesa indicava bem esta nova orientação: *nada parece mais prático ao Santo Padre, que chamar todas as pessoas de bem a se unirem no terreno católico, conforme as orientações pontificias*⁶⁶.

Os bispos fiéis ao magistério proibiam a participação dos padres na política partidária, e enfatizavam que este campo pertencia aos leigos. A função do padre passava a ser formar os leigos para defenderem os direitos da Igreja. Usando de sua autoridade religiosa, o episcopado associava os direitos da Igreja aos interesses de Deus: *Em momentos de crise ou de luta, o voto, o prestígio e as energias do bom católico **pertencem**, antes de tudo, a Deus*⁶⁷. Eis a leitura teológica do dever do voto, defender os direitos de Deus que, naquele momento, eram os direitos da Igreja. A prática desta ação foi chamada de política cristã.

2.3.1. A CARTA PASTORAL DE 1913 - *AÇÃO DO CLERO NOS TEMPOS ATUAIS*

Concorde com a maioria do episcopado o qual, por sua vez, assumia as novas orientações do papa Pio X, D. Nery publicou uma carta pastoral *Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*⁶⁸, na qual, também, manifestava-se contrário à presença do padre na política partidária. Como a Igreja, recentemente, pregava que os padres não deveriam se envolver com a política, era preciso apresentar uma nova interpretação que justificasse aquela mudança de orientação, o que, especialmente no Brasil, se tratava de uma prática até comum, como já apresentei anteriormente. Segundo a nova orientação, caberia aos padres a direção espiritual daqueles que deveriam ocupar o espaço na vida política, os leigos. Eis porque incentivá-los a participarem da política.

Para garantir autoridade à sua carta D. Nery recorreu um texto espanhol: A Carta Pastoral *Instruccion sobre la Accion Social del Clero*, de 1910, do arcebispo de Valência,

⁶⁶ *rien ne lui paraît (au Saint Père) plus pratique qu'appeler tous les gens de bien à s'unir sur le terrain nettement catholique et religieux conformément aux directions pontificales* DANSETE, A. *Histoire Religieuse de la France Contemporaine*, Paris, Ed. Flammarion, 382.

⁶⁷ *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro, 1910*, op. cit., cânon 1254, 7. (O grifo é meu).

⁶⁸ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*, op. cit.

Espanha, Victoriano Guisasola y Menéndez⁶⁹, da qual apropriou quase que o texto integral, para montar três quartos de sua carta, cuidando de traduzi-lo e adaptá-lo, fazendo as modificações necessárias. Implicitamente, sem citar o autor, como fez com o texto espanhol, a carta ainda tinha por base um outro texto, já citado anteriormente, a carta pastoral *Les Catholiques et les elections de 1906*, do bispo francês Joseph Delamaire⁷⁰. A opção de D. Nery em citar o texto do bispo espanhol, parece justificar-se por se tratar de um texto mais conservador que preservava a imagem do clero como responsável por uma missão especial, o cuidado com espírito, enquanto que a política, por ser mundana, poderia ser exercida por leigos para preservar os eclesiásticos.

Nesta carta D. Nery reproduzia a cultura religiosa dominante da romanização que via a função religiosa do padre como importante elo para o bom funcionamento da sociedade. D. Nery lembrou aos sacerdotes que eles deviam:

*[...] aproximar-se do povo, para ensinar-lhe seus direitos e deveres; para guiá-lo na reivindicação de sua dignidade de homens e de cristãos, para romper-lhe os laços que o prendem a uma verdadeira escravidão econômica e moral, para evitar que ele se lance na anarquia, dominado pelo espírito de destruição, para fazer que reine entre todos a caridade cristã*⁷¹.

⁶⁹ **GUISASOLA y MENÉNDEZ, V.**, “Instrucción sobre la Acción Social del Clero”, *Boletín oficial del Arzobispado de Valencia*, nº 1600 3/01/1910.

A referida carta foi escrita com o objetivo de orientar o clero para que não participasse da política partidária, como incompatível com a função sacerdotal. A razão do envolvimento da Igreja com a política foi explicitada quando o bispo responsabilizou o capitalismo como responsável pela pobreza material, mas afirmou que o socialismo era pior, porque destruía a religião. Tomando partido a favor do liberalismo ele afirmou, que seria um erro reduzir a causa dos problemas sociais ao econômico. Caberia a Igreja, por meio de sua ação formadora das consciências cristãs, infiltrar a paz para extirpar o mal que inundava a sociedade. Assim, a primeira ação social da Igreja Católica seria a evangelização, entendida como a moralização da sociedade, com leis cristãs que regulariam a harmonia entre os direitos individuais com o direito social e público. Para esta obra de restauração da sociedade, segundo o *lema* do papa Pio X, a Igreja contaria com o Estado, as associações e os católicos leigos. Nesta obra, a função do padre, o verdadeiro amigo do povo, seria doutrinar os católicos, mostrando que eles tinham direitos e deveres, e que a obra social havia um fim religioso. Assim, segundo a orientação do papa Leão XIII, ele lembrava que o clero devia ir ao povo, cada vez mais afastado da Igreja, e ao mesmo tempo atraído pelo socialismo anárquico. O bispo afirmou que o envolvimento dos padres franceses, italianos e norte americanos na política, resultaram em tristes frutos. Lembrava, então, que o magistério de Pio X tinha orientado que os padres não participassem diretamente da política, pois tal ação desfiguraria o caráter sacerdotal. O programa para a colaboração do clero na Ação Social seria a retomada da evangelização, razão de ser da Igreja, através da catequese, do culto eucarístico, da comunhão diária e criação das mais variadas associações. O texto termina dizendo, que se fosse o caso de uma intervenção do padre na política partidária, este poderia acontecer somente com licença do arcebispo.

⁷⁰ **DELAMAIRE, J. F.**, *Les Catholiques et les elections de 1906*, op. cit.

⁷¹ **NERY, J. B. C.**, *Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*, op. cit, pp. 9-10 e 12.

Ao atribuir ao padre a responsabilidade de formar consciências, D. Nery procurava reconstruir uma imagem de padre que fosse acessível e próxima ao povo, o que revela a existência de uma desvinculação entre o discurso e a prática do clero. Como na primeira carta pastoral, D. Nery criticava os padres que incorporavam os valores do individualismo e do materialismo. Ao mesmo tempo, lembrava que em função do caráter religioso da missão social, o padre deveria evitar equívocos que descaracterizavam a função sacerdotal. De forma explícita, posicionando-se contra a participação dele na política, D. Nery assim manifestou-se: *O excessivo entusiasmo e a falta de prudência com que muitos têm enveredado por essa senda, já arrancaram gemidos desolados da Santa Igreja de Deus e se tornaram para alguns, motivo de perdição*. Apropriando-se das palavras do bispo espanhol, D. Nery afirmou que a ação do clero deveria ser a evangelização, a catequese, a divulgação do culto eucarístico, o incentivo a comunhão diária e criação de associações religiosas⁷².

Na quarta parte da carta, D. Nery transcreveu os cânones da Carta Pastoral Coletiva do Episcopado de 1910 que fundamentavam a necessidade de se criar nas paróquias associações que orientassem os fiéis em sua conduta política. Era a mais nova estratégia do episcopado para ampliar uma base de católicos preparados para a defesa da Igreja e desvinculá-los da identificação de um partido católico.

Desde sua primeira carta pastoral, D. Nery incentivou a criação de Associações Católicas. Na carta de 1913, ele acrescia-lhes uma nova função: o envolvimento na Ação Social da Igreja. Para tanto, reproduzia o texto da Conferência de 1910 que havia determinado:

*[...] dirigir os espíritos em ordem aos direitos e garantias que as leis do país oferecem a todos os cidadãos e, por conseguinte, também aos católicos [...] podem e devem os católicos fazer valer os seus direitos [...] e pugnar perante as autoridades civis pela liberdade da Igreja [...]. É indispensável que os bons concorram às eleições e procurem por todo os meios lícitos, arredar do governo os ímpios de idéias e costumes corrompidos, não se deixando acovardar pelas ameaças dos sectários. Nas circunstâncias atuais, dependendo do êxito das eleições políticas a escolha do bom ou mau governo do país, e daí o bem estar ou mal estar da Igreja entre nós, é claro que os católicos, como membros do Estado e filhos da Igreja, devem tomar parte nas eleições e propugnar com seu voto e sua influência pela derrota dos candidatos perversos e pelo triunfo dos homens de bem, sinceramente católicos, únicos capazes de promover a prosperidade da pátria*⁷³.

⁷² idem, 12.

⁷³ *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro 1910*, op. cit., cânones 1244, 1245 e 1247. (O grifo é meu).

Embora sugerindo a necessidade de incentivar os católicos, o documento do episcopado, não dizia como isso deveria ser feito. D. Nery, rapidamente, em sua carta explicitava como julgava que deveria ser a Ação Social da Igreja: *Orientai, portanto, os membros da Associação Central das Sociais ou qualquer outra de modo a organizar, precedendo licença nossa, à Liga Eleitoral Católica com sua respectiva diretoria*⁷⁴.

D. Nery recorria à interpretação neo-tomista do papa Leão XIII sobre a participação política. Se todos os cidadãos tinham direitos políticos, o conjunto de cidadãos católicos poderia e deveria eleger candidatos que defendessem os valores católicos. Com isso, introduzia uma reflexão importante sobre a intersecção dos campos político e religioso na vida das pessoas. Esta reflexão permite entender o embate da Igreja com o liberalismo que desejava restringir a ação da Igreja às sacristias, isto é, ao interior das Igrejas. Esta nova prática social dos católicos revelava a força política da Instituição que utilizando a distinção entre tese e hipótese se apropriava e usava o discurso liberal a seu favor.

O texto de Delamaire ajuda a compreender a intenção de D. Nery e, por consequência, do episcopado. Era preciso manter aquela configuração social, granjear cada vez mais o apoio dos mandatários do país e evitar que elementos indesejados alcançassem o poder. D. Nery não foi tão explícito como o bispo francês, mas o cotejamento deste texto com a Pastoral de 1915 revelam a implícita relação.

2.3.2. A CARTA CIRCULAR DE 1915 - A AÇÃO ELEITORAL CATÓLICA

Esta carta foi publicada seis meses depois da publicação da Carta Pastoral Coletiva do Episcopado de 1915 e foi dirigida aos membros da Liga Eleitoral Católica e aos católicos em geral. Tinha como finalidade indicar o dever e as normas da Igreja no terreno eleitoral. Diferentemente de outras cartas, ela foi publicada integralmente no jornal diocesano, o que demonstrava a clara intenção de divulgar amplamente a orientação do bispo. Para escrevê-la, D. Nery recorreu a três publicações francesas: o livro *Pour l'Action Catholique*⁷⁵ uma espécie de manual das associações paróquias francesas, escrito pelo

⁷⁴ NERY, J. B. C., *Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais*, op. cit., p. 16 (os grifos são meus).

⁷⁵ GOURAUD, Alcime, *L'Action Catholique*, Vannes, Gabriel Beauchesne Editeur, 1913, Na apresentação dessa obra, o autor indica que o livro era um manual para a Ação Católica, o qual reproduzia as orientações às associações já consagradas pelo episcopado no processo de reação da Igreja francesa frente ao governo.

bispo Alcime Gouraud, a Carta Pastoral de Delamaire e o texto: *La polithique Chrétienne* de Antonin Dalmace Sertilange. Também utilizou e citou, exaustivamente, a Pastoral Coletiva da Província Meridional, de 1915.

D. Nery iniciava a sua carta reforçando o que já insistia há alguns anos: a necessidade de se fazer uma política católica. Depois de fazer uma tendenciosa e restrita análise da conjuntura política, concluiu a necessidade dos católicos entrarem na vida política para *levar à direção dos negócios públicos homens capazes de fazer a felicidade de nossa pátria*. Consciente do poder formativo da instituição, D. Nery retoma a questão da intersecção dos campos político e religioso, e pergunta:

*[...] podia, uma instituição, que tal patrimônio possui e tão grande influência pode exercer e de fato exerce na sociedade, ser indiferente a triste situação a que chegou e em que mais se pode afundar a nossa Pátria, em consequência dos desmandos e das lutas políticas que tem assinalado os últimos anos da República?*⁷⁶.

Ainda que ele mesmo pudesse responder, D. Nery preferiu recorrer a um outro texto desconhecido para dar autoridade ao seu discurso. Citando textualmente, um outro autor francês, denominado Sertilange, D. Nery responde: *só se fosse uma religião que visse o homem como indivíduo, mas como o catolicismo prega uma moral social, ela não pode ser indiferente à política*, ainda recorrendo aquele autor, o bispo afirmava que havia outro motivo pelo qual a Igreja não podia ser indiferente política: *a sociedade espiritual tem seus direitos, os quais a sociedade temporal não pode desinteressar-se da religião*. Ao que, D. Nery conclui: *Daí resulta a necessidade de uma política cristã, ou seja a necessidade da intervenção dos católicos, na política, para assegurar a Igreja os seus direitos e as suas liberdades*⁷⁷.

Afirmando que a situação política da Igreja no Brasil era tranqüila, indicava que existiam pontos obscuros na Constituição que permitiam interpretações ambíguas. Isso exigia a arregimentação das forças católicas, nas quais *o católico e o cidadão se confundiam em um ideal superior: o reconhecimento, a garantia, e a defesa dos direitos de Deus, o Senhor dos indivíduos e das nações*⁷⁸. Era preciso garantir o respaldo popular de

⁷⁶ NERY, J. B. C., *Carta Circular sobre a Ação Eleitoral Católica*, em LUSTOSA, O.F. *Igreja e Política no Brasil*, op.cit., pp. 84-100.

⁷⁷ idem, D. Nery faz alusão ao texto *La Polithique chrétienne* de Antonin Dalmace Sertilange, pp. 86-87.

⁷⁸ ibidem, p. 88. (O grifo é meu).

tal forma que o povo católico defendesse a Igreja. Indicou a função formadora da Igreja: [...] *doutrinaremos o povo, no sentido de dirigir o voto pela sua consciência*. Consciente de que se tratava de um novo sentido a ser assimilado ao longo do tempo, D. Nery afirmava:

*Esta nova orientação que se vai dando a ação da Igreja, embora ainda, mal entendida [...] vai conquistando terreno [...] se os resultados dessa cruzada não forem imediatos, certo é que os esforços não serão perdidos. Em obra tão nova, tão melindrosa, [...] não podemos esperar sucessos rápidos e vitórias fáceis e completas. A marcha será lenta, mas segura e coroada de feliz resultado*⁷⁹.

D. Nery não falava, somente, dos problemas daquele momento, expunha aos católicos a essência da Igreja, por isso ampliava o sentido da política cristã para garantir a permanência da Igreja através dos tempos.

Na segunda parte da carta, D. Nery buscava conferir autoridade à organização que tinha criado em 1913, demonstrando a necessidade de uma *Ação Eleitoral Católica*. Fez isso recorrendo a trechos da Pastoral de 1915 e do manual das Associações Católicas francesas, escrito pelo bispo Gouraud. Segundo D. Nery, os dois textos defendiam a necessidade de uma corporação católica que orientasse os católicos no exercício do direito ao voto e este era o único meio de fazer valer as forças católicas, pois *a matemática dos votos valia mais do que a eloquência das palavras*⁸⁰. Ao invés de pregar a integridade moral dos candidatos e a prática da ética na política, D. Nery pregava que a vitória nas eleições dependia da propaganda política feita pelos católicos. O que estava em jogo eram *os altos interesses da religião*⁸¹, a implícita afirmação de que os fins justificam os meios. Segundo o bispo *Gouraud*, o dever do católico era mais do que votar: era votar naqueles que a Igreja indicava, *de nada serviria pregar o dever eleitoral, diz o eminente Bispo de Vannes, se na prática, cada um votasse a seu bel prazer*⁸². Fica claro que, se atribuía à hierarquia a função de dirigir as consciências.

Na terceira parte do texto, D. Nery recordava que Campinas fora a primeira diocese a implantar aquela associação e que, gradualmente, outras semelhantes surgiriam, o que era entendido como confirmação de sua obra. Como apêndice D. Nery apresentou um novo

⁷⁹ *ibidem*, p. 89.

⁸⁰ *ibidem*, p. 91.

⁸¹ *ibidem*, p. 91.

⁸² *ibidem*, p. 90.

regulamento à Liga Eleitoral Católica seguido de formulários que seriam enviados aos candidatos com as exigências que aquele organismo eclesial impunha aos candidatos. Eis os pontos que os candidatos deviam se manifestar, para receber, ou não, o apoio daquela Liga:

1. *ser favorável à manutenção da Legação Brasileira junto ao Vaticano;*
2. *ser contrário ao divórcio;*
3. *concorrer para que seja interpretada a nossa Constituição de acordo com a hermenêutica norte americana;*
4. *ser contrário a quaisquer medidas injustas e opressivas contra a Igreja e seus ministros, seculares ou regulares;*
5. *manter, em geral, uma atitude de simpatia e boa vontade com relação às justas pretensões da Igreja*⁸³.

Cabe destacar que o programa da Liga Eleitoral Católica foi inspirado no programa das *Uniões Católicas* francesas, apresentado pelo bispo Gouraud. Caberia a este organismo paroquial publicar um programa para os candidatos aos cargos eletivos, com as reivindicações católicas⁸⁴. Para este autor as *uniões católicas* eram a *elite que organizaria a ação eleitoral a nível paroquial e diocesano*⁸⁵.

No final do formulário da organização campineira, continha a informação: [...] *da resposta de V. Excia, que esperamos seja positiva, ... daremos a necessária publicidade para que os católicos possam sufragar o vosso nome nas próximas eleições*. Tal condição vinha reforçada no sexto artigo do Estatuto da Liga, *os candidatos que não responderem favoravelmente..., não serão recomendados, e portanto, não poderão ser sufragados pelos membros da Liga*⁸⁶.

O substrato desta carta circular foi o texto da Carta Pastoral da Província Meridional de 1915, recentemente aprovada que atualizava com algumas modificações o texto de 1910. Nesta, o cânon 1247 da Pastoral de 1910, citado acima, passava a ser o cânon 1591, com o

⁸³ Ibidem, pp. 96-97.

⁸⁴ GOURAUD, Alcime, *L'Action Catholique*, op.cit, pp. 388-389.

As reivindicações das Uniões Católicas Francesas eram:

- retomada das relações diplomáticas da França com a Santa Sé;
- liberdade das associações religiosas;
- liberdade de ensino;
- liberdade de culto e
- reconhecimento do direito de posse garantido à Igreja.

⁸⁵ idem, p. 197.

⁸⁶ NERY, J. B. C., *Carta Circular sobre a Ação Eleitoral Católica*, em LUSTOSA, O.F. *Igreja e Política no Brasil*, op.cit., pp. 96-97. (O grifo é meu).

seguinte acréscimo [...] *formando com eles centros, círculos, uniões e ligas eleitorais, etc*⁸⁷.

O fato de D. Nery ter participado de todas as Conferências Meridionais, principalmente, nas duas últimas, de nelas ter ocupado lugar de destaque no grupo de trabalho responsável pela reformulação dos capítulos referentes à Ação Social, associado ao fato que o acréscimo do cânon 1591 coincidia com a implantação da Liga em sua diocese em 1913, e, por fim, uma informação dada pelo próprio autor em sua circular, *Fomos no terreno prático, os batedores deste caminho, [...] marchando como soldados inexperientes, atemorizados aos mais insignificante rumor dos nossos adversários. Fizemos muito!*, permitem deduzir que ele muito colaborou na elaboração do documento final daquela conferência⁸⁸.

As mudanças sociais e culturais modificam as instituições e a leitura que estas fazem de si e das relações com outras instituições. Com a Igreja Católica não foi diferente. As mudanças atingiram a instituição em todos os seus aspectos, e lhes obrigou a re-fazer, a re-criar, ainda que re-formando, sua forma de inserir-se no mundo, fazendo todo esforço possível para cumprir sua missão religiosa. Indiretamente, a própria teologia política, como oposição ao posicionamento liberal que desejava reduzir a religião ao privado, teve como consequência suscitar nos católicos a percepção que deveriam participar da vida pública, enquanto membros da sociedade civil.

Nesta carta, D. Nery revelou, como já foi dito, que a verdadeira preocupação da Igreja era o governo que ele definiu como *variável* porque era composto por *elementos fracos* que a qualquer hora poderia mudar, daí a necessidade da Igreja estar sempre preparada *para não recuar ao embate de quaisquer tentativas antiliberais*⁸⁹. Como os bispos franceses, D. Nery tinha receio que as atitudes radicais dos liberais conduzissem o governo ao socialismo. Daí a necessidade de apelar aos *homens honestos*, ainda que liberais.

⁸⁷ *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro 1910*, op. cit., cânon 1591. (O grifo é meu).

⁸⁸ LUSTOSA, O.F. *Igreja e Política no Brasil*, op. cit., 93. sobre a participação de D. Nery nas Conferências Meridionais, conferir no primeiro capítulo página. 32 e seguintes.

⁸⁹ NERY, J. B. C., *Carta Circular sobre a Ação Eleitoral Católica*, em LUSTOSA, O.F. *Igreja e Política no Brasil*, op.cit., p. 88.

Oscar Lustosa comenta que a ligação da Liga Eleitoral de Campinas com o texto do cânon 1591 da Pastoral Coletiva de 1915, [...] *era, nada mais nada menos que a confirmação do que vinha realizando o bispo de Campinas (SP) com uma experiência sugestiva, denominada por ele de **Liga Eleitoral Católica***⁹⁰. Assim, pode-se ver que a criação da Liga Eleitoral em Campinas, proposta D. Nery, acabou contribuindo para ajudar os bispos a afastarem de vez a idéia do Partido Católico e sugerirem a criação de um órgão que estivesse acima de interesses pessoais ou partidários, cujo único interesse deveria ser defender a Igreja.

Como o próprio bispo previu na carta, a incorporação daquelas novas práticas não foi imediata. Mesmo, Ataliba Nogueira, que fez apologia das práticas sociais e religiosas de D. Nery, referiu-se à Liga Eleitoral Católica como um organismo *de vida efêmera*. Ele atribuiu o suposto fracasso daquele organismo diocesano à desobediência dos católicos e à percepção avançada do bispo, – *de em tudo se antecipar* – o que não teria sido compreendida pelos seus contemporâneos⁹¹. Nogueira parece ter acertado! Prova isso, o lançamento de um organismo homônimo na década de 30, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, o que permite supor que a Liga Eleitoral de Campinas caíra no esquecimento, pois, do contrário, a Diocese de Campinas teria reclamado a sua autoria.

Isto permite pensar que as mudanças das práticas sociais, religiosas não se produzem por determinação ou decreto e nem são produto desta ou daquela pessoa. Elas são geradas em um longo processo histórico, no qual vários elementos colaboram para a sua efetivação. Tampouco, este processo é linear, ele contém contradições, ambigüidades que, em última análise, fazem parte da sua efetivação. O aparente abismo que se estabeleceu entre o documento de 1913, no qual o bispo decretara a criação da Liga Eleitoral em Campinas, e a não concretização dela nas paróquias, revelam a dinamicidade da cultura religiosa de uma instituição que não é regulada pela lógica, pela razão objetiva, mas pelo assentimento de todos os membros a Igreja. A romanização que se efetivou nas paróquias não foi aquela pensada e desejada pelos bispos, senão, o amálgama produzido entre aquela proposta feita pela hierarquia e aquela vivenciada no cotidiano das paróquias,

⁹⁰ NERY, J. B. C., *Carta Circular sobre a Ação Eleitoral Católica*, em LUSTOSA, O.F. *Igreja e Política no Brasil*, op.cit., p. 16. (O grifo é meu).

⁹¹ NOGUEIRA Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, op. cit., pp. 50-51

na qual ambos cederam. Se a proposta oficial parece ter vencido, tal vitória não pode ser vista, somente, pela imposição do episcopado. O insucesso da Liga Eleitoral em Campinas parece provar isso.

2.4. A ORAÇÃO FÚNEBRE AO PADRE FEIJÓ

morto, ainda fala!

No prefácio da biografia de São Luís, Jacques Le Goff recordou que Jorge Luiz Borges teria dito que um homem somente está verdadeiramente morto quando morre o último homem que ele conheceu⁹². Passados oitenta e seis anos da morte de D. Nery, são cada vez mais raros aqueles que podem testemunhar sobre ele. Mas especialmente dele não existem, apenas, testemunhos pessoais, existem muitos sinais deixados por ele: os textos, juridicamente, atribuídos à sua autoria. Nesta perspectiva, ousou acrescentar algumas palavras ao texto de Borges: *e quando desaparecer todo e qualquer traço material deixado por ele.*

Para aprofundar este raciocínio, farei uso de um dos poucos textos de D. Nery que não foi escrito em função de seu ofício ministerial. A análise dos textos oficiais, já citados em passagens anteriores, revelou que a maioria deles – produzidos para propagar a doutrina que se instaurava, para regradar e para disciplinar os comportamentos religiosos–, seguia modelos pré-estabelecidos, daí deduzir, que o bispo teve pouca liberdade para expressar seu pensamento.

Diferentemente, das exortações, pregações, mandamentos presentes nas cartas pastorais, D. Nery redigiu um texto, denominado *Oração Fúnebre*, para ser proferido por ocasião da inauguração de um monumento dedicado ao padre Diogo Antônio Feijó, em uma praça pública na cidade de São Paulo. Fato, aparentemente, contraditório por ter sido aquele padre um paladino da Igreja Nacional e da abolição do celibato clerical, um dos pilares da romanização, tão defendido por D. Nery. Foi Nogueira que, para não comprometer a imagem romanizada e linear que construiu em sua obra, fez questão de lembrar que D. Nery *teve motivos para rejeitar o convite, embora depois de aceito.* Porém,

⁹² Reproduzido por Jacques Le Goff, no Prefácio do livro São Luís, apud **BORGES**, Vavy Pacheco, *Grandezas e misérias da biografia*, em **PINSK**, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*, op. cit, p. 221.

o próprio D. Nery indicou, no corpo do texto que recebera aquela incumbência do Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Segundo, Nogueira, naquele texto, D. Nery *reabilitou* [...] o **verdadeiro** Feijó que teria sido mal interpretado por *afirmações subjetivas de outros historiadores*⁹³. Vinte e cinco anos depois da morte de D. Nery, Nogueira, ao redigir seu texto, não escondeu que assumia como sua, a leitura social católica vigente na década de 40, de que a Igreja era a única detentora da verdade e que todas as outras interpretações que não compartilhavam daquela comunidade de sentidos eram erradas. Sendo assim, *O Elogio à D. Neri*, também, deve ser visto como um dos muitos frutos da romanização. Escrever sobre o bispo, utilizando aquela preceptiva, era exaltar aquele modelo eclesiológico que ele ajudou a implantar ainda na primeira década do século XX, no Brasil.

Apesar de não ter proferido aquele discurso, D. Nery cuidou para que ele se tornasse conhecido materializando-o através de sua publicação na cidade de Campinas. Ao que tudo indica, a publicação financiada por ele mesmo, o que demonstra sua preocupação com a posteridade.

Naquele discurso sobre Feijó, o bispo destacou duas atitudes importantes para a romanização: os méritos sacerdotais de um padre fiel à Igreja e os grandes feitos do patriota modelo. O problema é que a imagem conhecida de Diogo Antonio Feijó não correspondia bem aquilo que D. Nery pretendia. Então, para alcançar o seu objetivo, o bispo afirmou existir um documento escrito pelo ex-regente, datado de 1838, no qual o referido padre teria revogado sua antiga posição favorável à abolição do celibato clerical. Rapidamente, D. Nery acusou de *deslealdade histórica* a omissão de historiadores sobre a existência daquele documento, e sobre ele passava a discorrer.

Com a finalidade de dar autoridade a sua palavra, D. Nery, atribuindo a si dotes de historiador, explicou que aquela defesa era feita sob a perspectiva histórica. Recorrendo a categorias históricas, ele justificou que aqueles comportamentos duvidosos de Feijó eram frutos do seu tempo e como tais deveriam ser entendidos. Segundo D. Nery, a defesa da abolição da lei do celibato clerical, feita por aquele padre, baseava-se na percepção de que a deficiente formação clerical e o isolamento das paróquias justificavam a legalização da vida

⁹³ NOGUEIRA Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, op. cit., p. 35, (os grifos são meus).

marital que se tornara comum na vida de sacerdotes brasileiros⁹⁴. Para D. Nery, a prova que Feijó não era contrário a posição oficial da Igreja era o texto de 1838.

Evidentemente que o bispo sabia que a defesa da abolição do celibato sacerdotal se inseria em um projeto muito maior, o de constituir uma Igreja Católica Nacional, sem a interferência da Sé Romana, o que, inclusive, custara muitas discussões na Câmara os Deputados, nas quais D. Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia, fora o seu interlocutor, conforme já foi citado, anteriormente⁹⁵. D. Nery, então, propositadamente, omitiu em seu discurso este aspecto fundamental da história da Igreja no Brasil Imperial, bem como as condições que Feijó produziu aquele texto de 1838.

O texto de Feijó que D. Nery nomeou como retratação, Nogueira o chamou de testamento e José Matos, recentemente, afirmou se tratar de *uma profissão de fidelidade à Igreja*⁹⁶. Este texto pouco, ou, mesmo nada, significou para modificar a imagem de Feijó construída pela historiografia oficial. Em sua profissão de fidelidade à Igreja, aquele padre, formalmente, reafirmou estar convencido do que sempre defendera e reiterou que sua posição eclesiástica era fruto do zelo que tinha à Igreja e que jamais desejou separar-se dela. Disse ainda que, em razão disso, revogava tudo o que poderia ter ofendido a disciplina eclesiástica. Habilmente construído o texto pode ser interpretado que aquele padre afirmava o que sempre defendera. De outro lado, no próprio texto, Feijó indicou a possibilidade de uma leitura religiosa, pois afirmou *ter receio de ter errado, apesar das boas intenções*⁹⁷. Evidentemente que aqueles sentimentos não foram considerados pelos historiadores, até porque, o que significava um único documento, que nem sequer era uma explícita retratação, diante de muitos outros que afirmavam a conhecida posição do ex-regente?

D. Nery, segundo seus interesses, reconstruía uma imagem religiosa de Feijó. Esta foi a única verdade que importou. Como negar que Feijó não tinha se retratado, se até um

⁹⁴ idem pp. 4-5. Câmara Cascudo afirmava que o amancebamento dos padres não era um problema moral: Nenhum homem do povo acredita na pureza do sacerdote, senão excepcionalmente. *Fora do altar, os padres são homens como os outros. Exige-se do padre fidelidade infalível aos deveres da assistência cristã. Os vigários velhos foram de uma dedicação inexcedível.* em *Superstição no Brasil*, São Paulo, Edusp, 1985, p. 431, apud HOORNAERT, E., *O Cristianismo Moreno* Petrópolis, Vozes, 1991, p. 141.

⁹⁵ Conferir página 146.

⁹⁶ JOSÉ MATOS, Henrique Cristiano, *Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*, São Paulo, Paulinas, 2002, Tomo 2, p. 54.

⁹⁷ NERY, D. João B. C., *Oração Fúnebre*, op. cit, p. 34.

documento provava isso. Não competia ao historiador católico e muito menos ao bispo, enquanto ministro religioso, duvidarem da sinceridade do autor daquele texto. Fazer isso, seria colocar em dúvida a doutrina católica, especialmente o sacramento da confissão, no qual a Igreja, jamais, duvidou da sinceridade do penitente. Não dar crédito aquela “confissão” era comprometer a credibilidade do magistério eclesial católico. D. Nery, então, através daquele discurso, pregava aos católicos as verdades da fé cristã, o perdão de Deus ao fiel arrependido e a certeza da redenção, sua intenção era afirmar que perante Deus Feijó estava justificado. Com isso pretendia mostrar que o perdão era incondicional, bastava a vontade do penitente.

De outro lado, ao resgatar o padre Feijó, D. Nery enaltecia o valor do sacerdote como elemento fundamental para a implantação da romanização, da qual ele o transformava como modelo de padre, fiel e dócil a Igreja. D. Nery, então, construía uma representação modelar de eclesiástico.

As diferentes interpretações não se contradizem. Na verdade, elas se completam e revelam que Feijó era, antes de ser padre, político, ele era uma pessoa com sentimentos religiosos católicos e que sua vida foi guiada por eles. Através daquele texto, Feijó se confessou católico. Tendo, inclusive, rejeitado sua nomeação ao episcopado, ele sentia-se livre para posicionar-se contra o celibato eclesiástico. Seus questionamentos não eram contrários à fé, e sim a contrários a disciplina da Igreja. O testamento daquele padre, escrito em 1835, indica seu universo religioso: *Sou e sempre fui católico [...] Desejo que se digam, no dia de minha morte, ou no seguinte, vinte missas, pelas quais se dará a esmola de mil-réis por cada uma*⁹⁸. Aquela era sua maneira de ser católico. E parece que para D. Nery, isso bastava:

*se o nosso homenageado foi lastimável no erro, é preciso que se reconheça que foi sublime no gesto de se retratar dele, legando-nos o exemplo admirável de valor, correção sacerdotal e piedade cristã*⁹⁹.

Na reconstrução de Feijó, D. Nery associou a atividade política daquele padre a sua fé religiosa, o qual ele classificou como *grande ministro da Igreja* porque serviu à Pátria. A

⁹⁸ JOSÉ MATOS, Henrique Cristiano, *Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*, op. cit., pp. 70-71.

⁹⁹ NERY, D. João B. C., *Oração Fúnebre*, op. cit, p. 6. D. Nery reproduz o que chamou de retração do ex-regente em notas finais do seu texto, pp. 34-35. Mas, devemos considerar que mesmo que a homenagem tivesse sido feita, os seus ouvintes não teriam tido acesso ao texto de Feijó.

preceptiva utilizada por D. Nery foi a do papa Leão XIII que tinha insistido que os católicos deveriam colaborar com o Estado, e nada melhor do que recorrer ao exemplo de um padre que, fiel à Igreja, serviu o seu país.

Desta forma, D. Nery lançou grandes luzes na vida daquele sacerdote e regente do Segundo Império. Fez um breve apanhado histórico de suas funções desempenhadas, como deputado, ministro da justiça e depois regente do Império, lembrou o envolvimento do seu homenageado no movimento sedicioso entre São Paulo e Minas Gerais em 1842, conhecido como Revolução Liberal, o que lhe custou a prisão e o desterro.

Ao escolher narrar aqueles feitos do padre Diogo Antônio Feijó, D. Nery fazia apologia do catolicismo de seu tempo. Isso fica claro quando comparou Feijó a outros dois eclesiásticos: João Armando Duplessis, cardeal-duque de Richelieu, na França, e Pedro de La Gasca, no México:

*Os feitos desses três homens, postos em paralelo, bem mostram, ao contrário do que se afirma, que a Igreja administrando politicamente os povos, não os prejudica, mas os engrandece, pois ela sabe mais que ninguém que todo poder vem de Deus para o bem do povo e que a Deus deve dar contas do emprego desse poder*¹⁰⁰.

Passados trinta anos da Proclamação da República, da separação dos dois poderes, D. Nery, também, transformava seu texto em um manifesto político contra o Estado laico.

Recorrendo ao exemplo de Feijó, Nery reconstruiu uma narrativa que tinha como objetivo primeiro afirmar que os católicos estariam sempre dispostos a servir o Brasil, da mesma forma como Feijó, o servira. Desta forma, D. Nery afirmava aos representantes do governo que o catolicismo era benéfico ao Estado.

Percorrendo as vias modelares deixadas pelo papa Leão XIII, D. Nery insistiu que o Estado somente alcançaria sucesso se estivesse ao lado da Igreja. No texto citado acima, D. Nery atualizava os documentos do papado e a primeira Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 1890. Suas palavras reproduziam o tom daquela carta quando os bispos afirmaram aos idealizadores do novo regime o caráter perene e a origem da força da instituição que a mantinha no poder, apesar do novo regime governamental. Segundo os bispos a monarquia caíra, mas ela, a Igreja, continuava em pé, em condições, inclusive, de fazer com que o povo aceitasse a República: [...] *é daqui, do altar sagrado da religião que*

¹⁰⁰ *idem*, op. cit, 12 e 14.

*vamos dizer a esta nossa querida nação a verdade que a pode e a há de salvar*¹⁰¹. Na conclusão do seu texto, D. Nery concluiu: [...] *num momento histórico de guerra, de angustia, de politicagens, de incertezas, é reconfortante levantar bem alto este símbolo imperecível de patriotismo*¹⁰².

A epígrafe escolhida para este texto, foi utilizada por D. Nery para anunciar o conteúdo e a forma de sua homenagem fúnebre. Ela indica que a leitura que D. Nery fez de Feijó foi religiosa. O bispo evocou aquela epígrafe fazendo referência implícita aos restos mortais de Feijó. Usando categorias católicas, ele os classificou como *preciosa relíquia* que, segundo ele, pareciam falar. A relíquia é pequena fração de algo da pessoa que morreu ou, ainda, um objeto que tenha lhe pertencido, ou, ainda, que tenha sido tocado por ela. Quanto maior a fidelidade religiosa do falecido, maior significado possui aquele objeto. A relíquia, então, pertence à cultura material católica e tem valor sacramental, pois evoca a memória da forma como aquela pessoa viveu a sua vida cristã, principalmente, se foi canonizado pela Igreja. Ela tem, portanto, uma função pedagógica, pois é um testemunho material de alguém que teve fé religiosa. Por isso mesmo a relíquia somente tem valor para quem acredita em seu significado, o que por sua vez, só é entendido por quem partilha daquele universo religioso determinado, no caso, o católico. Desta forma, D. Nery afirmava que ali existiam provas materiais de alguém que morrera e que fora fiel a Cristo, no serviço à Igreja e à pátria.

Porém, a medida em que se avança na leitura do texto, se percebe que através de um jogo de palavras D. Nery mudou o foco do discurso. Ele fez entender que a verdadeira relíquia era a retratação de padre Diogo Feijó, a qual ele trazia à luz, naquele momento. Esta compreensão se dá quando se identifica que a epígrafe utilizada por D. Nery é bíblica e, portanto, religiosa. Trata-se do versículo quarto da perícopes da Carta aos Hebreus 11, 1-31. Este texto narra como os principais personagens do Antigo Testamento viveram a sua fé, o que segundo o autor da perícopes era um testemunho para seus leitores. Pela Bíblia de Jerusalém ela foi nomeada como: *A fé exemplar dos antigos*¹⁰³. Especialmente o versículo quarto, assim diz: *Foi pela fé que Abel ofereceu a Deus um sacrifício melhor que o de*

¹⁰¹ RODRIGUES, Ana Maria Moog, *A Igreja na República*, op. cit., pp. 17-57, p. 3.

¹⁰² NERY, D. João B. C., *Oração Fúnebre*, 13.

¹⁰³ Hb 11, 1-31, *Bíblia de Jerusalém*, op. cit.

Caim. Graças a ela foi declarado justo e Deus apresentou o testemunho dos seus dons. Graças a ela, mesmo depois de morto, ele, ainda fala!. D. Nery apropriando-se da estrutura religiosa da mensagem bíblica, reinterpretou o texto de Feijó transformando-o, tal qual, em uma relíquia, assim o fez absoluto e digno de crédito. Ele interpretou que da mesma forma que Abel, foi a fé que moveu Feijó; para D. Nery, foi pela fé que Feijó se fez padre; foi pela fé que defendeu o projeto de uma Igreja Nacional, sem a interferência da Santa Sé; foi pela fé que defendeu a abolição do celibato, contra D. Romualdo; foi pela fé que assumiu a Regência do Brasil; foi pela fé que tomou parte na Revolução Liberal que lhe custou à prisão e o desterro e foi pela fé que, humildemente, naquele documento se retratou de seu erro. Através de categorias bíblico-religiosas, ao fazer um discurso sobre Feijó, D. Nery pregava sobre a essência do cristianismo, sobre a fé, sobre a doutrina católica, mas principalmente sobre a fidelidade a Igreja, valor tão caro a romanização. Parece que D. Nery ao justificar Feijó lançava elementos que pudessem, no futuro, também, justificá-lo. Também ele, sendo bispo, vivia pela fé e tudo o que fizera fora pela fé. Suas atitudes, no futuro, deveriam ser justificadas pela fé.

De outro lado, é possível pensar sobre o que aquele texto representou para ele, que se considerava um historiador. Para um historiador positivista as evidências materiais eram um fato histórico. Seguindo este raciocínio, seus textos, também, poderiam ser vistos como prova material de sua existência e, por isso, classificados como relíquias pelos católicos. A expressão que lhe serviu como epígrafe: *morto, ainda fala!*, permite, então, fazer referência também a ele, mas muito mais a Igreja, isto é, mesmo depois de morto, através de seus textos, ele continuaria pregando a doutrina eclesial. O contexto bíblico indica que Abel e os membros do seu povo continuaram falando aqueles que tem fé, que vêm na sua fidelidade a Deus um exemplo a ser seguido. Assim D. Nery, indicou a fonte da qual extraiu o versículo, não por dever de historiador, mas para deixar claro que fazia uma leitura religiosa da vida de Feijó, e indiretamente pregava a Igreja.

Ao fazer referência à *deslealdade histórica*, o bispo considerou que a interpretação que a sociedade fazia da Igreja não considerava aquilo que era a razão de sua existência, a qual condicionava a forma como ela se via e como se relacionava com o mundo. O mundo não entendia a Igreja, e, evidentemente, não a entendendo, não a aceitava. Por outro lado, o

bispo ao fazer este raciocínio não o aplicou em sentido inverso, isto é, de que em função da sua leitura, a Igreja não entendia e não aceitava o mundo moderno, por isso, o combatia.

A interpretação de D. Nery foi religiosa, portanto ela não é passível de ser contraposta às outras, mas sim ao lado delas, pois é mais uma interpretação.

Através da epígrafe, D. Nery parece ter pretendido afirmar que Feijó, continuava falando através do texto que redigira. Passados vinte e cinco anos, Nogueira afirmou, enfaticamente, que D. Nery reabilitou Feijó. Certeau acertadamente, afirmou que *um texto só tem sentido, graças a seus leitores*, pois sem estes, aquele deixaria de existir¹⁰⁴. Nas práticas de leitura, os leitores, livres em relação texto, deles se apropriam e lhes dão novos sentidos segundo as realidades sociais em que estão inseridos. D. Nery resgatou o texto de Feijó, dele se apropriou e em nome de uma retratação, apresentou uma imagem que ele apresentou como verdadeira. Através da prática discursiva do bispo, Feijó “falava” o que D. Nery queria.

Depois de tantos artifícios literários e dramáticos, ninguém se lembraria mais do padre Feijó, regalista, tão combatido pelos ultramontanos no século anterior, e que com certeza, também teria sido por D. Nery, se este tivesse sido seu contemporâneo. Passado o tempo, Feijó já não oferecia mais perigo à Igreja. Ele e todos os padres regalistas eram só uma lembrança. D. Nery, um bispo romanizado reconstruiu a figura daquele padre como obediente sacerdote e grande patriota, modelo, exemplo de cristão segundo seu interesse.

D. Nery, em poucos parágrafos, saltava no tempo quase um século. Retirando Feijó do seu contexto, apropriava-se dos fatos segundo o seu interesse, a defesa do modelo eclesiástico da romanização. Fazia de Feijó um pretexto, narrava fatos de sua vida como se ele fosse seu contemporâneo, presente no século XX. Sua intenção, então, não era falar de Feijó, mas da Igreja, de si próprio. O passado servia ao presente. Servia para afirmar que da mesma forma que os antepassados bíblicos, os cristãos do século XX viviam da fé.

¹⁰⁴ CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano, 1. Artes de fazer*, op. cit, p. 266.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esta dissertação sobre a romanização evocando o pensamento de Certeau através de uma epígrafe, na qual aquele autor afirma que as práticas de leitura são criadoras de jardins que miniaturizam um mundo. O que se conhece sobre aquele movimento são as várias interpretações que foram construídas ao longo do tempo por autores, os quais, querendo compreender os vários movimentos eclesiais de seu tempo, se debruçaram sobre a romanização. A partir da forma como leram, os intérpretes construíram seus jardins – mundos – com as plantas que selecionaram, quase sempre condicionados pelas correntes historiográficas em voga em contexto histórico. Estas proporcionaram em alguns jardins um ar de semelhança; de repente, alguns pareciam até terem sido feitos a partir de um modelo. Ainda que semelhantes, não há como classificar os textos como mais verdadeiros, mais bonitos ou melhor constituídos. Cada um deles é um jardim – um mundo – diferente, com flores diversas e quando iguais, dispostas de forma e em lugares diferentes. Tentar compreender por que os jardineiros, leitores, escolheram aquelas plantas e deixaram outras é perceber a existência de culturas que regem a vida, as escolhas e as formas como cada qual interpreta o mundo e as pessoas.

Buscando outra compreensão sobre o complexo movimento da romanização, além da interpretação política, tão e exaustivamente debatida, pude através da História Cultural ter acesso a uma metodologia de análise aberta à outras interpretações. Assumindo a perspectiva cultural, proposta na obra de Chartier, procurei realizar o que o autor afirmou: *A tarefa do historiador é a de reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua “efetuação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimento de interpretação*¹. O resultado é este pequeno texto, – ou como diz Certeau, *pequeno jardim* – que denominei: *A Romanização como Cultura*

¹ CHARTIER, Roger, *A Ordem dos Livros*, Brasília, op. cit, p. 12.

Religiosa. As Práticas Sociais e Religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920.

Ao longo da dissertação, procurei destacar que a romanização, em Campinas, deve ser vista, antes de tudo, como um **movimento religioso** suscitado pelas reformas ultramontanas de D. Antonio Joaquim de Melo, que foi implantado e consolidado nas primeiras três décadas do século XX. Dentre estas, doze anos se passaram sob o governo episcopal de D. Nery. Uma pequena parcela se compramos que a cidade vivia sob ares ultramontanos desde 1860. É evidente que com a criação da diocese de Campinas muitas coisas foram introduzidas na cidade, as quais possibilitaram a efetivação daquele projeto. Dele, D. Nery pode ter sido o acelerador, mas não aquele que o implantou. Um outro bispo, ainda que fizesse diferente, não fugiria muito dos parâmetros impostos pelas Conferências Episcopais Meridionais. Com isso não afirmo que não houve singularidades em D. Nery. Existiram várias. Mas tive a preocupação de mostrá-lo como um homem, e um bispo, de seu tempo. Sua vida e a forma como viveu seu ministério ajudam a entender o contexto da romanização.

Através de seu governo pastoral, D. Nery aumentou a visibilidade da Igreja, da qual, ainda, existem muitas provas materiais. Algumas delas foram indicadas neste trabalho. Por meio delas a Igreja tomou corpo, tornou-se mais visível, tal qual a multiplicação dos templos para a celebração dos sacramentos, nas diversas e novas paróquias da diocese – eis a razão da miniatura reproduzida na capa desta dissertação. A teologia católica afirma que, os sacramentos são sinais da Igreja e esta, por sua vez, é sinal de Deus. Através daquelas práticas romanizadoras, orquestradas por aquele bispo, foi construída uma cultura católica cujos efeitos se fazem presentes no interior das paróquias e comunidades até os dias atuais.

Identifiquei que uma das principais razões do sucesso de D. Nery foi a sua adesão religiosa incondicional ao projeto eclesiástico. A análise das fontes, os primeiros comentários feitos por ele parecem revelar que ele não foi, somente, o executor daquelas propostas; mas nelas, ele acreditou e delas fez o seu programa de vida. O *Licor Generoso*, que ele teria oferecido aos seus diocesanos, também, o nutriu ao longo de sua vida. O empenho dos leigos que se dispuseram a dar testemunho daquele bispo revela que a romanização tinha enraizado o suficiente para que eles próprios pudessem tornar-se

propagadores daquela espiritualidade. Destaquei que se o fizeram, fizeram porque D. Nery para eles foi um homem que lhes testemunhou a sua fé.

Como agente institucional, D. Nery foi produto e produtor de sentidos e significados. Sua formação permitiu-lhe apropriar-se de variadas publicações e dar-lhes sentidos, os quais, segundo a sua leitura, contribuiriam para a renovação da Igreja. Reinterpretando-os, ele deu novos sentidos aos textos que leu. Ao escrever novos textos, a partir de velhos textos, ele transmitia a sua eclesiologia, a da romanização. Há em seus textos um fio condutor que afirma a importância social da Igreja na formação do Brasil. A formação de uma nação católica perpetuaria os valores culturais e a doutrina da Instituição.

Iniciei esta dissertação referindo-me aos pesquisadores ligados a Teologia da Libertação, e portanto a uma interpretação marxista da história da Igreja que afirma existência de uma polaridade entre uma Igreja dos pobres e uma Igreja da hierarquia, ou institucional. A análise cultural ajuda a compreender que a realidade social é demais complexa, o que permite afirmar que não existem apenas duas *Igrejas*, mas múltiplas, tantas quantas, forem às experiências eclesiais dos diversos movimentos que já surgiram, e surgirão, no interior da Igreja. É justamente a existência de grupos ou movimentos diferentes, desde membros das comunidades eclesiais de base, membros da *Opus Dei*, ou ainda; membros de outros grupos e paróquias, com seus respectivos líderes eclesiásticos que dão identidade a uma Igreja que se afirma ser a comunhão dos diferentes. A preceptiva para esta unidade eclesial é antiga, e bíblica. Trata-se do chamado Pentecostes cristão: *não são, acaso, galileus todos esses que estão falando? Como é, pois, que o ouvimos falar, cada um de nós, no próprio idioma em que nascemos?*². Na verdade, a Igreja sempre lutou contra grupos que se fizeram, ou se tornaram, sectários. A justificativa, embora tivesse motivos políticos, sempre foi bíblica. Jesus não teria vindo ao mundo para salvar apenas os judeus, mas toda a humanidade.

As diferentes expressões católicas foram centralizadas pela romanização em nome da unidade da Igreja. Paradoxalmente, parece ter sido a romanização a responsável pela abertura da Igreja aos novos grupos e ao povo. A romanização popularizou a Igreja. Foi através dos sacramentos; principalmente do sacramento do batismo e do matrimônio e da devoção aos santos e do terço, que o povo, quase sempre sem acesso a doutrina católica,

² At, 2, 1-13, *Bíblia de Jerusalém*, op. cit.

sentiu-se tão católico quanto os eclesiásticos. Nesta imensa gama de sentidos católicos fortaleceu-se a catolicidade da instituição, como uma Igreja que congrega a comunhão dos diferentes modos de se fazer e viver o catolicismo o que, por sua vez, evitou a fragmentação das experiências religiosas católicas. A romanização materializou a fé, o povo tão carente de sinais pôde tocar e ter em suas casas, em seus oratórios, entre seus pertences, os objetos da fé. Da apropriação da romanização pelo povo, originou uma nova forma de religiosidade que foi condicionada e condicionou a romanização da Igreja brasileira. Expus que não é possível definir a romanização apenas como cultura dominante.

Esta adaptação teve seu preço. A romanização foi responsável pela construção de um catolicismo que não parece corresponder a doutrina católica. De forma ambígua a Igreja pregava tanto o caráter comunitário da fé quanto a relação pessoal com Deus. Prevaleceu o caráter individualista e intimista da fé em Deus. Ambígua, também, foi a pregação moral. Os pecados se restringiram quase sempre à moral sexual; já os outros pecados, aqueles ligados a economia, a justiça social, etc., foram atenuados. Esta construção de sentidos foi feita por várias mãos, pelas mãos dos eclesiásticos e pelas mãos de católicos que reconstruíram, a seu modo, o catolicismo.

Indiquei que D. Nery foi um homem eclesiástico, mas um homem comum. Sua vida, apesar de totalmente dedicada a Igreja, sofreu influxo dos valores, ou contra valores, da sociedade em que viveu. Ele foi um homem encantado com o poder, mostrando a Igreja ele mostrou-se igualmente; fez questão de honrarias civis e litúrgicas as quais, julgava ter direito. Mas como religioso, foi sinal da Igreja e daquilo que se propôs a pregar, o reino de Deus. Escolheu fazer da forma como aprendeu no seminário, foi romanizador. Tentar compreendê-lo, somente, pelas atitudes políticas ou sociais é empobrecer a interpretação de sua vida e, por conseguinte, da romanização.

Indiquei que D. Nery foi um homem de fé. A própria bíblia afirma que a fé é *um meio de demonstrar as realidades que não se vêem*³, portanto, ligada a sensibilidade. No máximo, ela pode ser objeto da teologia. Sem desejar ocupar-me da fé em si, nesta dissertação busquei compreender aquilo que foi produzido em nome da suposta fé de D. Nery e daqueles que com ele conviveram. As práticas sociais e religiosas são materiais e

³ Hebreus 11,1, *Bíblia de Jerusalém*, op. cit.

revelam a forma como eles interpretaram o mundo a partir da fé e a forma como se empenharam para que novas representações religiosas fossem construídas.

As fontes não falam, mas elas contêm sinais que colaboram para compreender o universo que as produziu. A epígrafe utilizada por Nery, foi um sinal. Também, nesta dissertação a epígrafe inicial e a miniatura tiveram a intenção de mostrar que a romanização também deve ser vista, antes de tudo, como fenômeno religioso e, portanto, cultural. Ela não se opõe as outras interpretações citadas no início do trabalho. Ela quis ser mais uma interpretação da vida de D. Nery e da Romanização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. CORPUS DOCUMENTAL

1. DOCUMENTOS ATRIBUÍDOS A D. JOÃO BATISTA CORRÊA NERY

A Questão Operária e a Ação Salesiana, São Paulo, Gráfica Salesiana, 1919.

Anunciando ao Clero e fiéis Sua Primeira Visita Diocesana, Vitória, Papelaria e Typ. A. Moreira Dantas, 1897

Carta Circular ao Clero de Campinas por ocasião da entrada no Brasil na Guerra, Campinas, Typ. Casa Genoud, 1917.

Carta Circular Apresentando o Relatório da Diocese correspondente ao ano de 1915 e Comunicando a escolha e Sagração do Ex.mo e Revmo Bispo Auxiliar, Campinas, Typ. Casa Genoud, 1916.

Carta Circular sobre a Ação Eleitoral Católica, em LUSTOSA, O.F. (org.), *Igreja e Política no Brasil, Do Partido Católico a L.E.C. (1874-1945)*, São Paulo, Edições Loyola/CEPEHIB, 1983

Carta Circular Sobre o actual flagelo epidêmico, Campinas, Typ. Sto Antônio, 1918.

Carta Circular Sobre o Silêncio nas Igrejas e em suas Dependências, Campinas, Typ. Livro Azul, 1914

Carta Pastoral Anunciando a Visita Pastoral, Campinas, Typ. Livro Azul, 1909.

Carta Pastoral Despedindo-se da Diocese do Espírito Santo, Campinas, Typ. Livro Azul, 1901.

Carta Pastoral Despedindo-se das Dioceses de Pouso Alegre e Campanha, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1908.

Carta Pastoral Estabelecendo na Diocese a Obra Permanente da Caixa Diocesana. Rio de Janeiro, Typ. da Revista Católica, 1898

Carta Pastoral Instituindo os Exercícios Espirituais para o Clero, Campinas, Typ. Livro Azul, 1913.

Carta Pastoral para a Abertura do Primeiro Congresso Católico Diocesano, Campinas, Typ. Livro Azul, 1911.

Carta Pastoral por ocasião do 25º aniversário de sua ordenação, Campinas, Typ. Mascote, 1911.

Carta Pastoral Saudando aos os seus diocesanos, (Campinas), São Paulo, Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1908.

Carta Pastoral Saudando os seus Diocesanos, (do Espírito Santo), Roma 1896.

Carta Pastoral Saudando seus diocesanos, (de Pouso Alegre), Campinas, Typ. Livro Azul, 1901.

Carta Pastoral Sobre a Ação do Clero nos tempos atuais, Campinas, Typ. Casa Mascote, 1913.

Carta Pastoral Sobre a obediência devida aos legítimos pastores, Campinas, Typ. Genoud, 1918.

Carta Pastoral Sobre a Primeira Visita Pastoral, Campinas, Typ. Mascote, 1911.

Carta Pastoral Solene Homenagem a Jesus Cristo Redentor e ao seu Venerando Vigário, Rio de Janeiro, Typ. da Revista Católica, 1898.

Discurso de posse como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912, Tomo 74, parte II, (648- 667).

Mandamento: Criando na Diocese de Campinas a obra do O óbulo diocesano, Campinas, Typ. Mascote, 1909.

Oração Fúnebre, Campinas, Typ. Genoud, 1919.

Prospecto do Colégio de N. Senhora Aparecida, Campinas, Typ. Casa Genoud, 1914.

2. OUTROS DOCUMENTOS

Acta Resolutiones Et Statuta Primi Sacri Consessus Episcoporum Sancti Pauli, São Paulo, Typ. Brazil de Carlos Gerke & Cia, 1901.

Atas do 1º Congresso Católico Diocesano, Campinas, Typ Livro Azul, 1912.

Carta circular do Arcebispo e Bispos da Província Eclesiástica de São Paulo sobre a entrada do Brasil na Guerra, São Paulo, 1917.

DELAMAIRE, Joseph Francisco, *Les Catholiques et les Elections de 1906*, Périgueux, Imprimerie Cassard Jeune, 1904.

Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1787) São Paulo, Paulus, 1999.

GUISASOLA Y MENENDEZ, V., *Instrucción sobre la Acción Social del Clero*, Boletín oficial del Arzobispado de Valencia, nº 1600 3/01/1910.

Jornal *O mensageiro*, de 19 de setembro de 1917 – Campinas.

Jornal *O Estado de São Paulo* de 06 de outubro de 1963 – Campinas.

Jornal *O mensageiro*, 12 de fevereiro de 1911 – Campinas.

Jornal *O mensageiro*, 18 de julho de 1915 – Campinas.

Jornal *O mensageiro*, 19 de janeiro de 1913 – Campinas.

Jornal *O mensageiro*, 21 de setembro de 1913 – Campinas.

Jornal *O mensageiro*, 23 de janeiro de 1913 – Campinas.

Jornal *Diário do Povo*, 21 de janeiro de 1973 – Campinas.

LEME, D. Sebastião, *Carta Pastoral Saudando seus diocesanos de Olinda*. Petrópolis, Vozes, 1916.

LEOPOLDO E SILVA, Duarte, *Anunciando a constituição da Província Eclesiástica de São Paulo*, São Paulo, Cardoso, Filho & C., 1908.

Poliantéia do Cinquentenário da Diocese de Campinas, 1908-1958. Campinas, Linográfica Editora, 1958.

Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos de Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro e de Mariana, Rio de Janeiro, Tipographia Leuzinger, 1907.

Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos das Províncias Eclesiásticas de s. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre Rio de Janeiro, 1910, Rio de Janeiro, Tipographia Leuzinger, 1911.

Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre, Comunicando ao Clero e aos Fiéis, Rio de Janeiro, Typ. Martins de Araújo & C., 1915.

II - LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

ALBERIGO, A. (org.) *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo, Paulus, 1995.

ALDRIGHETTI, Giorgio, *Araldica Ecclesiastica*, Istituto Araldico Genealogico Italiano, <http://www.iagi.info/ARALDICA/ecclesiastica/index.html>.

ALMEIDA, Jaime de, *Há Cem Anos, O Quarto Centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias*. Estudos Históricos, vol. 5, n. 9, Rio de Janeiro, 1992, (14-28).

ANDERSON, Benedict, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989.

AUBERT, Roger, **KNOWLES**, M. D., **ROGIER**, L. R. (org.) *Nouvelle Histoire de L'Église*, V.5, Paris, Éditions du Seuil, 1975.

AZEVEDO, Fernando de, *História de Minha Vida*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971.

AZZI, R., *A Igreja no Regime Republicano – Atuação de d. João Neri (sic), Primeiro Bispo do Espírito Santo*, Revista Religião e Sociedade 13/3, Rio de Janeiro, 1986, (76-92).

BADARÓ, F. *L'Église au Brésil pendant l'Empire et pendant la République*, Roma, Stabilimento Bomtempelli, 1895.

BARBOSA, Manoel, *A Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora e Obras Gráficas - A Noite, 1945.

- BASSINI**, Marili, *Religião e Identidade Étnica: A Primeira Igreja Leta de Nova Odessa (1906-1922 e 1980-2002)* CAMPINAS, IFCH-UNICAMP, 2003.
- BENCOSTTA**, Marcus Levy Albino, *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)*, Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.
- BENEDETTI**, Luís Roberto, *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.
- BEOZZO**, J. O. (org.) *História da Igreja no Brasil*, Tomo II/2 Petrópolis, Vozes, 1980
- BÍBLIA DE JERUSALÉM**, São Paulo, Edições Paulinas, 1987.
- BÍBLIA SAGRADA**, Brasília, Sociedade Bíblica do Brasil, 1989.
- BOSI**, E. *Lembrança de Velhos*, São Paulo, EDUSP, 1987.
- BOTRY**, Phillipe, verbete: *Ultramontanismo*, em **LEVILLAIN**, Philippe (org.) *Dizionario Storico del Papato*, Milano, Bompiani, 1996 (1463- 1465).
- BRITO**, Jolumá, *História da Cidade de Campinas*, volume 19, Campinas, Saraiva S.A, 1964.
- BRUNEAU**, Thomas, *O catolicismo Brasileiro em época de Transição*, São Paulo, Ed. Loyola, 1974.
- CAES**, André Luiz, *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*, Tese de Doutorado, Campinas, IFCH, UNICAMP, 2002.
- CAMPOS Jr.**, T. S., *Monografia Histórica de Campinas*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.
- CARVALHO**, José Murilo, *A Formação Das Almas – O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Cia de Letras, 1998
- Catecismo da Igreja Católica*, Petrópolis, Vozes, 1993
- CEHILA**, *Para uma História da Igreja na América Latina. O debate metodológico*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

CERTEAU, Michel de, *A invenção do Cotidiano, Artes de Fazer, V. 1*, Petrópolis, Vozes, 2002.

CHAPPIN, Marcel, *Introdução à História da Igreja*, São Paulo, Loyola, 1999.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa / RJ, Difel / Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

_____, R., *A Ordem dos Livros*, Brasília, UNB, 1994,

CHENU, Marie-Dominique, *La dottrina Sociale della Chiesa, Origine e Sviluppo*, Brescia, Queriniana, 1977.

CHAMPDOR, Albert, verbete: *Fenix*, em **CHEVALIER**, J. **GHERRBRANT**, A. (org.) *Dicionário de Símbolos*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1983, (421-422).

DANSETTE, A., *Histoire Religieuse de la France Contemporaine*, France, Ed. Flammarion, 1951.

DE LA TAILLE M., *L'Action des Catholiques dans la vie publique*, em: *Questions Actuelles*, Tome, 97, Bayard Press, Paris 1908, (276-292).

DELUMEAU, Jean & **MELCHIOR-BONET**, Sabine, *De Religiões e de Homens*. São Paulo, Loyola, 2000.

DEMARTIANI, Zélia de Brito F., (org.) *Memória da Educação Campinas (1850-1960)*, Campinas, CMU-Publicações/Unicamp, 1999.

DONGHI, A, verbete: *Sacramentais*, **SARTORE**, D., e **TRACCA**, A.M. ,(org.) *Dicionário de Liturgia*, São Paulo, Edições Paulinas, 1992, (1045-1058).

DUSSEL, Enrique (org.) *História Liberationis – 500 anos de História da Igreja na América Latina*, São Paulo, Edições Paulinas-Cehila, 1992.

ELIAS, Norbert, *A sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

FABRI DOS ANJOS, Márcio (org.) *Bispos para a Esperança do Mundo*, Paulinas, 2000.

FERREIRA , Marieta de M., **AMADO**, Janaina, *Uso e abuso da História Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

FLICHE A. e **MARTIN**, V. (org.), *Storia della Chiesa*, Milano, Ed. Paoline, XXII/1, 1988.

- GANOCZY**, Alexandre, verbete: *Sacramento*, em **EICHER**, Peter (org.), *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*, São Paulo, Paulus, 1993, (800-805).
- GINZBURG**, C., *Olhos de Madeira – Nove Reflexões Sobre a Distância*, São Paulo, Cia das Letras, 2001.
- GOURARD**, Alcime, *L'Action Catholique*, Vannes, Gabriel Beauchesne Editeur, 1913.
- GROOT**, C.F.G. de, *Brazilian Catholicism and the Ultramontane Reform, 1850-1930*, Amsterdam, Cedla Publication, 1996.
- GUASCO**, Maurilio, verbete: *Pio X*, em (org.) **LEVILLAIN**, Philippe, *Dizionario Storico del Papato*, Milano, Bompiani, 1996, (1163-1165).
- HALL**, Stuart, *A questão da Identidade Cultural – Textos didáticos nº 18*, Campinas /IFCH/ UNICAMP, 37, 2003.
- HEER**, J., verbete: *Sacro Cuore*, *Dizionario Storico Religioso*, Roma, Ed. Studium, 1996, (927-929).
- HOBBSAWN**, E., **RANGER**, T. *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HOORNAERT**, E., *O Cristianismo Moreno*, Petrópolis, Vozes, 1991.
- JOSÉ MATOS**, Henrique Cristiano, *Nossa História, 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*, V. 2, São Paulo, Paulinas, 2002.
- KARNAL**, Leandro, *O Teatro da Fé: Representação Religiosa no Brasil e no México do Século XVI*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.
- LABOA**, Juan Maria, *História de la Iglesia católica, Edad contemporânea*, Madrid, BAC, 1999.
- LAPA**, José Roberto do Amaral, *A Cidade, Os Cantos e Os Antros, Campinas, 1850-1900*, Edusp, São Paulo, 1995.
- LE GOFF**, Jacques e **NORA**, Pierre, *História, Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.
- LENHARO**, Alcir, *Sacralização da Política*, Campinas, Papyrus, 1986.

LUSTOSA, O.F., (org.), *D. Antônio de Macedo Costa*, Loyola, CEPEHIB 1, São Paulo, 1982.

_____, (org.), *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*, São Paulo, Loyola, CEPEHIB 9, 1990.

_____, (org.), *Igreja e Política no Brasil, Do Partido Católico a L.E.C. (1874-1945)*, São Paulo, Edições Loyola/CEPEHIB, 3, 1983.

_____, (org.), *Separação da Igreja e do Estado no Brasil, Revista Eclesiástica Brasileira* 35 (1975) 624-647.

_____, (org.), *A Igreja Católica No Brasil República*, Ed. Paulinas, São Paulo 1991.

MAINWARING, Scott, *Igreja Católica e Política no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO, Rio de Janeiro, Confederação Nacional de Operários Católicos, 1949.

MARTINA, Giacomo, *L'Età del Liberalismo V.III, Storia della Chiesa*, Brescia, Morcelliana, 1988.

MARTINS, Karla Denise, *O Sol e a Lua em Tempos de Eclipse: A Reforma Católica e as Questões Políticas na Província do Grão Pará (1863-1878)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH –UNICAMP, 2001.

MEGALE, Nilza Botelho, *107 invocações da Virgem Maria no Brasil: história, folclore e iconografia*, Petrópolis, Vozes, 1980.

MELLO PUPO, Celso Maria de, *Campinas, Seu Berço e Juventude*, Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, nº 20, 1969.

MESCHIATTI, José Eduardo Sonho de Moral – Presença Salesiana em Campinas, Campinas, FE – UNICAMP, Dissertação de mestrado, 2000.

MICELI, Sergio, *A Elite Eclesiástica Brasileira*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

NEGRÃO, Ana Maria Melo, *Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãs (1870-1960)*, Campinas, Faculdade de Educação, UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

_____, *Arcadas do tempo: O Liceu tece 100 anos de História*, Cerqueira César-SP, Dórea Books and Art- 2000.

NÓBREGA, Apolônio, *Dioceses e Bispos do Brasil*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V. 222, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

NOGUEIRA, Ataliba, J.C., *Elogio Histórico à D. Neri*, (sic) São Paulo, Agir, 1945.

_____, *No Centenário de D. João Neri* (sic). *Historiador e bispo de Campinas*, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume 261, outubro-dezembro 1963, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, (136-153).

NOLA, Alfonso di, *Verbete Sagrado/Profano*, em *Enclopédia Einaudi*, 12, Lisboa, Imp. Nacional, 1982, pp. 105-160.

OCTAVIO, Benedito, ed. *Saudosa Homenagem a Dom Nery*, São Paulo, Oficinas Gráficas Cardoso e Filho, 1920.

PERROT, M., (org.), *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial - História da Vida Privada*, V. 4, São Paulo, Cia de Letras 1991.

PIERUCCI, Antonio Flavio, *A velha Recém-Casada*, *Novos Estudos* nº 26, Rio de Janeiro, CEBRAP, março de 1990, (211-219).

PINSK, Carla B. (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Ed. Contexto, 2005.

POULAT, Emile, *Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História*, em *Revista Concilium*, 67/1, Petrópolis, Vozes, 1971 (811-824).

RODRIGUES, Ana Maria Moog, *A Igreja na República*, Brasília, UNB, 1981.

_____, *A Igreja e a República*, Brasília, UNB, 1981.

ROMANO, Roberto, *Brasil: Igreja: Contra Estado* (Crítica ao Populismo Católico), São Paulo, Kairos, 1979.

RUBERT, Arlindo, *A Igreja no Brasil*, V. 3, Santa Maria, Ed. Palloti, 1993.

SILVA, Eliane Moura da, *Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania*, Revista de Estudos da Religião, Nº 2, São Paulo, PUC, 2004, (1-14).

_____, *O Espiritualismo no Século XIX: reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*. Col. Textos Didáticos n. 27, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1999.

SOUZA, Jessie Jane de, *Círculos Operários, A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

TORRES-LODOÑO, Fernando, (org.), *Paróquia e Comunidade no Brasil, perspectiva histórica*, Paulus, São Paulo 1997

VARAZZE, Jacopo de, *Vida de Santos*, Cia de Letras, São Paulo, 2002.

VIEIRA, David Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, de (1989); Brasília, UNB, 1980.

WERNET, Augustin, *A Igreja Paulista no século XIX, A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (18151 –1861)*, São Paulo, Atica, 1987.